UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

BREJOS DA BARRA-BA: comunidades camponesas no processo
de *des*-envolvimento no Vale do São Francisco

José de Sousa Sobrinho

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Orientadora: Profa. Dra. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta

São Paulo
2006

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	ix
RESUMO	xiii
RESUME	xiv
INTRODUÇÃO	1
A “gestação” da idéia	2
 CAPÍTULO 1	 13
O vale do São Francisco: breve caracterização	14
Apresentação da problemática	17
O des-envolvimento no vale do São Francisco	28
Considerações acerca da intervenção da CODEVASF	39
Sobre a noção de desenvolvimento	50
 CAPÍTULO 2	 56
O município da Barra: caracterização e história	57
As intervenções e as refuncionalizações dos espaços	67
As promessas desenvolvimentistas às comunidades brejeiras	73
Sobre os equipamentos sociais nos brejos	90
Intervenção e usurpação ao camponês brejeiro	98
A mercadorização: do valor de uso ao valor de troca – a usurpação	108
Os rumos da educação nos Brejos da Barra	122
As escolas municipais no campo: a reestruturação	127
A educação nos Brejos da Barra: considerações sobre o modelo	131
As distorções do modelo educacional	132
Considerações sobre o material didático	136
As comunidades brejeiras e o sistema educacional oficial	144
A mercadorização das condições de existência	154
 CAPÍTULO 3	 157
O camponês brejeiro e as mudanças	158
Brejos da Barra: caracterização geográfica	168

Considerações sobre a ocupação dos brejos	172
A espacialidade dos brejeiros: a busca dos meios de vida	175
O trabalho dos “vivos” e a produção nos brejos	184
O brejeiro e sua ambiência: seu modo de vida	190
Trabalho e propriedade: a intervenção e as reorientações de sentidos	194
As comunidades brejeiras e as formas de socialização dos meios de vida	204
As propriedades individuais/familiares nos brejos	207
As parcerias: terra e instrumentos de trabalho	209
A produção na parcela do brejo	218
A resistência das comunidades camponesas brejeiras às forças privatizantes	222
A luta pela regularização da propriedade: uma resistência	225
Limites e avanços: as possibilidades da transformação criadora	230
A propriedade em mutação e a questão ambiental	232
CAPÍTULO 4	234
As intervenções nos brejos: seus aspectos ambientais e reorientações das expectativas dos brejeiros	235
A intensificação das investidas nas temporalidades	244
Considerações sobre as medidas de proteção dos brejos	249
Considerações finais	257
Bibliografia	261

SIGLAS UTILIZADAS:

APROCANA – Associação dos Produtores de Cana-de-açúcar e Derivados.

APA – Área de Proteção ambiental.

BEC – Batalhão de Engenharia e Construção.

BNB – Banco do Nordeste Brasileiro.

CEASA – Central de Abastecimento S.A.

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba.

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CRA – Centro de Recursos Ambientais

CVSF – Comissão do Vale do São Francisco

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EMATERBA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

IBAMA – Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

MS – Ministério da Saúde.

ONG – Organização Não Governamental.

OTL – Organização, Terra e Liberdade

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SEICOM – Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública do Ministério da Saúde

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco.

TGI – Trabalho de Graduação Individual.

MAPAS

Mapa 1 - O Vale do São Francisco	15
Mapa 2 – Município da Barra e os Brejos	58

SUMÁRIO DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Lixão da cidade de Juazeiro-BA: Mulher portando criança de colo e catando lixo	25
Foto 2 - Lago de Sobradinho-BA	30
Foto 3 - Barranco do São Francisco na altura da Serra do Ramalho-BA	35
Foto 4 - Canal de Irrigação do projeto de irrigação Salitre, Juazeiro-BA	41
Foto 5 - Lavoura Irrigada de tomate no Projeto de Irrigação Curaçá, Curaçá-BA	42
Foto 6 - Riacho seco (afluente do Rio São Francisco), município de São Francisco-MG	47
Foto 7 - Estação de bombeamento de água – Projeto de Irrigação Salitre, Juazeiro-BA	50
Foto 8 - Ponte em construção sobre o Rio São Francisco, entre as cidades baianas de Malhada (margem direita) e Carinhanha (margem esquerda)	51
Foto 9 – Benjamin Guimarães, barco a vapor (“gaiola”), ancorado em Pirapora-MG	61
Foto 10 - Mercado Municipal de Barra, Barra-BA	65
Foto 11 - Sede do Distrito Projeto Brejos da Barra, Barra-BA	75
Foto 12 - Criatório de peixes- Brejo da Cachoeira, Barra-BA	78
Foto 13 - Embalagem para cachaça do “Brejo” proposta pelo Distrito Projeto Brezos da Barra, Barra-BA	80
Foto 14 - Barra Frutos, Barra-BA	86
Foto 15 - Sala de computadores da escola Eutália de Oliveira Santos- “Projeto Amanhã”, Barra-BA	89
Foto 16 - Antena de captação do sinal telefônico da EMBRATEL na comunidade Umburana, Barra-BA	91
Foto 17 - A mudança nas moradias – Brejo do Saco, Barra-BA	96
Foto 18 – Moradias brejeiras, Barra-BA	97
Foto 19 - Fabricando a rapadura: uso da gamela e colher-de-pau	119

Foto 20 - A rapadura na forma_____	119
Foto 21 - Fabricando a rapadura: uso da “forma”_____	119
Foto 22 - Fabricando a farinha – prensa da massa de mandioca _____	119
Foto 23 – Brejo do Saco: Escola Eutália de Oliveira Santos, do <i>Projeto Amanhã</i> _____	125
Foto 24 - Escola municipal no Brejo Barbosa, Barra-BA_____	127
Foto 25 - Escola municipal no Brejo da Umburana, Barra-BA_____	133
Foto 26 – Reprodução do livro didático <i>Segredos da Bahia</i> p.67 _____	140
Foto 27 – Reprodução do livro didático <i>Segredos da Bahia</i> p.80 _____	141
Foto 28 - Escola municipal no Brejo da Cabeceira de São Gonçalo, Barra-BA _____	151
Foto 29 – Antenas EMBRATEL: As “novas” técnicas de comunicação – Brejo de São Gonçalo, Barra-BA_____	152
Foto 30 - Fazenda irrigada na área de sequeiro - Brejo Pequis, Barra-BA_____	161
Foto 31 - Bombeamento de água para a fazenda irrigada - Brejo Pequis, Barra-BA _____	162
Foto 32 - A “manga” - Brejo da Cabeceira de São Gonçalo, Barra-BA_____	177
Foto 33 - O “beco” que conduz o gado ao bebedouro no riacho – Cabeceira de São Gonçalo, Barra-BA _____	178
Foto 34 - O bebedouro do gado – Cabeceira do São Gonçalo, Barra-BA_____	179
Foto 35 - Vertente imediata ao brejo: oficinas de fabrico da farinha, casa de morada e capela – Cabeceira de São Gonçalo, Barra-BA _____	180
Foto 36 - O trabalho dos viventes: bois-de-engenho na moagem da cana – Cabeceira do São Gonçalo, Barra-BA_____	186
Foto 37 - O trabalho do “vivente”: jumento no transporte da lenha – Brejo Umburana, Barra-BA _____	187
Foto 38 - A caminho dos brejos, Barra-BA _____	192
Foto 39 - O “cercamento”: apropriação individual da área comum. Brejo	

de São Gonçalo, Barra-BA _____	194
Fotos 40 a 43 – O trabalho no fabrico da farinha - Alto da Serra do Estreito, comunidade Umburana, Barra-BA _____	214
Foto 44 - O Engenho, no entorno, o bagaço da cana no processo de transformação em “burraio” - Cabeceira do São Gonçalo, Barra-BA _____	219
Foto 45 - O invólucro feito com o bagaço da cana para a proteção da rapadura - Cabeceira de São Gonçalo, Barra-BA _____	220
Foto 46 – Covas preparadas com “sementes” de cana-de-açúcar - Cabeceira de São Gonçalo, Barra-BA _____	221
Foto 47 - A “cachoeira” rio Icatu – Brejo da Gamboa, Barra-BA _____	246
Foto 48 - Lagoa de água barrenta no local da antiga nascente do riacho Umburana, comunidade Umburana, Barra-BA _____	248

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação exige muito esforço daquele que a desenvolve. No entanto, eu não poderia ter feito esta, não fossem as valiosas contribuições de vários amigos e companheiros.

Mesmo correndo o risco de cometer injustiças esquecendo-me de alguns nomes, quero agradecer especialmente:

- À Prof^a Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta pela orientação e incentivo à pesquisa;

- Aos Professores Júlio César Suzuki e Marta Inez de Medeiros Marques pelas críticas, sugestões e incentivos especialmente durante o exame de qualificação;

- Ao Prof^o Ariovaldo Umbelino de Oliveira, mestre no ensino e na luta;

- Ao Prof^o Heinz Dieter Heidemann pelo incentivo e apoio;

- Às Professoras Telma Mary Kaneko, Terezinha de Jesus Andreoli Pinto e Mitsuko Taba Ohara, que me ajudaram mais do que imaginam. Vou lembrar sempre.

- Aos meus familiares:

Vitoriana das Dores de Jesus, minha mãe, pelos apoios e exemplos que me fortalece;

Nina, minha companheira pela contribuição, incentivo e paciência;

Mazinha, Antonio, Sousa, Cilene e Corrinha meus irmãos sanguíneos e de luta;

- Aos meus amigos e companheiros do Grupo de Estudos do Vale do São Francisco “Chico Velho”: Erick, Marcelo, Edu, Luciana, Amadeu e Fábio, das leituras, discussões, das lutas e caminhadas pelos sertões sãofranciscanos e outras. Divido a alegria pelas conquistas até aqui, afinal, são nossas.

- Ao Marcola, amigo e companheiro das estradas e trabalho de campo;
- Ao Vicente Eudes, Erick e Mônica de modo muito especial pela leitura de cada página, críticas e sugestões valiosas;
- Ao Marcos Enoque pela grande amizade, incentivos e ajudas nos nomes científicos das plantas e animais;
- Ao Vítor pelos valiosos e oportunos auxílios na informática e muitos outros;
- À Natacha, pela amizade e partilhas;
- Aos amigos Selito e Heitor do Laboratório de Geografia Agrária, auxílios e boas conversas;
- Às Secretárias Ana Lúcia Lima Pereira, Jurema Ricci Navarro, Rosângela Fidalgo Garcez e Maria Aparecida Brambila, simpatia e disponibilidade permanentes na secretaria da Pós-Graduação da USP;
- Aos amigos da Faculdade de Ciências Farmacêuticas:
Claudinéia (incentivo), Renato, Auriluce e Luis (auxílios na informática) e Vitor (reprografia);
Do Laboratório de Controle Biológico: Satiko, Miriam, Juliano, Débora, Michele, Siliane, Elissa pelos incentivos;
- Aos amigos da cidade da Barra:
Não teria sido tão proveitoso nosso primeiro contato com a Barra e seus Brejos, não fosse as portas abertas, o acolhimento e apoio que nos foi dado pela Diocese e Paróquia nas pessoas do Bispo D. Frei Luiz Cappio e do Pe. Cláudio, Frei Jacó, Benjamim, Moisés, Narciso, Luiz e Irmãs Irene e Claudete, e muitos leigos e funcionários da Paróquia e Palácio Diocesano. Estes nos agradeceram com a amizade, hospedagem, alimentação. Muitas gratidões ao Frei Benjamim e ao sempre prestativo amigo Bira, pelo primeiro acesso aos Brejos.

- Aos amigos agentes da CPT- Diocesana da Barra: Carivaldo, Amilton, D. Zefa, pelas oportunidades concedidas;

- Ao Sr. Astrogildo e Geraldinho do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra pelas contribuições;

- Ao Mateus, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro da Sub-Estação pela entrevista e atenção;

- Ao Nelson Lima, da APROCANA pelo apoio e contribuições;

- Ao Boy e Jocilon da OTL pelo apoio e amizade;

- Ao Sr. Sócrates da Prefeitura pelas entrevistas;

- Do Projeto Distrito Brejos da Barra:

Ingo (Gerente Geral), Geraldão e Lucy (Técnicos) pelas entrevistas;

- Aos Mecânicos e amigos Dorinho, Bainho e Lelinho, sempre prestativos;

- Ao Augusto de Ibiraba pelo apoio;

- Aos Professores e Professoras:

Virgínia (cidade da Barra);

Socorro, Jovita, Leandro e Leôncio (Umburana);

Joanice e Géser (Cabeceira de São Gonçalo);

Marinez, Valdete, Solange e D. Chica (São Gonçalo);

Evandina, Arnilda, Iolanda (Brejo do Saco);

- Aos amigos e amigas dos Brejos pela acolhida, apoio, toda ajuda que precisei e muitos ensinamentos:

Sr. Mário, Sr. Enoque, Sr. Damásio, Sr. Gregório, Sr. Cassimiro e Eiró (Umburana);

Sr. Antonio Milão, Sr. Joaquim Rodrigues, D. Arnestina, D. Agripina, Joel, Brinco, Lindomar, Gilmar, Laura, Sr. Erasmo, D. Maria Preta e Sr. Zé Areado (Cabeceira de São Gonçalo);

Sr. Messias, D. Chica, Ramim, Valdésio e Sr. Elias (São Gonçalo);

Sr. Geraldo, Sr. Benigno, Josemar e Vivaldo (Brejo do Saco);

Sr. Lino, Odenilson e Luciano (Caroeira);

Sr. Adelino (Campo Alegre);

Sr. Raul e Sr. Quinô (Mutuca);

Sr. Gilberto (Cachoeira);

RESUMO

Desde início da década de 1970 o Estado intensifica a intervenção no vale do São Francisco a partir de um modelo de desenvolvimento que altera substancialmente os modos de vida tradicionais da região e suas bases naturais. Expropria as comunidades tradicionais camponesas, executa obras de infraestrutura e beneficia, através de financiamentos e assistência técnica, sobretudo os grandes grupos empresariais oriundos de outras regiões. Além disso, implanta um modelo educacional destinado à reorientação dos saberes e expectativas dos sujeitos sociais locais para viabilizar a nova lógica – a econômica de mercado.

Na última década essa investida realiza-se também sobre os espaços das comunidades brejeiras do município de Barra (BA), às quais conferimos maior ênfase em nossa pesquisa. Veremos, a partir da maneira como se fazem as intervenções acima elencadas, como se dá o processo de transformação nos fatores constitutivos do modo de vida tradicional das comunidades estudadas.

Palavras-Chave: vale do São Francisco, modelo de desenvolvimento, intervenção, expropriação, comunidades tradicionais.

RÉSUMÉ

Depuis 1970, l'État intensifie l'intervention en la vallée du fleuve São Francisco. Cette intervention est liée à un modèle de développement que redéfinit la façon de vivre traditionnel de la région et aussi ses bases naturelles. Il fait l'expropriation des communautés traditionnelles campagnardes; il réalise des ouvrages de infrastructure qui sont profités principalement par les grands groupes commerciaux d'autres régions. Un système éducationnel est aussi pensée pour réorienter les connaissances et les expectatives des communautés locaux pour rendre viable une nouvelle logique: la logique de l'économie de marché.

Ce processus se développe, depuis 1990, dans les communautés de la ville de Barra (BA) - qui est le principal point de notre investigation. Nous démontrerons ici comment le processus de transformation est construit a partir des éléments constitutifs de la façon de vivre traditionnel de ces communautés.

Les mots-clés: Vallée du fleuve São Francisco; Modèle de développement; Intervention; Expropriation; Communautés traditionnelles.

INTRODUÇÃO

A “gestação” da idéia

Esta pesquisa significa a continuidade dos estudos sobre o vale do Rio São Francisco iniciados em 1996 pelo grupo de estudos “Chico Velho”, quando estávamos no quinto semestre do curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

O interesse pelas questões relacionadas à região Nordeste, mais especificamente ao vale do Rio São Francisco, teve início quando realizamos a leitura do livro: *Tradição e mudanças - a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do sub-médio São Francisco*, do geógrafo Manoel Correia de Andrade.

Decidimos fundar o grupo de estudos e realizarmos, logo em seguida, no mês de julho de 1996, uma viagem ao vale. O objetivo desta viagem seria conhecê-lo e encontrar o objeto de estudos para a realização do Trabalho de Graduação Individual (TGI) pesquisa exigida para a conclusão do curso. Nesta viagem tivemos contato com várias localidades do vale e decidimos realizar a pretendida pesquisa

sobre os projetos de irrigação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), situados no sub-médio vale, com intuito, segundo a empresa, de sanar as consequências das freqüentes estiagens à população nordestina. E elegemos, para estudos mais aprofundados o Projeto de Irrigação de Bebedouro, situado no município de Petrolina-PE. Este trabalho teve como título: “Sub-médio São Francisco: seus projetos e seu povo”.

A análise foi realizada enfocando as políticas públicas governamentais destinadas a sanar os efeitos das constantes estiagens que assolam a região semi-árida nordestina. Assim, das conclusões a que chegamos ao verificar o grau de acesso das populações locais à estrutura ali instalada, destaca-se o insignificante número de pessoas beneficiadas com as intervenções estatais - se comparado com a quantidade de empresas que se deslocam do centro-sul para a região. Estas empresas apropriam-se de imensas áreas que antes eram ocupadas pelos beiradeiros, pelos pequenos produtores de sequeiro, da maioria dos incentivos fiscais e financiamentos para aquela região. Ou seja, confirmava-se a nossa hipótese inicial (naquela ocasião) de que os projetos governamentais, destinados à região, “beneficiaram muito poucos e pouco muitos”.

Desde a fundação do grupo, encontramos-nos semanalmente para discutir leituras de livros e textos, além de assistir e discutir filmes e documentários sobre a região de interesse. Consta também das atividades a realização de viagens ao vale.

Em 1998 realizei a segunda viagem à região para trabalho de campo do TGI e em julho de 2001 fiz a terceira. Nesta última o objetivo seria também o encontro de objeto de pesquisa e de materiais que subsidiassem a elaboração de um projeto de pesquisa para concorrer a uma vaga no curso de pós-graduação nível mestrado. O procedimento para coleta de materiais foi idêntico ao da primeira viagem, embora na última tenhamos também explorado todas as bibliotecas públicas municipais, eclesiásticas e universitárias das cidades visitadas (as mineiras: Morro da Garça, Pirapora, Montes Claros, Januária e Itacarambi; as baianas: Caetité, Bom Jesus da Lapa, Serra do Ramalho, Barra e Juazeiro; as Pernambucanas: Petrolina e Exu). Foi nessa ocasião que se deu também o primeiro contato com o objeto específico de estudo da atual pesquisa – os Brejos da Barra-BA.

A realidade brejeira nos causou grandes surpresas e despertou muito interesse: a situação geográfica dos brejos “ilhados” nos imensos campos dunares; a paisagem do ambiente brejeiro: o verde aceso naquele “mar” cinzento das caatingas,

as sombras e águas frescas; e quanto ao povo: suas moradias, instrumentos de trabalho (engenhos e casas de farinha), suas relações espaço-tempo, prestatividade e acolhimento.

As primeiras impressões foram de muito agrado e tínhamos por certo uma área de grande interesse para estudos.

No entanto, “pensávamos grande”, queríamos estudar o vale por inteiro - até porque outras áreas também nos interessavam muito. Queríamos “entender tudo” e por isso nossos anseios eram demais ambiciosos, como veremos.

Elaboramos nosso projeto, e neste constava áreas-problemas de pesquisa diferentes e afastadas uma das outras. Assim, acreditávamos poder abarcar ou nos aproximar dos problemas do vale na sua totalidade.

Elegemos problemas de pesquisa no município de Pirapora-MG, envolvendo o Projeto de Irrigação Cooperativa Agrícola de Pirapora (CAP) e a população trabalhadora do povoado de Barra do Guaicuí, nas proximidades da barra do afluente do São Francisco, Rio das Velhas. Além de outros problemas do entorno, tais como os desmatamentos da vegetação de cerrados para transformação em carvão e as lavouras de eucalipto; problemas ambientais causados pelas atividades mineradoras e outros.

No Oeste da Bahia pretendíamos pesquisar uma ampla área compreendida pelos vales dos rios Carinhonha, Corrente e Grande; incluindo-se aqui os Brejos da Barra, assim como os problemas relacionados à expansão dos cultivos de soja, milho e algodão nos chapadões dos gerais baianos.

No sub-médio São Francisco queríamos estudar o vale do Rio Salitre, onde se encontra o mega-Projeto de Irrigação Salitre da CODEVASF. Nos instigava o advento da massiva expropriação dos saliteiros (antigos horticultores) pelas grandes empresas agrícolas, os quais tradicionalmente comercializavam sua produção numa feira exclusiva na cidade de Juazeiro-BA.

Queríamos estudar ainda os problemas relacionados ao vale do Rio Brígida, mais precisamente os povoados do Araripe e Sítio dos Pereiras, no sopé da Chapada do Araripe, município de Exu-PE. Questões como concentração da propriedade fundiária e da água, ampliação dos desmatamentos para implantação das pastagens, a mecanização agrícola e seus reflexos no solo (empobrecimento), migração da população e outros.

Após ingresso no mestrado, segundo semestre de 2003, realizei no mês de janeiro de 2004 uma viagem a estas localidades quando pretendia estabelecer contato com seu povo e aproximar-me das questões que me instigavam.

Os desdobramentos relacionados a uma importante questão prática me fizeram reavaliar meus planos. Trata-se dos (im)previstos no encaminhamento das atividades e disposição de tempo suficiente, o qual logo percebemos que não tínhamos. Durante um mês chuvoso percorremos 7 mil quilômetros nas visitas às áreas de interesse. As péssimas condições das estradas percorridas e seus reflexos - os danos no nosso veículo – logo se manifestaram.

Após o retorno e avaliações, decidimos redefinir a nossa área de pesquisa e nos atermos aos problemas relacionados aos brejos e sua população por incluírem-se num ecossistema bastante frágil (Campo de Paleodunas¹). Estes brejos são semelhantes a formações recorrentes em grandes quantidades no vale (em Minas Gerais denomina-se veredas) e são de grande importância para a formação de riachos e dos principais afluentes do São Francisco. A fúria da racionalidade econômica que motiva a exploração intensa das riquezas naturais está provocando a morte dos riachos e a expulsão das comunidades rurais para o meio urbano, cujo modo de vida, até mesmo quando permanecem em seus lugares, está sendo fortemente alterado.

Por encontrarem-se os Brejos da Barra e os brejeiros em fase inicial de inclusão nesta outra racionalidade, procuramos entender como o processo está realizando-se e como os espaços vêm adquirindo outras dinâmicas e usos; além disso verificamos como as comunidades locais são inseridas nessas outras significações e sentidos atribuídos a seus lugares, às suas atividades, às suas vidas.

Para tanto realizamos outras visitas aos brejos e fomos nos aproximando dos problemas de pesquisa, bem como dos sujeitos sociais envolvidos.

Tal como o vale do São Francisco, os Brejos da Barra se apresentavam como uma área demais ampla para a realização da pesquisa num contato direto com a sua totalidade (cerca de meia centena de comunidades). Necessitávamos, portanto, estabelecermos critérios para escolhas de “amostragens” (recortes espaciais) de comunidades e dos problemas para encaminharmos nossos trabalhos.

¹ “depósitos arenosos de origem eólica, caracterizado como um paleo campo de dunas”, (Diagnóstico Ambiental da APA, 2002).

Neste aspecto, foi muito oportuna a nossa participação nas duas Missões Ecológicas promovidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) Diocesana da Barra nos brejos. Nestas, integramos a equipe de apoio aos missionários distribuídos em doze comunidades brejeiras e, assim, pudemos estabelecer contato com a maioria das comunidades e traçar um quadro geral das suas características e de seus problemas.

Nos sucessivos contatos com os brejos, uma série de dúvidas e questões surgiram; procuramos respostas e, assim, nosso projeto foi ganhando forma. Descobrimos nos Brejos da Barra importantes relações do contexto em que se encontram – sob intervenção dos órgãos desenvolvimentistas em atuação no vale do São Francisco, no caso o Distrito Projeto Brejos da Barra da CODEVASF – com as concernentes ao vale como um todo. Contexto este que em grande medida coaduna com o geral do vale e, por conseguinte, muitas daquelas questões que nos instigava no vale como um todo ali também se apresentava, a saber: a alteração nos modos de vida tradicionais; a expropriação das comunidades das suas condições de reprodução; problemas ambientais em decorrência dessas expropriações e das possíveis temporalidades que se implantam a partir dos constructos e de outras expectativas dos sujeitos sociais das comunidades. Estas são as questões motivadoras da nossa pesquisa nas comunidades brejeiras e o presente trabalho versará sobre elas.

Para relacionarmos o problema de pesquisa com o contexto do vale e com as políticas estatais desenvolvimentistas direcionadas à região, não nos furtamos do tratamento de questões similares no âmbito da região do vale sãofranciscano.

Dadas as características particulares de cada comunidade brejeira e os diferentes graus de intervenção desenvolvimentista no conjunto, realizamos a escolha daquelas que poderiam nos proporcionar uma maior aproximação da totalidade.

Na escolha estabelecemos critérios em torno dos fatores constituintes das suas espacialidades e ambiências tradicionais, da sua cultura e as modificações impetradas pela intervenção desenvolvimentista: situação e localização, diferenças nos serviços de transportes, comunicação, educação, tipos de produtos tradicionalmente produzidos e sua destinação, incentivos à produção para comércio com maior tecnificação e ressonâncias na reorientação das expectativas dos sujeitos sociais integrantes das comunidades brejeiras.

A partir destes critérios, escolhemos quatro comunidades a serem estudadas com maior ênfase, sendo a primeira aquela onde a intervenção já se faz mais presente - Brejo do Saco (menos preservada); as outras três, em grau descendente de intervenção e, por isso, com suas condições próprias ascendentemente preservadas, a saber: Brejo de São Gonçalo, Brejo da Umburana e o Brejo da Cabeceira de São Gonçalo. Lembramos o quanto pode ser arbitrário uma escolha deste tipo, pois tal linearidade não corresponde à realidade dessas comunidades. Porém, os fatores considerados relevantes para análise (percebemos depois), mantém correspondência com nossas impressões iniciais.

Para o tratamento dos problemas de pesquisa relacionados aos brejos, estabelecemos como recorte temporal, o período entre o ano 1998 até os dias atuais. Esse período é marcado pelas investidas das agências de desenvolvimento no modo de vida das comunidades tradicionais camponesas a partir da implantação de infra-estrutura (estradas, energia elétrica, serviços telefônicos, escolas, substituição de moradias e outros) e de intervenções nas técnicas de produção, no treinamento dos agricultores camponeses, além da instalação de um modelo educacional visto como propício à receptividade para as mudanças².

Pautamos nossa trajetória de pesquisa a partir das insistentes buscas de documentos junto à agência desenvolvimentista, o Distrito Projeto Brejos da Barra, cujo acesso é muito limitado, e entrevistas. Estas foram feitas com técnicos da referida agência, políticos, religiosos, agentes das pastorais da terra, criança e saúde, sindicalistas, ambientalistas, lideranças comunitárias, profissionais da educação e membros das comunidades em geral.

O principal objetivo das viagens realizadas era estabelecer uma maior aproximação às comunidades e aos sujeitos sociais em geral, de forma a proporcionar, também por meio de observações empíricas as transformações sócio-espaciais, a apreensão das questões concernentes ao universo vivido pelas comunidades brejeiras.

Não obstante tenhamos decidido reduzir a área de estudo a ser analisada com maior ênfase, os Brejos da Barra, persistimos na destinação de uma parte da nossa pesquisa às questões concernentes ao vale como um todo. A manutenção de parte do projeto inicial visa contextualizar a intervenção desenvolvimentista nos

² Quando fazemos referências às intervenções em escala regional (vale do São Francisco) centramos nossas atenções nos acontecimentos a partir da década de 1970.

Brejos naquela que há décadas vem se realizando no vale. Entendemos, assim, a investida atual nos Brejos como ação da expansão do capital, incorporando novos espaços na ânsia pela reprodução ampliada expropriando os outros modos de vida os quais deverão ser remodelados para enquadrarem-se às exigências do capital. Assinalamos, no caso em estudo, a tutoria do Estado capitalista, implantando primeiramente a infraestrutura necessária às empresas para explorar o potencial produtivo sócio-natural. Desta forma expropria aqueles detentores das condições de existências, dos meios de reprodução, ou seja, da terra e instrumentos de trabalho. Transferem, portanto, estas áreas às grandes empresas para a implementação de seus empreendimentos capitalistas, as quais se beneficiam também da infraestrutura instalada e dos subsídios financeiros estatais.

De modo geral, aquela população de camponeses expropriados é transformada em trabalhadores assalariados a residirem nas médias cidades da região - geralmente se assalariam nas fazendas agropecuárias do entorno ou deslocam-se para os centros urbanos de outras regiões do país.

Nesse outro jeito de viver, os trabalhadores tornam-se essencialmente produtores e consumidores de mercadorias e, sobretudo, vendedores da mercadoria força de trabalho a qual também é lançada no mercado. Instalam-se assim as condições propícias à reprodução do capital por meio da usurpação da mais-valia do trabalhador.

Esses trabalhadores, de modo geral (e o caso em estudo é um importante exemplo), na sua “terra de origem” dispunham de autonomia sobre as condições necessárias à sua existência. Engendraram ali, a partir das condições naturais do meio, o seu modo de vida, usufruindo-se das várias feições naturais que o ecossistema lhes proporciona. Estabeleceram espacialidades na busca dos seus meios de vida e organizaram-se socialmente em comunidades, de modo a proporcionar a segurança de reprodução dos agrupamentos comunitários a partir dos laços de parentesco, compadrio, vizinhanças, comunitárias.

Em grande medida seu modo de vida mantém consonância com o ritmo da natureza, com o ecossistema no qual estão envolvidos. Suas temporalidades estão em importante sincronia com as distâncias e com as velocidades possíveis a partir das técnicas a eles disponíveis (muitas vezes criadas por eles próprios); Elas lhes permitem, por meio do seu trabalho na natureza, nas suas propriedades, a extração

ou produção dos meios necessários à sua sobrevivência em conformidade com as condições que o meio oferece.

Tradicionalmente, seus contatos com a sociedade ampla, moderna, para aqueles que ali permanecem (o índice de migração é considerável), restringem às trocas do chamado excedente, ou seja, das “sobras” de produtos (ou de trabalho), com os gêneros não produzidos nas suas propriedades.

A este modo de vida, cuja marca principal é a estreita relação com a terra e com os seus (membros da comunidade), usufruindo de importante autonomia em relação à sociedade ampla, capitalista, os desenvolvimentistas denominam de atrasado. E, por não disporem dos “confortos” da sociedade urbano-industrial, haja vista a sua relação imediata com a natureza, aqueles ávidos pela usurpação de um excedente maior que estes sujeitos possam produzir os entendem como “sofredores”, “isolados”, “esquecidos” etc. Há, portanto, que resgatá-los da situação de “abandono” em que se encontram. Há que chegar até eles o progresso, o *desenvolvimento*.

Cunhamos o termo *desenvolvimento* na nossa análise das investidas no vale, e mais precisamente nos brejos, a partir da contribuição de Gonçalves (1990), o qual assim o grafa para designar o que ocorre com aqueles expropriados das condições objetivas e subjetivas de reprodução (da natureza e do seu modo de vida). Estes são submetidos às condições que os desenvolvimentistas entendem como apropriadas: as desenvolvidas, dotadas de outras temporalidades possíveis a partir de constructos humanos sempre mais eficientes para a reprodução do sistema capitalista. Assim, ou transformam-se em assalariados no campo ou na cidade, ou, quando mantém a propriedade dos meios de produção, visam os desenvolvimentistas transformá-los em produtores e consumidores de mercadorias - de preferência em quantidades sempre maiores. E é justamente por esta via que se efetiva a subordinação do camponês, na medida em que o produto do seu trabalho é lançado num mercado cuja trama geralmente desconhece, competirá com os preços dos mesmos produtos oriundos de condições de produção diferenciadas, geralmente beneficiadas pela aplicação de técnicas mais apropriadas para tal fim e por subsídios de várias formas oferecidos pelo tutor dos grandes aglomerados econômicos, o Estado capitalista.

Para tanto, têm que trabalhar sempre mais para garantirem a sua subsistência, também dependente de mercadorias na nova situação e,

conseqüentemente, explorar em maiores quantidades as riquezas naturais das suas propriedades, mesmo que a exaustão destas riquezas seja o destino. E, neste sentido Unger (2001) nos fornece a noção de desertificação, tanto no âmbito da natureza, das suas riquezas, quanto das relações inter-indivíduos, sociais; na medida em que nas comunidades o modelo relacional, Woortmann (1990) tende a esfacelar-se.

Para induzir os camponeses à adesão ao referido modelo, os desenvolvimentistas se valem de uma série de meios. No caso em estudo assinalamos o modelo educacional que estão implantando nas comunidades brejeiras. A partir dos elementos que apontamos (a saber: treinamento dos professores, material didático e conteúdos ensinados, meios de trabalho para os profissionais, calendário escolar e outros), há a indicação de duas orientações: investir na desvalorização dos saberes tradicionais tão indispensáveis para a reprodução em seus lugares preservando seu modo de vida; e, induzi-los a migrarem a fim de usufruírem de outro jeito de se viver, ou seja, do desenvolvido, urbano.

Já evidenciamos a concretização desta perspectiva tanto no município em estudo quanto em outros, exemplificada pelo desordenado crescimento da(s) cidade(s) em suas áreas periféricas, nas quais os expropriados residem e servem sua força de trabalho às empresas agrícolas instaladas geralmente em suas antigas propriedades, porém na condição de bóias-frias.

A resistência camponesa a este processo de expropriação é uma página importante da história brasileira a qual nem sempre é dada a justa ênfase. No caso brejeiro, tal como no vale do São Francisco em geral os camponeses vêm se organizando para a luta contra as investidas privatizantes do capital em suas propriedades. Esta luta consiste nas reivindicações de regularização de suas propriedades tradicionais, no caso em estudo, como em muitos outros no vale, na forma de fundo de pasto, a qual mantém a forma de propriedade consuetudinária.

Expomos acima as principais proposições constantes na nossa dissertação e para melhor apresentá-las, as organizamos em quatro capítulos.

No primeiro apresentamos o problema de pesquisa, constituído fundamentalmente das concepções de usos das riquezas naturais do vale por seus diferentes sujeitos – as populações tradicionais que se apropriaram dessas riquezas para a reprodução das suas vidas, de modo a manter uma relação com um

considerável nível de equilíbrio entre si e o meio natural; os desenvolvimentistas que concebem essas riquezas do ponto de vista utilitário, como recursos para favorecer e viabilizar uma outra racionalidade – a econômica de mercado. Para tanto, o Estado dispõe de vários órgãos destinados a intervir no meio natural, instalando objetos técnicos (represas, estradas, aeroportos, pontes, estações de bombeamento de água, canais de irrigação, redes de energia elétrica, centros de treinamentos de mão-de-obra e outros) para viabilizar a nova lógica, a do capital; visa, desenvolver ou *des-envolver* a região, ou seja, preparar o espaço e as mentalidades dos sujeitos sociais à operacionalização e assimilação da outra racionalidade a de mercado, urbana-industrial.

No segundo capítulo, discorreremos sobre a intervenção desenvolvimentista na área que estudamos com maior acuidade, os Brejos da Barra. Neste sentido, apresentamos a caracterização do município da Barra ressaltando a sua especificidade histórica no contexto do vale. Este fator assume relevância em função da situação geográfica da cidade (confluência do Rio Grande ao Rio São Francisco) o que lhe proporcionou importante papel como entreposto comercial nos auge da navegação fluvial do São Francisco. Após a decadência da hidrovia (década de 1960), o município perdeu muito da suas antigas relações e durante as mais de três décadas passadas suas elites político-econômicas reivindicam do Estado sua atenção. Isto em muito contribuiu para o acúmulo de expectativas e o coroamento de muitas boas vindas ao agente político, o deputado federal João Leão, o qual estabeleceu mediação entre os órgãos desenvolvimentistas estatais e o município. Demonstramos o quanto prometem e o que fazem. As intenções que se ocultam nas propagandas do progresso, simbolizado em “amostragens”, “símbolos” edificadas no espaço, os quais, no nosso entendimento, visam reorientar as expectativas das comunidades tradicionais para a valorização de outros saberes em detrimento dos seus, transmitidos para si, pelos ancestrais. Isto vem se efetivando a partir da reestruturação pela qual vem passando o sistema educacional oferecido aos brejeiros. Desarticulam, a partir da desaculturação, as práticas produtivas reorientando-as para a produção de mercadoria ou para a transformação da sua própria capacidade de trabalho nesta forma social, no caso daqueles que migram para o meio urbano.

Reservamos o terceiro capítulo ao tratamento da teorização do campesinato, caracterização e ocupação dos Brejos da Barra. Em seguida

discorreremos sobre as espacialidades dos brejeiros na busca pelos seus meios de vida demonstrando as diferentes formas de apropriação conforme as feições que o ecossistema Paleodunas-Brejos oferece, bem como a produção que se realiza nos diferentes espaços. Discorreremos ainda sobre o modo de vida engendrado pelas comunidades brejeiras a partir da localização e situação, conforme a especificidade de cada comunidade estudada. Fundamental neste aspecto são as formas de apropriação das feições naturais, bem como a socialização dos meios de vida diretamente ou por meio das parcerias que se estabelece entre os indivíduos ou núcleos familiares a partir das trocas com o sentido de reciprocidade entre parentes, compadres ou vizinhos – membros da comunidade. Assinalamos ainda o contexto que se encontram de organização para reivindicar do poder público a regularização das suas propriedades.

No quarto, e último capítulo, tratamos dos aspectos ambientais referentes tanto à apropriação tradicional das riquezas naturais, quanto àquelas que vêm efetivando a partir das intervenções das agências de desenvolvimento, as quais reorientam e intensificam as expectativas dos sujeitos sociais quanto às suas atividades produtivas em seu meio. Neste sentido, apontamos alguns problemas enfrentados pelas comunidades em decorrência dos aspectos ambientais já bastante evidentes. Isto se torna muito preocupante, na medida em que já vem comprometendo a reprodução da comunidade, pela escassez dos meios de subsistência ou em função de alterações do seu modo de vida, contribuindo até mesmo para o surgimento de conflitos entre seus membros.

CAPÍTULO 1

O Vale do São Francisco: breve caracterização

O Rio São Francisco percorre cerca de 3.100 km da sua nascente, na Serra da Canastra, Município de São Roque de Minas, Sul de Minas Gerais, até sua foz, atravessando ou materializando as fronteiras de cinco Estados: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. A principal característica desse Rio é cortar o Polígono das Secas em 58% de seu percurso. Historicamente é o rio brasileiro mais importante: foi usado para penetração, ocupação e unificação do território. Tornou-se estrada, produtor de energia, água e alimento. Sua bacia, também chamada “vale do São Francisco”, com 640.000 Km², engloba 463 municípios e uma população de 14 milhões de habitantes - cerca de 10% da população nacional. O vale do São Francisco (mapa 01, p.15) é tradicionalmente dividido em quatro grandes áreas: alto (da nascente até a cidade mineira de Pirapora); médio (de Pirapora até Remanso-BA); sub-médio (de Remanso até Paulo Afonso-BA), e baixo (de Paulo Afonso até a foz). Sua grande extensão longitudinal em território nacional o faz percorrer regiões fisiográficas diferentes. Passa por longos trechos de cerrados, com clima subtropical úmido (em sua nascente e médio vale-BA,MG). Nesta parte encontram-se os seus

principais tributários: Rio das Velhas, Paracatu, Urucuia, Verde Grande, Carinhanha, Corrente e Grande. Em seguida, atravessa regiões de caatingas, com climas semi-áridos e semidesérticos (no sertão como um todo e Raso da Catarina-BA), onde ocorre grande perda de sua água pela evaporação banhando em seguida as regiões de mata atlântica, com clima quente e úmido no litoral brasileiro.

O povoamento do vale do São Francisco pelos portugueses começou no século XVII, com a catequização ou eliminação dos índios, deixando lugar à criação de gado em grandes latifúndios, maior atividade econômica da região até meados do século XX, o que lhe deu o nome de “Rio dos Currais”. Durante muito tempo os animais eram levados por terra em direção ao litoral, sendo a carne destinada ao abastecimento de Olinda e Salvador enquanto os engenhos de açúcar recebiam os animais de tração. Além da pecuária e da agricultura de subsistência praticadas no sequeiro, havia também a agricultura de várzea, que se aproveitava das margens férteis do São Francisco. Essa atividade praticamente desapareceria com a construção das Barragens de Três Marias na década de 40 e Sobradinho na década de 1970 pela CHESF e com o advento da agricultura irrigada, que passou a ocupar as áreas anteriormente agricultáveis. A construção dessas barragens regularizou o regime do Rio, pondo fim aos períodos de cheias, após os quais as populações beiradeiras se beneficiavam da fertilidade deixada pelas águas, como adubo natural para seus cultivos.

A escassez de estradas de interligação entre o Nordeste e o Sul do país e entre as cidades e localidades ribeirinhas confere outro importante uso ao Rio São Francisco: a navegação. Importante papel teve os imensos e famosos barcos a vapores (“gaiolas”), que transportavam produtos comerciáveis entre as cidades ribeirinhas, e passageiros que vinham da Região Nordeste até a cidade mineira de Pirapora, onde embarcavam no trem com destino às lavouras de café do Sudeste e Sul do país. Neste sentido o município da Barra (onde se encontra o “objeto” específico a ser estudado), em função da sua privilegiada situação geográfica (confluência do Rio Grande com o São Francisco), teve destaque como um dos mais importantes entrepostos comerciais do vale naquele tempo. Era intenso também o tráfego de pequenas embarcações entre as cidades e localidades ribeirinhas. Atualmente, a relativa presença de estradas inter-regionais, estaduais e municipais e outros fatores, como diminuição do volume de água e assoreamento do canal do Rio

contribuiu para o quase desaparecimento desse uso. Até mesmo a água do Rio, está imprópria para consumo humano e animal, em consequência da alta descarga de esgotos urbanos, agrícolas e industriais escoados em seu leito sem nenhum tratamento.

Apresentação da problemática

Nas linhas que se seguem, discutiremos sobre os usos que vêm se intensificando no vale do São Francisco sob a concepção do desenvolvimento em implantação e as respectivas implicações ao meio ambiente e às formas tradicionais de interação com as riquezas naturais.

As antigas formas de usos e interações com o Rio proporcionaram o surgimento de uma cultura bem particular ao povo e às localidades ribeirinhas ao Rio São Francisco. Nesse sentido, vale citarmos o trecho de um panfleto publicado pelo Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco. Para as instituições que congregam esse Fórum, a defesa da vida ou “revitalização” do Rio São Francisco significa lutar pela:

“vida para suas águas, seu povo, seus peixes, suas matas, seus bichos, suas lagoas. Vida para seus tambores, suas violas, suas carrancas, seus poetas e suas folias. Vida para a fé de seu povo. Vida para pescadores, vazanteiros, caatingueiros, lavadeiras, artesãos, bóias-frias e rezadeiras. Vida para suas tribos, seus assentados e seus quilombolas. O Rio clama pela vida que sempre generosamente distribuiu pelo Sertão”

Nos dizeres do Bispo da Diocese da Barra, D. Frei Luiz, esta relação de *simbiose* povo e rio, vinham garantindo até recentemente a “vida” para ambos:

“... o povo tem o Rio como um ente. Conhecem profundamente os mistérios do Rio: porque o Rio tá com mareta, porque o Rio não tá com mareta, por que subiu, porque desceu, porque entrou a vazante; daí faz a relação com a lua. E um dos problemas da morte do Rio é a morte dessa cultura de relação. Porque, com as barragens, a vida natural do Rio mudou; entrou um elemento artificial. E o povo de um modo geral, perdeu aquele conhecimento natural adquirido por séculos. Porque o Rio tinha a época certa dele descer, época certa das vazantes, época certa da piracema, época certa de tudo. Era uma cronologia perfeita e o povo tinha acesso a essa cronologia natural. E com a entrada desses elementos artificiais, isso morreu. Então é uma das causas da morte do Rio, a morte dessa cultura de relação homem-Rio.

A vida do povo estava intimamente ligada à vida do Rio e o povo dependia do Rio para viver. Porque é de lá que tira água para beber, é de lá que tira o peixe para comer, e é

o Rio que molha as poças de vazante, onde tiram o material todo para se alimentar; é onde o gado bebe; em fim... a vida do povo depende da vida do Rio.

Rio vivo, povo vivo

Rio doente, povo doente

Rio morto, povo morto”.

(D. Frei Luiz Flávio Cappio, Bispo da Diocese de Barra, julho de 2001).

Sob outro ponto de vista, o engenheiro agrônomo da CODEVASF, Jeremias Cabral, coordenador do 3^o Distrito Regional da Companhia no Projeto de Irrigação de Bebedouro em 1998, tratando das vantagens dos projetos governamentais de irrigação em relação às situações anteriores, afirma o seguinte:

“antes, nessa região só se criava bode. Atualmente, quem vive no Projeto, vive num oásis. São beneficiados com água para beber, casa para morar, energia, saneamento, terra, etc; e se essa experiência se expandisse a todo vale do Rio São Francisco, seriam gerados 5 milhões de empregos para o Nordeste”.

São essas duas diferentes visões que tratam diferentemente da relação homem-meio e a destinação das riquezas naturais, que nortearão o enfoque do trabalho. Pois, em visitas a vários pontos do vale, nota-se diferentes graus da presença do Estado. Essa presença, quando ocorre, caracteriza-se principalmente, pela infra-estrutura instalada e pela disposição de linhas de créditos aos grupos empresariais, assim como pelo fomento ao desenvolvimento de tecnologias.

Em leituras, conversas com moradores das comunidades e em observações no local, constatou-se que as intervenções governamentais nesses espaços do vale do São Francisco (grandes obras de infra-estrutura: barragens para grandes reservatórios de água destinada à geração de energia e irrigação, construção de canais, estradas, pontes e aeroportos), tem cultivado aquilo que se diz combater: a desigualdade social. Isso porque a intervenção se dá como afirma Martins (1991): inicialmente expropria-se as comunidades do direito de acesso a terra, através da expulsão ou desapropriação por preços irrisórios; em seguida, essas populações se transformam em assalariados a serem exploradas pelo capital e concomitantemente consumidores de mercadorias.

Ouve-se falar muito da grande viabilidade da região semi-árida nordestina, pois ali se encontra fartamente um dos principais quesitos exigidos pelas culturas agrícolas, a luz solar. Este diferencial torna possível uma produtividade agrícola acima do dobro de outras regiões do país. Alguns fatores ali presentes que poderiam ser limitantes até recentemente (relativa escassez de água, solo pobre,

desqualificação de mão-de-obra, e outros), não mais o são, pois os investimentos governamentais em infra-estrutura, aprimoramento tecnológico e qualificação de mão-de-obra, têm superado esses impedimentos.

“enquanto no Sul tem-se uma safra de uva por ano em Petrolina colhe-se cinco safras em dois anos. Petrolina é um Oásis. Tornou-se uma região de destaque no Brasil e no Mundo. É um Brasil que deu certo. Atualmente, em vez do nordestino ir para São Paulo, prefere ficar em Petrolina, onde consegue vender um dia de serviço para colher tomate, uva... existe oportunidade de trabalho” (Flávio Cabral, Assessor de Imprensa da CODEVASF, julho de 1998).

Segundo o mesmo interlocutor, até 1968, na região do submédio São Francisco, predominava a agricultura familiar de subsistência e as populações ribeirinhas faziam uso de técnicas rudes de irrigação, as quais, com sarcasmo, denomina de “molhação”. Petrolina, segundo ele, era uma pacata cidade com cerca de 30.000 habitantes, cuja existência devia-se à travessia do rio pelas populações que se dirigiam para Salvador e de lá para São Paulo à procura de emprego. A população da cidade de Petrolina em 1998 era de 203.674 habitantes, dos quais 156.838 residiam na zona urbana e 46.836 na zona rural. Com taxa de crescimento populacional variando de 3,48 a 4,84% a.a. Para Cabral tudo que acontece em Petrolina, no que diz respeito ao social, econômico e até mesmo ao cultural, é influenciado pela agricultura irrigada; e conclui: “Petrolina atualmente é totalmente dependente da agricultura irrigada.” Bendiz, portanto, o referido interlocutor, o cumprimento do papel da empresa, ou seja, a modernização da agricultura e a respectiva exacerbada urbanização da população.

Nota-se, porém, que as atenções governamentais não têm sido as mesmas para os possíveis impactos dessas intervenções ao ambiente e às culturas tradicionais³ tão ricas e próprias daquelas localidades do vale sãofranciscano.

“a identidade da vida das comunidades são-franciscanas com a vida do rio caracteriza hoje uma situação limite para ambos: os estudos realizados pelos técnicos das próprias instituições governamentais prevêm que, se não houver uma mudança radical nas causas de sua degradação, a bacia hidrográfica do rio São Francisco poderá se transformar num “deserto irrecuperável” além do risco de o rio se tornar temporário” (UNGER, 2001, p.58).

³ São padrões de comportamentos transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados. (DIEGUES, 1996, p.87).

Vê-se que os incentivos governamentais têm provocado uma intensiva exploração das riquezas naturais, culminando com o desenfreio do desmatamento na bacia do grande rio, sem respeitar sequer as áreas de mananciais dos principais afluentes do Velho Chico (gerais mineiros e oeste baiano). Um indicador dos impactos ambientais dessas intervenções, do ano de 1996, revela que, dos 36 afluentes do Rio São Francisco, antes perenes, 16 já se tornaram intermitentes (CAVALCANTI, 1997, p.61). E conforme Oliveira (2005), “estudos recentes mostram que o número de nascentes que secaram já ultrapassam a margem de 3.000. E que portanto o Velho Chico está morrendo lentamente”. (informação verbal)⁴

Tamanho impacto vem causando também o lançamento de esgotos da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de cidades ribeirinhas em crescimento, assim como as indústrias mineradoras e siderúrgicas dos vales dos rios das Velhas e Paraopeba. Onde a intervenção se dá de forma mais intensa (projetos de irrigação do sub-médio vale), o cultivo de frutas com técnicas de irrigação nem sempre adequadas, tem provocado a salinização das águas e dos solos em grandes áreas. Vê-se que áreas até recentemente sem atenção do Estado (vale do Rio Brígida, Exu-PE e Brejos da Barra-BA), já constam nos planos da CODEVASF para implantação de projetos de irrigação. Eis o motivo do interesse pelo estudo das questões que envolvem estas áreas, antes ou enquanto chega o dito “progresso” ou desenvolvimento.

Na pesquisa realizada durante o TGI sobre o *Projeto de Irrigação de Bebedouro*, pude notar que o número de colonos beneficiados com as referidas vantagens é pouco significativo, assim como a área destinada a eles⁵, se comparada às das empresas capitalistas ali instaladas. É relevante, sim, o número de trabalhadores que prestam serviços a esses empreendimentos, vindos de localidades sertanejas distantes, a perceber cerca de um salário mínimo, quando registrados, e diárias de três a cinco reais (valores de 1998) em regime de bóia-fria.

Ao lado do Projeto de Irrigação de Bebedouro situa-se o povoado de Mata-Burro (atual Nova Descoberta), onde mora a reserva de mão-de-obra, em grande maioria nas casas de taipa e chão batido do povoado que não tem sequer as

⁴ Informação fornecida por Oliveira, A. U. em São Paulo, no debate sobre a Transposição das Águas do Rio São Francisco em São Paulo, novembro de 2005.

⁵ O referido Projeto possui uma área irrigável de 2.418ha, sendo 1.328ha destinados a 143 colonos e pequenos produtores e 1.090ha para a exploração empresarial (3 empresas).

básicas infra-estruturas urbanas como: água tratada, esgoto, assistência à saúde e escolas que vençam a demanda.

“as condições de vida e higiene dos diaristas não são boas. Eles residem em áreas próximas do projeto. Normalmente eles banham e bebem a água de irrigação totalmente contaminada por defensivos e fertilizantes saídos dos drenos da área irrigada” (AGUIAR, 1985, p.79).

Em visita à *Fazenda Frutnor*, no município de Curaçá-BA, em 1998, entrevistamos um grupo de trabalhadores. Segundo eles, são coagidos a trabalharem em máquinas sem condições de funcionamento. Isto causa constantes acidentes graves: cinco em apenas 45 dias, sendo dois com fratura exposta. São também obrigados, sob coerção dos fiscais, a garantirem uma produção determinada por dia, sob pena de corte de horas extras já ganhas àqueles que não atingirem o teto de produção. Para tanto, trabalham até horas avançadas da noite; e, dependendo da necessidade da lavoura, são obrigados a iniciar o trabalho às 3h da madrugada, não sobrando tempo sequer para preparar alimentação e lavar suas roupas, pois trabalham sem dias de folga até três meses consecutivos.

“não tem feriado. Os técnicos dizem: feriado, só do portão para fora. (...) O final de semana é obrigado trabalhar; se não trabalhar, é suspensão ou justa causa. (...) Trabalhamos o domingo até às 12:00h e aí disseram que era para ir até às 3:30, os meninos não foram e levaram suspensão. (...) Não sobra tempo para se lavar uma roupa, de fazer comida. Outro dia um menino aqui que tava na roça somente com uma merenda, um cuscuz seco, não era nem com carne, não deram tempo para preparar uma comida melhor, num domingo. (Reginaldo, trabalhador da Fazenda Frutnor, julho de 1998).

Esses trabalhadores alojam-se em imensos galpões e dormem em beliches de três camas sobrepostas. Os galpões geralmente são superlotados e a preparação da alimentação se realiza no mesmo durante a madrugada, o que perturba o repouso coletivo. Alguns trabalhadores levam suas famílias para “morarem” nessas condições, sem a mínima privacidade; expõem suas famílias à insalubridade local tornando-as vítimas, muitas vezes fatais, de doenças causadas pela falta de saneamento e das más condições de trabalho confirmada também por Unger no Projeto de Irrigação Mandacaru, Juazeiro-BA.

“vivem nos projetos de irrigação como bóias-frias. Nas plantações de melão, uva e pimentão, a aplicação de agrotóxicos é feita muitas vezes por mulheres e crianças, sem nenhum tipo de proteção. É grande o índice de doenças brônquio-pulmonares, abortos, perda de visão. Ao longo dos canais de irrigação, a terra esbranquiçada sinaliza o processo

de salinização provocado por uma irrigação desmedida, que desvia as águas do rio ao mesmo tempo em que desvitaliza a terra circundante” (UNGER, 2001, p.63).

Problemas ambientais são facilmente notados em todo vale. Merece destaque também o fenômeno da poluição das águas do Rio São Francisco e de seus afluentes, em consequência do alto crescimento das cidades ribeirinhas e do escoamento de seus esgotos nos leitos dos Rios. “Dos 97 municípios banhados pelo rio, apenas 5 têm algum serviço de tratamento para seus esgotos” (CAPPIO, et alii, 2001, p.78).

Muito emblemático, conforme dito é o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte que, através dos canais dos Rios Arrudas e das Velhas, tem os esgotos metropolitanos lançados no leito do Rio São Francisco sem nenhum tratamento. São despejados, ainda no Rio São Francisco, os esgotos das indústrias siderúrgicas do centro-sul de Minas. Segundo um morador do povoado de Barra do Guaicuí⁶, localizado próximo à confluência do Rio das Velhas e São Francisco, vez em quando cardumes de peixes aparecem boiando sobre as águas. Afirma, ainda, que as indústrias armazenam produtos tóxicos em tambores de 200 litros e, quando acumulam grandes quantidades, lançam esses produtos no Rio das Velhas, causando a morte dos peixes. Por isso, o IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, há cinco anos havia proibido a pesca no Rio, mas, por falta de outras fontes de renda e alimentos, as populações ribeirinhas continuam, às escondidas, praticando a pesca.

Outro fator que contribui para a poluição das águas é o escoamento de agrotóxicos utilizados na agricultura moderna praticada no vale. Nas lavouras de frutícolas dos projetos de irrigação, a água excedente é canalizada por drenos e escoada diretamente para os leitos dos rios São Francisco e afluentes, sem tratamento algum. Esses agrotóxicos, insumos e defensivos agrícolas contribuem também para a poluição dos solos, causando a salinização, que é o estágio de degradação rumo à desertificação. Em algumas áreas do vale, principalmente nas regiões dos Rios Paracatu e Urucuia, é muito comum, atualmente, a prática do cultivo de eucaliptos em substituição à vegetação natural de cerrado e caatingas. Essas plantas são extremamente hidrófilas e elimina a capacidade do solo de reter

⁶ Informação fornecida por morador ribeirinho do povoado de Barra do Guaicuí em 2001.

água para abastecimento dos riachos, além de outros impactos como o rompimento da cadeia alimentar do ecossistema.

“a década de 90 reservou ao Nordeste novos personagens. Me refiro aos cultivos de eucalipto, interessando a indústria de aço de Minas Gerais que não medem esforços no sentido, não só de tomar terras e cultivar o eucalipto mas também derrubar, estimular, até dentro de assentamentos de reforma agrária do INCRA incrementar a derrubada de mata da caatinga para a produção de carvão. Carvão este, destinado ao Estado, à siderurgia do Estado de Minas Gerais. E aí, novo personagem, o eucalipto e a carvoaria que vai começar o processo, ou se preferirem continuar o processo de morte do São Francisco” (OLIVEIRA, A. U. informação verbal)⁷

Nota-se, em toda extensão do vale, um intenso ataque às florestas, seja para fabricação de carvão, extensão das áreas de pastagem ou para cultivos de soja *Glycine max* Merr. (Leguminosae - Faboideae). Os reflorestamentos são feitos com o cultivo de eucalipto, cujo impacto ambiental já foi assinalado anteriormente. A destruição das matas ciliares e dos mananciais são outros fatores que demonstram a inconseqüente intervenção no meio ambiente do vale sãofranciscano.

Nas bacias dos Rios Carinhonha, Corrente e Grande, no Oeste Baiano, desmatam indiscriminadamente a vegetação de cerrado para ampliação furiosa dos cultivos de soja. Isso vem contribuindo definitivamente para o aumento da erosão dos solos, morte das veredas ou brejos, assoreamento dos tributários e São Francisco, como também para a poluição das águas desses rios por agrotóxicos. Estão sendo dizimadas, também da região, as culturas tradicionais, com a introdução, naqueles gerais baianos, dos modos modernos de usos do solo e novas relações sociais. No pólo irrigado de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, repete-se o intenso impacto sócio-ambiental, em conseqüência da implantação de vários projetos de irrigação, culminando com a desmedida alteração no modo de vida das populações locais e nordestinas como um todo, sendo muito visível a desenfreada urbanização e assalariamento da mão-de-obra. Conforme discurso dos órgãos governamentais responsáveis por essas transformações no vale do Rio São Francisco, isso representa uma revolução que culmina com a melhoria da qualidade de vida da população nordestina freqüentemente atingida por estiagens que forçam suas migrações para centros urbanos do Sudeste ou para outras regiões do país.

⁷ Informação fornecida por OLIVEIRA, A. U., em debate sobre a Transposição das Águas do São Francisco, em São Paulo, novembro de 2005).

Segundo os representantes da CODEVASF, essas intervenções vieram comprovar a viabilidade do Semi-árido nordestino.

No entanto, os indicadores sócio-econômicos dos principais municípios onde estes órgãos atuam (pólo irrigado de Juazeiro e Petrolina) colocam os mesmos nos mapas da fome e exclusão social, com altos índices de mortalidade infantil e população moradora de rua abaixo do nível de pobreza, além de intensa desnutrição (ver foto 1, p.25).

A CODEVASF, principal órgão gestor desse modelo de desenvolvimento, pretende inserir todas as áreas do vale potencialmente viáveis no mesmo. Atualmente, está sendo implantado o Projeto Salitre, o maior projeto do vale do São Francisco, no vale do Rio Salitre, município de Juazeiro-BA. Tal Projeto abrange a área total de 67.400ha, sendo irrigáveis 33.900ha. Do total irrigável, 23.670ha serão destinados a empresários e 5.870ha a pequenos produtores. Nesse projeto, segundo estimativas da empresa, serão gerados 34.000 empregos diretos e 68.000 empregos indiretos. A população beneficiada, segundo a Companhia, atingirá a cifra de 180.000 habitantes⁸. A área dos lotes empresariais será de 48,5ha em média, enquanto a dos pequenos produtores será de 6ha. Os produtos a cultivar no Salitre serão: acerola *Malpighia glabra* L. (Malpighiaceae), banana *Musa spp.* (Musaceae), coco *Cocos nucifera* L. (Arecaceae - Palmae), feijão *Phaseolus vulgaris* L. (Leguminosae - Faboideae), goiaba *Psidium guajava* L. (Myrtaceae), graviola *Annona muricata* L. (Annonaceae), limão *Citrus limon* (L.) Burm.f. (Rutaceae), manga *Mangifera indica* L. (Anacardiaceae), melão *Cucumis melo* L. (Cucurbitaceae), melancia *Citrullus lanatus* (Thunb.) Matsum. & Nakai (Cucurbitaceae), maracujá *Passiflora edulis* Sims (Passifloraceae), pinha *Annona squamosa* Delile (Annonaceae), pimentão *Capsicum cordiforme* Mill. (Solanaceae), tomate industrial *Solanum lycopersicum* (L. Solanaceae), uva *Vitis spp.* (Vitaceae) e outros⁹.

A estrutura fundiária do projeto demonstra bem a expropriação e a destinação das riquezas naturais, concomitantemente à gigantesca infraestrutura

⁸ Importante lembrar que esses trabalhadores serão assalariados, expropriados, portanto. E os produtos do seu trabalho (tal como a sua força de trabalho) serão mercadorias destinadas exclusivamente ao mercado. Ao contrário da produção em suas parcelas, das quais foram expulsos quando da desapropriação (no caso da imensa quantidade de pequenos proprietários da área atual do projeto), que destinavam ao sustento das famílias.

⁹ Informações retiradas do site: <http://www.juazeiro.ba.gov.br/salitre.html> acessado em setembro de 2004.

para os aglomerados empresariais a serem exploradas, tal como a mão-de-obra para a produção de mercadorias destinadas, principalmente a mercados alheios à localidade sem nenhuma relação compromissada com as mazelas desse modo de produção que se dá no local.

Em seu artigo intitulado “Políticas de Irrigação no Nordeste: Uma Análise Crítica”, Palheta lembra:

“sobre o impacto das políticas de irrigação no número de empregos no Nordeste semi-árido, temos que considerar que os dados oficiais sobre a ‘criação’ de empregos não consideram a destruição de empregos existentes antes da instalação dos projetos, fato extremamente significativo no Nordeste, e que as estatísticas oficiais não revelam” (PALHETA et. alii, 1991, pp. 42-43)

Em nome do progresso, do desenvolvimento, da empresarialização da agricultura, desapropria-se o agricultor tradicional sertanejo, para colocar em seu lugar os empresários de outras áreas que os exploram como assalariados.

Quando se pensou nos produtos a serem cultivados, não se levou em conta o abastecimento da região, mas os produtos mais rentáveis e que seriam consumidos nos grandes centros ou no exterior. Pensou-se em exportar frutos para a Europa, esquecendo-se a necessidade de produzir milho, feijão e sorgo que serviriam para alimentar a população regional. Lembra ainda que,

“o Nordeste importa grande parte dos produtos alimentícios que consome e certamente as causas não são somente as secas, mas estas são evidenciadas com a concentração da propriedade da terra, que propicia ao mesmo tempo lucro e renda às empresas capitalistas, no cultivo de produtos não-essenciais aos habitantes locais.” (PALHETA et. alii, 1991, p. 44).

Foto 1 – Lixão da cidade de Juazeiro-BA: Mulher portando criança de colo e catando lixo

Autor: J.S. Sobrinho (jan/2004)

No lado Pernambucano do vale do São Francisco, o 3^o DR-Distrito Regional da CODEVASF, está realizando estudos no vale do Riacho da Brígida, que será a próxima área incluída no modelo de agricultura irrigada da Companhia. A nascente do Riacho da Brígida localiza-se no sopé da Chapada do Araripe, no município sertanejo de Exu, extremo Noroeste do Estado de Pernambuco. Segundo entrevistados, antigos moradores nas margens do Riacho, este já fora perene. Hoje, o fluxo de água restringe-se aos meses chuvosos. Naquela região, a principal atividade econômica é a agropecuária. Até a década de 1970 os solos eram bastante produtivos e após o incremento de novas técnicas de produção, com a mecanização na agricultura e os desmatamentos para extensão das áreas de pastagens, os solos da caatinga perderam sua fertilidade. Nas áreas marginais ao Riacho, onde as vazantes garantiam maior rendimento dos cultivos, atualmente as cheias tornaram-se torrenciais e efêmeras, não mais viabilizando a exploração como outrora. Isso porque é transportado e depositado no leito do Riacho grande carga de areia, ao invés do húmus que as águas deixavam após as enchentes.

No Sítio dos Pereiras, pequeno povoado no município de Exu-PE, alto vale do Brígida, observamos a apropriação das melhores terras, nas margens do Riacho, por grandes proprietários. Isto culmina com o domínio do potencial hídrico da região em épocas de estiagem. Nessas propriedades, são perfurados poços nas margens ou leito do Riacho, para fornecer água ao gado e às populações ribeirinhas, porém, em propriedades privadas, cujo acesso depende da permissão do fazendeiro. Esses usos imprimem nos espaços uma racionalidade cujo quadro assim foi descrito por Dom Frei Luiz Flávio Cappio, Bispo da Barra em sua caminhada pelo Rio São Francisco da nascente até a foz em 1992.

“em nossa caminhada vimos o Rio, que é fonte de vida, próximo da morte. O povo do rio está sendo cada vez mais afastado de suas beiras, tomadas pelas fazendas de gado e pelos grandes projetos agroindustriais. O espaço sagrado de vida passou a ser visto pelo Estado brasileiro como área de interesse para a expansão do capital. Vivemos hoje uma nova invasão no vale do São Francisco e os “novos índios” a serem exterminados são os pobres que o habitam. Historicamente excluídos das políticas públicas, os pobres do São Francisco são hoje vítimas do investimento de bilhões de dólares do dinheiro público em projetos que destroem a base de sua sobrevivência. Rio e povo são uma mesma e única vida ameaçada pela exploração irracional e criminosa de suas riquezas.” (CAPPIO, et. alii, 1995, p. 77).

A citação acima demonstra claramente a intencionalidade do referido modelo de desenvolvimento, o qual vem incorporando dia após dia, novas áreas,

vitimando as populações que historicamente mantiveram em seus lugares, e a partir do seu trabalho e da sua ambiência social, por eles delineadas, ali se reproduzem com importante autonomia na medida em que o grau de contato com as referidas forças intervencionistas do Estado e privadas era pouco expressivo.

O des-envolvimento no vale do São Francisco

Se os homens, em sua maior parte, ficam separados da extensão natural dos seus corpos, isto é, da natureza, vêem obrigados a comprar no mercado aquilo que poderiam produzir, caso as condições fossem outras. Para o capitalismo isso significa desenvolvimento, pois são mais pessoas vendendo a sua capacidade de trabalho, gerando lucros para os empresários e comprando mercadorias. Assim, quanto mais se separa o homem da natureza, mais mercadorias podem ser vendidas e maior produção é contabilizada pelos indicadores de desenvolvimento, como PIB, PNB, a renda per capita, etc (GONÇALVES, 1990, pp. 115,116)

Designamos esta parte do trabalho para tratarmos das questões relacionadas ao dito desenvolvimento do vale do São Francisco, as quais consideramos relevante na análise dos acontecimentos que vem ocorrendo na região durante as últimas décadas.

Nas viagens que realizamos ao vale desde que voltamos nossa atenção para os seus problemas (a partir de 1996) têm-se revelado de modo bastante visível as transformações na ocupação e uso da terra; causa espanto o quanto se amplia as áreas de pastagens, os cultivos de eucaliptos, as lavouras irrigadas, a transformação da vegetação natural em carvão – este último fato se revela também nas infindáveis fileiras de caminhões nas estradas que ligam o sul da Bahia e Norte de Minas Gerais (BR-486, BR-135, BR-365 e BR-122) ao denominado Quadrilátero Ferrífero, cujo principal destino é o município de Sete Lagoas e demais do entorno.

No eixo que liga o Oeste da Bahia ao Litoral, cidade de Salvador, percebe-se também as longas fileiras dos imensos caminhões articulados carregados de grãos (soja, milho) e algodão. Não menos presentes são os projetos de irrigação cuja mancha sempre verde destoa da mata seca e cinzenta na estação do estio. Estes eventos se combinam com a ampliação da malha viária; dos canais que conduzem a água sugada do rio São Francisco e seus afluentes; das redes elétricas de alta tensão que malham o além sertão e das torres de telefonia que se exibem nos gerais.

Conforme esses eventos vão se tornando mais presentes na paisagem sertaneja, percebemos uma clara relação com outras feições do espaço. Um olhar, mesmo ligeiro, pode notar nas cidades a alteração na sua forma: mudança na arquitetura das edificações e nos espaços públicos (jardinagem das praças e

canteiros); ampliação da mancha urbana (casas em alvenarias recém construídas); mudanças no tipo de comércio (mini-mercados ocupando o lugar das tradicionais vendas ou armazéns); lojas de móveis e eletro-doméstico e de grifes no ramo dos vestuários; diminuição das tradicionais feiras e modificação nos produtos ou gêneros comercializados (industrializados em maioria); aumento de agências bancárias e da quantidade de automóveis e motocicletas circulando pelas ruas; nas estradas em geral um grande número de jumentos abandonados e, com grande freqüência, vitimados por atropelamentos. Uma análise destas mudanças deve considerar as que concomitantemente vêm ocorrendo no campo.

Se buscarmos na história do vale a explicação para o que, de modo sucinto, acabamos de descrever, em poucas décadas encontraremos os marcos da investida estatal que culmina no que se presencia e no que está em execução. Veremos uma estreita ligação com a exploração do potencial energético dos rios da região que se iniciou na década de 1950 com a inauguração da usina de Paulo Afonso em 1954, e segue com a conclusão da represa de Três Marias, no alto São Francisco em 1959; a de Sobradinho a 470 quilômetros a montante de Paulo Afonso em 1978 e, a última, a de Itaparica, em 1988.

Do ponto de vista do impacto sócio-ambiental causado pela construção dessas barragens, merece maior destaque o caso de Sobradinho, cujo lago de cerca de 4.214 km² forma um espelho d'água maior do que a Bahia da Guanabara, tem capacidade de represamento de 34 milhões de metros cúbicos de água. Quando da sua formação, desalojou mais de 70 mil pessoas (80% das quais camponeses), inundando quatro cidades: Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado – além de dezenas de povoados e centenas de propriedades (ANDRADE, 1984, p.3)¹⁰ e (SIGAUD, 1992, p. 18) (foto 2).

¹⁰ No desenvolvimento da referida temática utilizamos como principal referência para o tratamento da intervenção estatal no vale esta obra de Andrade. Apesar das duas décadas passadas da sua publicação, a consideramos relevante (completa e bastante atual) para a abordagem que desenvolvemos sobre o modelo de desenvolvimento em implantação no vale do São Francisco.

Foto 2 - Lago de Sobradinho-BA
Autor: J.S. Sobrinho (jul/2001)

Cabe ainda ressaltar o fato de Sobradinho, na sua concepção inicial, visar o represamento de água para o funcionamento das usinas situadas a jusante mantendo, durante todo o ano, um débito de 2.060m^3 por segundo (ANDRADE, 1984, p.3) e, na própria represa, a geração de 1.050 MW. Outra destinação, conforme a concepção original do projeto era o armazenamento de água para o abastecimento dos projetos de lavoura irrigada, o desenvolvimento da piscicultura nas águas do lago (ANDRADE, 1984 p.4). Estes projetos vêm se expandindo pelas áreas irrigáveis ao longo do vale e, pretendem ainda, as agências de desenvolvimento que atuam na área, estenderem o modelo dos referidos projetos (os quais adiante analisaremos com maiores detalhes) às localidades mais distantes, visando a perenização de rios intermitentes nas bacias de outras áreas da Região Nordeste, o dito Nordeste Setentrional.

Na década seguinte à da inauguração da represa de Sobradinho, mais precisamente em 1988, foi concluída a construção de outra represa, a de Itaparica, repetindo a agressão direta às populações ribeirinhas e desalojando as cidades pernambucanas de Petrolândia e Itacuruba, além das baianas de Rodelas e Vila Barra do Tarrachil. Inundou 834.000 ha de terras férteis pertencentes aos municípios pernambucanos de Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco e dos municípios baianos de Glória, Rodelas, Abaré, Mucururé e Chorrochó, onde existia

uma elevada produção agrícola e se localizava as áreas mais férteis e povoadas dos nove municípios, cuja população em 1980 somava um total de 131.475 habitantes (ANDRADE, 1984, p.4).

O deputado Manuel Novais, da Bahia, na sua atuação contrária à referida obra no Congresso Nacional “considerava ele que a utilização do São Francisco para desenvolver a produção agrícola irrigada naquela área, era muito mais importante que a produção de energia. Além de lembrar o ônus a ser pago por uma população que pouco se beneficiaria com esta energia” (ANDRADE, 1984, p.4). Na cidade de Barra-BA, inclusive, as lideranças políticas atuais, até hoje ressentidas, repetem frequentemente o fato da referida cidade situada imediatamente a montante do Lago de Sobradinho e também não muito distante das usinas de Paulo Afonso, somente em 1982 ter sido beneficiado com energia elétrica gerada no rio que a banha. O mesmo ocorreu com cidades das margens do lago conforme depoimento do engenheiro Eunápio Peltier prestado à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) das cheias do São Francisco em 23.03.81, citado por AZEVEDO (1991, p.65):

“para levar energia para Remanso e Pilão Arcado, tivemos que buscá-la em Boa Esperança. Quer dizer, trouxemos uma linha de transmissão proibida, porque só podíamos trazer na tensão de 34,5. Mas ou trazíamos esta linha de transmissão de São Raimundo Nonato para Remanso e Pilão Arcado, ou não trazíamos coisa alguma. É o caso de Sento Sé, que até hoje está sem eletrificação de origem hidráulica.”

Percebe-se uma direta relação entre o empenho do Estado para a exploração do potencial energético do rio São Francisco e a implantação de uma política industrial no Nordeste impulsionada a partir da criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) no ano de 1959, cujos parques industriais situam-se em grande maioria nas capitais dos estados nordestinos situados na faixa litorânea do país. No ano de 1981, do total de 16.659.202 Mwh vendidos pela CHESF, 40,5% foram comprados pelo Estado da Bahia e 21,1%, pelo Estado de Pernambuco, os mais industrializados da região (ANDRADE, 1984, p.6)¹¹.

Outro órgão que vem atuando intensamente no vale do São Francisco é a CODEVASF criada em 16 de julho de 1974, sucedendo a CVSF (Comissão do Vale do São Francisco), fundada em 1946 e a SUVALE (Superintendência do Vale do São Francisco) em 1967.

¹¹ O restante da energia gerada distribui-se entre os demais estados a merecer menção pela importância do percentual, os Estados do Ceará 10,6% e Alagoas 8,8% e os outros da região com benefícios ainda menores.

A referida agência de desenvolvimento atua em vários setores, como educação, saúde, transporte, assistência à agricultura etc., mas a sua atuação mais intensa volta-se ao setor agropecuário, desenvolvendo sobretudo os chamados projetos de irrigação, ora destinados à colonização, ora à implantação de empresas capitalistas – e geralmente mistos. (ANDRADE, 1984, p.6). Para a implantação dos referidos projetos, a empresa vem requerendo a desapropriação das áreas onde implanta a estrutura necessária ao desenvolvimento da irrigação.

Neste sentido, cabe destacar as proporções em que são distribuídas as terras nos ditos projetos de irrigação: as empresas ou agroindústrias recebem lotes entre 300 e 3.000 ha; pequenos produtores entre 20 e 50 ha em média e colonos entre 4 e 10 ha.

Dados de 1982 já nos mostram a política concentradora de terras estabelecida pela empresa que beneficia sobremaneira as grandes empresas. Num total de 286.429 ha da área ocupada pelos projetos da empresa em 1981, cerca de 201.966 ha destinava-se a empresas contra apenas 84.463 ha explorados por colonos. As empresas são em maioria, sediadas nos grandes centros urbanos, como a *Agrovale*, a *Cicanorte*, a *Milano*. Por outro lado, o número de colonos assentados nos vários projetos é modesto, totalizando apenas 1.139 em 1982. (CODEVASF, 1982).

A mesma concentração de propriedade da terra ocorreu nas margens e proximidades do Lago de Sobradinho após a expulsão dos pequenos proprietários pela CHESF:

“a privatização de grandes extensões de terra por fazendeiros da região, políticos, membros das elites locais e grupos de fora atraídos pelos investimentos do Estado em infra-estrutura (sobretudo estradas), parece ter se processado durante todo o período de construção da barragem. (...) Só no município de Sento Sé que ocupa toda a margem direita do lago, o número de imóveis entre 100 e 500 ha passou de 77 para 575, e entre 500 e 1000 ha de 14 para 144, e a área total dos imóveis aumentou, respectivamente, 8,9 vezes e 10,45 vezes entre os anos de 1972 (antes da construção da barragem) e 1984.” (SIGAUD, 1992, p.25).

As intervenções no vale, de modo geral, convergem ainda para a quebra da relação imediata entre o homem que trabalha e a natureza (a expropriação). Visam, portanto, os órgãos desenvolvimentistas, através das diferentes formas de atuação, transferir a propriedade das condições objetivas de reprodução que tradicionalmente as populações camponesas tiveram acesso, para interesses alheios:

“assim, mais do que a decisão de acumular água num reservatório para produzir energia, a maneira como aqueles empenhados na implantação da barragem procederam frente aos camponeses, a dinâmica dessas relações, a entrada em cena de outros grupos de interesse, é que fizeram com que, em Sobradinho, os camponeses enfrentassem, para além da perda da possibilidade de reproduzirem seu modo de vida, inviabilizado pela inundação do território, inúmeros outros constrangimentos.” (SIGAUD, 1992, p.19)

Em relação aos beneficiados com as intervenções modernizantes do Estado no vale:

“foram os grupos econômicos que participaram da construção das mesmas (barragens) – empreiteiras, vendedores de máquinas, de combustíveis, de peças, etc – e aqueles que se beneficiaram do consumo de energia elétrica barata e constante, para as suas atividades industriais, comerciais e agrárias, assim como as empresas agrícolas e agroindustriais que obtiveram áreas nos projetos da CODEVASF. Nas grandes cidades também o grosso da população foi beneficiada, levando-se em conta o elevado percentual de consumo de energia elétrica residencial. Os grupos econômicos da área, ligados a indústria e ao comércio foram altamente beneficiados, face à elevação do consumo conseqüente, não só dos pagamentos feitos pela empresa em suas compras menos especializadas, como pelo pagamento dos salários dos trabalhadores, salários estes que seria gastos no comércio local...” “...O pessoal especializado, destinado às funções técnicas e administrativas, era, em sua maioria, recrutados fora da região; só a mão de obra não especializada é que poderia ser recrutada na própria área, mas mesmo assim, esta era quase sempre formada por migrantes de regiões vizinhas que sabiam da possibilidade emprego” (ANDRADE, 1984, p.8).

O dito acima nos indica que, o que poderia significar algumas melhorias, foi desviado para grupos constituídos de interesses alheios à localidade – geralmente do meio urbano e do ramo industrial. E, como nos mostra o autor, para as populações ribeirinhas, instaladas nas áreas inundadas pelo lago de Sobradinho e Itaparica as condições de vida até piorou. No caso de Sobradinho:

“eram mais de 70 mil pessoas que viviam nas margens e nas ilhas do São Francisco, dedicando-se à pequena criação de gado, à pesca e à agricultura de subsistência, produzindo para o auto-sustento e venda dos excedentes. A cheia do rio era então uma dádiva da natureza, de vez que ela inundava as terras agrícolas deixando aí, ao baixar as águas, a umidade e o húmus que fertilizava o solo. À proporção que as águas baixavam o agricultor conhecido como ‘beiradeiro’, semeava os produtos alimentícios e os ia colhendo à medida que produziam. Na cheia seguinte a cultura já havia sido toda colhida e o homem bendizia o rio que vinha de novo molhar e fertilizar as suas terras. Estes agricultores eram pequenos proprietários ou arrendatários, posseiros ou meeiros que viviam pobremente mas tinham onde viver e como se alimentar” (ANDRADE, 1984, p.8).

Acrescenta-se ainda que as populações instaladas na montante e a jusante das represas também sofreram fortes conseqüências dessas obras, pois a mudança do regime do rio, no médio vale, entre Três Marias e Sobradinho para assegurar a constância da geração de energia, alterou totalmente o ritmo do rio e a cultura de

relação do povo ribeirinho com este ficou fortemente abalada. Em situação ainda mais grave ficaram as populações localizadas na jusante (baixo vale), cuja atividade predominante, a cultura de arroz por inundação, nas proximidades das lagoas ficou praticamente impossibilitada. Pois, as inundações passaram a serem menores, as lagoas marginais foram diminuindo e em caso de grandes cheias como a de 1979, as comportas da represa de Sobradinho foram abertas e todas as atividades agrícolas praticadas nas proximidades do rio foram atingidas.

Ao longo do vale, grandes áreas são desapropriadas pela CODEVASF e destinadas a grandes e médias empresas para a implantação dos projetos de irrigação. Os antigos ocupantes, em sua maioria, deslocam-se para as cidades próximas ou para centros urbanos como São Paulo.

“a ação da CODEVASF é semelhante à ação da CHESF, no que diz respeito à expropriação das terras de trabalho. Indenizações irrisórias, invasão de terras pelos tratores destruindo tudo o que encontra pela frente, ameaças de toda ordem em nome de um desenvolvimento econômico que, em última instância não contempla o homem sãofranciscano” (AZEVEDO, 1991, p.71).

E, quando se dispõem a trabalharem nos referidos projetos, empregam-se em regime de bóia-fria nos cultivos de melão, melancia, tomate, cana-de-açúcar, uva, manga, goiaba etc., para abastecer o mercado externo ou centros urbanos nacionais em detrimento da produção de alimentos para a população regional, tal como milho, feijão, sorgo, etc.

No caso específico dos atingidos pela obra da represa de Sobradinho, a CHESF se ligou à CODEVASF, INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e EMATERBA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia) para encontrarem soluções àquelas populações desalojadas, apresentando às mesmas três alternativas:

- “a) indenização pelo que possuíam e saída para onde desejassem;
- b) a transferência para um projeto de colonização do INCRA na Serra do Ramalho em Bom Jesus da Lapa, onde iriam cultivar lotes de sequeiro;
- c) a transferência para áreas de caatinga onde seriam construídas habitações e onde seriam dadas terras para cultura.” (ANDRADE, 1984, p.9).

Qualquer uma das alternativas acima revelou-se em tragédia para os pequenos agricultores.

“ao aceitarem a primeira alternativa, migraram e logo gastaram o dinheiro recebido. Ao optarem pela segunda, tendo sido transferidos lentamente e em períodos impróprios ao início das culturas, se viram isolados na serra e logo voltaram a procura de terras na beira do lago, e os outros foram transferidos para a caatinga, onde as condições de vida e de trabalho eram bem diversas das da beira do rio e localizados em povoações e vilas ainda não concluídas, alojados muitas vezes sob lonas ou debaixo de árvores, sem as mínimas condições de conforto e higiene” (ANDRADE, 1984, p.9).

No ano de 2001 estivemos na Serra do Ramalho; foi quando confirmamos a situação de penúria em que vive a população ali assentada pelos órgãos encarregados de fomentar o desenvolvimento do vale. Um caso pelo menos vale descrever para que se esclareça quanto o modelo de desenvolvimento em implantação no vale e em vias de expansão para outras áreas da região Nordeste, através da propaganda transposição das águas do São Francisco, visa promover a melhoria das condições de vida das pessoas, as quais ocupam lugar tão prioritário nos discursos que a justificam. Trata-se de um pequeno agricultor instalado imediatamente à beira do rio São Francisco onde este apresenta um barranco relativamente alto. Este ribeirão é agente da Pastoral da Criança (ligada à Igreja Católica) e, dado o alto grau de desnutrição infantil na sua comunidade e nas do entorno, cabe aos agentes providenciar e distribuir às crianças a multimistura composta de vegetais. Necessitava, para tanto, cultivar uma pequena horta no seu quintal e estava impossibilitado devido à falta de água; pois, apesar de estar imediatamente à beira do rio, o alto barranco impossibilitava a coleta para irrigar a horta (foto 3). Segundo o referido agente, cerca de 300 reais (na época) cobriria os custos da compra de uma bomba e de tubulação para a água até o plantio.

Foto 3 - Barranco do São Francisco na altura da Serra do Ramalho-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2001).

A isto se soma a grande quantidade de cultivos que se avista ressequidos ao navegar no rio, localizada imediatamente nas barrancas e ilhas durante as estiagens alongadas que atingem a região. Enquanto isso, as grandes obras de engenharia são vistas pelos técnicos das agências de desenvolvimento como a salvação para uma imensidão de problemas que dizem afligir as populações da região Nordeste. Se todos estes problemas de fato existem e se as grandes obras fossem a solução, há muito estes problemas não mais existiriam:

“os projetos foram feitos longe da área, por pessoas alheias à mesma, sem consultar os interesses dos atingidos que foram considerados como objeto e não como sujeito do desenvolvimento, sendo obrigados a concordar com essas decisões, uma vez que se admitia que eram pessoas ignorantes e não sabiam o que queriam. Não tinham direito de querer” (ANDRADE, 1984, p.10).

A partir destas constatações podemos contestar os argumentos “humanistas” que visam justificar as vultosas cifras no projeto de transposição das águas do rio para localidades distantes do vale. Não fica difícil associar o sentido de tal empreendimento aos daqueles que conhecemos no vale do São Francisco –

transformar a tudo em mercadoria, objetivo primeiro do capital na sua fúria expansiva no espaço.

De modo sucinto Andrade expõe a concepção dos idealizadores do dito desenvolvimento como solução para o que acreditam ser o problema agrário do Brasil:

“Dentro de um esquema teórico, baseado quase sempre em um modelo importado, a grande solução para o problema agrário no Brasil seria o encaminhamento das atividades agrícolas e das gerências das empresas rurais no sentido de torná-las verdadeiras empresas capitalistas, modernas. Em unidades que obtivessem um elevado nível de produtividade, proporcionando ao proprietário (indivíduo ou empresa) uma boa margem de lucros. Não entraria na análise do modelo o impacto ecológico provocado pelo processo da cultura e, muito menos, a repercussão social sobre a oferta de emprego. Os problemas sociais não seriam variáveis para o economista ortodoxo. Assim, provocaríamos rapidamente o desaparecimento da pequena agricultura, feita por sitiantes, por meeiros e por arrendatários nas terras mais distantes e que dão aos mesmos uma renda em alimentos que não é contabilizada, porque consumida pelo produtor, não entrando, conseqüentemente, no cálculo do PIB nem da “renda per capita”. Esquecem-se os planejadores teóricos que se esta renda não é contabilizada, não entra na renda nominal do produtor; ela participa do seu salário e traz-lhe grandes benefícios, pois evita a compra de uma série de produtos. Além disso, sendo esta atividade agrícola feita sem grande participação de adubos químicos e de inseticidas, contribui menos para uma depredação ecológica”. (ANDRADE, 1979, pp.78,79).

A aplicação deste modelo no vale do São Francisco vem de fato contribuindo para o aumento da produtividade nas unidades produtivas que usufruem de todo aparato técnico montado e de uma série de incentivos oferecidos pelas agências fomentadoras do referido modelo. Porém há que ressaltar o fato de se restringir aos grandes empreendimentos, pois, quando os pequenos produtores incluem-se nos projetos das agências de desenvolvimento (o que de fato ocorre), nos leva a crer que a verdadeira intenção é apenas justificar o discurso de levar o “progresso”, o desenvolvimento. Gonçalves, na leitura crítica que faz ao sentido e as conseqüências sócio-ambientais dessa intervenção, a qual adotamos na nossa análise, denomina de *des-envolvimento*, na medida em que as populações tradicionais são inseridas sob o acirramento da subordinação ou na condição de oprimidas das classes privilegiadas, pela via da descaracterização do seu modo de vida e da expropriação das suas condições de reprodução.

“seria interessante considerar aqui não só as *atividades primeiras* da relação da sociedade com a natureza – a agricultura, a pecuária e os extrativismos vegetal (coleta), animal (caça e pesca) e mineral -, mas também as *atividades* que seguem, segundas (indústria e serviços), impossíveis ecologicamente de se desenvolverem sem as *atividades primeiras* que lhes fornecem a matéria primeira – *matéria-prima*. Quanto mais as *atividades segundas*

se ampliem e quanto mais concentradas e desigualmente distribuídas espacialmente sejam as demandas, mais exigem que as *atividades primeiras* a elas se subordinem e, com isso, estabelecem aquilo que A. Giddens chamou de desencaixe, que melhor seria chamar de *des-envolvimento*, implicando uma geografia do mundo moderno (e, sabemos, colonial) que tenha povos e lugares primeiros a que se impõe viver em função dos povos e *lugares segundos*, posto que estes não vivem a não ser pelo *des-envolvimento* dos primeiros, na medida em que têm de garantir que a matéria-energia necessária venha desses outros lugares.” (GOÇALVES, 2004, p.242).

Martins, por sua vez, a partir da noção da produção de excedente denomina a isto de “*exclusão integrativa*”, pois visa o referido modelo expropriar aquele que trabalha dos meios necessários para tanto, e da propriedade das condições objetivas de sua reprodução, a natureza. Quando isto não é possível, na maioria das vezes em função do alto grau de resistência dos camponeses, utiliza-se das estratégias as mais eficientes possíveis no sentido de transformar o produto do trabalho em mercadoria. E, deste modo, para viabilizar a reprodução ampliada do capital, o trabalhador deve utilizar-se no processo de trabalho, de técnicas sempre mais avançadas de modo a tornar o seu trabalho mais produtivo, produtor de excedente maior. Investe ainda na especialização da atividade, culminando numa situação em que o trabalhador tende a produzir para o mercado ao mesmo tempo em que deverá, neste, obter os seus meios de vida, as mercadorias necessárias à sua reprodução. Entendendo que seja esta a base da expansão do capital no espaço, adotamos a noção de *des-envolvimento*, na interpretação das investidas do Estado capitalista no vale do São Francisco, pois, nesse processo, cabe ao trabalhador camponês uma inserção subordinada no sistema capitalista, em função, sobretudo, das particularidades quanto aos significados da relação trabalho-propriedade no modo de produção camponesa cujo sujeito o autor denomina de caipira:

“o excedente procede a uma *exclusão integrativa* do caipira na sociedade capitalista: justamente porque não é *produzido* como mercadoria, não implica necessariamente na interdependência e nas relações implícitas na divisão social do trabalho, mas porque é *demandado* como mercadoria necessária, sob essa forma de produção ‘sem custos’ (especialmente monetários)”. (MARTINS, 1975, p.107).

São premissas que embasam nossa interpretação e posicionamento frente aos acontecimentos constantes da expansão do modo capitalista de produção no vale do São Francisco, cuja intromissão nos modos de vida tradicionais, implica em alterações nos sentidos da sua existência; na medida em que interferem nos

processos produtivos e de organizações sociais comunitárias. Os principais fatores constitutivos destes modos de ser, de reproduzir-se (tais como a terra, o trabalho, a propriedade, a família, inter-relacionados), tem sua significação alterada no âmbito da existência e reprodução do grupo. Tendem, portanto, a metamorfosear-se, a incorporar uma outra forma social, a de mercadoria, num outro contexto, o da racionalidade econômica cuja individualização, a quebra dos tradicionais laços comunitários, tende a ser a principal resultante.

Na área que estudamos com maior acuidade, os Brejos da Barra, pertencentes ao vale do São Francisco, o Estado vem interferindo na produção tradicional de alimentos incentivando a produção destinada ao comércio por meio da concessão de créditos àquelas comunidades em que as associações de moradores cumprem as exigências, coadunando, portanto, com a afirmativa: “o açúcar, o café *Coffea arabica* Benth. (Rubiaceae), a mamona *Ricinus communis* L. (Euphorbiaceae), o soja, o algodão *Gossypium spp.* (Malvaceae) têm um tratamento bem diverso daqueles produtos destinados à alimentação da população como feijão, o milho *Zea mays* L. (Poaceae - Gramineae), o sorgo *Sorghum bicolor* (L.) Moench Poaceae, a fava *Vicia faba* L. Fabaceae e a mandioca *Manihot esculenta* Crantz (Euphorbiaceae)” (ANDRADE, 1979, p.64).

No referido caso, os incentivos são maiores para a comunidade do Brejo do Saco e região – as quais dispõem de uma ampla área de sequeiro (Sitio Novo) onde tradicionalmente cultivam alimentos e, recentemente, através dos ditos incentivos – vem incrementando-se uma maior produção de mamona por intermédio do programa do governo federal de fomento à produção do biodiesel.

No âmbito destas comunidades tradicionais, sujeitas à intervenção, reservamos outro momento da nossa apresentação para tratarmos com maior profundidade.

Considerações acerca da intervenção da CODEVASF

A CODEVASF tem como principal frente de ação o fomento à agricultura irrigada, a partir da qual visa impulsionar o desenvolvimento da região. Neste sentido já implantou 40 projetos de irrigação por todo o vale (mapa 1, p.15), a partir dos

quais pretende promover o desenvolvimento econômico na região cuja concepção assim se apresenta:

“o desenvolvimento econômico envolve duas dimensões interdependentes que estão associadas ao puro crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. Na primeira dimensão prevalecem as forças econômicas que tentam otimizar o uso dos recursos disponíveis no processo produtivo. Na segunda prevalecem as forças políticas, que tentam perfeição o processo de distribuição dos frutos do crescimento num quadro de valores que reflete a ética social contemporânea” (CODEVASF, 1992, p. 2).

Temos, portanto, a concepção de desenvolvimento que fundamenta a intervenção que vem-se realizando no vale. E desta concepção destacaremos alguns elementos que estão explícitos e outros implícitos os quais teremos em conta na nossa discussão.

Primeiro, deve-se ter em conta o que está concebendo-se como desenvolvimento. Formam um par interdependente entre o *crescimento econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população.

Neste sentido, cabe a seguinte questão: nos centros econômicos do país (onde a economia é desenvolvida) as populações que para ali se deslocaram à procura de emprego desfrutam de boas condições de vida?

Atendo-nos às diferenciações criadas a partir da intervenção desenvolvimentista no próprio vale, resultando em importantes pólos de investimentos, sendo o mais representativo o submédio São Francisco, as multidões de trabalhadores originadas dos mais diferentes lugares dos sertões encontraram ali a oportunidade de se ter uma vida com melhor *qualidade*?

Podemos levantar ainda uma terceira questão: diz respeito à afirmação quanto às atribuições das *forças econômicas*. A elas cabem *otimizar o uso dos recursos disponíveis no processo produtivo*. Pode ser dito de outro modo: a elas cabem apropriarem-se de técnicas de trabalho sempre mais avançadas no processo de trabalho visando assim, um maior e mais eficiente (do ponto de vista econômico) domínio da natureza e, sobre essa discussão, apresentamos importantes elementos noutro momento. Quanto à dependência das *forças políticas* para a distribuição dos resultados econômicos, há que afirmarmos a inadequação dessa premissa à realidade brasileira, revelando-se de forma ainda mais imprópria, tratando-se do quadro extremamente antidemocrático que geralmente impera na região Nordeste.

Este modelo de desenvolvimento é apresentado às populações do vale a partir de um duplo aspecto. Ou seja, do que se diz (no discurso) e do que se realiza concretamente. No discurso, assim se apresenta na Lei de Irrigação nº 6662/79:

“premência da função social e utilidade pública do uso da água e solos irrigáveis, visando ao desenvolvimento sócio-econômico da região em que se situem e da população dependente, direta ou indiretamente, da agricultura irrigada” (CODEVASF, 1992, p. 2).

Ao contrário é muito comum nos projetos implantados pela referida agência a reprodução da concentrada estrutura fundiária comum na região onde atua. Se isto não bastasse, aquelas áreas tradicionalmente ocupadas por pequenos proprietários, são desapropriadas e, após implantar a infraestrutura necessária à operação do projeto, são destinadas a empresários da agricultura de frutos nobres para abastecer os mercados dos centros urbanos do país, europeus e americanos. (fotos 4 e 5).

Foto 4 - Canal de Irrigação do projeto de irrigação Salitre, Juazeiro- BA
Autor: J.S.Sobrinho (jan/2004)

Foto 5 - Lavoura Irrigada de tomate no projeto de irrigação Curaçá, Curaçá-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jul/1998)

“mais uma vez os programas agrícolas vão beneficiar as grandes empresas, de vez que as terras a serem beneficiadas são desapropriadas antes da construção dos canais de irrigação ao preço real. Depois de beneficiadas, valorizadas, são vendidas a grandes empresas que dispõem de capital próprio ou de capital subsidiado, em face da aprovação de projetos agropecuários, pelas agências oficiais de desenvolvimento, e passa a desenvolver grandes culturas de pastagens, de uvas e de cana-de-açúcar, utilizando mão de obra assalariada. E os antigos posseiros, despejados de suas terras com pequena indenização, ou migram para as cidades ou vão trabalhar como assalariados para as grandes empresas” (ANDRADE, 1979, p.44).

Aqueles desapropriados, ou melhor, expropriados (os pequenos proprietários), bem como os trabalhadores de modo geral, resta o trabalho assalariado em condições degradantes nas terras que lhes pertenceram ou que deveriam lhes pertencer.

“entre aqueles que não se beneficiaram com a transformação agrícola estão os que tiveram que sair de suas terras para a implantação dos perímetros, os que não conseguiram acompanhar o processo por falta de meios para pagar os custos da modernização e, de certa forma, os que vieram depois para servir como mão-de-obra da nova agricultura” (BLOCH, 1996, p. 43).

Complementa o mesmo autor:

“Assim, mesmo se for verídica a informação de que 94 mil empregos diretos foram gerados pela irrigação em todo o vale, não se pode esquecer que mais de 110 mil pessoas foram atingidas pelas barragens e que ninguém se preocupou em avaliar o subsequente desemprego” (BLOCH, 1996, p.49).

Tendo em vista as questões levantadas acima, acerca do modelo de desenvolvimento em implantação no vale do São Francisco consideramos necessário prolongarmos a discussão sobre este assunto, apresentando a leitura que fazemos do processo. Para tanto, recorreremos à abordagem marxista a partir da qual podemos estabelecer estreitas relações entre as intervenções, tais como as que analisamos, com a necessidade do sistema capitalista em criar as condições para a reprodução ampliada do capital. Deste modo, são embutidas outras significações e sentidos ao trabalho-propriedade. O produto dessa interação do homem (por meio do trabalho) com as suas condições objetivas de reprodução (a natureza), deve adquirir a forma de mercadoria, assim como a terra, a própria capacidade de trabalho do homem e, como poderemos ver noutro momento, as manifestações culturais, o seu jeito de ser.

Estas investidas destinam-se aos agrupamentos humanos organizados em comunidades de modo que, em grande medida, o trabalho do indivíduo se confunde com o da família de procriação (do núcleo familiar); é ao sustento deste, diretamente, que ele se destina; e, por meio dos laços de parentescos e compadrio entre grupos, as trocas de produto e/ou de trabalho entre eles provido do sentido de reciprocidade, garantem o sustento da comunidade num grau elevado de auto-suficiência. Estamos nos referindo, portanto, a um modo relacional que une as pessoas e as condições de existência na sua totalidade para a viabilização da reprodução da comunidade.

No que diz respeito às comunidades que estudamos com maior acuidade, a situação geográfica a qual estão inseridas e com suas peculiaridades, de modo bastante significativo influenciou na manutenção de um elevado grau de distanciamento em relação à sociedade ampla moderna e à gama de fatores que a caracteriza na atualidade. Isto contribuiu para a manutenção, até os dias atuais, de muito do que lhes é próprio, das suas características originais, do seu modo de ser, delineado pelo seu próprio modo de relação social e com o seu meio, que, nas mais variadas formas presentes, lhes proporcionaram uma espacialidade que surge a partir da sua interação na busca dos seus meios de vida.

Para aqueles de fora, nutridos de outros valores, interesses, representações e visões de mundo, trata-se de seres “isolados”, pobres, vitimados pelos sofrimentos, cuja causa é a incapacidade (em função da sua economia e do inexpressivo excedente que comercializa) de consumir produtos modernos os quais lhes proporcionarão conforto. Portanto, para os desenvolvimentistas, propagadores do progresso, há que *“tirar aquele povo esquecido da pobreza e do sofrimento”*¹².

Neste sentido, se faz oportuna uma questão: foi vantajoso para os camponeses que habitavam os gerais baianos, no seu quinhão de terra de onde tiravam o sustento da família, a expulsão para a periferia da cidade de Barreiras-BA, onde em maioria habitam as favelas?

“logo em 1973, a instalação da CODEVASF para implantar o Projeto São Desidério deram novo impulso à cidade (Barreiras). A penetração de imigrantes sulistas no fim dos setenta, ocupando os Gerais e expulsando lavradores tradicionais, também fez crescer a cidade. Um fator que bem mostra o rápido crescimento dessa cidade é a indústria da construção: o registro de licenças para construção, por volta de 1970, assinalava uma média de 120 licenças por ano, no período 1973-80 registra a média de 498 licenças/ano” (DINIZ, 1982, pp.170-171).

Sobre este assunto, temos ainda a resposta do senhor Walmir à nossa pergunta: “e o quadro dos trabalhadores rurais, como é que eles se encaixam nisso aí, como é que o trabalhador se insere nesta realidade? Sabemos que a grande lavoura, a grande produção se expande desta forma. Esta região antigamente era vazia ou havia pequenos posseiros?”

“existia antigamente, mas depois da grilagem sumiu, foram empurrando, tão tudo na cidade, aí que tá o problema: o êxodo rural chegou, que tava na zona rural teve que vir para as periferias. E hoje volta a trabalhar de bóia fria. A soja, o milho e até o algodão, para cada mil hectares eles usam um ou dois funcionários. Porque tudo é através da máquina: pra plantar, para colher, a colheita do algodão, a colheita da soja, a colheita do milho, é uma máquina sozinha com o operador e é colhendo e jogando em cima do caminhão, do basculante. (...) onde é que tá a situação do trabalhador? os trabalhadores eles apanham gente no Piauí, pega em Tocantins, pega na Bahia em Irecê, quanto mais aquelas localidades que tem o êxodo da pobreza muito grande aí é que vem para Barreiras, para trabalhar aqui no Cerrado. Nesta parte aí é onde está a situação. O pessoal não tem documento para trabalhar fichado, alojamento das piores qualidades, era lona preta parecendo assentamento de acampamento...” (Sr. Walmir, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras, janeiro de 2004).

¹² Fragmento da fala do deputado federal João Leão. (<http://www.ceinfo.cnpat.embrapa.br/index2php>, acessado em maio de 2006).

Temos, portanto, na fala acima o estado de precarização das condições de vida e de trabalho daqueles que foram expulsos da sua terra. Os gerais baianos, onde muitos habitavam, transformou-se num “vazio” demográfico, em uma paisagem que enfada pela monotonia das contínuas lavouras de soja, milho ou algodão que parecem não ter fim.

Na cidade da Barra já se apresenta os reflexos da recente intervenção e há que fazermos referência a este fenômeno já bastante adiantado:

“em 2002 eu fiz um levantamento e deu 554 família. Mas cresceu muito desses 2 anos para cá, de 2002 para cá cresceu muito, o bairro. Deve ter mais ou menos 1000 famílias” (Mateus, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro da Sub-Estação, bairro constituído predominantemente de brejeiros, Barra, julho de 2004).

Os prejuízos para as famílias são imensuráveis em função da inexistência de trabalho para aqueles que migram, tal como o vertiginoso aumento do alcoolismo, envolvimento, principalmente dos jovens, com drogas culminando na desintegração da família, instituição tão valiosa na sociedade camponesa. Até mesmo nas comunidades rurais já se evidencia sinais importantes:

“já teve muita morte. A partir do momento que chegou essa modernização lá, aí foi que começou. Porque só conheciam a cachaça que era o produto de trabalho deles. Mas a partir do momento que chegou estradas, que chegou tudo isso, tudo isso foi acompanhando, né? E até eu acredito que até a questão do alcoolismo deve ter aumentado devido a eles utilizarem tanta bebida rapidamente. Porque eles só tinham a cachaça. E muitos deles produziam pra vender e não utilizavam. E agora não, com a cerveja não, outras bebidas quentes que vem da cidade, eles já começam a utilizar a catuaba é muito usada aqui na região, né? Que até criança bebe, até criança. E até mesmo a questão de droga que já teve, já foi encontrado em algumas regiões aí dos brejos, já foram... até Canção. Não é dessas (...)mas de pessoas que vem das cidades e levam. Arrumam o lugar, esconderijo, né um lugar mais distante pra poder” (Professora Virgínia, cidade da Barra, julho de 2005).

Vê-se, portanto, que o contato das comunidades tradicionais com o dito desenvolvimento, representa uma mobilidade em que aos camponeses é reservada uma situação de desamparo em relação às condições originais dotadas das estruturas que lhes são próprias.

Os ditos projetos de desenvolvimento, em função da homogeneização que visam atingir, promovem uma separação tempo espaço numa perspectiva “de distanciamento de escopo indefinido; ela propicia meios de zoneamento preciso temporal e espacial” (GUIDDENS, 1990, p. 58). Guiddens demonstra a truculência do desenvolvimento econômico capitalista, na sua expansão espacial que

desconsidera as peculiaridades dos ecossistemas e dos jeitos de ser das populações tradicionais que ali habitam:

“as organizações (inclusive os estados modernos) podem às vezes ter a qualidade um tanto estática, inercial, que Weber associava à burocracia, mas mais comumente elas têm um dinamismo que contrasta agudamente com as ordens pré-modernas. As organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de formas que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas” (GUIDDENS, 1990, p.28).

Nessa perspectiva, desenvolvem técnicas de alto poder de interferência nos elementos da natureza e nos seus ritmos. Esta questão intrínseca à modernidade, constitui uma preocupação que procuraremos, sempre que oportuno, apontar para reflexão enquanto discutimos os problemas da área em estudo. Cabe ressaltar, nesse sentido, o que nos lembra ainda Guiddens acerca dos fundadores clássicos da sociologia, Marx, Durkheim e Max Weber:

“todos os três autores viram que o trabalho industrial moderno tinha conseqüências degradantes, submetendo muitos seres humanos à disciplina de um labor maçante, repetitivo. Mas não se chegou a prever que o desenvolvimento das “forças de produção” teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material. Preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições de pensamento incorporadas na sociologia, e não é surpreendente que os sociólogos hoje encontrem dificuldade em desenvolver uma avaliação sistemática delas” (GIDDENS, 1990, p.17).

No âmbito da região que nos propomos a estudar, podemos enumerar, entre tantos outros aspectos, a alteração que vem se realizando no regime dos rios através da construção de barragens, que inviabilizou quase que totalmente a prática de agricultura tradicional ribeirinha localmente chamada de agricultura de vazante ou de lameiro:

“chamamos a atenção para a política que se desenvolve no vale do São Francisco, onde numerosas barragens vêm sendo construídas para a produção de energia elétrica. Não se discute as vantagens ou desvantagens destas barragens; o que se chama atenção é para o fato de que cada barragem provoca a inundação de grandes trechos de várzea onde se desenvolve, desde o período colonial, a agricultura de vazante, produtora tanto de produtos comerciais como de subsistência, feita sob regime de meação por agricultores pobres” (ANDRADE, 1979, p.44).

Vem-se realizando a devastação generalizada da vegetação natural, eliminando os habitats da fauna, resultando no aumento do transporte, via trabalho do escoamento das águas superficiais, de imensa carga de material para os fundos

de vale culminando com o assoreamento dos córregos e rios, e morte das nascentes; poluição dos cursos d'água com esgotos urbanos, industriais e dejetos da agricultura moderna; exploração de forma desordenada dos minerais.

Há que estabelecer uma relação desses usos desmedidos e inconseqüentes dos elementos da natureza com a injustiça social que impera na região em estudo. Resulta disso graves conseqüências à grande maioria da população composta de oprimidos pela estrutura social determinada pelo mando de poucos. Mesmo quando os pequenos proprietários rurais não são violentamente expulsos das suas terras pelos mandantes locais ou pela intervenção oficial no caso de implantação dos ditos projetos, muitas vezes em função da insustentável condição a que são submetidos com a intensa degradação das condições ambientais, são forçados a abandonar suas terras (geralmente pela venda a preços irrisórios aos carvoeiros), devido à morte dos riachos resultando na falta de água para abastecimento animal, e/ou piora da qualidade tornando-se imprópria para consumo humano. (foto 6)

Foto 6 - Riacho seco (afluente do São Francisco), município de São Francisco-MG
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Onde isso ocorre com maior incidência (centro-oeste do Estado da Bahia) vem provocando sérios problemas de saúde pública, vitimando principalmente as crianças devido a má qualidade da água consumida. Sob estas condições, os

pequenos proprietários são forçados a migrarem para as pequenas e médias cidades nas quais também não encontram condições melhores para viver, conforme nos diz Andrade:

“a consequência é a concentração de trabalhadores rurais nas áreas periféricas das cidades grandes, médias e pequenas e o surgimento de trabalhadores volantes, chamados no sudeste e sul do Brasil de bóias-frias. Estes trabalhadores vivem nas cidades, oferecem-se todas as manhãs a prepostos dos proprietários que os levam de caminhão para as áreas de serviço e os trazem à noite para a cidade, vila ou povoação em que vivem” (ANDRADE, 1979, p.61).

Há que lembrar ainda outros fatores que vêm impulsionando o êxodo rural da população das cidades do vale. E, dentre eles, citamos os enviesados programas educacionais dos governos federal, estaduais e municipais, que vêm atingindo a população do campo de forma massiva na última década. Trata-se de um modelo educacional pensado para a população do meio urbano e, quando oferecido à população do campo, alimenta nesta a expectativa de uma vida melhor nas cidades, inclusive onde terá a possibilidade de continuar os estudos e conseguir emprego. Outro fator também a considerar é o acesso aos meios de comunicações de massa à população rural, principalmente a televisão, proporcionado pelo recente programa “Luz para Todos” do Governo Federal.

As marcas da atuação das agências desenvolvimentistas estão facilmente visíveis na paisagem do vale onde instalam seus projetos. Além do verde aceso indiferente às estações secas, notamos transformações importantes nas paisagens tanto urbanas, quanto rurais.

Há que ressaltar ainda a configuração espacial que se estabelece em função da atração populacional em decorrência da ocupação dos lotes (nas áreas de colonização) ou das ofertas de empregos no perímetro irrigado como um todo (área de colonização e área empresarial), assunto desenvolvido com profundidade por Gonçalves (2000), na sua pesquisa sobre a metamorfose da paisagem sertaneja no Projeto de Irrigação de Bebedouro, Petrolina-PE.

De modo geral, esses perímetros irrigados são abastecidos pela força de trabalho oriunda de diferentes localidades da região Nordeste.

Nas áreas de colonização, instalam-se no interior do perímetro os proprietários dos lotes geralmente em duas moradias: uma na agrovila e outra improvisada no lote, que serve como base de apoio para o trabalho na lavoura.

Após a instalação dos referidos perímetros irrigados, geralmente as cidades próximas tornam-se pólos atrativos das populações sertanejas, que provocam um repentino e desordenado crescimento das periferias onde residem os bóias-frias. Esses, formam diariamente nas madrugadas, verdadeiras feiras de *força de trabalho* em oferta aos atravessadores deste comércio, os conhecidos “gatos”¹³, geralmente nos postos de gasolina nas saídas da cidade.

Na área empresarial, a força de trabalho tanto pode originar-se das cidades próximas, os bóias-frias, ou sem terra, ou ainda de trabalhadores que deixaram suas famílias nas longínquas localidades sertanejas e permanecem trabalhando no perímetro durante a estação seca e retornam quando surgem as primeiras chuvas para o amanho na sua terra. Há casos ainda daqueles que trazem toda a família, cujos filhos, ao crescerem, vão se tornando trabalhadores na própria fazenda. Estes trabalhadores instalam-se geralmente em galpões construídos pela empresa empregadora e, no caso das famílias, as condições habitacionais são ainda piores, pois não foram projetadas para tal fim e, incompletas adaptações, culminam em condições extremamente precárias de moradia – esse assunto será desenvolvido melhor noutra parte do trabalho.

Surgem ainda, em função da oferta de empregos nos projetos e dos altos custos de transporte da cidade ao local de trabalho, vilas nas bordas dos projetos que se iniciam como verdadeiras favelas, cujas instalações habitacionais vão melhorando na medida em que o trabalhador adquire condições para tanto, e na medida em que vão se expandindo, o Estado inicia a oferta de alguns equipamentos sociais.

Portanto, é desta forma que os projetos das agências de desenvolvimento têm exercido seu papel como política pública para afixar a população nordestina na região, e servir, assim, como “diques” de retenção das migrações para a região Sudeste e Sul do país.

¹³ “o ‘gato’, como é conhecido em amplas regiões, opera como um agenciador de trabalhadores. Geralmente, possui ou aluga um caminhão para transportar os peões, recrutando-os sob promessas de salários e regalias que não serão cumpridas. Como não há nenhuma fiscalização, o trabalhador, quanto mais se aproxima do local de trabalho, mais longe fica de qualquer proteção ou garantia quanto aos seus direitos trabalhistas” (MARTINS, 1991, p.49).

Sobre a noção de desenvolvimento

“Desenvolvimento é o nome-síntese da idéia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afasta da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria. Assim, a crítica à idéia de desenvolvimento exigia que se imaginassem outras perspectivas que não as liberais socialistas ou, pelo menos, que essas se libertassem do desenvolvimentismo que as atravessa. Por fazerem a crítica a essa idéia-chave de desenvolvimento, os ambientalistas, com freqüência, se vêem acusados de querer voltar ao passado, ao estado de natureza, enfim, de ser contra o progresso e o... desenvolvimento.” (GONÇALVES, 2004, p.24).

Pautamos a abordagem seguinte sobre a noção de desenvolvimento a partir dos espaços equipados com um arsenal maior possível de constructos humanos: auto-estradas que possibilitam deslocamentos em altas velocidades; aeroportos, extensas pontes e viadutos (às vezes até sobrepostas); arranha-céus; torres de telefonia e redes de computadores que propiciem a comunicação “instantânea”; utilização de técnicas ultras modernas no processo de trabalho através do qual o homem, a partir dos seus anseios, interage com a natureza. (fotos 7 e 8).

Foto 7 - Estação de bombeamento de água – Projeto de Irrigação Salitre, Juazeiro-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jan/2004)

Foto 8 - Ponte em construção sobre o Rio São Francisco, entre as cidades baianas de Malhada (margem direita) e Carinhanha (margem esquerda)
Autor: J.S.Sobrinho (maio/2005)

Se isso é desenvolvimento, como pretendem nos fazer crer, é benéfico para o homem e é um modelo viável na medida em que se sustente para as gerações futuras (para tanto há que se pensar não só no homem, mas também nos outros seres vivos). Vale lembrarmos do que se constata nas grandes cidades (onde tal modelo se revela de forma mais completa) onde estas sobrecargas de objetos estão “pilhados”. Nestas, todos têm direito a condições dignas de vida? Torna-se difícil até imaginar alguma parte do planeta, algum ecossistema que suporte essas temporalidades, esses ritmos sempre mais acelerados. E esta contradição salta aos nossos olhos, no quanto vem se tornando inóspitos os ambientes urbano-industriais, ou nos locais onde a aplicação das técnicas avançadas se faz de modo intenso e cujo exemplo deve ser transposto a amplitudes espaciais sempre maiores, conforme os anseios dos desenvolvimentistas, os quais, assim, acreditam estar dispondo às pessoas melhores condições de vida e possibilidades de serem mais felizes.

Quanto ao vale do São Francisco, basta acompanhar os noticiários dos meios de comunicação sobre o grau de degradação ambiental do rio, para se colocar em cheque o que está sendo imposto à região e ao seu povo. Na área que estudamos com maior acuidade, os Brejos da Barra, fica ainda mais evidente, pois o

estágio inicial em que se encontra a intervenção já vem imprimindo fortes marcas no jeito tradicional de ser da população, no seu jeito de interagir com o seu meio. Este por sua vez, onde a intervenção já se faz mais presente, demonstra fragilidade em suportar tais investidas.

Nos chama muita atenção a postura dos idealizadores da intervenção em não associar a intensidade dos tempos que imprimem nos diferentes espaços, sem a mínima preocupação com o universo de especificidade de cada ecossistema e do conjunto que integra as condições físicas e sócio-culturais dos espaços. Promovem, desta forma, uma intensa ruptura entre o tempo e espaço do ecossistema, e imprimem outras temporalidades, as quais Giddens nos fornece uma noção:

“o rompimento entre tempo e espaço fornece uma base para sua recombinação em relação à atividade social. Isto é facilmente demonstrado tomando-se o exemplo do horário. Um horário, tal como uma tabela que marca as horas em que correm os trens, pode parecer à primeira vista meramente um mapa temporal. Mas na verdade é um dispositivo de ordenação tempo-espaço, indicando quando e onde chegam os trens. Como tal, ele permite a complexa coordenação de trens e seus passageiros e cargas através de grandes extensões de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p.28).

A separação tempo espaço se realiza nos aspectos físicos a partir das “próteses” instaladas: estradas, pontes, redes de comunicação e, de modo geral, a possibilidade de adoção a outras técnicas de trabalho. No âmbito do social, concomitantes alterações acompanham tal evolução. Estas se propagam como a principal condição por meio da qual se torna a única via para igualdade, para ser socialmente bem visto:

“todos parecem ter direito ao desenvolvimento, que se transforma em uma imposição, em vez de opção. Aqui se confundem duas questões diferentes, com graves consequências para a superação dos problemas contemporâneos, entre eles o desafio ambiental: a idéia de igualdade parece só poder ser contemplada com o desenvolvimento todos temos direito à igualdade -, sem que nos indaguemos acerca dos diferentes modos de sermos iguais, como as diferentes culturas e povos que a humanidade inventou ao longo da história atestam” (GONÇALVES, 2004, p. 25).

Não se cogita, nesses termos, o que diz Gonçalves a seguir. Muito pelo contrário, na ânsia homogeneizadora, todos esforços convergem para a eliminação do que se apresenta como diferente, pois, assim, muitas vezes se constituem em barreiras para a expansão do domínio.

“pareceria até mesmo absurdo dizer que todos têm direito a serem iguais... aos ianomâmis, ou aos habitantes da Mesopotâmia (Al iraq, em árabe). Entretanto, o aparente absurdo só o é na medida em que a colonização do pensamento nos fez crer que há povos atrasados e adiantados, como se houvesse um relógio que servisse de parâmetro universal. Assim, se confundem luta contra a injustiça social com luta pela igualdade, conforme uma visão eurocêntrica, enfim, um padrão cultural que se crê superior e, por isso, passível de ser generalizado. Com isso, atribui-se para que se suprima a diferença, a diversidade, talvez o maior patrimônio da humanidade” (GONÇALVES, 2004, p.25).

Esta concepção homogeneizadora alastra-se pelo mundo sob os auspícios do centro do sistema (nos ditos países de primeiro mundo) que conta com a mediação das oligarquias nacionais, regionais ou locais, as quais se encarregam de propagar o modelo, sobretudo, no âmbito do discurso. Pois, os recursos destinados à execução, no contexto do caso em estudo, em grande parte se perdem no percurso da origem até a sua finalidade.

“o desenvolvimento globalizou-se, sob o patrocínio de agentes que se afirma à escala global, como as oligarquias financeiras e industriais com suas empresas sediadas no Primeiro Mundo, aliadas a importantes setores das burguesias nacionais desenvolvimentistas do Terceiro Mundo, das oligarquias latifundiárias (a Revolução Verde lhes foi uma bênção), assim como dos gestores estatais civis e militares nacionalistas” (GONÇALVES, 2004, p.26).

Temos observado, no caso em estudo, que os próprios sujeitos sociais locais com raras exceções incorporam o discurso e se encarregam de insuflar nas suas comunidades tais expectativas, as quais se transformam em reivindicações e bandeiras de luta, representando, portanto, uma inversão de valores.

“como é essa alternativa? Hoje nós já sabemos que a cachaça ela é... ela tem um valor comercial muito grande, no país e até no exterior, na Holanda, na Alemanha, Estados Unidos já tem também, tem uns quatro, cinco países que o Brasil já exporta cachaça pra lá. Quer dizer, e com essa criação de leis que a cachaça daqui mais uns anos, pode ter certeza disso, só vai ser vendida quem tiver o SIF que é o documento de Inspeção Federal que você pode ter o direito de vender, e pra você conseguir esse SIF você tem que ter um produto de qualidade, e pra você se adequar a esse padrão, você tem que mudar na estrutura. Criamos associações em parceria com o SEBRAE e um monte de órgãos aí. Criamos as associações queremos o que agora: vamos ter que mexer na estrutura. Pra isso nós precisamos capacitar” (Nelson, Presidente da APROCANA, julho de 2005).

Dado o baixo grau de articulação dos sujeitos sociais que integram as comunidades com outras esferas dos movimentos sociais já experimentados em resultados negativos do contato com o desenvolvimento, sua capacidade de elaboração de uma resistência mais eficaz às formas homogeneizadoras modernizantes ficam prejudicadas. De modo que, percebe-se nas falas dos sujeitos

sociais locais, a inexistência, ou débil associação, entre as dificuldades aumentadas que já experimentam com a natureza opressora e desenraizadora do sistema no qual estão sendo inseridos.

Importância fundamental para a expansão de tal modelo vem assumindo a atividade técnica-acadêmica, cuja produção quase sempre desprovida da crítica ao que se processa na escalada expansiva do modo capitalista de produção, não raro confunde-se com ela própria, sendo assim, mais uma força produtiva do capital.

“todos estamos inseridos no turbilhão mundial da modernidade. Uns engajam-se no ‘establishment’, outros criticam-no. Uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social.” (OLIVEIRA, 1999, p.64).

Na nossa prática acadêmica, nos pautamos pela segunda opção (*colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social*) e, corroborando com o que nos afirma o mesmo autor na citação abaixo, procuramos assumir uma postura crítica frente às ondas hegemônicas que a todos parece pretender seduzir. Pois,

“a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas. Deixaram de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Consequentemente mudou o modo de inserção dos cientistas e dos técnicos na sociedade; agora eles se tornaram agentes econômicos diretos. A força do capital na atualidade encontra-se no monopólio do conhecimento e da informação” (OLIVEIRA, 1999, p. 64).

Adotamos, portanto, uma postura crítica ao que está se denominando desenvolvimento e, ao unilateralismo do fator econômico da produção acadêmica dos ditos economistas ortodoxos, os quais costumam monopolizarem o poder de decisão nas políticas de governo as quais coadunam com a expansão do modo capitalista de produção, provocando o esfacelamento nas diferentes formas de ser que tradicionalmente se estruturaram no espaço. E, sendo assim, corroboramos com GONÇALVES no seu entendimento de que,

“des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os. Não deixar de ser uma atualização do princípio romano – *divide et impera* -, mais profunda ainda na medida em que, ao des-envolver, envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária, a capitalista. O urbano é o *oikos*, por excelência, de uma sociedade mercantil” (GONÇALVES, 2004, p.39).

De outro modo, diz Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, sintetizando apenas numa frase: “tudo que é sólido desmancha no ar”. Berman, com muita propriedade, a desenvolve no contexto da experiência da modernidade nos oferecendo a seguinte noção com a qual encerramos este tópico.

“ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade desunidade: ela nos despeja a todos um turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia”. (BERMAN, 1982, p.15).

CAPÍTULO 2

O município da Barra: caracterização e história

O Município da Barra, onde se encontram os Brejos, localiza-se na Região Nordeste do Brasil, Oeste do Estado da Bahia, Baixo-Médio vale do São Francisco, na margem esquerda do grande rio e, mais precisamente, na altura da barra do tributário Rio Grande a 720km da cidade de Salvador. Este município limita-se a Norte com Buritirama e Pilão Arcado, ao Sul com Muquém de São Francisco, a Leste com Xique-Xique, Morporá e Ibotirama, a Oeste com Buritirama, Mansidão, Cotegipe e Wanderley. Tem a cidade da Barra como sede, Igarité (1^o distrito) e Ibiraba (2^o distrito). (mapa 2, p.58)

A área do município da Barra é de 12.348,4 km², ocupada por 44.203 habitantes (IBGE-2000), sendo que, desse total, 19.641 estão na zona urbana e 24.562 na rural. Nos Brejos da Barra o censo do IBGE-2002 contou 16.000 habitantes. Esse município é banhado pelo Rio São Francisco em cerca de 300km pela margem esquerda e pelo Rio Grande em cerca de 90km do seu curso, nas duas

margens, da desembocadura do Rio Preto (afluente da margem esquerda) até a sua foz no Rio São Francisco.

Na sua área encontra-se ainda o Rio Icatu (afluente do São Francisco da margem esquerda), veredas e riachos dos brejos (onde se encontram as comunidades em estudo) e as Lagoas do Junco, do Viana, da Porta e da Joana Pereira. Convém destacar o fato de a maioria da população municipal, 55,56%, localizar-se na zona rural e que os dois distritos (Igarité e Ibiraba), pelos seus significativos tamanhos, concentram uma parcela importante. Outra parte considerável habita as margens dos rios São Francisco e Grande, nos cerca de quarenta pequenos núcleos populacionais ribeirinhos. Disto podemos perceber a importante concentração populacional na zona rural compreendida pelos brejos, e a desigual distribuição da população do município, destacando o sudeste com suas imensas áreas desocupadas e encobertas pelas vegetações de caatingas e cerrados.

Atualmente, aqueles defensores da inclusão da Barra no modelo de desenvolvimento que se processa no vale, enfatizam essas características como riquezas do município sendo importantes atrativos para as atenções do Estado e dos investidores:

"Barra que é um município onde a riqueza é de um potencial enorme. Vê aí os recursos hídricos a vontade que você pode fazer irrigação como você quiser, esses maravilhosos brejos que estão aí, e que produzem o ano todo. Mas tudo isso sem a condição de se desenvolver por falta de um apoio maior". (Sr. Sócrates, Chefe do Gabinete do Prefeito, julho de 2004).

Tal entendimento guarda semelhança com o de personagem da história recente do vale:

"somos o único povo que ainda persiste em não industrializar a sua agricultura. Ninguém hoje confia à Providência Divina o encargo de garantir o aproveitamento de suas colheitas. O vale do São Francisco, amplo, vasto e plano, rico em bases calcárias, é a região mais próxima do mar e adaptável à lavoura mecanizada que possuímos. O seu aproveitamento transformará por si só o destino do Brasil. Todos os povos na atualidade procuraram aproveitar os cursos d'água de que os dotou a Natureza para irrigar terras, acionar máquinas ou transportar a baixo custo mercadorias. O São Francisco até agora entregue a seus caprichos, assola de quando em quando a região ribeirinha, afogando rebanhos ou matando-os à sede, quando inunda ou seca em demasia. Regularizado o seu curso, transformado os seus afluentes em reservatórios de compensação, ficará assegurada a sua navegabilidade perene, pondo em comunicação o vasto *interland* que vai da serra da Canastra a Paulo Afonso. Estamos diante de um duro dilema: ou dominamos o São Francisco ou o Brasil desaparecerá como grande Nação" (ROCHA, 1983, p.30).

Do exposto na citação acima destacamos o quanto são antagônicos os interesses dos apologistas e beneficiários do dito desenvolvimento em relação aos das populações tradicionais ribeirinhas, pois foi justamente deste ritmo natural do Rio São Francisco que sempre se beneficiaram os beiradeiros. E, na outra racionalidade defendida, o ritmo natural deverá ser rompido para que se tornem mais produtivas as atividades econômicas pretendidas.

Quanto aos indicadores sociais, é oportuno apresentar a classificação do município da Barra em relação ao total de municípios baianos, pois tem se tornado um fator significativo na argumentação dos desenvolvimentistas nas reivindicações de maiores atenções do poder público das esferas estadual e federal.

Dos 417 municípios baianos, Barra ocupa os seguintes lugares no Desenvolvimento Social, segundo o censo do IBGE-2002:

Índice do Nível de Saúde (INS).....	367 ^o lugar
Índice do Nível de Educação (INE).....	220 ^o lugar
Índice dos Serviços Básicos.....	205 ^o lugar
Índice de Renda Média dos Chefes de Família (RMCF).....	274 ^o lugar
Índice de Desenvolvimento Social.....	283 ^o lugar

Do ponto de vista dos desenvolvimentistas, tais índices deverão melhorar porque têm comprometido a imagem do município aos olhos dos possíveis investidores que pretendam desenvolver ali alguma atividade econômica: “A Barra hoje é olhada até os problemas estatísticos prejudica (...) Sujeito pega lá uma planilha lá, mais a Barra ta assim, ta assado, e termina perdendo as oportunidades.” (Sr. Sócrates, Chefe do Gabinete do Prefeito, julho de 2004).

Os números expostos acima demonstram, no entanto, a notada ineficiência do poder público em todas as esferas em relação aos equipamentos sociais e na assistência ao povo barrense. Em parte, esta situação guarda relações com a especificidade histórico-geográfica deste município no contexto do vale, do Estado da Bahia e até mesmo nacional.

Segundo voz corrente no município da Barra, desde os tempos anteriores à sua fundação como cidade (16 de junho de 1873), com o nome de Cidade Florescente da Barra do Rio Grande, até os tempos da navegação do São Francisco (metade do século XX), pelos famosos navios a vapor (os “gaiolas” - foto 9), este

desfrutou de grande destaque no vale e até mesmo no Estado da Bahia, tal como relata abaixo o Sr. Sócrates:

“como naquela época (da elevação à cidade) já estava apresentando um certo índice de progresso, de desenvolvimento, se dizia que era a Barra florescente (...) O morador da Barra na época era considerado desenvolvido, mais civilizado do que os das outras regiões. E porque? Porque aquelas pessoas que tinham posses, tinham condições, mandavam seus filhos irem estudar nas capitais como foi o caso do pai do Barão de Cotejipe, mandou o filho dele estudar em Recife, o caso do Barão de Vila da Barra, mandou estudar inicialmente em Recife, depois em Salvador, o Visconde de Bom Conselho. Então quando essas pessoas vinham de lá depois de se formarem, eles exerciam suas profissões aqui na Barra e aqui influenciavam as famílias, traziam uma, alguma coisa de mudanças sociais, mudanças educacionais e isso influenciava bastante as escolas da Barra, que na época já eram organizadas, isso aí por volta de 1830. A Barra já tinha colégio aqui que ensinava retórica, latim, ensinava grego que eram as línguas exigidas pelo ensino fundamental, na época era o ensino básico, era o ensino elementar e aqui já ensinava tudo isso” (Sr. Sócrates, Chefe do Gabinete do Prefeito, julho de 2004).

Foto 9 – Benjamin Guimarães, barco a vapor (gaiola), ancorado em Pirapora-MG
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Cabe ressaltarmos, no entanto, quais moradores da Barra eram beneficiários do sistema educacional e o sentido das retribuições que ofereciam ao município.

“aqui já foi o berço da cultura pode dizer do Estado da Bahia. Teve um ano aqui que a Barra, a Bahia já tinha mais ou menos perto de uns 400 municípios e a Barra passou no

décimo quarto lugar em cultura no estado da Bahia. Era muito alta, né? (...) era só para os ricos, para as famílias ilustres. Formou vários advogados, vários médicos, vários... como é que chama... ...foi gente de alto escalão mesmo. Tem muita gente da Barra aqui, embaixador, não sei o que, é professor formou demais. Hoje ainda tem muitos professores formados aí. Mais a formatura de hoje tá muito precária. A educação aqui tá muito baixa. Desceu o nível demais” (Sr. Astrogildo, Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra, julho de 2005).

Pelo que nos parece, estes beneficiários, em grande medida, tomavam a história dos munícipes barrenses para si, pois, a partir dos benefícios que a Barra oferecia para os membros das elites (e alguns deles se tornaram figuras de nome nacional), é que sua fama se projetava por todo o vale como a “Alfenas” do sertão sãofranciscano.

“a história da Barra é mais do que... parece que quando acabou os Barões geraram os coronéis, né? Descendentes desses Barões. Aqui foi a base dos coronéis, foi do coronelismo mesmo. Com toda pré-potência, com todo autoritarismo, ainda tem gente hoje dessas famílias que ainda quer manter essa... essa situação e em certos aspectos ainda mantém, né? No setor político mesmo, aqui na Barra ainda tem muita gente aí que domina o povo através do poderio e através de dinheiro e de certas coisas (palavras inaudíveis) aqui através disso. O voto aqui ainda é de cabresto. O pessoal dessas famílias tradicionais aí, ainda tem muita gente encabrestado aí, não sei porque o pessoal parece que já, já vem do domínio assim, do tempo da, da história (palavras inaudíveis) ainda tem gente que ainda tem ranço dela aí de que já podia hoje ser... tá independente ainda se mantém subordinado e subordinado a essa raça de gente desse povo aí né? Aqui ainda conheci vários coronéis aqui... e teve outros pra trás que não cheguei a conhecer. E esses parece homens aqui parece que eles eram até menos prepotentes do que os de hoje. Que naquele tempo eles ainda davam até esmolas ao povo, ainda davam comida aos escravos, e esses aí se o cara tiver um prato de comida eles fazem é tomar. Aqui esses tubarões (palavra inaudível) barão de Cotegipe, barão não sei das quantas, ainda tem gente que ainda quer o poder desses barões” (Sr. Astrogildo, Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Barra, julho de 2005).

A história da Barra, contada pela grande maioria daqueles com os quais conversamos, é a história dos tempos dos figurões, dos barões, do apogeu da Barra como centro de cultura e de muitos serviços polarizados na região. Inclusive brejeiros, ribeirinhos, moradores das periferias da cidade, cujas condições de vida nem de longe se comparam ao conforto desfrutado pelas elites.

No entanto é esta história que contam.

Nos tempos da navegação do São Francisco, em função da sua localização geográfica, a Barra destacou-se como importante entreposto comercial. Na confluência dos rios Grande e São Francisco, principais canais naturais de circulação de mercadorias naquela época entre o Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Norte do país, abastecia-se na Barra os vapores dos produtos advindos e destinados a estas regiões:

“situada na confluência do rio S. Francisco com o seu notável tributário, o rio Grande, a cidade da Barra é o entreposto natural das regiões ocidentais que vizinham ao Sul do Piauí e com o oriente de Goiás, transpostas as serras do divisor dos rios S. Francisco e Tocantins” (SAMPAIO, 1955, p.89).

Com mais detalhe nos diz o Sr. Sócrates:

“então por força desta posição geográfica, a Barra se tornou um entreposto comercial. Porque o comércio era feito todo por base de embarcações. As embarcações traziam mercadorias de outras regiões como Juazeiro, Petrolina, que na época estavam surgindo, Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, traziam para Xique-Xique, traziam para Barra e também subiam o rio até Pirapora em Minas Gerais, essas embarcações em Bom Jesus, Ibotirama, Paratinga, Carinhanha, etc. e aqui na Barra se fazia os grandes negócios comerciais. Se traziam as coisas que dependiam da indústria, querosene e sabão, soda que na época se usava muito, etc. que se trazia daqui e da região e de outras regiões, do sul do Piauí e do Leste de Goiás descia para Barra, peles, a maniçoba, que na época era a borracha vegetal, que teve um papel importante na indústria do Brasil no final do século XIX e início do século XX se tornou uma fonte de riqueza, e a famosa cera de carnaúba, era um produto de exportação” (Sr. Sócrates, Chefe de Gabinete do Prefeito, julho de 2004).

Desta função desempenhada pela cidade da Barra beneficiou-se a elite política e econômica local. Esse passado é lembrado de forma enfática pelas autoridades dos dias atuais que, reclamando das agruras vividas pelos munícipes barrenses nas últimas décadas e ávidas pelo progresso, não se cansam de insistirem no “resgate dos valores do passado”, dos tempos em que a Barra contava com nomes de projeção nacional, homens de confiança do imperador, tal como os barões já mencionados.

Como parte do levantamento que fazia sobre o vale do São Francisco encomendado pelo Imperador D. Pedro II, em 1852 visando à construção da Hidrovia, o engenheiro Halfeld quando da sua passagem pela Barra em estudo da Foz do Rio Grande, assim refere-se à cidade visitada:

“Vila da Barra do Rio Grande, com cerca de 600 casas e pouco mais de 4000 habitantes. Na vila reside o Juiz de Direito da Comarca do São Francisco, ‘reina franqueza, o mais polido cavalheirismo e em extremo delicadas suas maneiras da vida social que rivalizam com as dos habitantes de uma corte das mais civilizadas” (FREITAS, 1960, p.53).

Contrapondo-se à luxúria exaltada pelas elites na descrição de Freitas, Sampaio destaca outros aspectos quando da sua expedição ao Rio São Francisco, cerca de três décadas depois, em 1879:

“a despeito da sua excelente situação, a antiga e famosa Vila da Barra, berço que foi do barão de Cotegipe, de Bonifácio de Abreu, de Mariani, de Cunha e Figueiredo, vultos que brilham na política, na ciência e na administração do país, não correspondeu á nossa mui legítima expectativa.

A cidade parece que se converte em uma grande tapera. Por sôbre as altas barrancas que dominam o porto, e que se escalam com dificuldade depois de passar a orla lamacenta da praia, estende-se a casaria baixa, desconjuntada, de telhados negros e de feio aspecto, deitando para o rio os muros mal curados de cerca. Mais para o interior, abrem-se três ruas longitudinais paralelas, cortadas por becos e vielas sujas e ligando dois largos sem importância e sem beleza. As casas parecem tombar, tal o desaprumo das suas paredes enegrecidas e rachadas. E os escombros das que já tombaram permanecem aí como um atestado da incúria e do abandono, refúgio de animais que se criam soltos e invadidos pela erva que brota com viço nas ruas desertas.

Outras vilas de menor categoria nos pareceram mais animadas e mais prósperas” (SAMPAIO, 1955, p.91).

Curiosas as discrepâncias nos relatos sobre a Barra, visto que, nesses tempos, já era a Barra, pelo menos nas referências das lideranças locais, uma cidade em grande ascensão. O que se pode observar de incomum nos relatos é a referência apenas às pessoas (provavelmente as elites) pelo primeiro autor, ao passo que o segundo relata suas impressões, principalmente da paisagem da cidade.

Dos principais motivos do “abandono da Barra” nas últimas décadas (assim dito por aqueles ávidos pelo desenvolvimento), aponta o fato deste município não ter sido contemplado nos planos rodoviários estaduais e nacionais a partir da decadência da navegação do São Francisco - década de 1960. As constantes cheias do Rio São Francisco inundavam a sede, “destruindo tudo”, inclusive o importante patrimônio histórico-arquitetônico da cidade e as grandes fazendas de gado. Afirmam que muitos fazendeiros abandonaram as terras e foram para outras freguesias à procura de melhores condições para investirem seus capitais. O mesmo ocorreu com os comerciantes de “grosso calibre”, pois, com o inexpressivo contato da Barra com outras localidades, aquela atividade econômica também não mais se firmava ali.

“cada vez que o rio enchia nessas proporções, ele invadia as propriedades rurais, destruía as pastagens, destruía os currais, destruía as casas de fazenda, e na cidade jogava por terra várias e várias construções¹⁴. Daí porque a Barra é uma cidade tricentenária, como

¹⁴ Um ritmo da natureza tão bem assimilado pelo povo que há muito ali vivia, contraria a racionalidade econômica, a inviabiliza. Justificam, assim, as investidas estatais no sentido de instalarem objetos que dominem, controlem a natureza, que rompa o seu ritmo – há que construir, portanto, diques, barragens... e as conseqüências para os beiradeiros que praticavam as culturas de lameiro? E a função dessas enchentes para a recarga dos berços do rio, as lagoas?

disse aqui as primeiras ocupações ocorreram em 1680, coisa assim, e você não vê prédio desse período. Os prédios mais velhos que você vê na Barra são do início do século XIX, 1808, aquela igreja lá, a igreja do Bom Jesus é de 1808, mas as anteriores você não vê mais.” (Sr. Sócrates, Chefe de Gabinete do Prefeito, julho de 2004).

Foto 10 - Mercado Municipal da Barra, Barra-BA
(Autor: J.S.Sobrinho, jul/2005)

Sobre as vias de ligação do Município,

“em 1973, o governo da Bahia construiu a estrada do feijão, a estrada do feijão ela vem de Salvador a Xique-Xique cortando essa área de Irecê, pois Irecê é o grande produtor de grãos, precisa de uma estrada deste tipo. E trouxe a estrada até Irecê, trouxe até Xique-Xique, mas não trouxe até a Barra. E isso foi um golpe de misericórdia na Barra da época, porque a partir daí, por força da falta de comunicação rodoviária com a Barra, as repartições que aqui existiam foram perdendo a influência e saindo da Barra. Então se concentrava por exemplo, o sistema de saúde, o sistema educacional, o sistema de segurança, isso tudo hoje está em outras cidades, foram transferidos para Ibotirama, para Irecê, para Barreiras, e nós perdemos repartições importantes como IBGE, como Capitania dos Portos, como Caixa Econômica, como Receita Federal, que eram as antigas Coletorias Estaduais e Federais, tudo isto saiu da Barra por força desta situação.” (Sr. Sócrates, Chefe de Gabinete do Prefeito, julho de 2004).

E, afora o comércio de produtos vindos de fora, não havia na Barra outra atividade de sustentação, como nos lembra Sampaio:

“Percebia-se bem que a cidade era um foco intermitente de comércio, mas arriscado a apagar-se, uma vez que lhe tirassem o suprimento que vinha de fora. De fato o município da Barra é reconhecidamente pobre no ponto de vista agrícola. Não tem quase lavoura alguma, já pela pouca fertilidade do seu solo, já pela fraca capacidade

de sua população para os misteres agrários. A criação do gado é a sua melhor indústria” (SAMPAIO, 1955, p.92).

Extinta a navegação, só no ano de 1997 foi asfaltada a estrada Barra-Ibotirama e em 2000 a de Barra a Xique-Xique. Até então, o acesso a essas cidades se dava por estradas de chão e de difícil tráfego nos períodos chuvosos, somente tratores e carro a tração 4x4 podiam transitar. Por via fluvial até Xique-Xique (72 Km), gastava-se 4 horas descendo o rio e 8 horas subindo. A luz elétrica, apesar da relativa proximidade da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso e Sobradinho, só chegou à Barra em 1982.

A esta situação vivida durante cerca de trinta anos denominam de “isolamento”, “atraso” e defasagem em relação as cidades, até mesmo vizinhas, que não tiveram, nem de longe, a mesma expressão da Barra, como é o caso de Xique-Xique, Ibotirama, Barreiras e outras.

As atuais autoridades barrenses atribuem este fenômeno à irresponsabilidade de governos locais que, segundo eles, são despreparados, e estaduais, que “viraram as costas para a Barra”, e ainda, às políticas do Governo Federal, pela opção ao modelo de desenvolvimento baseado no transporte rodoviário, abandonando totalmente o potencial hidroviário do Rio São Francisco. Pergunta-se: houve desalinhamento político do poder local com os de outras instâncias? Respondem que não. Durante este período, todos os prefeitos foram alinhados com o grupo político majoritário da administração estadual e de grande expressão nacional. Ao principal líder até foi concedido o título de cidadão barrense neste período. No entanto, “não serviu para que este se lembrasse da Barra”.

“então Barra é uma cidade com um município com 12.300 km² de área, e uma população de 50 mil habitantes, aproximadamente e depende... saúde, educação, segurança, depende de Ibotirama, uma cidade que tem a metade da população da Barra, a metade do tamanho do território, e agora por uma questão de planejamento estratégico que não se preocupou com a situação do município da Barra” (Sr. Sócrates, Chefe do Gabinete do Prefeito, julho de 2004).

No último quinquênio, no entanto, em função das investidas dos órgãos governamentais de desenvolvimento no vale, algumas mudanças vêm ocorrendo com tendências a “tirar a Barra do atraso” e atender ao clamor das elites pela saída da situação de “abandono” em que se encontram. Este discurso fundamenta a dita

necessidade de implantação de equipamentos ou objetos que viabilize sua inserção no modelo de desenvolvimento nacional e em implantação no vale.

Um fator importante a considerar é o fato das pessoas comuns também se apropriarem desse discurso como se as eventuais vantagens do dito desenvolvimento viessem para os favorecerem e não para intensificar o grau de subordinação a que serão submetidos.

Tratamos aqui de um município que, do ponto de vista dos desenvolvimentistas, é “atrasado”. A representação do que é desenvolvido coaduna com o modo de vida urbana. O município da Barra, tal como outros das imediações, tem maioria da sua população no meio rural, constituída em grande parte de posseiros. São trabalhadores que usufruem de autonomia no trabalho – detêm a propriedade do seu meio de produção – a terra e instrumentos de trabalho. Portanto, suas terras, produção ou mesmo a capacidade de trabalho, são visadas pelos desenvolvimentistas a transformar-se em mercadoria, tal como seu potencial produtivo em geral e, principalmente, a cachaça, produto que nos dias atuais vem ganhando maior aceitação no mercado.

As intervenções e as refuncionalizações dos espaços

Desde o início da década de setenta o Estado vem intensificando a intervenção na região do vale do São Francisco. Isto vem se realizando através da instalação de equipamentos técnicos e de várias formas de incentivos estatais, visando atrair investimentos privados para implantar no vale um modelo de desenvolvimento que o insira na ordem econômica nacional.

Dentre os vários fatores de atração dessas políticas desenvolvimentistas, assume relevante importância as características favoráveis das bases sociais e naturais, tais como: alto índice de incidência solar, oferta de água, solos de fácil correção, abundância de mão-de-obra a baixo custo e uma elite econômico-política simpática a essas mudanças, como Marx nos lembra:

“a feição natural do território, cuja influência era determinante no início da história, tem, ainda hoje, influência sobre a maneira como se dá a divisão do trabalho. Formas naturais e formas artificiais são virtualidades, a utilizar ou não, mas cuja presença no processo de

trabalho é importante condicionado por sua própria estrutura interna” (MARX, 1978, pp. 165-166, Apud. SANTOS, 2002, p. 139).

Complementa ainda Santos:

“os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social. Isso responde à exigência de maior segurança e rentabilidade para capitais abrigados a uma competitividade sempre crescente” (SANTOS, 2002, p. 147).

Estas intervenções governamentais vêm conferindo uma nova *configuração territorial*¹⁵, fruto de usos cada dia mais intensos desses objetos técnicos, estabelecendo novos modos de vida às populações ribeirinhas, bem como àquelas oriundas de outras localidades do sertão semi-árido nordestino que migram para estas localidades à procura de trabalho.

Na exploração dessas virtualidades, como afirma Santos, vale destacar o empenho dos órgãos governamentais, para a implantação de cultivos de produtos como frutas e grãos. Produtos estes, destinados a abastecer mercados externos e gerar divisas às contas do país, algo inerente à fase atual do mercado globalizado:

“em decorrência das mesmas determinações, a produção e o consumo adquirem uma independência extremamente problemática e uma existência separada, de tal modo que o mais absurdo e manipulado consumismo, em algumas partes do mundo, pode encontrar seu horrível corolário na mais desumana negação da satisfação das necessidades elementares para incontáveis milhões de seres” (MÉSZÁROS, 1995, p.48, Apud. ANTUNES, 1999, p. 24).

No caso do vale do Rio São Francisco, observamos que a implantação dos objetos técnicos (estradas, pontes, redes de energia, máquinas etc.) com grande frequência chega às localidades onde residem as comunidades tradicionais causando-lhes a expropriação do seu modo de vida e do acesso a terra que sempre garantiu o seu sustento; e em vez de lhes trazerem vantagens tão alardeadas pelos precursores do chamado desenvolvimento os aliena do produto do seu trabalho e assim, se tornam presas do sistema de produção capitalista.

Observa-se em várias localidades do vale como *Projeto Salitre* (produção de frutas) – município de Juazeiro-BA e região de Barreiras-BA (produção de café, soja, milho e algodão), um estágio mais avançado destas intervenções, ou seja, grande parte dos espaços já foi equipada de forma a permitir a funcionalização pretendida, a

¹⁵ O conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área (SANTOS, 2002, p. 103).

apropriação do território¹⁶ pelas empresas, segundo a racionalidade econômica capitalista para as empresas sob a iniciativa da superestrutura: o Estado capitalista. Ali, tudo e todos, segundo a concepção hegemônica, deve movimentar-se convergindo suas energias para o sucesso do capital.

Faz-se necessário salientar que essas premissas não são explicitadas nesses termos no discurso desenvolvimentista; mas sim ocultadas sob uma falácia de tirar o povo da “pobreza”, do “isolamento”, do sofrimento, gerando empregos e garantindo-lhes melhor qualidade de vida. Sobre esta questão, Santos adverte:

“impõe-se distinguir entre os atores que decidem e os outros. Um decididor e aquele que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar. Entre os grandes decididores, os governos, as empresas multinacionais, as organizações internacionais, as grandes agências de notícias, os chefes religiosos...” “... é sempre por sua corporeidade que o homem comum participa do processo de ação. Esta categoria de corporeidade está ganhando espaço nas ciências do homem nesta fase da globalização” (SANTOS, 2002, pp. 81, 82).

A afirmação acima nos ajuda na reflexão sobre o que vem ocorrendo nas comunidades dos Brejos da Barra. Ali, os órgãos estatais por meio da ONG (Organização Não Governamental), Distrito Projeto Brejos da Barra, vêm impulsionando importantes mudanças as quais destacaremos adiante, intensificando os reflexos no modo de vida tradicional das comunidades.

No estudo das comunidades brejeiras nos auxiliam as contribuições de BOURDIEU (1994) com a sua *teoria da prática*, as quais consideramos importante para a análise das práticas dos indivíduos. Estas são resultados das disposições duráveis¹⁷ ou *habitus*, ou ainda das novas disposições que são criadas a partir da vivência, do contato com a outra racionalidade.

Nas comunidades brejeiras, flagra-se o momento em que as mudanças estão se iniciando. Neste caso os “tempos” e os espaços estão sendo remodelados para outra funcionalidade. Estão sendo implantados objetos técnicos que conferirão ao espaço geográfico¹⁸ outros tempos, distâncias, velocidades e, por conseguinte,

¹⁶ Adota-se a noção introduzida por Santos a partir do uso do meio natural e do meio técnico.

¹⁷ “A palavra *disposição* aparece particularmente apropriada para exprimir o que recobre o conceito de *habitus* (definido como sistema de disposições): com efeito, ele exprime, em primeiro lugar, o resultado de uma ação organizadora, apresentando então um sentido próximo ao de palavras tais como estrutura. Designa, por outro lado, uma maneira de ser, um estado habitual (em particular do corpo) e, em particular, uma predisposição, uma tendência, uma propensão ou uma inclinação” (BOURDIEU, 1994. p.60).

¹⁸ Espaço Geográfico: entendido como sistema indissociável de objetos e ações (SANTOS, 2002 p.62).

outro papel a desempenhar na divisão sócio-territorial do trabalho, e até mesmo na construção do universo de representações dos sujeitos sociais. Os tempos atuais têm por característica marcante a “edificação” de sucessivos eventos: a construção de estradas, instalação de torres de celulares, a construção de novas moradias, escolas, canais de irrigação. Estes eventos imprimem ou permitem o implante de uma outra racionalidade ao espaço.

“também modifica os valores preexistentes. Os respectivos 'tempos' das técnicas 'industriais' e sociais presentes se cruzam, se intrometem e acomodam. Mais uma vez, todos os objetos vêm modificada sua significação absoluta (ou tendencial) e ganham uma significação relativa, provisoriamente verdadeira, diferente daquela do momento anterior e impossível em outro lugar. É dessa maneira que se constitui uma espécie de tempo do lugar, esse tempo espacial” (SANTOS, 2002, p.59).

Instrumentos de trabalho como foices, machados, enxadas, animais de tração que trabalham a terra num certo ritmo para a produção de alimentos (milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar *Saccharum officinarum* L. (Poaceae - Gramineae) para o fabrico de rapadura e aguardente). Ambos se destinam, principalmente, ao abastecimento das populações locais e circunvizinhas. Esses instrumentos são substituídos por tratores e outras máquinas de beneficiamento de produtos “nobres” em ritmos sempre mais acelerados e em larga escala para abastecer mercados externos.

O *lugar*¹⁹, em conjunto com os objetos que o compõe, passa por um processo de transformação. As velocidades e os ritmos dos deslocamentos que até então eram predominantemente feitos a pé e no lombo de animais, agora se modificam, pois as novas estradas permitem a intensificação da velocidade, dos fluxos por automóveis e a produtividade do processo de trabalho se amplia de forma crescente e acentuada com a mediação das técnicas (maquinários e ferramentas mais apropriadas para o que se pretende).

O evento da comunicação moderna permite a “instantaneidade” da telefonia e redes de computadores, substituindo a correspondência via mensagens (recados, cartas). Chegam também escolas e algumas melhorias sanitárias, mas a demanda tende a aumentar em função do novo contexto (desenraizamento do homem do seu meio, da natureza), sendo a oferta destes serviços pelos desenvolvimentistas geralmente insuficiente (como veremos no exemplo do serviço de saúde). Surge,

¹⁹ Do ponto de vista do sentido de estar e como estar no mundo (SANTOS, 2002).

portanto, uma questão: o quanto isso contribui de fato para o desenvolvimento humano, para a dita melhoria da qualidade de vida; o quanto todas as pessoas, no convívio com e no seu lugar, na sua ambiência local, desfrutam dessas “melhorias” para o seu bem viver? Qual é a influência de todas essas mudanças no conjunto da vida e para a sociedade em seus lugares? Estas são questões motivadoras da pesquisa que realizamos.

Não se trata de ser contrário às tecnologias, mas nesse aspecto concordamos com Unger ao referir-se às proposições de Heidegger sobre o assunto:

“precisamos das invenções técnicas e delas dependemos. Aquilo de que não precisamos e do qual nem dependemos é manter uma relação de tal modo unidimensional com o tecnológico que essa relação se torna uma servidão. O que podemos fazer é aprender a lidar com o poder que o mundo tecnológico traz, cuidando sempre para que essa relação seja de independência. Isso significa que, ao mesmo tempo em que as invenções técnicas podem fazer parte de nosso cotidiano – o que de fato já acontece –, podemos reconhecer o seu lugar de coisas que não têm nada de absoluto e que dependem de uma realidade mais alta. E, para falar desta atitude, que significa dizer ao mesmo tempo “sim” e “não” à tecnologia, Heidegger emprega a palavra *Gelassenheit*, cujo sentido pode ser explicado como uma atitude de “deixar-ser” (UNGER, 2001, p.128).

Questionamos, portanto, é o unilateralismo da técnica, a pretensão homogeneizante de “fagocitar” a tudo e a todos na aceleração dos processos produtivos sem a devida precaução e cautela no uso das riquezas naturais, sem respeito aos ritmos e limitações dos ambientes e ainda, a destinação geralmente concentradora que se dá aos resultados da sua utilização:

“hoje, vivemos num mundo que é o fruto amargo desta dinâmica, cujo desdobramento se realiza em múltiplos níveis. Os vínculos sociais são rompidos em todas as classes sociais; as relações humanas se dissolvem na economia. Em algum nível ou grau de percepção, quer o queiramos quer não, cada um de nós está sendo interpelado a viver a experiência do deserto. Por isso, no contexto da presente reflexão, o uso da palavra deserto como traço marcante do mundo contemporâneo não diz respeito unicamente às graves consequências resultantes da devastação da natureza. Refere-se também à esfera da sociedade. Ao espaço da convivência humana. Trata-se do impacto de uma época na qual a vida está sendo negada e que tem seu eixo na racionalização e controle de todas as coisas” (UNGER, 2001, p.46).

É oportuno lembrar que tais mudanças não adquirem, necessariamente, destinos unidirecionais e ascendentes a contribuir sempre de forma positiva para o sucesso da lógica idealizada pelas forças hegemônicas. Acreditamos que tais mudanças podem também potencializar os “refluxos” – a depender da receptividade, do grau de aceitação dos agentes sociais (principalmente daqueles atingidos diretamente) e da capacidade de suporte das bases naturais.

“se a metáfora do deserto expressa a realidade de um tempo destituído, podemos nela também descobrir um outro sentido, que é a do deserto como lugar que contém em si múltiplas possibilidades de renovação e virtualidades da criação. Pensar a gravidade do tempo em que vivemos é pensar também as possibilidades de sua superação. As formas de renovação e regeneração do tecido social se expressa de múltiplas maneiras e em níveis diversos, tanto no plano individual quanto no plano dos movimentos sociais e correntes de pensamento” (UNGER. 2001, p.57).

As comunidades dos Brejos da Barra, em grande maioria, convivem com o tempo histórico próprio, nas suas relações sociais e com o meio natural. As novas funcionalidades percebidas nas alterações da *paisagem*²⁰ potencializam seus conteúdos do ponto de vista da tendência à mudança, e estes não mais dizem respeito somente a si, mas coexistem com outros lugares e com a totalidade, a cada momento com ligações mais intensas; e, graças à técnica dos tempos atuais, as tendências homogeneizadoras poderão ser contrariadas com a potencialização dos refluxos das supostas tendências a partir da apropriação das técnicas pelo povo, regularmente subestimado pelos tecnocratas, detentores do poder de decisões sobre suas vidas:

“a materialidade artificial pode ser dada exatamente por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade” (SANTOS, 2002, p.57).

A partir do exposto acima, pode-se entender que a racionalidade econômica, tal como se implanta nos espaços sãofranciscanos, vem imprimindo sua marca ou sua “impressão digital” no espaço através dos objetos instalados e das disposições ou expectativas que são criadas para viabilizar essa outra lógica. Ou seja, o espaço da ordem moral vai se transformando em espaço da ordem econômica conforme nos sugere Woortmann:

“Passa-se de uma ordem de primazia da lei dos homens para a primazia da lei das coisas; de um universo relacional para um universo atomizado; da sociedade para a economia.” (WOORTMANN, 1990, pp.16-17)

Mas destaca também Woortmann:

²⁰ “Conjunto de forma que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2002, p.103).

“um movimento que se dirige a uma dimensão da modernidade pode ser, ele mesmo, necessário para que haja um outro movimento, o de reconstruir a tradição...”

E ainda,

“...o apego à tradição pode ser o meio para sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro” (WOORTMANN, 1990, pp.16-17).

Na ordem regida pela racionalidade econômica, a aquisição dos instrumentos de trabalho e meios de produção dar-se-á pela compra a dinheiro. Para tanto, terão que produzir em quantidade maior para comércio. Deste modo, a terra também assume outro papel. Ou seja, da produção para o sustento da família, por meio do trabalho (preocupando-se em preservar a honra e a hierarquia do seu chefe), produzir-se-á para o comércio para sustentar o consumo sempre crescente de produtos industrializados.

Isto observamos nos brejos a partir do aumento da produção da cana-de-açúcar nas áreas antes destinadas à produção de alimentos, de forma mais intensa na comunidade do Brejo do Saco. Em escala maior, observa-se na região de Barreiras e Mimoso do Oeste (atual Luis Eduardo Magalhães), o imenso vazio demográfico num território que no pretérito era apossado pelos camponeses e hoje se destina aos “infinitos” cultivos de soja, milho e algodão – voltados para o abastecimento de mercados demais estranhos à localidade, certamente com todo apoio e incentivos dos órgãos governamentais para implementação e manutenção da infra-estrutura bem como por meios dos financiamentos subsidiados.

As promessas desenvolvimentistas às comunidades brejeiras

Nesta parte trataremos da intervenção dos órgãos desenvolvimentistas estatais nas comunidades brejeiras. Trata-se de comunidades que há séculos permaneceram, e parte significativa ainda permanece, em contato bastante reduzido com a sociedade ampla. Estes aglomerados populacionais rurais mantêm nas suas relações sociais e com o meio, características bem próprias, herdadas dos ancestrais por tempos remotos. Ou seja, seu modo de vida tem se constituído num

patrimônio cultural transmitido às sucessivas gerações pelos próprios sujeitos sociais integrantes das comunidades. Isto representa uma característica marcante desses grupos, resultante do universo de representações no âmbito do espaço e do tempo, nas suas atividades constitutivas da labuta do indivíduo em consonância comunitária para obtenção dos seus meios de vida.

Muitos destes núcleos comunitários encontram-se bastantes preservados quanto ao modo de vida e sua cultura. A esta elevada preservação assume importante papel as longas distâncias que se encontram da sede do município e cidades do entorno, assim como a precariedade das vias de acesso, as quais limitam de forma considerável o contato dessas comunidades com outros modos de vida.

Lembramos que até mesmo a sede do município, no período entre a decadência da navegação no São Francisco (meados do século XX) e o final da década de 90, em função da precariedade das vias de acesso por terra, também se manteve em pouco contato com outras localidades. É com base nesta situação que os integrantes do grupo político atualmente no poder (em maioria funcionários aposentados de bancos estatais - *Banco do Nordeste* e *Banco do Brasil*) valem-se para fortalecer seus argumentos reivindicatórios aos órgãos públicos de desenvolvimento regional a tirá-los do estado em que se encontram – segundo eles, “esquecidos do mundo”.

É nesse contexto que se realizam as intervenções nos Brejos da Barra, cujos potenciais produtivos são visados pelos desenvolvimentistas a fim de introduzir uma outra racionalidade na produção, culminando, assim, com alterações no modo de vida tradicional inerentes às comunidades brejeiras. Conforme discurso da agência de desenvolvimento – o Distrito Projeto Brejos da Barra, as investidas naqueles espaços se justificam como uma medida para tirar as comunidades brejeiras do isolamento, do sofrimento, levando até elas o desenvolvimento, o progresso e disponibilizando-lhes as técnicas modernas de produção.

Foto 11 - Sede do Distrito Projeto Brejos da Barra, Barra-BA
(Autor: J.S.Sobrinho, jan/2004)

Nesta parte do nosso trabalho discorreremos sobre as constatações durante a trajetória percorrida na realização da pesquisa, a partir de consultas aos documentos e panfletos de propaganda da agência desenvolvimentista, das conversas com técnicos e administradores da agência e membros das comunidades. Teceremos considerações quanto ao estado atual das chamadas melhorias constantes de equipamento edificados no espaço e uma diversidade de projetos visando alterações na produção agrícola e conseqüentemente no modo de vida brejeiro.

A referida intervenção consta da inclusão do município da Barra (principalmente dos brejos) na política de desenvolvimento do vale do São Francisco em implantação pela CODEVASF. Como fatores que contribuíram decisivamente para esta inclusão, podemos citar a ascensão do grupo político atualmente no poder composto de munícipes que se dizem “incomodados” com a situação em que o município se encontrava desde a decadência da navegação no São Francisco. Assim, “coroaram” de boas vindas ao candidato a deputado federal, João Leão, político de família tradicional de Pernambuco e filho de usineiro daquele Estado. Este teve seu primeiro contanto com a cidade da Barra quando realizou nesta os

estudos secundários. E, alegando cumprir o dever de oferecer um retorno àquele município pela contribuição à sua formação, escolheu o seu eleitorado para eleição a deputado federal na legislatura 1999 – 2002.

“e ele entrou aqui na região porque estudou aqui na região, então como ele gosta muito de Barra, foi que começou, né?” (D. Zefa, agente da CPT-Barra, julho de 2005).

Eleito com expressiva votação para a referida legislatura, o então deputado, contando com apoio do grupo político vitorioso nas eleições municipais de 2000 e da família tradicional dos Camandarobas, segundo suas falas, decidiram “romper com a paralisia administrativa das décadas passadas, inserir a Barra no desenvolvimento do vale e livrá-la do mal do atraso”. Encaminhou-se, então, o processo intervencionista através do convênio estabelecido com a CODEVASF e em muito favorecido pelo fato do deputado ser integrante da comissão de orçamento do Legislativo Federal.

“era uma região riquíssima em seu ecossistema, mas de uma pobreza absoluta, o que faltava era chegar a Embrapa, a CODEVSAF, o governo de um modo geral, para levar a tecnologia e fazer com que essas pessoas fossem resgatadas de 300 anos de atraso” (João Leão, deputado federal). (<http://www.ceinfo.cnpat.embrapa.br/index2php>, acessado em maio de 2006).

Para conseguir tal propósito, contam entrevistados, que o deputado em suas andanças pelos Brejos “escondidos” no mar cinzento das caatingas, fez filmagens das paisagens brejeiras e das manifestações culturais de seu povo (o “forró”, o “batuque” e outras danças, cânticos e celebrações), elaborou um vídeo, e numa audiência especial com o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, apresentou o feito, conseguindo sensibilizá-lo para a situação de “total abandono” daquele povo “sofrido”, o qual encaminhou as providências para os órgãos competentes. Esses adjetivos assumem peso importante para a destinação das “atenções” do Estado para aquelas localidades brejeiras – tão alardeadas pelas elites políticas locais que retornaram das capitais, onde permaneceram por décadas e voltaram à terra natal decididos a oferecer-lhe seus serviços, presenteá-la com as esperanças de melhores dias, com as promessas de progresso. De toda articulação empreendida por estes sujeitos e órgãos de outras esferas, a “princesa adormecida” como costumam dizer, foi despertada.

“foi muito dinheiro que entrou. E muita movimentação. Compraro os carros, os tratores, danava nos... é parceria com a Seicom²¹ entrava carros, parceria com outros órgãos do Estado, do país todo! Entrava recurso, parceria com outros órgão estrangeiro entravam recursos também. Que era só pra esses Brejos da Barra. E pra eles conseguir isso, ó o argumento que eles usaram: filmaro todos os brejos, aquela realidade, aquela necessidade, e quando apresentava no senado, em qualquer lugar, não faltaria recurso, porque ninguém tinha coragem de dizer não. Mais nunca foram aplicados lá” (Nelson, Presidente da APROCANA, julho de 2006.)

A partir de então o referido Distrito da CODEVASF foi transformado numa ONG composta pelo conjunto de associações das comunidades rurais (totalizando 113 incluindo as dos Brejos, das comunidades ribeirinhas e as do sequeiro), de produtores que foram fundadas (com a finalidade de obter recursos de outras entidades e não somente da CODEVASF) nas comunidades visando pleitear investimento na produção junto às instituições financeiras estatais; além de muitas parcerias com uma variedade de órgãos oficiais que foram estabelecidas tal como CODEVASF, MS (Ministério da Saúde), MEC (Ministério da Educação e Cultura), Exército Brasileiro, BNB (Banco do Nordeste do Brasil), Banco do Brasil, EBDA (Empresas Baiana de Desenvolvimento Agrícola), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, EMBRAPA-CE (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-CE) etc.

Assim, teve início uma série de intervenções em infra-estrutura (estradas, eletricidade, telefonia etc.), educação (construção de escolas e centros de treinamentos), saúde e habitação (construção de moradias em substituição às antigas visando o combate ao barbeiro *Triatoma infestans* Klug (Reduviidae)) e na produção, com a formação de um grupo de técnicos a oferecer orientações ao associativismo e cooperativismo, concomitante à venda de mudas de manga, caju e mangaba a serem cultivadas utilizando técnicas modernas e o respectivo treinamento e assistência técnica aos produtores:

“os parceiros são formidáveis. Tenho parceria com a Embrapa Agroindústria Tropical (Fortaleza, CE), Embrapa Tabuleiros Costeiros (Aracaju, SE), com a CODEVASF, o 4º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) e a parceria com o povo, que é a melhor parceria. A felicidade do povo de ver as coisas acontecendo” (João Leão, deputado federal). (<http://www.ceinfo.cnpat.embrapa.br/index2php>, acessado em maio de 2006).

Por meio das parcerias com instituições financeiras, foram abertas linhas de crédito aos agricultores e fomento ao estabelecimento de cultivos comerciais em

²¹ Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia.

maior quantidade nas propriedades, inclusive nas áreas tradicionalmente ocupadas com os cultivos voltados ao abastecimento familiar; criação de hortas comunitárias, ampliação e alterações da produção de cana-de-açúcar e derivados, organização dos apicultores visando adequação do mel às exigências do mercado, organização associativa dos pescadores ribeirinhos para a implantação de um entreposto pesqueiro e incentivo à criação de peixes (tilápias) nos próprios brejos em tanques construídos a partir da fixação de telas transversais em dois pontos dos filetes d'água - o riacho. (foto 12).

Foto 12 - Criatório de peixes- Brejo da Cachoeira, Barra-BA
(Autor: J.S.Sobrinho, jan/2004)

“aproximadamente 2.500 famílias no total. Na primeira fase, 500 famílias estão sendo beneficiadas, cerca de 20 mil pessoas (...) O meu objetivo é resgatar uma população que vivia à margem da sociedade. Nós já plantamos 200 hectares de caju este ano, em parceria com a Embrapa Agroindústria Tropical, e 200 hectares de mangaba, em parceria com a Embrapa Tabuleiros Costeiros. O nosso objetivo é fazer com que cada proprietário tenha até três hectares - um hectare de manga, um de caju, um de mangaba - e que ele tenha uma renda pessoal para sobreviver e viver a vida. O proprietário terá uma renda, com esses três produtos, em torno de R\$ 5mil a R\$ 7mil, com cerca de 70% de renda líquida. Então, uma pessoa que não tem nada pode passar a ter uma renda de R\$ 5.600,00 anuais. Isso é um céu, é real e possível fazer. Eu sempre digo que o sertão é viável, e nós vamos provar” (João Leão, Deputado Federal). (<http://www.ceinfo.cnpat.embrapa.br/index2php>, acessado em maio de 2006).

Sem entrarmos no mérito das grandezas numéricas que o deputado debulha e sua correspondência com o que se constata no âmbito dos ditos beneficiados em seus projetos, vemos que, apesar da grande dose de virtualidade, estas pretensões estão acompanhadas da instalação de amostragens de equipamentos no espaço; estes prometem as condições para a reestruturação produtiva orientada pelos desenvolvimentistas, as quais acenam para um futuro possível àqueles, muitos dos quais, acabam acreditando que realmente estão à margem, pelo fato de não terem ainda se enquadrado no modo de vida urbano prometido pelo “bandeirante” dos sertões.

Nesse processo, o deputado João Leão destaca-se realizando a conexão entre a agência de desenvolvimento regional, a CODEVASF e o município da Barra, envolvendo os Brejos e suas comunidades, a partir do que têm a oferecer, do ponto de vista dos desenvolvimentistas - as riquezas naturais e a força de trabalho dos brejeiros.

“o asfalto que chegou já em 97 (ao município da Barra), trabalho realmente importante do governador Paulo Souto, que tirou a Barra do isolamento, e aí o Projeto Brejos da Barra, um projeto também com o apoio do deputado João Leão em convênio com a CODEVASF, e que esse projeto deu realmente uma conotação diferente à nossa área rural porque passou a mostrar o que os Brejos tinham e o que os Brejos podem ter, podem produzir e tudo isso. Deu realmente um empurrão” (Sr. Sócrates, Chefe de Gabinete do Prefeito – 2000-2004 e ex-Gerente Geral do Distrito Projeto Brejos da Barra).

Torna-se importante ressaltar o sentido atribuído à palavra “isolamento” na fala dos agentes impulsionadores do dito desenvolvimento. Para eles, o que caracteriza o isolamento dos brejos? Eles insistem num falso problema na medida em que, no bojo deste discurso, não está explicitado, mas se sentem incomodados com a existência de uma população de trabalhadores que ainda mantém a autonomia no processo de trabalho, os quais ainda não se inseriram, como querem os “bandeirantes” na lógica fria da mercantilização de tudo.

Referem-se, portanto, à inexistência naqueles espaços da infra-estrutura que possibilite a exploração “do que os Brejos podem ter”: das riquezas naturais presentes ali, que poderão ser valorizados a partir das condições que permitam aplicar-lhes quantidade maior de trabalho. Assim a partir da intervenção do Estado por intermédio dos seus órgãos desenvolvimentistas (no caso, o Distrito Projeto Brejos da Barra, uma extensão da CODEVASF presente ali), os Brejos puderam ser

vistos pelo que tinha e pelo que poderiam ter. Ou seja, as suas riquezas naturais passaram a serem vistas como recursos naturais²², na medida em que se tornarão instrumentos, meios, para a finalidade que se pretende, a saber: por meio da utilização de técnicas modernas que possam transformá-los, conferir a forma que satisfaça as exigências do mercado para viabilizar a reprodução ampliada do capital. (foto 13)

Foto 13 - Embalagem para cachaça do “Brejo” proposta pelo Distrito Projeto Brejos da Barra, Barra-BA
(Autor: J.S.Sobrinho, jan/2004)

Eis, portanto, uma noção do que representa o Distrito Projeto Brejos da Barra, segundo o Gerente Geral em exercício no ano de 2004 Sr. Ingo:

“nada mais é do que uma agência de desenvolvimento. Na época não poderia colocar esse nome, porque, como a CODEVASF seria a principal mantenedora do Distrito, ela trabalha

²² Ao referirmos aos elementos da natureza passíveis de uso adotamos a seguinte definição: “a natureza é *riqueza* e não somente *recurso*. Recurso, como nos ensinam os bons dicionários, é o meio para atingir um fim. Eis, no fundo, o que o desafio ambiental nos coloca: a natureza como riqueza e não como recurso. Aqui residem, a nosso ver, o limite da razão econômica mercantil e a necessidade de construir uma racionalidade ambiental, tal como vem sugerindo Enrique Leff” (GONÇALVES, 2004, p.242)

com distritos de irrigação. Ou seja, os perímetros irrigados, que ela constrói, né? Faz os projetos, assenta o pessoal que vem de fora, compra os lotes, a partir daí os distritos começa a gerir, gerenciar a parte do perímetro irrigado, depois a CODEVASF emancipa esse distrito, esse distrito passa a cobrar água dos colonos, o colono passa a pagar pelo lote, e ela faz um repasse para a CODEVASF daquilo que é devido à CODEVASF. E o distrito começa a se manter sozinho independente da CODEVASF” (Ingo, Gerente do Distrito Projeto Brejos da Barra, janeiro de 2004).

Conforme a afirmação acima, os perímetros irrigados da CODEVASF consistem em áreas delimitadas, nas quais implantam a infra-estrutura necessária à prática da agricultura irrigada. Para a viabilização destes perímetros, constroem estradas, redes de energia elétrica, estações de bombeamento, canais de irrigação, desapropriam as terras, preparam o terreno, treinam mão-de-obra; ou seja, criam-se as condições que possibilite a prática da agricultura tecnificada com alto valor e viabilidade para ser lançada no mercado.

De modo geral aplicam técnicas modernas: correção de solos, usos de insumos e defensivos nos cultivos de produtos como uva, goiaba, banana, melão e outros no semi-árido nordestino. No caso dos Brejos da Barra, desde a concepção inicial, pretendia-se utilizar a “irrigação natural”, ou seja, os riachos dos brejos, não precisando instalar toda a infra-estrutura comum aos conhecidos perímetros irrigados:

“o Distrito da Barra foi criado sem fazer o perímetro irrigado. Ou seja, com o perímetro irrigado já existente naturalmente, que é os Brejos da Barra. Que lá já é um perímetro irrigado natural. Então para se criar o distrito tinha que se botar um nome. Em vez de botar o nome de agência de desenvolvimento, se criou o nome do Distrito Projeto Brejos da Barra” (Ingo, Gerente do Distrito Projeto Brejos da Barra, janeiro de 2004).

Uma particularidade também significativa desta intervenção nos brejos da Barra é o fato de destinar-se aos moradores das comunidades tradicionais em suas posses não ocorrendo, portanto, as desapropriações muito comuns nos perímetros convencionais da empresa. Consta de abertura de linhas de créditos bancários para viabilizar a implantação de outra racionalização da produção a partir de cultivos, em muitos casos, já constante dos costumes das comunidades brejeiras, tal como a cana-de-açúcar, o caju *Anacardium occidentale* L. (Anacardiaceae), a manga, além da agricultura da mangaba, produto costumeiramente extraído da caatinga pelos brejeiros.

Quanto aos objetivos do Distrito Projeto Brejos da Barra, o então Gerente Geral, Ingo, os apresentam:

“o objetivo principal do Distrito é a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do perímetro aonde o distrito abrange. São 480 mil hectares, é isso? 480 mil hectares²³. O que é melhoria da qualidade de vida? Tanto a parte produtiva que a gente incentiva em produzir, incentiva em comercializar, tal como a parte do bem estar social dele. Ele a conviver, a saber usar um banheiro, a saber usar uma energia elétrica... que eles não tinham nada disso. A estrada que não tinha que eles andavam de... escoava a produção toda através de... de animal, hoje tem estrada. Aliás tem um ditadozinho que fala que vai trocar os jumentos dos brejeiros por uma besta, carro né? O distrito, basicamente é isso aí” (janeiro de 2004).

O depreciativo ditado popular dirigido aos brejeiros representa o modo não somente como grande parte das pessoas comuns moradoras da cidade da Barra os vê, mas também daqueles dotados do poder de interferir nas suas vidas – os desenvolvimentistas. Para estes, os brejeiros são “atrasados”, “pobres”, “sofridos”, “incivilizados”, “isolados” e “esquecidos” – adjetivos frequentemente dirigidos aos brejeiros por aqueles de fora do seu meio. Os quais entendem que estes, por serem diferentes, precisam ser resgatados, pois estão perdidos no tempo: o progresso foi expandido e eles ali ficaram, precisando do “bandeirante” para resgatá-los. São estes os adjetivos que caracterizam os problemas enfrentados pelas comunidades brejeiras e justificam a intervenção.

“Eu sou um agente político. Estou apenas cumprindo com a minha obrigação de parlamentar de fomentar o desenvolvimento em uma região esquecida” (João Leão, Deputado Federal), (<http://www.ceinfo.cnpat.embrapa.br/index2php>, acessado em maio de 2006).

Este reconhecimento de cumprimento do dever está explícito num texto elogioso homenageando ao deputado João Leão, escrito “coincidentemente” pela diretora da Escola Eutália de Oliveira Santos, do Brejo do Saco. É possível que esteja ali também cumprindo o seu papel, tal como o deputado; e por acreditar piamente na sua missão, tenha sido designada pelos desenvolvimentistas para atuar naquela comunidade a qual deverá servir de exemplo a ser seguido pelas demais.

Muitas vezes estes sujeitos sociais conseguem até inculcar nos próprios brejeiros as ditas representações preconceituosas e carregadas de muita malícia, os quais passam a negar a sua identidade cultural fundamentada nas relações espaço tempo próprias deles – acabam por inverter seus valores, assimilando os impostos pelos desenvolvimentistas que impõem o processo de urbanização nas suas vidas.

²³ Fazemos aqui uma correção na área dita pelo Gerente. Em vez de 480 mil, são 280 mil hectares.

É inegável o quanto exige aos brejeiros as condições objetivas de sua reprodução, nas quais para adquirir os meios de vida, interagem de forma imediata. Ressaltamos aqui o quanto enfadonha torna-se a repetitiva referência de alguns brejeiros, geralmente lideranças comunitárias cooptadas, à sua vida sofrida, à extrema fadiga do seu trabalho, da sua labuta cotidiana, ecoando nos cantões sertanejos o discurso dos agentes desenvolvimentistas oriundos do meio urbano, os quais lhes prometem dias melhores a partir da adoção de outros sentidos para as suas vidas, em detrimento daqueles da comunidade.

Sob pretexto de melhorar a qualidade de vida dos brejeiros, está uma intenção maior constante da filosofia desenvolvimentista do vale: torná-los produtores de mercadorias, de modo a injetar uma outra orientação à vida daqueles habitantes dos sertões, cuja tradicional relação imediata com seu meio visa a reprodução das suas vidas e dos seus, integrantes da comunidade. As prometidas técnicas a serem aplicadas no processo produtivo (se concretizadas) implicarão na remodelação da sua tradicional relação tempo-espço e em maiores custos de produção, assim como noutros sentidos das atividades de reprodução das suas vidas, a saber: aumentar a produção e consumo de mercadorias. Pois o aumento do que se considera necessidade será uma constante e certamente repercutirá como intensificação do trabalho no seu meio, os brejos. No bojo dessas mudanças travestidas das boas intenções de oferecer ao brejeiro um ambiente de maior bem estar estão ocultas no discurso, mas concretizando-se nas práticas, um processo de profundas transformações no modo de vida brejeiro. Uma modalidade de inserção dessas comunidades no modo de vida moderno e urbano, sob uma condição em que aos brejeiros não são oferecidos os devidos esclarecimentos quanto ao que poderá advir disto.

No âmbito da produção, o Distrito Projeto Brejos da Barra iniciou a intervenção a partir da venda de mudas de caju anão precoce, manga e mangaba aos agricultores brejeiros, além de incentivar à prática da piscicultura e criação de caprinos.

“foram distribuídas pela ONG aproximadamente 150 mil mudas de caju anão precoce, manga e mangaba, para produtores de 50 associações dos brejos e áreas rurais.” (Lucy Lopes, Agrônoma do Distrito Projeto Brejos da Barra, http://www.agecom.ba.gov.br/exibe_noticia.asp?cod_noticia=9329, acessado em maio de 2006).

E assim a agrônoma do Distrito, Lucy Lopes, justifica a opção pela orientação dada aos brejeiros para cultivar as referidas culturas:

“o cultivo do cajueiro-anão precoce nos últimos anos tem proporcionado aos produtores da região resultados satisfatórios. ‘O cajueiro ocupa lugar de destaque dentre as frutíferas do projeto, devido à facilidade de comercialização de seus principais produtos, a castanha e a polpa’(Lucy Lopes, Agrônoma do Distrito Projeto Brejos da Barra, <http://www.agecom.ba.gov.br>, acessado em 05.08.05).

“A manga, por ser uma das frutas mais procuradas no mundo, e com o aumento da demanda pelos mercados interno e externo, tem alcançado preços compensadores, o que, segundo a técnica, leva ao incentivo da cultura, ‘sem esquecer de atender aos padrões das exigências do mercado consumidor’ (idem).

“Quanto à mangabeira, uma árvore típica do litoral Norte e do Nordeste, de frutos doces, mas pouco cultivada de forma comercial, devido à destruição das matas, a oferta da fruta vem diminuindo a cada dia em função de ser uma cultura quase que extrativista. Em contrapartida, a sua procura vem aumentando consideravelmente devido à sua utilização, em forma de polpa, para suco e também para sorvetes” (idem).

Nas falas acima está bem explícita a destinação atribuída à terra das comunidades brejeiras ao aderirem à racionalidade que as agências desenvolvimentistas visam implantar e a orientação para a satisfação das demandas do mercado em detrimento do sustento das unidades familiares.

Naquelas comunidades onde de alguma forma o Distrito introduziu suas orientações é realmente o que se observa: a expansão das culturas comerciais nas áreas tradicionalmente utilizadas na produção de alimentos.

Para adquirir as referidas mudas os agricultores recorriam à ONG a qual fazia a mediação entre estes e as agências financeiras para concessão de financiamentos. Do montante conseguido junto aos bancos, a agência retinha uma parte para a manutenção da estrutura administrativa da instituição. A parte que cabia aos agricultores era repassada por meio de mudas, transporte, assistência técnica, insumos, e outros gastos. Em função dos percalços do projeto, a maioria se tornou inadimplentes junto aos órgãos financeiros e estão impossibilitados de obterem qualquer forma de assistência financeira e sob ameaças de ter suas terras tomadas pelos bancos, conforme nos esclarece a fala abaixo:

“foi tanto que agora, o município está 70% tudo inadimplente. Que esse ano agora acompanhei todo o processo de renegociação de dívida. É uma lei que o governo criou aí (...) (...) que o ano de 2004 e 2005 ainda não entrou um centavo na Barra em consequência do número de inadimplentes que o município ta. E que estão renegociando, coçando a cabeça pra pagar, e que vão pagar. Ainda assim tem que pagar. Que o banco faz as

reuniões e diz: que o banco tem cofre e não tem coração. E que cai dinheiro. E a preocupação deles, com medo de tomar terra, você viu por aí aonde você vai, qualquer coisa com medo de tomar terra.” (Nelson, Presidente da APROCANA, julho de 2005).

Está se referindo à desconfiança dos brejeiros quando das nossas andanças pelas comunidades. Muitas vezes fomos confundidos com pretendentes às terras sob ameaças de serem tomadas conforme afirma o interlocutor.

Tivemos contato com membros da administração do distrito Brejos da Barra em janeiro de 2004 quando já estava passando por uma forte crise. Da posse do Governo Lula, em janeiro de 2003, até àquela data, as verbas para a instituição estavam suspensas porque as suas contas estavam submetidas a auditoria com suspeitas de desvios. Por isto muitos projetos que estiveram em andamento se encontravam parados, e muitos outros em espera de aprovação.

“por falta de recursos o Distrito vem promovendo apenas cursos (treinamento) nos núcleos comunitários. E uma gama de projetos para a melhoria da produção estão inviabilizados por falta de recursos (...) Não temos recursos para nada”.(Geraldão, técnico do Distrito, janeiro de 2004).

Trata-se, através de uma parceria com o SEBRAE, de cursos de associativismo e cooperativismo aos produtores de cana-de-açúcar e seus derivados.

Nos tempos em que estivera em atividade, o Distrito Projeto Brejos da Barra pautava sua atuação oferecendo consultoria aos agricultores brejeiros a partir da elaboração de projetos agrícolas, os quais eram encaminhados às agências financiadoras e, quando aprovados os recursos para a aplicação nos cultivos das lavouras comerciais eram administrados pelo Distrito, cujas denúncias de desvios são alarmantes:

“é o Brasil. Até que agora essa ONG acabou, acabou porque completou cinco anos, não tinha manga, não tinha caju, não tinha mangaba, e não apresentaram o orçamento que foi gasto aqui, não apresentaram isso até hoje, que quem falou foi o presidente da CODEVASF que entrou aqui em torno de 17 milhões de reais, investiram assim, tem gastado em torno de um milhão, em curso, em palestra, em fulano vir aqui, não sei o que, em passagem e um monte de coisa, e o resto ninguém sabe pra onde foi. Agora tá o produtor aí que foi financiado banco. E tem mais, e o Distrito na época, ele conseguiu o financiamento para o produtor e ele recebia a parte dele, de dar assistência técnica... (...) ...ia pro produtor não em dinheiro, em produto. Seria as mudas. E aí não pegou dinheiro nenhum. Ninguém pegou dinheiro. E era em produto. Que seria a questão dos insumos, que eles compravam calcário, eles compravam adubo, adubo orgânico aqui, esterco de caprino, as mudas e frete, só sei que eles não pegaram em dinheiro. A realidade é essa” (Nelson, Presidente da APROCANA, julho de 2005).

Há casos de cultivos, tais como o da mangaba que estava em fase experimental e a quase totalidade das experiências foram mal sucedidas por inadequação da variedade às condições naturais da região. Mesmo aqueles cultivos que prosperaram e que já estão em produção tal como o caju, com a falência da ONG e seu fechamento em setembro de 2004, e o não funcionamento da fábrica de esmagamento de frutas, a *Barra Frutos* (foto 14), a produção está sendo desperdiçada, por não haver a estrutura mínima, nem orientação comercial aos camponeses brejeiros.

Foto 14 - Barra Frutos, Barra-BA
(Autor: J.S.Sobrinho, jan/2004)

“olha nós têm muita mangaba no município mais mangaba fruta nativa. Eles resolveram plantar, não deu certo. O nosso pessoal nunca teve cultura de plantar caju, plantaram caju enxertado, tanta coisa, como falar de oporquilha, de enxertia, de tanta coisa, aí o produtor ficava mais doido aí é que não sabia o que era. Não deu certo. Plantar manga irrigada também. E colocaro viveiro de muda, você viu lá no brejo? Fizeram viveiro aqui, até acompanhei uns casos aqui também sobre isso, e não deu certo a ensinar o produtor enxertar manga. Então (...) pra, baseado em curso, em cursozinho, em palestra, trazia um engenheiro de lá de São Paulo, o cara, uma vez trouxe aqui um cidadão que veio da Europa que nem falar português o cara falava... quer dizer, durante esses três anos, foram cinco... mais dois anos foram só de... de paciência, mais de três anos, foi muito dinheiro que entrou. E muita movimentação, compraro os carros, os tratores, danava nos... é parceria com a (Seicom) entrava carros, parceria com outros órgãos do Estado, do país todo! Entrava recurso, parceria com outros órgão estrangeiro entravam recursos também. Que era só pra esses Brejos da Barra” (Nelson, Presidente da APROCANA, julho de 2005).

O dito acima nos fornece uma noção da dimensão do empreendimento na sua concepção inicial e de seus respectivos tropeços, muito comuns aos projetos elaborados por tecnocratas enclausurados nos gabinetes que visam, desde a sua concepção, no nosso entendimento, chegar ao ponto que chegou. Pois, historicamente as intervenções idealizadas pelas elites políticas e econômicas escondem nos discursos falaciosos e economicistas de geração de emprego, fomentar o progresso, o desenvolvimento, o que as ações revelam, tal como evidenciamos no caso em estudo e conforme a seguinte fala: “aí o produtor ficava mais doido aí é que não sabia o que era”²⁴. Ou seja, promovem a desorganização das estruturas sociais engendradas pelas comunidades durante os séculos que ali estiveram a revelia do Estado.

Essa interferência nas tradições realiza-se por meio do incremento de outras orientações na interação do camponês com seu meio na busca pela subsistência. Mas, a gravidade adquire maior abrangência na medida em que as distorções no processo de implantação da outra lógica implicam na inexistência de resultados positivos para o trabalhador camponês, de modo a comprometer até mesmo a sua reprodução na sua parcela.

Como exemplo da seqüência de tropeços da intervenção, fazemos referência aos tanques de piscicultura que resultou em problemas ambientais - a ração e fezes dos peixes, decompostas, contaminaram a água dos riachos pela eutrofização, causando danos à saúde dos brejeiros. Em função disto, o Distrito, em janeiro de 2004, pretendia mudar a prática desta atividade para as comunidades ribeirinhas, utilizando-se de tanques de rede nas águas do Rio São Francisco.

Em seus serviços de consultoria aos camponeses brejeiros, elaborando projetos de práticas mais produtivas a serem encaminhados aos bancos, orientaram também a aquisição de matrizes de caprinos as quais não se adaptaram às condições ambientais locais, culminando com a perda da totalidade do rebanho e o endividamento daqueles camponeses que fizeram empréstimos junto aos bancos para tal finalidade.

Quanto à recepção dos camponeses brejeiros a essas práticas produtivas com variedades desconhecidas e utilização de técnicas diferentes das

²⁴ Fala do Nelson, Presidente da APROCANA.

tradicionalmente utilizadas, ou seja, empregando outros saberes, o então Gerente Geral do Distrito afirma o seguinte:

“muito difícil. O colono, né, como a gente chama o brejeiro, é um povo que vem com um modo de viver secular, né, milenar e... faz aquela cachaça dele ali, produz aquela rapadura dele, e ele não quer sair daquilo de jeito nenhum, porque vem do pai, do avô, a família toda criaram os filhos deles assim” (Sr. Ingo, Gerente do Distrito Projeto Brejos da Barra, janeiro de 2004).

Porém, para seduzir o trabalhador a abandonar as tradições no âmbito da produção, recorrem ao discurso cuja mensagem é propagada por meio da possibilidade de maior acesso ao dinheiro e pelos objetos modernos os quais impressionam e provocam impacto na paisagem tradicional do modo de vida de relação imediata com a natureza, conforme a fala abaixo:

“agora não é tão difícil assim não, porque, aonde você instrui um agricultor, um colono ou um brejeiro e ele passa a ganhar um pouquinho mais de dinheiro e deixar de viver aquela vida sofrida que ele vivia, ele não é burro, ele vai ver que realmente tem que melhorar a tecnologia, tem que fazer algumas coisas diferente para melhorar a vida dele. Então não é muito complicado. É complicado se você não mostrar resultado, aí é complicado. Mas se mostrar resultado tem uma aceitação maior. Agora, é difícil, né? O cara chegar hoje, ir lá nos brejos, não sei se vocês foram lá na escola, e o brejeiro ta aprendendo a computador. Ta lá com um computador e ele ta mexendo lá, e o cara diz, pô, vai entra na sala de aula, tem ar condicionado, então ele não vai querer viver mais naquela vida que ele vivia lá naquela casinha de palha, o piso de areia, ele vai querer ter uma vida melhor... isso é lógico.” (Sr. Ingo, Gerente do Distrito Projeto Brejos da Barra).

Repete, portanto os lances depreciativos sobre os aspectos do modo de vida tradicional, contrastando-os com as vantagens do que prometem – o modo de vida urbano. E, quanto aos ditos resultados, cabe lembrarmos: os ditos computadores (foto 15) permaneceram na escola por pouco tempo funcionando e quando do trabalho de campo em julho de 2005, apenas alguns se encontravam na sala de informática, porém, fora de uso. A referida escola, não chegou a funcionar de fato como se pretendia e atualmente encontra-se em uso pela prefeitura – em estado precário de conservação. O abastecimento de água não mais alimenta o chafariz no centro do pátio e falta água, inclusive, para o consumo geral, o qual por longos períodos é suprido por caminhão pipa.

Foto 15 - Sala de computadores da escola Eutália de Oliveira Santos- "Projeto Amanhã", Barra-BA
(Autor: J.S.Sobrinho, jan/2004)

Ainda quanto aos resultados, tão fundamentais para convencer aos agricultores à adesão ao novo modelo, um brejeiro faz referência às seqüelas que adquiriu na saúde em função do sobretabalho da irrigação manual e cuidados com o plantio mal sucedido da mangaba:

"carregava água de lá, já tinha as dornas dela de fora, o trator ia por lá, colocava as dorna ali, eu enchia daqui, eu carregava dois regador um numa mão e oto nota pra molhar até lá no fundo! Só eu sozim. Os meninos tava cuidando das coisa deles pra qui, pra culá, nunca me dero uma ajuda aí. E com aquilo, acho que acabei mais com minha saúde, foi com isso aí. Mei dia toda hora, mecheno com isso aí... (...) (...)antes eu não tinha, não tinha que... o problema que eu tinha antes era ser diabete. Mais um monte de problema que eu to tendo hoje de não poder mais pegar caloria, não poder fazer mais oto tipo de coisa, eu não tinha. Não de jeito nenhum. Então mais eu aquexo disso aí também. É. Fui muito, ó é brincadeira, muito mais pra lá daqueles pau amarelo ó... ali são dois pé de pequi. Eu carregava água na mão. O trator chegava até aqui com duas dorna que eu tinha aí, eles deram as dorna, e pra lá eu me virava" (Sr. Benigno, morador da comunidade de Brejo do Saco, julho de 2005).

O agricultor acima faz referência ao cultivo de uma área de mangaba. Nesta não se encontrava sequer uma planta viva; só restaram ao agricultor as seqüelas do excesso de trabalho na insistência para salvar o cultivo das incompatibilidades da variedade às condições edafo-climáticas. No entanto, assim se refere um técnico do

Distrito ao grau de comprometimento dos agricultores brejeiros com os cultivos por eles orientados:

“Uns molham mais, outros molham menos...”

Sobre os equipamentos sociais nos brejos

Reservamos esta parte para tecermos algumas considerações sobre os equipamentos sociais oferecidos às comunidades brejeiras. Em primeiro lugar há que termos em conta o fato daquelas comunidades, desde que ali se instalaram, permanecerem praticamente isentas de qualquer serviço do Estado. Só nos últimos anos vêm contando com algum equipamento social oferecido pelo poder público e, mesmos assim, é marcante uma grande variação na oferta, se compararmos aquelas comunidades em que a intervenção do Distrito já se apresenta com as demais (a grande maioria).

Da parte do Distrito, no entanto, sua atuação se efetiva com maior ênfase nos quesitos relacionados à produção e infra-estrutura e se restringe àquelas comunidades do Brejo do Saco, Olhos D'Água e as do entorno de ambas.

Entretanto, nas comunidades em geral, ainda é bem exígua a presença do Estado quanto a oferta de equipamentos e serviços públicos, merecendo destaque apenas à área educacional que, em função de suas características, intensidade e importância, reservamos uma parte do trabalho na qual abordamos o problema com maior profundidade. No que diz respeito aos serviços de comunicação, apenas algumas comunidades estão servidas com aparelho de telefone público cujo sinal é captado por antenas da EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações) (foto 16). A oferta do serviço de energia elétrica vem se expandindo às comunidades o qual consta do programa do Governo Federal “Luz para Todos”.

Foto 16 - Antena de captação do sinal telefônico da EMBRATEL na comunidade Umburana, Barra-BA
(Autor: J.S.Sobrinho, jan/2004)

Consideramos de grande importância na nossa abordagem sobre as comunidades brejeiras a representação dos seus sujeitos sociais a respeito dos serviços que são ofertados e, a partir destes, a expectativa alimentada. Assume, portanto, considerável relevância o estado em que se mantiveram até os dias atuais e o que para eles representam as “facilidades”, o “conforto” e a “eficiência” que prometem estes serviços e equipamentos quando oferecidos pelo Estado. Isso porque, ao longo dos tempos que ali vivem na lida com a terra para a obtenção dos meios de vida, um fator bastante repetido em suas falas são as longas distâncias da sede do município, as quais percorrem a fim de realizar as trocas e usufruir dos serviços necessários.

A situação geográfica dos brejos torna demais dificultosa para os brejeiros a aquisição dos meios que dependem, ou seja, aqueles não produzidos nas suas roças e inexistentes no ambiente físico-social. Isto influi significativamente no ritmo de suas vidas e no cotidiano daqueles agrupamentos comunitários em seu ambiente, pois existem brejos com distâncias entre 10 e 150 quilômetros da sede do município e a troca do que produzem com as mercadorias industrializadas encontrados na cidade, lhes consomem dias de viagens tangendo animais com cargas de rapadura, cachaça, farinha e outros gêneros da sua produção que podem

ser comercializados. Nestes transportes percorrem as precárias estradas de areia pesada e aquecida pelo sol escaldante do semi-árido por até cinco dias de viagem.

Temos o relato sobre a ocorrência dos casos de doenças em que os meios conhecidos por eles (as plantas medicinais, as simpatias, a sabedoria das famosas parteiras) não são suficientes para solução e têm que se deslocarem para a cidade:

“e assim o pessoal quando adoecia aqui na comunidade, ia pra cidade. Como que ia pra cidade? Aquele tempo não existia carro. A cidade quase não insistia carro e um carro pra vim aqui, era caro. Nem era todo mundo, nem todo mundo não tinha condições de pagar um carro pra vim aqui pegar um doente. O que é que acontece? Arreunia 15 a 20 home, quando caia uma pessoa doente de uma certa forma que tinha que levar pra cidade, e levava nas costas. E nós levava nas costa, pra cidade. Nós gastava, nós gastava o que, daqui pra nossa cidade, são 28 quilômetro. Nós gastava as vez dez horas de viagem pra chegar lá. Pnhava descansava um pouquinho, chegava ali um grupo pegava de quatro home, descansava, adiante os otos quatro pegava, até chegar na cidade. Isto até pouco tempo aconteceu. No entanto que aí foi melhorano a cidade. Aí fizeram um hospital, começou vim médico, mais continuamo o sofrimento daqui a mesma coisa. Pra carregar nas costa, quando não carregava nas costa, o que é que fazia? Pegava fazia um paviola, um paviola que lá ninguém sabe nem o que é, o que é o paviola? Vou lhe explicar: fazia o paviola, e pnhava dois pau. Ali aqueles pau passava umas corda, ali pegava dois home lá, um numa ponta dum pau, outo nota, dois home carregava, quatro home carregava aquele paciente. Quando num era nas costa dum home, era num animal. Num jumento. Dois, pegava dois jumento, jumento, pnhava um jumento na frente, e oto atrás. E colocava aqueles pau lá na cangaia do jumento, e aquele paciente no meio ali deitado naquele paviola, numa esteira, naquela coisa ali. E aí tocano aquele jumento, um puxano oto tocano, (...) até chegar, até chegar ao hospital de Barra. Era outro hospital não era hoje o que tem. Hospital velho, e aí como era: chegava lá, até lá, quando aquele paciente, quando ele resistia que não era pra morrer, resistia aí, sobrevivia e vinha embora, né? E quando não, aí de vez em quando morria, era aquela dificuldade. Às vezes sempre sepultava lá, não vinha pra qui porque pra levar vivo já era com dificuldade veja morto, né? (risos)” (Sr. Geraldo, Presidente da Associação da Comunidade do Brejo do Saco, julho de 2005).

O relato acima nos dá uma importante noção das temporalidades sociais numa imediata consonância com as constitutivas do ecossistema das Paleodunas, cujas técnicas se caracterizam pelo baixo nível de desenvolvimento se comparadas às que conhecemos nos dias de hoje e aplicadas noutros lugares.

Sinais desses tempos e acontecimentos estão registrados em muitos pontos nas beiras de estradas brejeiras. Trata-se de pequenos cemitérios onde estão sepultados aqueles que não resistiam à viagem até o socorro médico. O Sr. Geraldo contrapõe a situação passada à atual na seguinte fala:

“então era um sofrimento daqui até chegar na cidade de Barra. Então melhorou a situação nossa. Todos nós aqui hoje nós temos estrada, eu considero aí um asfalto. Pro que era eu considero aí um asfalto. Que um asfalto, uma estrada de asfalto, destiorada é pior do que essa daí de Barra. Não é não? então eu considero aí um asfalto” (Sr. Geraldo, Presidente da Associação da Comunidade do Brejo do Saco, julho de 2005).

E associa a importante obra a seu autor:

“nunca que vocês vinham aqui, só se fossem muntado num jumento ou num burro, que num lugar desse aqui não entrava (...) (...) Aqui conforme nós vivia aqui nesse lugar, hoje nós esperamos, nós agradece que hoje nós, aqui ó: este deputado (João Leão) que chegou aqui entrou aqui, ele trouxe aqui esta estradona aí era areão, é uma estradinha de chão, de barro, mas aqui vem tudo quanto é carro. Vê vocês com um carrinho desse aí. Qual era um carro desse que entrava aqui? Aqui só entrava trator e jipe traçado. Hoje, entra um carrinho desse, entra um ônibus, entra tudo quanto é carro” (Sr. Geraldo, Presidente da Associação da Comunidade do Brejo do Saco julho de 2005).

Para a comunidade de Brejo do Saco (distante da cidade da Barra 27 km) e demais do entorno, têm linhas de ônibus diárias e o trânsito de carros é freqüente. Estes novos equipamentos contribuíram para agilizarem os movimentos no espaço e aumentar o contato destas comunidades com o meio urbano. É notável também a repercussão desta nova situação na produção.

“Nóis hoje já temos a facilidade. Nóis vamos na cidade a gente arruma um trator, o prefeito arruma um transporte, uma lenha pra nós. E antigamente era só na costa de um jumento. E hoje não o carro passa aí nós põe no carro e já leva, já facilita a gente paga aquela passagem. Nóis paga oito reais pra ir na Barra e voltar. E antigamente se não fosse 150, 200 reais...” (Sr. Geraldo, Brejo do Saco, julho de 2004).

Os referidos meios de transportes mais ágeis que os anteriores imprimem uma outra dinâmica no espaço, uma reestruturação nos tempos, o que proporciona uma alteração na relação do brejeiro com o seu meio. Surgem outras expectativas dos habitantes daqueles brejos quanto aos resultados do seu trabalho a partir deste novo aparelhamento do espaço composto de estradas de rodagem, redes de energia elétrica e telefônica.

Cabe também considerarmos que, em função disto, surge a monetarização nas relações de troca, pois a disponibilidade desses recursos técnicos vem para atender também a demanda da lógica de mercado e, assim sendo, estes equipamentos e objetos, as técnicas de transporte, de comunicação e produção transformam-se em mercadoria acessível pela mediação do dinheiro.

Este maior arcabouço de oportunidade de aquisição de “facilidades” introduz uma exigência de quantidade maior de trabalho na terra, ou seja, o acesso ao trabalho incorporado nas técnicas disponíveis, signatárias de lugares remotos, exige a aplicação de quantidade maior de trabalho na terra brejeira para arcar com seus custos. Assim podemos resumir o processo: transportava-se no animal e gastava-se

“muito” tempo em condições de “muito sofrimento”; mas não se pagava por isso em dinheiro. A troca não era a principal motivação para a produção, e sim o uso. E a divisão do trabalho se realizava numa escala mais próxima das relações imediatas.

Esta racionalidade em implantação, a econômica de mercado, vem provocando importantes impactos ambientais nos brejos; mas, para o tratamento deste assunto reservamos outro momento do nosso trabalho.

Com a implantação das outras temporalidades o meio de transporte predominante e anterior a estas mudanças, o jumento, está sendo descartado. Fomos informados que mensalmente saem lotadas do município da Barra, dezenas de carretas com esses animais, vendidos a R\$ 10 a cabeça para abate em frigoríficos das cidades como Feira de Santana e outras do litoral do Estado.

É inegável a maior circulação de carros nos brejos em geral e, principalmente, naqueles para onde já foram construídas estradas aterradas. No entanto, precisamos relativizar o que está se concebendo como melhorias de forma tão exitosa por integrantes das comunidades em relação aos tempos passados.

Quando da realização do trabalho de campo no mês de julho de 2005, percebemos a precariedade ou até inexistência de assistência e recursos nas comunidades no que diz respeito à saúde e que pudessem atender a casos emergenciais que doravante surjam. E, para se ter uma noção da demanda, no período que lá permanecemos, nos deparamos com três situações de emergência e desespero nas quais nos apresentávamos como a única opção de socorro no transporte para a cidade.

Também nas comunidades ainda não servidas com melhoramento nas estradas evidenciamos um fluxo maior de veículos no transporte de pessoal e mercadorias. Mas, como nos tempos pretéritos, em situações de emergência, o alto preço do frete torna os meios de transportes inacessíveis aos brejeiros, custando cerca de R\$ 250 (julho 2005) para uma distância de 60 quilômetros (até à cidade da Barra).

Ressaltamos ainda a precariedade da assistência e atendimento nos estabelecimentos da cidade. Fizemos o transporte de uma criança numa distância de 100 quilômetros a fim de conseguir serviços médicos (curativos e pontos num extenso e profundo corte), mas não tivemos a sorte de sermos atendidos. Indignados retornamos com a criança nas mesmas condições.

As reclamações quanto ao atendimento dos serviços sociais, principalmente às pessoas comuns, são correntes no município, cabendo até mesmo a realização de denúncia por membros da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra às autoridades em Salvador-BA.

“contei desse atendimento, esse atendimento precário, que só atendia gente de alto escalão, político. Trabalhador era escanteado, ficava dois três dias aí não tinha uma pessoa para procurar o que ele queria. Contei um bocado de desgrama assim, doida assim” (Sr. Astrogildo, membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Barra).

Nos serviços e equipamentos de saúde as comunidades brejeiras contam com uma assistência mais efetiva oferecida pela Pastoral da Criança, ligada à Igreja Católica, constante da pioneira iniciativa de um frade da diocese de Barra, Frei Benjamin Capelli, o qual, por meio de um convênio com o *Hospital São Rafael* de Salvador, mantido pela Ordem dos Capuchinos Italianos, vem construindo postos de saúde em algumas comunidades brejeiras que dão suporte à Missão Barra, formada por uma junta de médicos e enfermeiros que passam pelas comunidades quatro vezes ao ano. Nessas ocasiões realizam consultas, fazem tratamentos simples e encaminham os mais complexos para a cidade da Barra ou mesmo para Salvador a serem atendidos no Hospital São Rafael. Mantêm ainda um agente de saúde da própria comunidade, o qual auxilia os médicos quando da passagem da Missão, faz orientações no que diz respeito à higiene, controle de natalidade, orientações às gestantes, pequenos curativos e providências de medicamentos junto aos postos de saúde da Barra quando receitados pelos médicos. Estes serviços atualmente são oferecidos por meio de recente convênio entre a Missão Barra e a prefeitura do município.

Ainda como serviços de saúde, constam da intervenção do Distrito numa parceria com a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), a substituição das antigas moradias construídas de materiais extraídos do ambiente local (palhas e madeiras das palmeiras de buriti e da caatinga), por casas de alvenaria (foto 17) visando o combate ao barbeiro causador da grande incidência da Doença de Chagas nos Brejos. Sobre este serviço comenta o Sr. Geraldo:

“ todo mundo morava numas paioscasinha, as casinhas de palha assim, a SUCAM sempre tava aqui combatendo com o barbeiro, tinha muito barbeiro. O deputado foi lá com o governo federal conseguiu essas casinhas... tudo casinhas pequenas, mas umas casinhas

que mudou a vida das pessoas. As pessoas hoje todo mundo vive tranqüilo em suas casinhas bem bonitinhas, tudo aí né?” (Sr. Geraldo, Brejo do Saco, julho de 2004).

Foto 17 - A mudança nas moradias – Brejo do Saco, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jan.2004)

Contrapõe-se aos elogios expressos na fala acima, o descontentamento de muitos moradores sobre as novas casas. Reclamam do reduzido tamanho, o qual não suporta as numerosas famílias, sendo muito freqüente os casos do deslocamento de uma parte para a casa dos vizinhos nos pernoites. Além disso, estas moradias foram entregues em estado inacabado, sem o funcionamento das instalações hidráulicas e sanitárias, fato que obriga aos brejeiros por falta sequer das “casinhas” onde possam realizar suas necessidades fisiológicas, a manterem seus costumeiros hábitos. Demonstra ainda a incompletude da intervenção, um fato muito relevante que se refere a uma especificidade, principalmente da comunidade do Brejo do Saco e região (Cachoeira, Ilhota, Mutuca e São José). Nestas comunidades, em função da lavoura cultivada por seus integrantes noutro local, na caatinga, chamado Sítio Novo, durante parte importante do ano, migram para essas roças onde têm uma outra moradia. Disto resulta que fica comprometido o objetivo de combater a Doença de Chagas, pois, durante cerca de metade do ano

permanecem morando como antes nas cabanas de palhas em suas roças, onde a incidência do inseto também ocorre.

Não podemos deixar de destacar, entretanto, a importância dessas novas moradias como medida de redução dos incêndios das antigas casas que deixavam sob flagelo os moradores. E, visando evitar essas catástrofes, em outras comunidades principalmente nas localizadas às margens do baixo e médio vale do Riacho Icatu, e dali seguindo o afluente São Gonçalo, muitos brejeiros estão substituindo suas moradias por conta própria, utilizando-se de tijolos crus (adobe) fabricados nas imediações e telhas (adquiridas na Barra). Isto vem se tornando possível a partir do aumento da monetarização resultante da maior produção destinada a comércio e à chegada recente dos programas sociais do Governo Federal, bem como a maior quantidade de aposentadoria dos idosos. Nos casos em que a modificação das moradias é feita por iniciativa do próprio morador, observa-se, de forma geral, a manutenção do tamanho da casa antiga.

Foto 18 – Moradias brejeiras, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho, (jan/2004)

Em resposta ao conjunto de falhas na condução dos serviços que os órgãos desenvolvimentistas estão oferecendo, no quesito moradia, resulta que muitos moradores, mesmo no brejo, resistem em destruir as antigas casas sob fortes argumentos (tamanho inadequado) e permanecem morando nas duas casas, de forma que na paisagem dos brejos onde a intervenção estatal se realiza, percebe-se a coexistência de elementos integrantes de diferentes tempos históricos tais como, redes de energia elétrica, cabanas de palha (moradias e oficinas: engenhos e casas de farinha), antenas parabólicas e de telefonia, estradas de rodagem poeirentas nas quais circulam automóveis em alta velocidade, carros-de-boi e jumentos camuflados nas imensas cargas de lenha e cana-de-açúcar, motos, bicicletas – demonstram a complexidade de um espaço geográfico convidativo à busca de compreensão.

Intervenção e usurpação ao camponês brejeiro

Em complemento à abordagem sobre as mudanças concernentes à produção nos brejos, pretendemos a seguir tratar das investidas dos órgãos intervencionistas no tocante ao trabalho realizado junto às comunidades, de forma a atribuir outro sentido aos seus meios de produção e ao trabalho da família. Para tanto, o Distrito Projeto Brejos da Barra juntamente com seus parceiros (Bancos, SEBRAE, EBDA, EMBRAPA, Ministério da Educação, Prefeitura do Município) incentivam os agricultores, por intermédio das associações, à adesão para a produção destinada ao comércio. Foram abertas linhas de créditos para aquelas associações de produtores que aderissem ao proposto: cultivar frutas e criar peixes utilizando-se de técnicas orientadas pelos referidos órgãos. Para tanto, vêm sendo oferecidos cursos e palestras aos trabalhadores, implantando-se escolas profissionalizantes, supervisionamento técnico da produção e mesmo a educação que se oferece às crianças e jovens passa por reestruturação - assunto que reservaremos outra parte para tratarmos com maior profundidade.

Acompanhamos um desses cursos ministrados por instrutores da agência de fomento à empresarialização dos agricultores, o SEBRAE. Faremos a seguir um breve relato do que observamos nesse curso, destinado aos produtores da cana-de-açúcar e derivados, tais como rapadura, cachaça e melaço. Mesmo se tratando de

uma amostragem acreditamos representar de forma relevante o que se realiza no universo maior.

O curso que assistimos visava atingir as comunidades da região do vale do Rio Icatu e o mesmo já fora oferecido às comunidades da região dos Brejos do Saco e Olhos D'Água. Vale ressaltarmos que faz parte de um ciclo dentre os vários que vêm ocorrendo nas comunidades, incentivando-os para a adesão à APROCANA (Associação dos Produtores de Cana-de-açúcar e Derivados), criada em 2004 e à formação de outras associações específicas.

Ressaltamos que a referida Associação, mesmo após a suspensão das atividades do Distrito, permanece na busca do cumprimento de seus objetivos, no tocante à produção, sob coordenação de sua diretoria e com apoios que recebe de órgãos, como a Prefeitura Municipal, EBDA e SEBRAE; quando da realização do trabalho de campo em julho de 2005, encontrava-se com 63 associados, num universo de cerca de 1000 produtores nos brejos.

Seu presidente tem formação de técnico agrícola, é natural dos brejos (Mato Escuro) e atuou como estagiário no Distrito quando este se encontrava em atividades. Assim define a referida associação:

“olha a APROCANA hoje ela é uma associação, é sem fins lucrativos, é uma entidade jurídica, e que tem a função de atender aglomerados, ou seja, os produtores, pra que eles se organizam, não sei que busque meios de agregar valor ao seu produto. Seria o produto da cana-de-açúcar. Que hoje nós têm como produtos principal a cachaça, a rapadura, o melaço e que vem seus derivados também” (Nelson, Presidente da APROCANA, julho 2005).

Dito de outra forma, a referida associação tem como finalidade organizar os produtores de cana-de-açúcar para reivindicar dos órgãos desenvolvimentistas do Estado os meios necessários para a modernização da produção, visando colocá-la no mercado. Agregar valor significa, portanto, incorporar no processo produtivo quantidade maior de trabalho, tanto no âmbito da produção no local, quanto através das técnicas e objetos oriundos de localidades estranhas ao ambiente da produção tradicional, utilizando-se, deste modo, de outros conhecimentos necessários à produção para torná-la compatível com as exigências do mercado. Vemos que, desta forma, a enorme capacidade produtiva dos brejos, assim vista pelos fomentadores da empresarialização, inserir-se-á na divisão sócio-territorial do trabalho:

“aí que conseguimos elaborar um projeto em parceria com o SEBRAE e outros órgãos, é em se criar três mini-fábricas nos brejos. Ou seja: uma é (...) esse brejo aqui, é que a gente chama de pólo um, que é em direção ao Brejo do Saco até Cachoeira ali. Aí vamo criar uma minifábrica ali de esmagamento da cana-de-açúcar, uma ali no Brejo de São Gonçalo, Mato Escuro que é direção Ibiraba, via Ibiraba, vamos criar outra unidade de esmagamento, e aqui na Barra seria a central pra receber esses produtos, pra engarrafar, rotular, fazer o processo final” (Nelson, Presidente da APROCANA, julho de 2005).

Em nosso entendimento, esse interlocutor personifica a complexidade resultante dos tropeços da intervenção do Distrito, das expectativas criadas junto aos produtores, às promessas de acesso a técnicas modernas de produção feita às comunidades. Por mais que o mesmo se manifeste contrário à atuação do órgão anterior, não percebemos diferenças na natureza das propostas da entidade que preside.

Nos cursos do SEBRAE, ministrantes e membros da diretoria incentivam os produtores de cana e derivados à transformação das técnicas de produção desde o preparo da terra até o comércio, orientando-os ao associativismo e ao cooperativismo para estas finalidades. Aconselham o rompimento com as formas costumeiras de produção, visando atingir melhorias na qualidade da cachaça e rapadura para adquirir melhores preços e aceitação num mercado mais amplo. Este discurso é reproduzido abaixo pelo Sr. Geraldo:

“o que é que tão fazendo com essa reunião, através da Associação, SEBRAE, Distrito, Prefeitura, tudo pra o que? Pra ver se cria uma fábrica, uma fábrica na região, elétrica pra não ter mais isso aí. Que na hora que tiver uma fábrica não vai mais ter isso aí. Vai tocado a energia, tal, vai fazer a cachaça, fazer a rapadura. Já levaram o pessoal daqui para ver o movimento de Baíra (Abaíra-BA), não sei se você conhece Baíra. É aqui na Bahia, lá tem uma fábrica de cachaça e o pessoal que foram lá, daqui, gostaram muito e acharam muito importante em melhorar a vida de nós cada um. Porque ó: nós vende um garrafão de cachaça, aqui o pessoal fala é cachaça, um garrafão de cachaça pra nós aqui são 15 litros de cachaça. O que é que ocorre: faz a cachaça e tal, vende aqui na cidade, pros travessadores. Hoje ta vendendo um garrafão de cachaça quanto: 15 reais. Barato demais.

Aonde lá eles orienta, eles trouxeram as meia garrafinha de cachaça de lá, diz olha isto aqui lá custa seis reais. Isto é que nós tamos quereno que vocês vão se manifestar aqui juntos, pra amanhã ou depois vocês ter uma cachaça de qualidade, engarrafamento, rótulo e tudo bonitinho, pra lá fora ter os compradores pra comprar pelo preço melhor para melhorar a vida do agricultor, né? Aqui. Vende aqui uma rapadura dessa por dois reais, coisa mais barata do mundo. Isso dá um trabai que não é fácil. Além que planta a cana e espera um ano. Pra extraçar ela depende de engenho, depende de boi, depende de lenha, dá tanto trabai, quentura de fogo, caba falta é morrer. Uma carga de rapadura acho que vocês não entende: uma carga de rapadura são cinqüenta rapadura dessas. Cinqüenta rapaduras dessas! Vende por 100 reais, vende por oitenta reais, sai a menos de dois reais uma rapadura. Então aí que eles tão... tão veno se buscaram uma melhoria pra nossa região, para que nós temos um comércio melhor. Essa rapadura agente fazia ela por outra forma, ela sai daqui embaladinha e tal pra ter um comércio melhor lá fora. Então hoje eu acho que já tamos tendo muitas orientação e diferente que

antigamente, e que ninguém tinha experiência, não tinha orientação, mais hoje”(Sr. Geraldo, Brejo do Saco, julho de 2004).

As duas comunidades contempladas com as referidas mini-fábricas, pertencem ao conjunto que escolhemos para analisar com maior acuidade - a comunidade da Cachoeira (região do Brejo do Saco) e a de São Gonçalo - ambas imersas nas importantes regiões produtoras de cana-de-açúcar, produto tradicionalmente destinado a comércio e possivelmente por isto, os produtores são vistos pelos idealizadores como aqueles que se apresentam mais receptivos às mudanças orientadas na produção.

Conforme afirmamos noutro momento, para ser possível as pretendidas mudanças na produção e nos seus sentidos, necessários se fazem a utilização de outros conhecimentos. Isso porque a relação costumeira do camponês brejeiro com seu meio para a obtenção dos seus meios de vida, para o sustento do grupo familiar e mesmo da comunidade, próxima da auto-suficiência, não condiz com a orientação proposta pelos órgãos desenvolvimentistas.

Na outra orientação, aparece uma tendência à especialização das atividades do grupo familiar, a tornar-se produtor de cana-de-açúcar visando à comercialização a qual lhes propõe renda em dinheiro e através deste é que adquirirão o sustento das suas famílias. Assim, são mercadorias produzidas numa esfera externa à sua unidade produtiva. Inclui-se desta forma, o camponês brejeiro no mundo da produção e consumo de mercadorias.

É neste sentido que os órgãos desenvolvimentistas investem no treinamento, na chamada capacitação dos produtores, incluindo-se os cursos que o SEBRAE vem oferecendo às comunidades brejeiras.

“o Sebrae deu aqui o ano todinho, de curso de capacitação rural. Então, como produzir, como beneficiar o produto, como embalar, como comercializar, tudo com o pequeno produtor. Um curso gradativo, seqüencial. Aí e pra seguir esse padrão nós temos que mudar na cadeia produtiva. Tem que mudar na estrutura física” (Nelson, Presidente da APROCANA, julho de 2005).

No curso que observamos ficou evidente que o intuito é induzir as pessoas a quererem aumentar sua produtividade, alcançar uma outra qualidade para seus produtos, a aceita pelo mercado, e que satisfaça a reprodução da sua lógica. E assim, ganharem dinheiro com a produção, espaços no mercado e poderem

consumir sempre mais e serem mais felizes. Tal como o proposto pelos idealizadores da intervenção do Distrito, já tratado noutro momento.

Para tanto, o ministrante do curso utilizou-se da estratégia de comparar os benefícios monetários do modo de produção camponesa com o que estava propondo. Ou seja, demonstrar as vantagens da produção baseada no cálculo capitalista em relação à produção camponesa, atribuindo à natureza do cálculo da produção tradicionalmente praticada com seus ínfimos resultados financeiros o sentido de prejuízo.

“Vocês sabem qual o custo do litro de cachaça para vocês?”

Perguntou o instrutor aos agricultores e pediu que fizessem as contas dos gastos na produção. Eles começaram calcular as despesas em todo o processo da produção e a quantidade de trabalho com valores monetários, e concluíram que não lucram, ficam em prejuízo²⁵.

Esta racionalidade proposta representa, no seu sentido, um abismo entre a lógica da produção orientada pelos órgãos desenvolvimentistas e a relação com a terra tradicionalmente praticada pelos camponeses brejeiros, conforme a fala a seguir com referência aos rendimentos monetários da tradicional produção:

“Compensa nada fio, só é trabai... ninguém dar valor o trabai da gente aqui, não dar valor... num vulariza o ca gente tem. Faiz aí, vende por nada por minxaria. A rapadura, 50 rapadura, vende... quande ta boa, vende uma por um real, dois... faiz cinqüenta conto. Quande caba de pagar a passage, chega aqui, num chega cum nada. Num dá resultado a gente não. A gente trabaia porque já nasceu e criou aqui, mas não dá resultado pra gente não. Farinha, essa vende mais cara, vende a 60, a 70, quande ta boa. Mais a cana num paga trabai da gente não. A pinga as veiz ta de 15, ta de 22, o garrafão²⁶, agora sai o litro por um real também, sai quase a merma coisa, quando ela ta ruim. Não dá valor pra trabai da gente aqui não. Se a gente fizesse uma coisa dessa, desse dinheiro... ave Maria...” (D. Agripina, Cabeceira de São Gonçalo).

²⁵Visando depreciar a produção tradicional camponesa os desenvolvimentistas fazem até uma comparação enviesada com o que erroneamente estão chamando de escravidão: “Com isso, percebe-se uma reprodução do modelo de escravidão, pois os produtores só conseguem, em média, R\$ 0,50 por um litro de cachaça”, salienta o gerente regional do Sebrae, Emerson Cardoso, acrescentando que desta forma não geram renda e não modernizam a produção. O projeto, diz ele, está estruturado para contribuir com o fortalecimento da cadeia produtiva dos derivados da cana-de-açúcar, particularmente a produção de cachaça” (<http://www2.ba.sebrae.com.br/comunicacao/noticias.asp?Id=8725>, acessado em julho de 2006).

²⁶ Antes a medida, garrafão, era uma embalagem de vidro com capacidade de 15 litros. Atualmente este recipiente foi substituído pelas “bombas” de plástico. Inclusive, a safra é armazenada em tambores de 200 litros nas oficinas daqueles que conseguem guardar o produto para a espera de preços mais atrativos na entresafra.

Na racionalidade produtiva orientada pelos fomentadores do desenvolvimento, no entanto, não consta garantia de mercado, preços e rentabilidade melhores para seu produto. Neste sentido, cabe aqui lembrar o que afirma um colono do Projeto de Irrigação de Bebedouro, Petrolina-PE, da CODEVASF, no qual a produção é altamente tecnicizada e moderna, tal como pretendem os desenvolvimentistas:

Antes não tinha nada, hoje tenho dívidas. Citado por CHILCOTE (1990, p.166)

Quanto a afirmação da interlocutora, ressaltamos que, mesmo sem preço justo aos seus produtos, tem sido possível na sua parcela a reprodução da numerosa família, porque esta destina-se, em grande parte, para a produção de alimentos e não de mercadorias, por meio das quais se efetiva a usurpação do trabalho do camponês.

Ainda sobre o curso do SEBRAE, em uma dinâmica utilizando-se da mensagem de uma crônica, induzia os camponeses a abandonar seu modo de vida fundamentado na relação providencial com a terra e, desprovido da ganância, da avidez pela acumulação, pelo consumo. Incentiva-os à incorporação de outras técnicas na produção e, desta forma, a conseguir da sua parcela maior produção cuja comercialização lhe garantirá maior renda em dinheiro e conseqüentemente maior poder aquisitivo de produtos que lhes proporcionarão maior felicidade.

É de costume os agricultores brejeiros moerem a cana durante seis meses do ano (maio a outubro) e dedicarem-se o restante para outras atividades, dentre elas o cultivo de vários produtos alimentícios para o sustento de suas famílias, cuidados com criatórios, trabalhos noutras parcelas no sequeiro e até, a depender das necessidades, deslocar-se para outras regiões (geralmente Irecê-BA) onde se assalariam. Consta da reestruturação produtiva proposta pela APROCANA e Distrito Projeto Brejos da Barra por intermédio do SEBRAE e demais parceiros, a orientação aos produtores para prolongarem a moagem da cana durante o ano todo.

Uma orientação desta certamente visa à especialização dos produtores a direcionar sua força de trabalho e seus meios de produção para a inclusão noutra divisão do trabalho. Sua inserção se dará através do sobretrabalho na produção em maior quantidade dos produtos destinados ao comércio muitas vezes em detrimento

daqueles voltados ao sustento familiar. Isto representa, ao nosso ver, um rompimento no seu modo de vida tradicional (baseado na lida em atividades variadas através das quais se aproximam da auto-suficiência) e também o abandono da grande diversidade dos saberes herdados dos seus ancestrais empregados na produção diversificada, que tradicionalmente lhes garante a reprodução de suas vidas e cultura de forma bastante autônoma em relação aos ditames da sociedade ampla moderna e regida pela lógica do mercado.

Tais investidas se realizam concomitante à chegada da energia elétrica, motivando logo as pessoas a quererem comprar a televisão e, em seguida refazerem e mobiliarem suas casas, passando a influenciarem-se pela moda – o que já pode ser notado em algumas comunidades. Os caminhões das lojas, mesmo com a precariedade das estradas, já circulam por alguns brejos entregando e vendendo mercadorias.

Não são muitos os sujeitos sociais locais que percebem essa lógica, ou seja, que conseguem perceber o que está implícito nas entrelinhas das “boas intenções”. Vemos que a grande maioria rende-se aos anseios da cartilha desenvolvimentista e passam a reivindicar a construção da estrada até suas moradias para facilitar o transporte, a comunicação, melhorar e ampliar a produtividade do trabalho e facilitar comercialização para arcarem com suas despesas. Exemplo disso é o fato das associações se colocarem em disputa pelos poucos recursos do FUMAC (Fundo Municipal de Apoio a Comunidades), reivindicando tratores, pontes, estradas e outros equipamentos que, de alguma forma, otimizem as condições de produção.

É importante ressaltar que não estamos contrários às técnicas e sua disponibilização (dos meios que representam importantes conquistas para a humanidade) para aquelas comunidades situadas em localidades afastadas do mundo dito moderno. Direcionamos nossas críticas aos interesses que se ocultam no discurso que promete apenas melhorias às vidas das pessoas e invertem suas expectativas, de forma que muitos deles se tornam defensores de um modelo que, na verdade, vem alimentar aquilo que prega combater. Vem intensificar a opressão, a subordinação e a injustiça social.

Introduzem pela via desses cursos e treinamento aos camponeses brejeiros, uma expectativa de atingir qualidade dita melhor para seus produtos pois, só assim, o mercado os aceitará. Omitem a realidade concreta do mercado que não está de

pronto a receber seus produtos, está instável, competitivo e orientado por “leis” muitas delas alheias às condições concretas que enfrentarão para produzir na sua terra.

Em outra atividade do curso, o instrutor os induz às esperadas manifestações sobre seus desejos para o futuro assim expressas abaixo:

“queremos: melhorar o cultivo da cana; fundar uma boa e grande associação dos produtores de cachaça; fundar uma fábrica mais eficiente; fundar uma cooperativa; lançar nosso produto no mercado internacional com bom preço.”

Há, portanto, que se tornarem empresários e ricos;

“são microprodutores (enfático), eles não existiam nem no Censo. Viviam à margem da sociedade. E eles serão produtores. Digo sempre, “esses caras vão ficar ricos”. Construíram uma fábrica de polpa de fruta, uma torre de celular foi colocada lá... Quero ver essas pessoas de celular, andando de carro do ano, seus filhos estudando em uma escola maravilhosa... Modificar totalmente, tirar o fulano do zero e trazê-lo para o cem.” (deputado federal João Leão, <http://www.ceinfo.cnpat.embrapa.br/index2php>, acessado em maio de 2006).

Importante ressaltarmos o que está sendo concebido como modelo e é o que fundamenta e justifica o desenvolvimento. Ser desenvolvido é, como diz, estar inserido num padrão de sociedade exemplificada pela conhecida sociedade urbana. Quem nesta não estiver contida, está fora, está à margem e todos os esforços deverão convergir para a sua inclusão, condição para que seja reconhecida a sua existência. Possivelmente estão à margem porque até então não são apenas “microprodutores”, são comunidades cuja forma de organização social não está pautada apenas pela produção, pelo consumo do que promete o discurso. Relacionam-se entre si e com os elementos da natureza sob outra perspectiva, não somente como algo a ser dominado e explorado.

“o modo pelo qual a vida se nos revela no enquadramento da cultura tecnológica é, prioritariamente, em termos de como ela pode ser representada, transformada, organizada, organizada para a realização de algum objetivo humano. A natureza é reduzida à condição única de objeto manipulável pelo sujeito humano, auto-erigido em referencial ontológico do universo. Por isso pode-se afirmar que a história do mundo é a história da procura de mais e mais poder, na medida em que o ser humano entende sua humanidade na razão direta de sua capacidade de dominar. Mas a afirmação do homem como absoluto, a negação de qualquer horizonte de transcendência, redundando no niilismo em que a própria humanidade do homem é negada, na medida em que também é transformada em mais um objeto da vontade de poder. A busca da superação de tal situação implica repensar esta postura” (UNGER, 2001, p.27).

Se assim o são, não se reduzirão a meros produtores, são pessoas que se relacionam com a totalidade da qual fazem parte e, para tanto, seu tempo não pode ser apenas do trabalho (principalmente na concepção burguesa deste termo), pois, para ali sobreviverem, e não se tornar objeto da acumulação, isto é um importante pressuposto. Muitas outras práticas de grande sentido para si terão que ser efetivadas, as quais constituem a sua própria cultura, a sua identidade de camponês brejeiro.

Visam os órgãos desenvolvimentistas invadirem o tempo das práticas prazerosas, o tempo ocioso, o da prática das tradições, da convivência em comunidade²⁷. Este terá que ser ocupado na busca da maior perfeição para o produto do seu trabalho, metamorfoseado em mercadoria. Só assim seu trabalho tornar-se-á produtivo, pois seu produto gerará lucros a terceiros alheios ao processo produtivo e deverá render divisas ao governo local, estadual e, até mesmo, federal, pois fazem os produtores acreditarem que podem conseguir a exportação.

Nesta outra racionalidade o conhecimento tradicional, que através da relação com o meio garantiu vida para as pessoas no seu ambiente durante séculos, não mais servirá e será jogado no precipício, tornando um entrave para a caminhada rumo a modernidade, ao progresso, pois será considerado um desconhecimento, um *não-saber* (WOORTMANN, 1990, pp.48-49).

Terão, pois, que se tornarem: clientes dos bancos, consumidores de agrotóxicos e fertilizantes, consumidores de maquinários, de embalagens. Ou seja, terão que incluir no processo produtivo as chamadas *despesas de produção*.

No referido curso constatamos também a insatisfação dos organizadores para com o pequeno *quorum*. Insistiam para que os presentes convidassem os demais para virem no dia seguinte. Para esta preocupação existe uma explicação: o referido curso acontecia na região de maior produção de cachaça (vale do Rio Icatu)

²⁷“A jornada de trabalho é outro elemento componente da produção camponesa. Nesse aspecto, a realidade é toda particular. Não há uma rigidez de horário diário como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme época do ano e segundo os produtos cultivados. Assim, combinam-se períodos chamados de ociosos, quando o camponês está livre para assalariar-se através de trabalho acessório, com períodos de intenso trabalho quando, nem o nascer e o pôr-do-sol, às vezes, são limites naturais da jornada de trabalho. Os trabalhos que envolvem o preparo da terra para o plantio são feitos até durante a noite. Essa aparente irregularidade da jornada de trabalho dos camponeses é que abre espaço para o desenvolvimento de uma série de tarefas artesanais domésticas, que eles realizam nos períodos de pouco trabalho agrícola” (OLIVEIRA, 1996, p.64).

e estrategicamente pretendia atingir aqueles produtores. No entanto, estavam presentes apenas treze pessoas. Ao passo que na região do Brejo do Saco, onde a intervenção começou, freqüentaram o curso quarenta pessoas. Os organizadores previam que a APROCANA começaria com setenta e cinco produtores, expectativa relativamente modesta se considerarmos que estimam haver nos brejos cerca de um mil produtores de cana-de-açúcar.

É possível que a freqüência tímida ao curso promovido pelo Distrito e a APROCANA, se explique pelos tropeços na trajetória do primeiro, com saldos negativos para aqueles que aderiram ao seu projeto. Entendemos este fato como uma quebra na linearidade das tendências, uma resistência ao que se propõe como desenvolvimento.

Isto pode ser exemplificado a partir das revelações em uma conversa durante o intervalo com freqüentantes do curso. Um dos presentes afirmou que recentemente fez um empréstimo e, no momento em que o débito estava em 300 reais, por motivos de força maior atrasou o pagamento durante três meses e o valor do débito neste período subiu para 500 reais. E assim demonstra sua cautela:

“Estamos muito atentos a tudo isso”.

Se é possível demonstrar as tendências de forma esquemática, assim apresentaríamos o processo que vem se realizando em função da atuação do Distrito junto aos camponeses brejeiro no que diz respeito aos incentivos à produção frutícola e de cana-de-açúcar: empréstimos junto aos bancos para a aquisição de mudas e implantação dos cultivos utilizando-se de outras técnicas; treinamentos; endividamentos e emancipação (assim chamado pelo Distrito o estágio atual como superação ao dito “paternalismo” inicial); venda da terra para saldar as dívidas e mudança para a cidade.

O processo esquematizado acima acontece em paralelo à chegada das chamadas melhorias: estradas, energia elétrica, telefonia, casas de alvenaria, televisão, fogão a gás, geladeira – tão solicitadas por membros das comunidades ainda não servidas e já parcialmente presente em alguns domicílios (principalmente nas comunidades em que a intervenção já se faz mais intensa). Um contato maior com a cidade implica na mudança dos anseios de consumo favorecendo a dinamização das atividades urbanas com o aumento do comércio em função do

maior consumo de produtos industrializados e maior arrecadação de impostos, criação de órgãos governamentais impulsionadores desse processo, o qual contempla os interesses das elites locais através da distribuição de cargos e do sistema amplo na pessoa do principal idealizador que vem garantindo sua reprodução no poder.

A mercadorização: do valor de uso ao valor de troca – a usurpação

Um conceito que nos parece importante desenvolver na nossa análise é o de mercadoria, pois, é a partir da atribuição deste sentido para o produto do trabalho dos indivíduos, que outras alterações se processam tanto nos aspectos concernentes à produção (relações de produção), quanto nas questões envolvendo a cultura do grupo, melhor dizendo, no modo de vida de forma geral.

Temos lido na bibliografia consultada as implicações que decorrem dessas alterações nos sentidos dos fatores que constitui o modo de vida camponês. Fatores estes, dentre outros, a terra, a propriedade, o trabalho, as trocas, a família, as manifestações culturais.

“essas categorias nucleantes agregam conjunto de significações, os quais, em sua comunicação dentro do universo de representações, se articulam e compõem uma totalidade. Essas categorias são também nucleantes no plano do discurso, isto é, elas organizam o discurso e a cultura pode ser vista como um conjunto de discursos. Assim, naturalmente, cada cultura terá categorias nucleantes específicas, mas, ao que parece existem certas categorias comuns às sociedades camponesas em geral, como terra, família e trabalho. O importante, contudo, não é que sejam comuns – pois elas estão presentes, também, em culturas urbanas – mas que sejam nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra. Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p.23).

No nosso contato com a realidade das comunidades brejeiras no contexto atual em que se processa o aumento do contato com a sociedade ampla, é isto que observamos: alterações importantes nos fatores constitutivos do seu modo de vida tradicional.

Sendo a mercadoria a forma social que adquire o produto do trabalho do indivíduo na interação com as suas condições naturais de existência, vemos que as demais alterações advêm disto. Desta outra significação atribuída ao produto do

trabalho do indivíduo e, por extensão, da comunidade, outras significações assim cunhadas nos demais fatores da cultura tradicional camponesa.

Introduz-se no produto do trabalho o valor de troca com a finalidade de destiná-lo ao mercado. No caso brejeiro, pode-se observar que tradicionalmente comercializam o excedente da produção de alimentos. No entanto, atualmente nota-se, no conjunto das comunidades, uma diferenciação neste aspecto, pois, apesar de observar um aumento da produção para comércio nas comunidades estudadas como um todo, um diferencial importante diz respeito ao tipo de produto. Aquelas comunidades que se encontram num grau importante de preservação, quando aumentam a produção para comércio trata-se daqueles tradicionalmente produzidos como cachaça, rapadura, farinha.

A essa produção maior atribuímos o aumento das expectativas de consumo de outras mercadorias não produzidas nas suas parcelas; isto é favorecido pela maior facilidade no escoamento da produção e do aumento do poder de compra por causa da maior posse do dinheiro.

Ao passo que, naquelas comunidades onde os desenvolvimentistas vem interferindo com maior intensidade, tal como as do Brejo do Saco e região (São José, Ilhota, Cachoeira, Mutuca, etc.) e as da região dos Olhos D'Água (Arrodeio, Brejo do Lucas, Bangüê, Brejo de Varas e outras) o aumento da produção para comércio se realiza também pela introdução de produtos voltados exclusivamente para tal finalidade, ou seja, constituídos de importante ou total valor de troca, tal como: caju, manga, mangaba *Hancornia speciosa* Gomes (Apocynaceae) (experiência frustrada) e mamona.

Esta racionalidade na produção camponesa brejeira inaugura sua inserção numa outra divisão sócio-territorial do trabalho, pois, tradicionalmente, a produção de derivados da mandioca (farinha e polvilho) e da cana-de-açúcar (cachaça, rapadura e melaço) visavam o auto-consumo e só o excedente era destinado ao mercado regional, principalmente dos municípios da Barra, Xique-Xique e Buritirama, para onde os próprios brejeiros levavam às feiras semanais onde esses produtos eram e ainda são (na medida em que as mudanças estão em estágios iniciais) trocados por outros não produzidos nos brejos e nas caatingas (feijão – produção geralmente insuficiente para o sustento), café, sal, remédios, roupas, etc.

Mesmo no âmbito desses produtos, se observa importantes alterações nas relações comerciais, em grande parte, em função da maior facilidade nos transportes

na região. É comum atualmente, atravessadores percorrerem os brejos a fim de comprar a produção brejeira de rapadura, farinha, cachaça, mangaba, manga e caju (os dois últimos dos plantios centenários).

Este componente recente na realização das trocas da produção brejeira (a presença do atravessador) vem intensificando um processo de subordinação que, embora seja recente, já se revela bastante perverso. Aproveita-se da realidade produtiva nos brejos, ou seja, da tradição camponesa na qual, a terra, o trabalho, a família e o produto da interação deste conjunto como um componente da sua cultura; e sendo assim, constitui como finalidade principal a reprodução da família e da comunidade na sua localidade. Nestas condições o valor de troca que o produtor atribui a seu produto é ínfimo se comparado ao incorporado no produto onde este será comercializado pelo intermediário ou atravessador.

Abaixo destacamos alguns casos que servirão de exemplos e, se comparados ao volume de produção, área ocupada e a respectiva quantidade de trabalho do camponês, teremos a partir destes, a noção do quanto se usurpa das comunidades camponesas brejeiras.

O plantio predominante nos Brejos da Barra é a cana-de-açúcar (80% da área agrícola ocupada)²⁸, com a qual se produz a aguardente (cachaça) e rapadura. Em menor escala planta-se também mandioca, milho, feijão-de-corda *Vigna unguiculata* (L.)Walp., subespécie *unguiculata*(Leguminosae - Faboideae) e arroz *Oryza sativa* L. (Poaceae - Gramineae).

Quanto às frutas predominam a manga, cerca de 1500 ton/ano, mangaba, caju, pequi *Caryocar brasiliense* St.Hil. (Caryocaraceae), umbu *Spondias tuberosa*, Arruda (Anacardiaceae), banana, coco e buriti *Mauritia flexuosa* L.f. (Arecaceae - Palmae). Devido às dificuldades de transporte, os atravessadores compram especialmente manga e mangaba, por preços irrisórios e as revendem muitas vezes nas cidades de Xique-Xique, Barra ou mesmo em mercados mais distantes, conforme a fala abaixo.

²⁸ As informações seguintes acerca do volume da produção brejeira tiveram como fonte os materiais distribuídos aos missionários da *I Missão Ecológica nos Brejos da Barra*, outubro de 2004, promovida pela Comissão Pastoral da Terra-CPT.

“de São Paulo vem pegar aqui. Vem o... vem a manga, fruta, isto aí perdia debaixo dos pés que virava lama. Que não compesava por uma carga de manga e levar pra cidade²⁹, não dava pra nada. Hoje vem o caminhão de Feira de Santana, Salvador, do Rio de Janeiro, vem pegar manga aqui. Comprar no pé a manga verde. Viu? Vem comprar cachaça, vem comprar rapadura, vem comprar comprar mamona” (Sr. Geraldo, Presidente da Associação da Comunidade de Brejo do Saco, julho de 2005).

Exemplo típico é o caso da mangaba em que a caixa é comprada pelos atravessadores nas comunidades por R\$ 5 e vendida nas cidades por cerca de R\$ 140³⁰. Tais aberrações ocorrem também com outros produtos como:

A “carga³¹” de rapadura (50 unidades) é comprada por cerca de R\$ 70 / R\$ 130 nas comunidades, e vendida na cidade da Barra a partir de R\$ 4 a unidade, ou seja, acima de R\$ 200 o referido volume.

O “garrafão³²” de cachaça (15 litros) é comprado a R\$ 15 e vendido na cidade a partir de R\$ 2 o litro (conforme a época do ano e o grau alcoólico do produto).

Quanto à manga, a caixa é comprada pelos atravessadores a cerca de R\$ 2 e vendida nas cidades da Barra ou Xique-Xique entre R\$ 7 e R\$ 10.

Geralmente os preços sofrem importantes oscilações conforme o período da safra ou entressafra. Como exemplo, citamos o caso da rapadura que pode variar entre R\$ 70 e R\$ 130 a carga (julho de 2005). Aqueles agricultores que dispõem de condições menos adversas na produção, armazenam o produto e o vendem na entressafra quando conseguem melhores preços.

Em se tratando de trabalhadores camponeses, a exploração se realiza pela via da mercadoria, pois, dentre outros motivos, as informações dos preços nos grandes mercados, com base na produção em condições diferentes da do pequeno produtor, não chegará aos agricultores; para estes, de qualquer forma, não restará alternativa senão vender ao comprador local:

“a formação de preços dos gêneros produzidos em pequena escala pelos parceiros e sitiantes depende não apenas das condições gerais do mercado num dado momento, mas

²⁹ Os equipamentos técnicos (no caso, principalmente a estradas) viabilizam, portanto, a inclusão noutra divisão sócio-territorial do trabalho além daquela tradicional de abrangência nos municípios vizinhos no sertão baiano.

³⁰ Tanto o preço da mangaba quanto os demais que apresentamos referem-se ao mês de outubro de 2004.

³¹ Esta unidade de medida corresponde à carga que um animal de transporte pode carregar. Para o transporte geralmente esta quantidade é dividida em duas partes iguais e acomodada no lombo do animal (burro ou jumento). Para tanto, utilizam-se de uma *cangáia*, a qual garante suspensas duas *broacas* (malas de couro cru), uma de cada lado do dorso do animal.

³² Unidade de medida que corresponde a um frasco de vidro com capacidade de 15 litros. Preserva-se ainda a unidade de medida, embora os tradicionais recipientes de vidro, nos quais transportavam a cachaça, estão sumariamente em substituição por bombonas plásticas.

da oferta freqüentemente arbitrária dos compradores locais – motivada pela saturação progressiva do mercado regional, as possibilidades de exportação, o jogo de intermediários e especuladores, sobretudo aqueles, que visam o lucro obtido pelo afastamento máximo entre o preço de compra e o preço de venda em lugares diferentes. Junte-se a isto o fato do pequeno agricultor não ter informação sobre o preço real do seu produto nas grandes cidades consumidoras, e precisar vendê-lo rapidamente para solver compromissos com o comerciante, que é, nas vilas, ao mesmo tempo, quem lhe vende e quem lhe compra”.(CÂNDIDO, 2001, p.208).

Na conjuntura de maior inserção na produção de mercadorias, o que nos diz Cândido coaduna com o processo que se desenvolve nas comunidades brejeiras e, com realce maior, àquelas em que o contato com o meio urbano foi facilitado. Nestas, já se fazem presentes os estabelecimentos comerciais que fornecem os mantimentos para os membros das comunidades, os quais saldam suas dívidas de longa data, nos períodos da colheita quando comercializam o seu produto.

As atividades comerciais vêm ganhando maior impulso também em função das aposentadorias e outros programas sociais os quais contribuem para o aumento da presença do dinheiro mediando as relações de trocas. Este último fator vem alimentando também o ramo comercial, inclusive naquelas comunidades ainda não contempladas como os objetos facilitadores da ligação com o meio urbano. Surgem estabelecimentos comerciais, pequenas “vendas” e bares, onde já se encontram secos e molhados industrializados que vêm ganhando maior importância na dieta e mudando os hábitos alimentares dos brejeiros.

É fato também a desinformação da parte dos produtores a respeito dos preços que os produtos do seu trabalho são comercializados nas outras praças (principalmente aquelas mais distantes). E quanto aos preços irrisórios das frutas, se vendidas “na porta”³³, ou “no pé”³⁴ geralmente entendem ser vantajoso, pois, tradicionalmente eram desperdiçadas, apodreciam e “viravam lama”. Era inviável o transporte para a comercialização na cidade, em função das condições de transporte, e do tempo gasto, pois muito se perdia.

Quanto à produção recentemente introduzida com importante grau de tecnificação (caju, mangaba, manga e mamona), cujo aumento da produção provém do incentivo e orientação dos órgãos desenvolvimentistas: EMBRAPA, EBDA e SEBRAE, e agências financeiras (bancos estatais), o montante destina-se ao abastecimento de outras praças comerciais. No caso das culturas da manga e caju a

³³ Assim se referem à compra pelo atravessador no local da produção.

³⁴ Quando o comércio do produto é realizado antes do ponto de ser colhido, quando encontra-se ainda verde na planta ou no pé.

produção ainda não tem expressão comercial relevante, mas já existe uma fábrica processadora de frutos (*Barra Frutos*), a qual, tão logo a produção aumente pretendem ativá-la.

Estes produtos quando oriundos das plantas centenárias até recentemente eram desperdiçados pela não viabilidade do transporte para o comércio (naquelas comunidades onde os referidos órgãos não interferiram na sua produção). Atualmente, com as maiores ofertas de transporte, como o emprego de tratores - naquelas comunidades mais afastadas como a de São Gonçalo e região - já aparecem atravessadores que compram a produção a preços módicos e revendem com alto lucro nas cidades mais afastadas da região. A rentabilidade deste comércio usurpador das comunidades constata-se na ostentação de seu empreendedor (originário “de fora”) que ergueu um luxuoso sobrado em pleno brejo destoando com grande contraste das tradicionais moradias de palha dos brejeiros.

O exposto já nos dá uma noção do significado para as populações camponesas da sua inserção no dito desenvolvimento cuja principal intencionalidade é inseri-los no sistema produtor de mercadorias. Inverte-se, portanto, o sentido do produto do trabalho, o qual, tradicionalmente é destinado ao próprio uso, ao seu sustento e de sua família. Inaugura-se uma outra situação em que interessa ao sistema no qual estão sendo inseridos (produtor de mercadorias), que o produto do trabalho incorpore um valor de troca sempre maior na medida em que se inclui neste as despesas de produção e assim viabilize a reprodução ampliada do capital em escala global.

Nesta forma de inserção do trabalhador no modo capitalista de produção a este é mantido o acesso aos meios de produção. No entanto, a subordinação à classe burguesa se realiza na medida em que este deve recorrer a condições de produção diferentes daquelas tradicionalmente à sua disposição na natureza com livre acesso para si. Na medida em que se transforma num produtor exclusivamente de mercadorias, este se torna também totalmente dependente do consumo de mercadorias originárias do mercado tanto para a sua subsistência, quanto para possibilitar o seu trabalho. Pois grande parte dos meios de produção, no outro contexto em que produz atendendo às exigências do mercado, deverá ser adquirido neste através da compra. Se tivermos em conta a crescente exigência do mercado em função da competição progressivamente ampliada terá este produtor que, infinitamente buscar uma produção maior para que se tenha dinheiro suficiente a

arcar com os elevados custos de produção representados nas técnicas modernas e saberes alheios às suas tradições.

Um fator importante a considerar neste sentido, diz respeito às condições que, geralmente, não são colocadas à disposição dos camponeses para competirem em iguais condições com os grandes conglomerados econômicos atuantes no mesmo ramo da produção, utilizando-se de modo concentrado as condições mais favoráveis na produção, na medida em que conseguem produzir em quantidades maiores e utilizar técnicas mais avançadas, contando ainda com importantes incentivos do Estado.

Ao camponês, no entanto, geralmente não chegam as informações quanto às oscilações do mercado, suas leis e tramas; e, desta forma, as mercadorias por ele produzidas lhes escapam às mãos dos atravessadores de forma usurpadora. A autonomia do camponês é perdida na medida em que o preço do produto é decidido noutras esferas. Não mais utilizará seus saberes, necessitando, portanto, obter a altos custos, outros conhecimentos e técnicas produzidas em outras localidades e muitas das condições concretas para a produção na outra racionalidade, tal como os custos de produção que passa a depender para conseguir os objetivos que nem sempre são os seus (e sim dos agentes desenvolvimentistas). Isso geralmente resulta em saldo não compensador ao camponês.

Para o caso da produção em maior quantidade da cana-de-açúcar e derivados, vem articulando-se por meio da APROCANA a fundação de uma fábrica processadora do produto de modo a introduzir em seus derivados as condições comerciais aceitas pelo mercado amplo e, portanto, com maior valor de troca. Apresentaremos maiores detalhes adiante, mas cabe aqui ressaltar que com isto certamente sua destinação voltar-se-á para outras praças comerciais e não mais às tradicionais feiras da região. Até porque, o alto valor incorporado neste produto em função da aplicação de uma maior tecnificação no processo produtivo, implicará numa inacessibilidade aos seus tradicionais consumidores. Esta iniciativa conta com assessoria do SEBRAE, que, através de cursos e palestras, vem inculcando nos camponeses brejeiros a utilização de técnicas modernas no processo produtivo e a empresarialização das suas atividades produtivas.

A inserção na outra divisão do trabalho se faz de modo mais acentuada com referência ao cultivo da mamona (comunidades do Brejo do Saco e Região) que vem

sendo fomentado em quantidade maior incentivada pelo programa governamental de incentivo à produção de biodiesel.

Como veremos de forma mais detalhada noutro momento, estes incentivos do governo não representam aumento de rendimentos àquele que produz e sim (na medida em que o aumento da produção é acompanhado da queda dos preços) uma usurpação maior do trabalho do camponês.

Vemos importantes alterações no sentido da produção brejeira. Pois, de uma situação na qual era comercializado o excedente de alimento, cuja motivação da produção era o uso, evidencia-se uma outra em que tanto a quantidade de trabalho, quanto a propriedade na qual este se realiza, vem sendo destinada a produtos com valores de troca³⁵ sempre maiores.

Isto representa uma mudança de significado do produto do trabalho àquele que produz após a transformação deste em mercadoria. Ou seja, a concepção do produto logo na decisão de produzi-lo para a troca em detrimento da função que tradicionalmente exercia - alimentar aquele que trabalha e sua família.

O produto do seu trabalho se insere, portanto, na malha da divisão social do trabalho mais ampla para viabilizar a reprodução do capital. A diferença de preços (a queda) ocorrida constituirá em lucros que distribuir-se-á entre os capitalistas do mercado financeiro, os atravessadores que comprem a produção local e a distribui para os centros consumidores do país, os fabricantes e distribuidores de maquinários, insumos e defensivos agrícolas de modo que se instala o reinado das trocas, das mercadorias.

São estes últimos os novos participantes no processo produtivo e circulação, os ditos investidores, tão bem vindos e disputados pelos Estados Nacionais na atual economia globalizada. Promovem, portanto, a racionalidade econômica de mercado, o reino da mercadoria, naqueles espaços onde tradicionalmente se explorava as condições objetivas de reprodução do trabalhador, a natureza, com vista ao uso, à satisfação das suas necessidades.

Na racionalidade descrita, na qual a díade propriedade-trabalho destina-se à produção de mercadorias, aponta outra perspectiva para as condições objetivas de reprodução do homem, em uma visão utilitarista que visa à acumulação:

³⁵ “o valor de troca diz respeito à quantidade, remete diretamente ao dinheiro, essa mercadoria que faz com que inevitavelmente em nossa sociedade o maior seja o melhor, pois quanto maior a quantidade de dinheiro disponível, maiores são as chances de usufruir dos bens e serviços de que temos necessidades.” (GONÇALVES, 1990, p.115)

“ora, toda mercadoria, é, como tal, produzida não para o uso de quem a faz, mas sim para a troca”. (GONÇALVES, 1990, p.113).

Demonstra ainda, o mesmo autor, o quanto insignificante pode ser o valor de uso³⁶ do produto para aquele que produz na racionalidade econômica mercantil:

“um capitalista do setor siderúrgico, por exemplo, não produz aço para si próprio e depois vende o excedente. Para o capitalista, o “uso” precípua da mercadoria é lhe servir como valor de troca medido em cifras. Não é nada incompatível um empresário diabético, dono de uma usina de açúcar. Na verdade, o capitalista se abstrai do valor de uso podendo mudar de setor de atividade ao sabor das circunstâncias do mercado. Para ele, o valor de uso é simplesmente um veículo para o valor de troca. Tal fenômeno obviamente não é natural, ao contrário, foi instituído com a sociedade burguesa.” (GONÇALVES, 1990, p.113).

E acrescenta:

“deste modo, pode-se compreender a aparente irracionalidade do ato de se atirar tomates, cebolas ou pintinhos aos rios, como a imprensa diversas vezes divulga, quando o preço por eles oferecido não garante aos proprietários dessas mercadorias os lucros que esperavam, enquanto milhões de pessoas passa fome nas periferias urbanas e nos campos, assistindo muitas vezes ao espetáculo pela televisão” (GONÇALVES, 1990, p.113).

No entanto, no processo produtivo dessas mercadorias (tomate, uva, melão, soja, cana-de-açúcar, aço, carvão vegetal), utiliza-se de modo desmedido das riquezas naturais do vale do São Francisco as quais já foram e poderiam continuar sendo de valiosa importância para a reprodução das vidas em cada localidade. E, na medida em que invertem o sentido destas riquezas, como resposta, já se evidencia manchas e prenúncios de expansão do processo de desertificação no vale.

Naquelas comunidades onde o transporte já foi facilitado pela construção de estradas encascalhadas (Brejo do Saco e região), a produção, principalmente da manga (plantios centenários), vem sendo escoada para o CEASA (Central de Abastecimento S.A) de cidades como Feira de Santana, cuja produção os compradores fazem “no pé”, a preços irrisórios.

“da mangaba e a manga tem. Como nós tava conversano ontem a manga até antes de ter esse benefício aqui dessa estrada, ela não era exportada pra fora, porque não tinha (palavra inaudível) não tinha estrada... a manga ela caía ai debaixo dos pé, as veiz pegava 2, 3 cargas aqui pra levar pra cidade, mais não compensava tombém vendia era muito

³⁶ “O valor de uso diz respeito à qualidade de um produto, às necessidades que ele pode satisfazer, seja a fome, seja a fantasia. Toda mercadoria tem uma utilidade determinada culturalmente” (GONÇALVES, 1990, p.115).

baratim. Não compensava.³⁷ só que depois ela virava lama aí debaixo dos pés, juntava mosquito. Tem pé de manga aí que ficava... enfiava os pés, era manga apodrecia. Hoje depois da estrada não podrece mais. Não perde mais. Ela não chega nem madruca, quando ela tá ali numa certa base, aqui tem gente que chega aqui já compra no pé. Já compra no pé mesmo. Moço me vende aí José. Não moço... não pode deixar por minha conta. E aí já vem, os caminhão vem já compra o caminhãozinho vem aí de Feira de Santana, até do Rio de Janeiro, já vi caminhão aí. Então depois da estrada não perdeu mais manga.

José: e vale a pena vender?

“vale. Vale, sabe porque? Porque mesmo baratim é melhor do que perder. Não é não? Que a pessoa que tem as veiz quato, cinco pé de manga, vamo supor. Ele tira, eles aqui, eles compra numa caixinha que tem, acho que você já viu. Uma caixinhas de madeira que pega mais ou menos assim umas 80 manga conforme até 100 manga viu? Eles compra por 6 reais, né? 5 reais, a caixa. Mais em compensação, é melhor do que perder. E ele vender, aqui tem produtores de manga, no Brejo de São José por aí, que ele já tem chegado o ponto que ele vende até 80, 100 caixa de manga. Se ele vender 100 caixas de manga a 5 reais, dá 500 reais. E quando ela caía lá no chão que podrecia que não tinha futuro nenhum. Né? Num vale a pena? 500 reais, o camarada pega 500 reais, ele já compra alguma coisa. Ele já compra alguma coisa, ele já compra dois bezerros com 500 reais. Ele compra dois bezerros este ano com quinhentos reais, o ano que vem tão valeno 1000 reais os dois. E quando ela perdia lá debaixo dos pé, não tinha futuro nenhum. Se ele vender, quando ele vender 10 caixa de manga, dez vez cinco, cinqüenta. É cinqüenta reais, mais cinqüenta reais o cara vai na Barra, ele faz uma feirinha pa dentro de casa. De feijão, de arroz, né? Não faz uma feirinha? Não vale a pena? (risos) foi o caso que melhorou pra nós aqui na região, de 6 anos pra cá foi isso aí que antes tudo perdia.” (Sr. Geraldo, Presidente da Associação da Comunidade do Brejos do Saco, julho de 2005)

Noutros tempos, entretanto, o que se tornou realidade (mesmo que para uma pequena parcela da população brejeira), seria difícil até se imaginar. Pois, um tempo considerável era gasto no transporte da produção até a sede do município (cidade da Barra), onde era comercializado (até cinco dias, num verdadeiro ato de heroísmo) conforme relata o Sr. Cassimiro:

“dormia. Saía daqui... a base duma 4 hora. Ia descansar na Mutuca (24 quilômetros). Lá nim Chico Ari. A estrada era por aí. Aí agora descansava. Saía daí, agora, a gente sabeno e os aminal bom não gastava dois dia, nera? Saía daí, ia durmi no Trevevão. Outra ora nós ia durmi numa senhora mangaba que tem, era. Adiante do Trevevão. Ainda hoje ela tá lá. Era um pé de mangaba. E o juá da tripa tudo ainda conheço lá, eu passo lá de carro e conheço tudo. Dormia não!... só fazia dizer que passava a noite. Era base de umas 12 horas da noite arribava a tropona aí, quando daí amancia tava entrano dentro da Barra.” (Sr. Cassimiro, Brejo da Umburana, julho de 2005).

³⁷ Vale ressaltar que, assim como os incentivos financeiros ao cultivo da mamona não resultaram em benefícios ao camponês proporcionalmente à quantidade de trabalho empregada no produto, a construção da estrada, favoreceu o escoamento da produção em quantidade maior, porém, não resultando em benefícios na mesma proporção para o camponês, na medida em que são vendidos a baixos preços e sequer sabem por quanto são vendidos no destino final. Ou seja, apenas foi viabilizado o escape da sua força de trabalho materializado nos produtos que são lançados no mercado.

Com isso, cabe lembrar que, durante os séculos que ali viveram afastados do mundo moderno, os camponeses brejeiros desenvolveram muitos dos seus equipamentos de trabalho, a arquitetura das suas moradias, a sua rotina de trabalho na agricultura e na pecuária, ou seja, um sistema agrícola próprio do brejeiro lançando mão nos meios que estão à sua disposição no brejo, na caatinga, na chapada, nos baixios, no alto da Serra do Estreito e por vezes até na beira rio São Francisco. Desenvolveram, portanto, formas de apropriação dos meios de vida disponíveis no ecossistema que lhes dá suporte, pois adaptaram as áreas do brejo à agricultura através do aterramento das áreas alagadas; ocuparam as áreas férteis da caatinga (os “baixios”) onde praticam a agricultura; utilizam-se da área da caatinga para a prática da pecuária, da coleta de frutos, madeiras para combustíveis (lenha) e construções, e para a caça. Desenvolveram também uma cultura de subsistência e do excedente constituída a partir das condições naturais de reprodução oferecidas pelo ecossistema das Paleodunas. Fundaram, desse modo, uma espacialidade na sua lida para a obtenção dos meios de vida necessários à sua reprodução.

Nesta lida, as técnicas tradicionais de trabalho constituídas do modo de vida brejeiro em sua direta interação com as condições naturais de existência, formam uma temporalidade própria que, em boa medida, se revela compatível com o ritmo natural do frágil ecossistema das Paleodunas.

No âmbito do processamento da cana-de-açúcar e mandioca, observamos significativas mudanças nos utensílios utilizados nas oficinas. Tradicionalmente, a quase totalidade dos objetos das oficinas são fabricados pelos próprios brejeiros. Fermentam a garapa em grandes cochos de madeira ou bangüês (construídos de couro bovino). Outros vasilhames são construídos de madeira (gamelas), assim como as pás, espátulas e colheres-de-pau (fotos 19-22).

Costumeiramente, a cachaça era armazenada em garrafões (15 litros) de vidro no qual era transportada para comércio nas feiras ou estabelecimentos comerciais urbanos em lombo de animais. Muito comum é a utilização do couro, como por exemplo, para a fabricação das broacas, usadas para o transporte dos produtos. Nestas colocam as cargas de rapadura ou garrafões de cachaça e levam para a cidade. Vendem o produto e retornam com o recipiente (o garrafão) para utilização noutra carga. As broacas são muito utilizadas ainda no transporte da mandioca (da roça para a “oficina” ou casa de farinha), do milho, do feijão e outros produtos.

Foto 19 - Fabricando a rapadura: uso da gamela e colher-de-pau (acima, esq.)

Foto 20 - A rapadura na forma (acima, dir.)

Foto 21 - Fabricando a rapadura: uso da "forma" (abaixo, esq.)

Foto 22 - Fabricando a farinha – prensa da massa de mandioca (abaixo, dir.)

Cabeceira de São Gonçalo, Barra-BA

Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Na oficina de processamento da mandioca observamos a mesma constituição dos materiais, cabendo especial referência à evolução no instrumento aplicado na ralagem ou trituração da mandioca. Afirmam que, até alguns anos atrás, utilizavam-se de ralos de folha-de-flandres nos quais, manualmente, ralavam a mandioca. A evolução consta da utilização de uma "roda" (tradicionalmente de

madeira e em substituição pelo metal – adaptada a partir de aros de bicicleta) a qual se liga por uma corda de couro cru (recentemente em substituição por *nylon*) ao “bulinete”³⁸ que proporciona a trituração da mandioca. Neste aspecto, a novidade em algumas comunidades é a utilização de motores para “destraçar” (estraçalhar) a mandioca.

Quanto aos mobiliários das oficinas, importantes modificações vêm-se processando a partir da adesão aos plásticos.

No entanto, “o capitalismo se afirma ao desorganizar os diversos sistemas de produção fundados no valor de uso e a primeira condição para isso é separar os indivíduos da sua ambiência sócio-natural.”(GONÇALVES 1990, p.116). Nesse sentido a intervenção do referido modelo de desenvolvimento nas sociedades tradicionais, promove a escassez da qual se beneficiará na medida em que expropria as populações do livre acesso e em seguida transformam essas riquezas naturais³⁹ em mercadorias, de modo que as massas das populações, ao serem urbanizadas, terão que comprá-las daqueles que mantêm o controle da produção e circulação – os capitalistas.

“alguém compraria o seu arroz e o seu feijão se dispusesse de condições naturais para produzi-los por conta própria? Alguém compraria máscaras de oxigênio, como já ocorre no Japão, se o ar da sua cidade fosse puro? Alguém compraria água engarrafada se os mananciais que abastecem a cidade fossem limpos? Alguém compraria plantas ornamentais se existissem bosques na cidade ou quintal em suas casas?... separar o homem da natureza é, portanto, uma forma de subordiná-lo ao capital” (GONÇALVES, 1990, p.116).

A riqueza constitui-se, nessa nova situação, na posse de um montante de coisas para serem trocadas a fim de se ter dinheiro. Ao contrário da almejada fartura (assim vista pelos camponeses a abundância dos meios de vida à sua disposição)

³⁸ Cilindro de madeira no qual é cravado em paralelo várias serras. Ao ser girado transversalmente a partir do movimento manual da roda (ou motorizado), efetua-se a trituração da mandioca.

³⁹ Vê-se deste modo uma inversão do conceito de riqueza. Pois, na situação anterior, o acesso aos meios de vida não necessariamente se daria pela mediação do dinheiro na medida em que grande parte deles era acessível diretamente na natureza por intermédio do trabalho. Na situação seguinte – pós-intervenção do modo capitalista de produção nas formas tradicionais de organizações sociais separando os indivíduos da sua ambiência natural, foi-lhes ceifado o acesso aos meios de vida e expulsas as massas para as grandes cidades, como podemos ver na atualidade. Nesta situação, para acessar os meios de vida, necessário se faz dispor de um montante de dinheiro pra a compra. E, deste modo, a noção de riqueza se transforma. Do sentido de abundância das condições naturais de existência, inerente às condições originais de vida, à imposição da necessidade de se ter coisas (mercadorias) para vender (no caso da classe trabalhadora, do proletariado, a força de trabalho), e assim conseguir dinheiro para adquirir no mercado os meios de vida.

ou “riqueza” natural à disposição para uso. Ou seja, o paiol cheio de milho, a tulha cheia de arroz, o *capado* (porco) gordo no chiqueiro, muitos frutos no pomar, etc.

Mas, se por alguma adversidade climática ou por qualquer outro motivo tais anseios fossem comprometidos, “os antigos proporcionavam satisfação limitada. Enquanto o mundo moderno deixa-nos insatisfeitos ou, quando parece satisfeito consigo mesmo, é *vulgar e mesquinho*” (MARX, 1991, p.81).

Nesse sentido, consideramos mais adequado a utilização da palavra riqueza quando nos referimos ao que se encontra na natureza à disposição para o uso e não no mercado para ser trocado por dinheiro.

A partir das questões que apresentamos podemos tecer considerações sobre o modelo de desenvolvimento que as comunidades estão sendo inseridas. Portanto, afirmamos que consta do dito desenvolvimento, a introdução de outras técnicas no processo de trabalho que tradicionalmente o camponês brejeiro realiza nas condições naturais de existência. Deste modo, viabiliza a expansão do modo capitalista de produção transgredindo as diferenças contidas nos espaços, almejando, portanto a homogeneização sócio-espacial. Fundamenta-se, tal modelo, no das sociedades urbano-industriais das quais os idealizadores são originários. Procura-se para tanto, elaborar técnicas sempre mais eficazes de domínio da natureza⁴⁰. Quanto mais intensa e eficaz se torna a intromissão da técnica no processo de trabalho, maior é a transgressão do tempo da natureza e a capacidade de se extrair resultados econômicos. Outras temporalidades sempre mais velozes são incrementadas de modo a contrastar-se com o tempo da vida, da natureza, do ecossistema, da comunidade.

“fica evidente, portanto, que o capital não pode ficar na dependência dos tempos da natureza, mas requer, ao contrário, a subordinação a si dessas temporalidades” (GONÇALVES, 1990, p.122).

A eficácia da técnica deverá ser atingida para aplicar-se no processo de trabalho – na intervenção do homem na natureza (inclusive na sua própria), a fim de produzir maior quantidade de riqueza (com o sentido invertido), agora metamorfoseada em mercadorias com maior produtividade. Só uma sociedade que incorpora esses padrões é considerada desenvolvida pelos apologistas desse

⁴⁰ Um claro exemplo disso é a feitura de cultivar, aplicando técnicas modernas, uma grande variedade de frutos nobres em pleno semi-árido nordestino.

modelo⁴¹. É desenvolvido quem incorpora modernas técnicas no processo produtivo de produtos mercadorizados. Eis a intencionalidade contida no avanço técnico.

“todavia, o aparato técnico da chamada sociedade industrial é outro, a ponto de ele ser visto como a condição por excelência do desenvolvimento dos povos a partir de então. A “razão técnica” ganha uma dimensão inimaginável, daí a exaltação da ciência e da técnica em oposição à filosofia especulativa e aos dogmas religiosos. A “razão técnica” está preocupada com o agir-com-vista-a-um-fim-imediato, com a eficácia. Está ligada à intervenção do homem na natureza, aos processos de trabalho” (GONÇALVES, 1990, p.118).

No caso brasileiro, o Estado capitalista conta com instituições específicas para tal finalidade, dentre as quais podemos citar a CODEVASF, o SEBRAE e EMBRAPA, que dizem prestar assessorias junto às comunidades para fomentar nelas o desenvolvimento. Não é raro vermos nos meios de comunicação a propaganda da atuação dessas instituições junto às comunidades promovendo, na verdade, a mercadorização dos produtos do seu trabalho, incluindo-os, portanto, na racionalidade econômica mercantil, cuja intencionalidade é “agregar valor” ao produto do seu trabalho na medida em que interesses das esferas distantes da situação imediata da produção (da circulação) se intrometem, usurpando o que é de direito daquele que produz.

Os rumos da educação nos Brejos da Barra

É muito freqüente nos documentos das agências de desenvolvimento interventoras no vale do São Francisco a referência à atuação na área educacional como um dos grandes feitos na área social.

Neste sentido, destinaremos esta parte da apresentação da nossa pesquisa para uma atenção maior aos aspectos concernentes à educação. Pois, consideramos ser esta frente da intervenção uma das mais relevantes na medida em que investem, como veremos adiante, nas reorientações das expectativas dos

⁴¹ “a inovação tecnológica torna-se sinônimo de progresso e a história recente da tecnologia é vista como uma sucessão permanente de técnicas que substituem umas às outras” (GONÇALVES, 1990, p.119).

sujeitos sociais integrantes das comunidades. Assim, reorientam as práticas desses sujeitos para viabilizar a expansão do modo capitalista de produção pelos sertões sãofranciscanos.

Pela amplitude da sua atuação na região, cabe destaque a CODEVASF que, através de um setor específico, o *Projeto Amanhã*, atua na área educacional investindo na capacitação de mão-de-obra para o suprimento das demandas que surgem em função da implantação de seus projetos. A referida empresa declara nos objetivos e metas do *Projeto Amanhã* sua filosofia, que sustenta a prática educacional que desenvolve na região, a saber:

“capacitar jovens de áreas rurais, entre 14 e 26 anos, filhos de pequenos agricultores de Perímetros de Irrigação e áreas adjacentes da Empresa preparando-os para atuar com autonomia e competência em empreendimentos agropecuários e agro-industriais, proporcionando alternativas para a inserção dos jovens rurais no mercado de trabalho” (<http://www.codevasf.gov.br>, acessado em 10.08.06).

No caso que centramos nossa atenção, o Distrito Projeto Brejos da Barra da CODEVASF, assim expõe a sua concepção de educação reforçando o dito acima:

“hoje, o conhecimento avança de modo vertiginoso, e o processo produtivo, com suas modernas tecnologias cada vez mais complexas, tem acompanhado esse desenvolvimento. Com isso o mercado exige cada vez mais profissionais bem qualificados, aptos a operar modernos equipamentos e a lidar com novas tecnologias. A capacitação técnica sempre foi uma preocupação fundamental do Distrito Brejos da Barra. Sempre acreditamos que seria impossível implantar o desenvolvimento econômico que desejamos, sem que houvesse um aprimoramento tecnológico do nosso povo” (BREJOS DA BARRA-panfleto, 2002).

Temos, portanto, exposta a concepção educacional do órgão desenvolvimentista de maior atuação no vale do São Francisco. A finalidade é preparar a força de trabalho dos integrantes das comunidades rurais para a satisfação do mercado. Sabe-se ainda que os maiores beneficiários dos ditos projetos são as grandes empresas agroindustriais, às quais destinam as terras expropriadas dos antigos proprietários, muitos deles pequenos; a infraestrutura instalada; e, pelo menos em tese, a mão-de-obra qualificada pelo dito setor educacional da empresa. Sua política educacional converge, como veremos adiante, para o desenraizamento das famílias camponesas, as quais são “educadas” para servirem com maior eficiência à agricultura e interesses do capital.

Nos Brejos da Barra, a partir do final da década de 90 a CODEVASF, por intermédio da sua unidade local, o Distrito Projeto Brejos da Barra, vem intervindo na

sua realidade. Para a referida intervenção foram mobilizados vários órgãos dos governos Federal, Estadual e Municipal em torno de uma reestruturação sócio-espacial de modo a preparar o espaço e a mentalidade dos sujeitos sociais locais. Ou seja, aqueles a intervirem (agentes de mediação local): lideranças comunitárias e professores designados a atuarem nas comunidades; e também os receptores, integrantes das comunidades camponesas em geral. Visam, assim, tornar possível a expansão da referida intervenção.

Dentre os órgãos mobilizados para tanto, citamos o Exército Brasileiro para a construção de Estradas; Ministério da Saúde por intermédio da FUNASA para a substituição das antigas moradias de madeira e palha, por casas de alvenaria; parcerias com EMBRAPA para a seleção e fornecimento de mudas de frutículas, SEBRAE e EBDA para investir na preparação dos agricultores a adotarem outras práticas, saberes e sentidos no âmbito da produção e Prefeitura do Município por meio do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) para construção e funcionamento de cerca de 24 unidades de ensino no campo até o ano de 2005 e contratação de profissionais da educação.

Na discussão que fazemos acerca dessas intervenções nas comunidades brejeiras, acreditamos que os equipamentos instalados no espaço desempenham relevante papel na reorientação dos sentidos das práticas dos sujeitos sociais. Estes, além de viabilizar uma outra racionalidade, cumprem o papel de transmitir a mensagem ou propagar o discurso a ser assimilado pelos membros das comunidades. Assunto tratado com maior profundidade por Giroto (2004) em seu estudo sobre as recentes transformações espaço temporais no município de Barra:

“a transformação dos objetos espaços-temporais contribui dessa maneira para a realização deste chamado processo civilizatório. A higienização, em termos que parecem de extrema semelhança com os utilizados no final do século XIX, início do XX, nas grandes obras urbanas realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, visam criar espaço-temporalmente uma aparência de ordenação e racionalidade, que tal discurso afirma como elementos essenciais para realização do progresso barrense. A organização espaço-temporal das novas casas construídas, homogêneas, brancas, perfeitamente retangulares, parece querer dizer algo sobre a realidade. E dizem. É a partir dela que o atual discurso regionalista barrense se realiza no espaço como poder simbólico, como um sistema simbólico que tem como objetivo legitimar as transformações acarretadas pelo processo modernizador que se quer realizar no lugar” (GIROTO, 2004, pp. 93-94).

Práticas estas que abalarão sobremaneira os aspectos relacionados ao trabalho, à propriedade, à produção, às trocas, às relações sociais, à sua cultura, resumindo, ao seu modo de vida⁴².

Menção à parte faremos sobre a atuação do Ministério da Educação através do *Projeto Amanhã* da CODEVASF que se apresenta àquelas comunidades brejeiras, por meio da instalação de uma unidade de ensino técnico - a escola Eutália de Oliveira Santos - aberta em 2001, mas logo em seguida paralisada, pois, segundo informações correntes no município, houve falta de repasse de verbas do Governo Federal.

Foto 23 – Brejo do Saco: Escola Eutália de Oliveira Santos, do *Projeto Amanhã*
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

⁴² “as possibilidades se espalham perdidas entre as torrentes de palavras pronunciadas nos discursos. Mas a realidade teima em não conformar as suas representações. O habitante local, mergulhado neste ambiente ilusório criado pelo discurso, não consegue compreender a realidade que cada vez mais se torna distante, pois distante da realidade apresentada no discurso. A angústia torna-se o principal sentimento do habitante imerso neste processo de modernização” (GIROTTI, 2004, p. 79).

A concepção inicial previa três edificações: a escola; a seu lado uma grande casa destinada a hospedar as autoridades que visitariam o empreendimento; um galpão construído para funcionar como “cantina para fabricação de doces”. Havia outros componentes como viveiros de mudas de caju, mangaba e manga cultivados em estufas nos quais os futuros estudantes deveriam realizar suas aulas práticas de agricultura; uma alta caixa d’água; sala de informática, e, no centro do pátio, um chafariz entre os canteiros de gramas verdes jorrava continuamente água em pleno sertão seco.

Todo esse conjunto, portanto, parecia ter a pretensão de afrontar a paisagem que se exhibe no entorno da lagoa do Brejo do Saco à sua frente, com os casebres (que também estavam em substituição por casas de alvenaria), jumentos, burros, engenhos, bois-de-carro, nas pequenas parcelas das terras onde o brejeiro trabalha para viver.

Pudemos ter outras imagens desse conjunto em 2002, 2004 e 2005. O arruinamento dos viveiros de mudas e das estufas; os computadores funcionaram por pouco tempo, faltou água para o chafariz por que o poço profundo secou; em janeiro de 2005, havia seis meses que o abastecimento da escola se realizava por caminhão pipa; as instalações elétricas e hidráulicas das construções se encontravam, em função da baixa qualidade dos materiais utilizados, num estado de total deterioração; a dita casa anexa à escola encontra-se ocupada pelos professores originários da cidade da Barra que permanecem na comunidade durante a semana; o galpão nunca cumpriu sua finalidade e, em decorrência da insuficiência do prédio escolar para o suprimento da demanda, transformou-se em sala de aula para a alfabetização de crianças de seis e sete anos de idade, e funciona em condições tão precárias quanto as das antigas cabanas que os desenvolvimentistas pretendem substituir.

Nesse panorama, encontram-se ainda, os profissionais da educação a reclamarem da falta de apoio, da precariedade das condições de trabalho e da falta de material didático – pois, quando os têm, são inadequados para a demanda da comunidade.

O acesso do público escolar ao serviço de educação é bastante dificultado, pois a grande maioria dos estudantes é originária de comunidades distantes e deslocam-se em ônibus, camionetes e jipes em mal estado de conservação. Nesse sentido, cabe relatar o caso de alunos que, para chegarem à escola, tomam até três

conduções e, dada a grande probabilidade dos (im)previstos (como a apresentação de defeitos nestes veículos), raramente têm mais que dois ou três dias de aula por semana. Assim, pensemos o impacto na rotina de trabalho na unidade familiar de produção da ausência de jovens que, para chegarem à escola às 18 horas têm que deixar o trabalho entre 13h e 14h.

As escolas municipais no campo: a reestruturação

A partir do ano de 2002, na totalidade das comunidades dos Brejos da Barra também vem ocorrendo transformações importantes na educação oferecida pelo poder público municipal.

Até esta data, lecionavam os chamados professores *leigos*, geralmente moradores da própria comunidade que ensinavam às crianças apenas as “primeiras letras”, e cuja precariedade das condições de trabalho e funcionamento do sistema demonstrava o extremo descaso do poder público. As instalações escolares eram (e ainda é, pois muitas comunidades ainda não dispõem de instalações novas) constituídas de salas de aulas em taperas, construídas do mesmo material das moradias: palhas e talas de buriti na cobertura e estacas da mesma palmeira nas paredes.

Foto 24 - Escola municipal no Brejo Barbosa, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

O relato de uma ex-professora da comunidade de São Gonçalo é bastante revelador das distorções contidas no tratamento do poder público municipal à educação nas comunidades camponesas brejeiras. Conta esta professora que por meses seguidos se deslocava montada em lombo de burro para a sede do município (cerca de 100 km), portando criança de colo, exposta ao sol e chuva a fim de receber seus parcos vencimentos; e, por vezes seguidas, se frustrava com o não pagamento pelo poder público (a prefeitura do município).

No ano de 2002 a Prefeitura Municipal da Barra aderiu ao FUNDEF e realizou um concurso público para a contratação de professores a atuarem nas escolas municipais. Juntamente com esta medida, a administração municipal 2001-2004 estabeleceu um plano de construção de novas instalações escolares - até o mês de julho de 2005 já havia construído 24 prédios escolares nas comunidades da zona rural, onde atuariam os profissionais aprovados no concurso, chamados pelos brejeiros de professores *formados* (apesar de terem como formação apenas o ensino médio), assim chamados para se diferenciarem dos antigos professores “não formados”, os “leigos”.

Notamos que a intervenção no âmbito da educação é a que se faz mais presente e com maior intensidade no quadro geral das comunidades. E, no contexto em que se encontram, atuam no sentido de reorientar expectativas, seja pela presença de amostragens do dito progresso em seu meio através de alguma estrutura física construída (que se destaca na paisagem tradicional), ou pelas promessas de que também lhes serão oferecidas melhorias, tirando-os da situação de “atraso”. Na avaliação dos políticos locais e por parte significativa dos membros das comunidades, têm apresentado ressonâncias positivas, cuja exaltação dos seus nomes e feitos, geralmente é feita por lideranças (cabos eleitorais) que desempenham o papel de correia de transmissão entre a ideologia desenvolvimentista e os membros das comunidades:

“ele tem serviço prestado (o prefeito). Dento de quatro ano que ele trabalhou a primeira vez, foi inaugurado, só colégio, escolar, foi inaugurado 25 colégio na zona rural. E dento da cidade foi feito só uma e os 24 na zona rural. E já tem 19 pra fazer. Porque aqui é um mundo sem fim de brejo, neste mundo de comunidades de Barra. Aí a cidade é pequena, mais o município é muito grande. Você sabe, né? Bom. Então vamos aqui, a educação. A educação antigamente como é que era... tem muita gente, pessoas analfabetos aqui. Pessoas de idade analfabeto, porque? A educação antigamente aqui era difícil. Aquelas professorinha, leiga e elas ensinava até a quarta série. Mais aquilo era uma coisa sem apoio, ensinava aonde? As vez de baixo de um pé de árvore, não tinha o pai de família, ele tinha que comprar o caderno, comprar o livro, comprar o lápis, comprar tudo pro aluno.

Porque... aquele pai que interessava o filho a assinar a aprender assinar o nome. E muitos não interessava, não fazia nada disto. Não tinha modromia que tem hoje. Então muitos aprenderam assinar o nome, já meus filhos, foi assim. Né, ói, tinha que comprar tudo pra eles..." (Sr. Geraldo, Presidente da Associação da Comunidade do Brejo do Saco, julho de 2005).

Quando realizamos nossa pesquisa de campo outro sistema educacional encontrava-se em fase de implantação. Em algumas comunidades era oferecido apenas o ensino fundamental I, noutras até algumas séries do ensino fundamental II; ou seja, na medida em que as turmas avançavam nas séries, o serviço se ampliava. De todas as comunidades brejeiras apenas a comunidade do Brejo do Saco contava com ensino até o nível médio, em fase inicial no período noturno. Utilizavam para tanto, as instalações da Escola do *Projeto Amanhã* (paralisado), sob a administração da Prefeitura Municipal da Barra.

Tendo em vistas, portanto, as alterações em realização no âmbito dos serviços educacionais oferecidos às comunidades em estudo, julgamos pertinente discorreremos sobre o modelo educacional que doravante vem sendo oferecido. E, para tanto, consideramos relevante e oportuno recorrer ao conceito de *educação do campo*⁴³, uma proposta em elaboração pelos pesquisadores e profissionais envolvidos com a educação oferecida às comunidades camponesas do meio rural.

Propõem importantes alterações no âmbito do sentido da escola convencional que vem sendo precariamente oferecida às populações tradicionais camponesas, cujas diretrizes e objetivos são forjados em outros contextos e para finalidades escusas aos interesses das populações alvo dessas investidas. Isto geralmente resulta em impactos muito negativos ao modo de vida tradicional implicando, em grandes dificuldades para a sua reprodução com autonomia⁴⁴.

A partir desta constatação, os profissionais e pesquisadores ligados aos movimentos sociais e comprometidos com a questão, vêm se mobilizando de modo

⁴³ "a educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural" (KOLLING, et alii, 1999, p. 26).

⁴⁴ Não temos dúvidas de ser esta a intenção dos idealizadores deste modelo de escola: esfacelar o modo de vida tradicional e relacional comunitário. Por mais que no discurso tentem afirmar o contrário, o órgão desenvolvimentista, a CODEVASF, na apresentação dos objetivos do Projeto Amanhã, não oculta sua intenção de investir na qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. "... contribui para o aumento da escolaridade, capacitando-os para o mercado de trabalho local ou municipal, desenvolvendo habilidades para geração de renda, bem como para uma inserção social mais digna e consciente no mundo do trabalho".(codevasf.gov.br acessado em 10.08.06) Entendemos que este é um passo importante ou mesmo decisivo para inserção na lógica mercantil do exército de expropriados, muitas vezes por medidas diretas da referida empresa.

a proporcionar espaços destinados à discussão e a elaborar propostas que promovam a constituição de uma outra ação educativa contextualizada com o ambiente, os interesses, os saberes e a cultura das populações tradicionais. Avançam, portanto, no sentido de se propor a efetivação de uma *escola do campo*⁴⁵ que se afirme a partir dos anseios da comunidade.

Superando, desta forma, a escola oficial no campo, cujas diretrizes não raro respondem a demandas estranhas, geralmente inerentes a interesses dos protagonistas da sociedade urbano industrial capitalista, a qual vem se expandindo pelos mais longínquos cantões sertanejos. Contam, para tanto, com a contribuição da referida escola no *desencaixe*, na *desadaptação* dos membros das comunidades, do seu modo de vida tradicional a partir das condições naturais de reprodução à sua disposição.

Esta escola vem cumprindo o papel de preparar as mentalidades dos sujeitos sociais locais, reorientando suas expectativas para assimilar a outra racionalidade que se instala, contando também com a intervenção de vários órgãos estatais na preparação do espaço para a implementação do que se pretende: a incorporação no produto do trabalho dos homens e mulheres e até na própria força de trabalho, da forma social mercadoria.

Isto reforça a relevância do papel a desempenhar pela educação na formação dos sujeitos sociais a decidirem sobre seus destinos. E, assim, cabe se pensar uma outra educação na qual educandos e educadores se eduquem partilhando das suas experiências e conhecimentos em seus encontros. Para tanto, teriam como ponto de partida os seus saberes acumulados ao longo das suas próprias histórias vividas e de ambiência com os espaços imediatos (do campo ou da cidade), o que possibilitaria a ambos a inserção em todas as espacialidades possíveis como sujeitos ativos e capazes de refletir sobre o que está sendo proposto.

⁴⁵ “aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população”. (KOLLING, et alii, 1999, p. 63).

A educação nos Brejos da Barra: considerações sobre o modelo

No cenário atual onde a dita sociedade moderna impõe seus valores sobre as outras dos mais longínquos cantões sertanejos, consideramos premente que seja dada oportunidade àqueles diretamente atingidos de opinarem sobre o processo em desenvolvimento.

“mesmo quando ‘julguem’ positivas suas intenções e benéficos seus objetivos, uma ação junto a um grupo que pretende alterar de forma tão radical valores, práticas e as formas específicas de interação social, somente poderia desenvolver-se sem percalços, caso fosse produto de um longo debate com a população-alvo, de tal forma que esta pudesse estabelecer seus objetivos, seus métodos e seus limites. E, até, inclusive, ou basicamente, a oportunidade da adoção daquele projeto ou programa, cabendo em última instância à população decidir de sua oportunidade” (CALAZANS, et alii, 1981, p. 170).

É preciso ressaltar que a tônica dessa investida é a introdução e exaltação de um universo de valores pautados pelo individualismo e competição, culminando, sobretudo, no esfacelamento das relações sociais comunitárias e condições naturais de reprodução do grupo. Isto, não raro, resulta no desenraizamento, no desligamento dos sujeitos das estruturas constitutivas típicas das sociedades tradicionais camponesas levando-os à um outro modo de vida, geralmente o urbano.

“há um lugar-comum entre educadores e pesquisadores que atuam no meio rural, segundo o qual o homem do campo que frequenta com ‘êxito’ tais cursos, torna-se um inadaptado ao seu meio e procura a cidade. Quando não participa dos programas educacionais já com a clara disposição de migrar. Neste último caso, a educação é procurada já com o fim expresso de atingir a cidade, transformando-se assim em uma espécie de ‘passaporte’ que assegura o trajeto entre o rural e o urbano” (CALAZANS, et alii, 1981, p. 170).

Corroboramos com a crítica que o autor faz a esta concepção enviesada e que norteia os projetos educacionais desenvolvimentistas:

“o professor tem que preparar o aluno, como o ensino aqui, o ensino médio, o pessoal vai até a oitava série preparar para que futuramente, né? For estudar na Barra, ta no nível compatível com o pessoal está né? Da zona urbana. Tem que preparar, que se alguém for (palavras inaudíveis) com o professor formado da zona urbana, eles vêm aqui tentar elevar o nível educativo do aluno para que eles possa competir no mercado juntamente com os da cidade, né? Que se for ficar naquele tempo que professor ficava aqui... só de primeira à quarta série, professores leigos. Alunos só iam até a quarta. Tinha aluno aqui que ele (palavras inaudíveis) se é que tinha a quarta série, só ia até a quarta. Três ou quatro anos, na quarta direto. Hoje em dia graças a Deus já vai ter pelo menos a formatura do primeiro grau, né? Até a oitava série (sic)” (Robério, político da Barra, pronunciamento em uma reunião com os professores da comunidade do Brejo da Umburana, julho 2005).

No ideário dos formadores de opinião e tomadores de decisão no âmbito do município temos a concepção de um modelo educacional a destinar-se às populações camponesas semelhantes a do *Projeto Amanhã* e que intervém na escala regional - o vale do São Francisco e Parnaíba.

Kolling, entretanto, nos lembra que:

“os povos do campo têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distinta do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a humanidade, o trabalho e a educação. Nos processos que produzem sua existência vão também se produzindo como seres humanos” (KOLLING, et alii, 2002, p.16).

Por isso, se faz urgente a criação de espaços de discussões nos quais se repense o modelo atual e a promoção de uma escola formadora de sujeitos semeadores de valores humanitários, tão necessários numa época em que o modo de vida moderno (tal como se expande e se intensifica) vem avançando nas comunidades tradicionais, sem ter em conta tudo o que lhes é próprio e construído por eles ao longo dos tempos vividos na sua localidade.

As distorções do modelo educacional

A partir da perspectiva em discussão anteriormente, julgamos pertinente tratar de alguns aspectos concernentes às condições em que se realizam as práticas educacionais dos agentes envolvidos. Ou seja, o quanto o modelo educacional implantado tem em conta a realidade a qual se destinará; o grau de preparação dos profissionais para o exercício das atividades educacionais nas comunidades camponesas; as condições de trabalho proporcionadas a estes; os meios de trabalho oferecidos e a sua concepção ou intencionalidade; os saberes levados em conta no exercício educacional e o quanto estes contemplam os aspectos culturais próprios das comunidades: seu modo de produzir e reproduzir a sua existência; o comprometimento dos profissionais com a causa educacional das comunidades camponesas na qual estão envolvidos e o grau de organização da sua categoria para a luta rumo à educação do campo.

Os serviços oficiais de educação formal vêm se instalando lentamente e, apesar de todas as comunidades com escolas contarem com o professor “formado”,

nem todas, porém, já têm à disposição a nova instalação escolar. Outras já as têm, mas o espaço físico é insuficiente para o oferecimento das séries demandadas na comunidade.

Nesse caso, ou se constrói uma “puxada” muito parecidas com as instalações anteriores no prédio escolar e abre-se uma turma quando tem o número de alunos suficientes para tanto, ou, quanto não atinge o número de alunos pode ocorrer de abrir as ditas salas de multisseriados. Há casos ainda do excesso de contingente da comunidade deslocar-se para outra localidade onde são atendidos. No último caso, os estudantes se deslocam a pé por quilômetros na areia quente, a cavalo ou em transportes custeados pela prefeitura para os alunos que moram a distâncias mais longas, tais como os da Cabeceira de São Gonçalo que dista cerca de 18km da comunidade de São Gonçalo onde se encontra a série mais avançada.

Quanto aos prédios escolares construídos nos brejos, percebemos a insatisfação de membros das comunidades com respeito à falta de conservação e reduzido tamanho, não suportando, na maioria dos casos, a demanda de alunos. Quando isto ocorre, a própria comunidade providencia a extensão do prédio, utilizando-se dos materiais à disposição (palha, madeira, barro), culminando numa aparência das instalações escolares reveladora da falta de um prévio levantamento das demandas da comunidade por parte dos implementadores do sistema.

Foto 25 - Escola municipal no Brejo da Umburana, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Indignado com a situação, um brejeiro assim se manifesta:

“pregado com bolinho de barro, que ali é um bolo de barro, que ali não é um prédio, entendeu? Porque prédio é prédio e ali é um bolo de barro e até hoje um prefeito desses aí nunca se doeu por esse lugar” (Sr. Gregório, Brejo Umburana, julho de 2004).

As escolas são equipadas com aparelhos de vídeo cassete, e televisor que capta sinal por antena parabólica. Porém, em todas as escolas que visitamos, estes equipamentos encontravam-se paralisados por falta de manutenção. E, em todas as comunidades desprovidas de energia elétrica (a grande maioria), a iluminação das aulas noturnas é feita por lâmpada alimentada à bateria carregada diariamente por placa solar. Entretanto, a carga não raro é insuficiente para a iluminação na totalidade do tempo da aula, tendo muitas vezes que interrompê-la. Além disso, quando esse sistema apresenta defeito, o que não é raro, valem-se de lampiões a gás.

Quanto às condições de trabalho enfrentadas pelos professores, percebemos uma série de problemas e muitos deles estão relacionados à política educacional destinada às comunidades brejeiras, sobretudo ao modelo urbano.

A grande maioria dos profissionais selecionada para trabalhar nas comunidades brejeiras é constituída de “filhos da Barra” (diga-se da cidade da Barra) e disto resulta um grande número de dificuldades enfrentadas por esses profissionais em adaptar-se a um ambiente que, para muitos, só existia na imaginação, conforme a fala abaixo:

“botasse, eu acredito que 99% dos professores não conheciam os brejos. Só sabia que existia os brejo na Barra. O pessoal achava que zona rural era de Ibiriba para Vanderlei, Porto de Palha, aquela regiãozinha ali ribeirinha, que Brejo do Saco era uma região que já tinha estradas aí as pessoas já iam lá, mais pra essa região aqui? Pouca gente tinha conhecimento” (Marinêz, Diretora de Escolas do Pólo São Gonçalo, julho de 2005).

Temos o seguinte quadro: aprovados no concurso os professores seriam designados para trabalharem nas comunidades das quais a maioria não tinha a mínima idéia da distância e das condições das estradas - e aqueles que conheciam essas dificuldades, geralmente nada sabiam sobre o ambiente brejeiro e muito menos como o povo vive nele. Nestas circunstâncias só podiam se valer de informações por relatos daqueles poucos que conheciam os brejos. A partir dessas

informações, escolhiam a comunidade de destino e aquele que tivesse o padrinho político mais forte venceria a disputa pelas comunidades mais concorridas, conforme nos diz uma professora: *“como fazem quem já comentou sobre isso que política, né? Sempre existem os padrinhos. E aí sempre existe o vereador que sempre ia lá e pedia, e era assim”*. Entretanto, mesmo para aqueles que não eram beneficiados pela intercessão dos padrinhos e se obrigavam a assumir os postos mais distantes e de acesso mais difíceis, deparavam-se nesses cantões com a comunidade mais coesa, mais preservada, solidária e acolhedora a lhes darem as boas vindas e todo tipo de apoio obviamente do seu modo.

“olha o, bom, o lado bom foi que é assim eles chegavam nas comunidades e ir... como você já conhece, né? O povo daqui é muito acolhedor. Então esse foi o lado bom. Mais deve ter muita gente que sofreu um bocado para se adaptar. A água, a areia... teve uns professores que foram para o Sacão, aí eram seis professores. E eles chegaram no meio... caatinga era... 18 quilômetros. Dezoito quilômetro de caatinga para atravessar de trator. Marinez, pára por aqui mesmo, não leva a gente pra lá mais não! Quero voltar. Agora não tem mais volta. (...) professores aí. Tinha um que aconteceu um fato ali na Ibiraba que... teve que sair de lá, porque se não saísse ia dar um problema maior, então precisava de professor, eu fui levar ela lá na Cabeceira. Tava precisando de professor lá também, e aí teve que levar ela muntada num burro, (...) as pernas não dava uma passada (...) botava muntada num jumentinho aqui, vamo lá minha filha, ah muito engraçado, mais... agora melhorou muito... pelo menos já tem carro, o pessoal já anda mais de carro, logo no início, quando começou, assim 2001, 2002, não tinha carro não, o pessoal andava aqui era muntado e, ou então trator.” (Marinêz, Diretora de Escolas do Pólo São Gonçalo, julho de 2005).

Uma vez por mês, geralmente quando da data do pagamento, estes professores associam-se para o frete de um carro (quando há), geralmente camionetes e deslocam-se para a Barra a fim de receber o vencimento, visitar os familiares e adquirir os gêneros alimentícios para o suprimento do mês seguinte. Os professores recebem um salário mínimo mensal por uma jornada semanal de 20 horas de trabalho e, quando cumprem duas jornadas (o que é muito comum), o vencimento é duplicado. Com este provento, arcam com os custos de transporte, alimentação e, quando não se alojam nas casas dos membros da comunidade ou improvisam estadias na própria escola, pagam aluguel; quando casados, sustentam sua família na cidade, cujo afastamento mensal é motivo de muita reclamação.

“até as condições também, né? Sai de casa, passa um mês fora, distante da família, dos filhos do pai, do marido, e acho, de tudo... adoce não tem um médico, tem que... é complicado, né? Não sabe notícia da família, aqui pelo menos tem telefone, né? Já tem lugares aí que você já foi aí que nem isso, passa o mês inteiro fora da convivência com a família e isso já é um... um fator de” (Marinêz, Diretora de Escolas do Pólo São Gonçalo, julho de 2005).

Outro motivo de repetidas reclamações dos professores é a falta de meios de comunicação com os quais estão acostumados: a televisão, o rádio e outros, sem os quais alegam ficarem desinformados dos acontecimentos, o que, segundo eles, prejudica o desempenho dos seus trabalhos:

“eu não sei. Eu gosto daqui. Mais o problema é o transporte. E também, sabe, é... o meio de comunicação. Eu gosto muito de assistir televisão, assistir jornal. Eu lembro de quando o papa morreu, eu fui saber que o papa morreu dois dias depois. Não foi Val? Eu fiquei retada! Eu entrei aqui, eu to vendo o rádio ligado, eu disse assim: o que é que é? o papa morreu! – morreu tu não sabia não? eu disse assim: não sabia não! Aí eu fique com uma revolta daquilo... Aí depois que eu fiquei assim com tanto ódio! Mais menino quer dizer que o papa morreu e eu não soube que o papa morreu, aquele dia imediatamente você sabe rapidinho, né? Quando tem um meio de comunicação que o rádio ou a rádio de Xique-Xique é uma porcaria. Quando for notícia de Xique-Xique é toda hora negócio de política, sabe? Mais uma coisa importante mesmo, não dá assim imediato e se deu eu não ouvi. Sinto muito... menino eu fiquei assim revoltada. Eu digo: sai menino! Não tem nem uma televisão numa coisa... porque acho que tem que ter. É o que ta faltando é isso. Aí é como eu disse pra elas se por acaso o ano que vem já tiver energia, já estiver aqui no São Gonçalo, pode até ser que eu não saia daqui, entendeu? Que o transporte, quando os riachos ta cheio assim na época de dezembro, porque quando eu vim pra qui também foi um sofrimento. Esses riachos tudo transbordado aí nas estradas, só passava de trator (...). Mais agora é melhor. Então... possa ser que eu não saia” (Solange, Professora na comunidade de São Gonçalo, julho de 2005).

Soma-se ao quadro apresentado acima a inexistência de qualquer tipo de apoio pedagógico aos professores para o exercício da atividade educacional na situação inusitada que se descortina. Isto assume maior relevância ao tratar-se de educadores em grande maioria recém formados (nível médio, magistério), sem qualquer experiência profissional. Como encaminhar os trabalhos naquele contexto dispondo apenas de um ou outro livro didático, cujo conteúdo abordado em grande medida é descolado da realidade à frente?

Considerações sobre o material didático

Assim como os saberes e o universo de representação de grande parte dos agentes educacionais atuantes nos brejos, também os meios disponibilizados para o encaminhamento das atividades reafirmam o modelo urbano de educação oferecido às comunidades:

“têm alguns que... sei lá, tem uns livros que é muito voltado só pra capital. Não (...) pra o interior, pra roça, sabe? Aqui, aqui é uma realidade totalmente diferente de São Paulo. Você

vai, tem num livro, você vai trabalhar sinal de trânsito. Você pode explicar direito, como é que você diz, a criança ela não vai entender como é um sinal de trânsito. Vai dizer tem as cores ali, assim, assim, e eu fico imaginando...” (Solange, Professora na comunidade de São Gonçalo, julho de 2005).

Para as crianças naquelas comunidades mais distantes tão estranhos quanto o sinal de trânsito, são os carros, pois quando por ali aparecem, são novidade. Assim como o meio urbano, pois, não são raros os casos de adultos que nunca foram sequer à cidade da Barra. E, surpreendentemente, para alguns desses, o primeiro contato com o meio urbano é o da metrópole (geralmente a São Paulo), haja vista o alto índice de migração neste destino.

Quando algum material se destina ao enfoque das questões relacionadas à região, tal como o livro didático “Segredos da Bahia” de autoria de Diez (2001), trata do modo de vida camponês de forma depreciativa. Vê o camponês como atrasado, entendendo que assim se encontra porque ainda não se inseriu na boa nova do progresso, do desenvolvimento, da modernidade. É concebido, sob uma perspectiva de espera do progresso, reproduzindo o discurso das elites que impõem sobre as comunidades tradicionais o seu modelo de desenvolvimento opressor, no qual os camponeses serão dissociados de seu modo de vida e usurpados no processo de trabalho para a produção de mercadorias.

Reproduzimos o recado que a autora do referido livro traz às crianças na sua apresentação:

“Alô, criança!

À medida que você for descobrindo os segredos do lugar onde vive, pense que ele faz parte de um espaço maior: o Brasil. E pense também que o Brasil, nosso país, localiza-se no imenso planeta Terra.

Nesse planeta vive o homem, criativo e inteligente, capaz de transformar o ambiente natural em função de sua existência e progresso.

Nesse espaço, vive alguém muito importante: você!” (DIEZ, 2001, p.4).

No conteúdo do referido livro notamos a extensão do convite ao desenraizamento, à ambição pela inteligência, criatividade (assim considerada) para conquistar o domínio da natureza e do desvendamento dos seus segredos, para dela retirar o máximo a ser distribuído para o mundo e ser considerado desenvolvido, inserido no progresso do qual ninguém deve “ficar fora”. Eis o grande desafio apresentado no texto abaixo intitulado “Vencendo o desafio da seca” ilustrado com a foto de um parreiral verde contrastando com o azul do céu sertanejo:

“o grande desafio da Bahia está dentro de seus limites, na enorme região semi-árida, que abriga metade de sua população. (...) Mesmo lá, algo começa a se transformar. O verde toma conta do sertão nas fazendas, que produzem frutas e cana, irrigadas pelas águas do rio São Francisco. Em Juazeiro, 511 quilômetros a noroeste de Salvador, na fronteira com Pernambuco, o japonês Suemi Koshyama produz anualmente um milhão de caixas de uva de mesa. Há 12 anos ele trocou Mogi das Cruzes, em São Paulo, pelo interior da Bahia e hoje exporta 70% de suas frutas para países como Inglaterra, Bélgica e Holanda. Sua vantagem é que o calor do sertão o ano todo lhe permite colher durante o período de entressafra dos seus concorrentes dos climas temperados”⁴⁶ (DIEZ, 2001, p.64).

Em contraposição a este modelo que considera vencedor aquele que atingiu as façanhas descritas, o referido material quando se refere ao modo de vida tradicional camponês não poupa estereótipos depreciativos às condições habitacionais, sanitárias, de saúde, educação, de produção, instrumentos de trabalho, pobreza, alimentação e mobiliário doméstico. Este modo de vida, conforme a autora apresenta, contrasta-se com o urbano, o qual oferece excelentes oportunidades de lazer, saúde, educação e emprego. E quando se refere ao indesejável no modo de vida urbano: filas, favelas, violência, poluição, desemprego etc, a crítica é míope, na medida em que se resume à apresentação da situação em si, sem nenhuma associação com o modelo que tanto defende quando trata da agricultura altamente tecnificada que invade o campo e expropria os camponeses do acesso a seus meios de vida e expulsa-os para as cidades (DIEZ, 2001, pp.66-72).

A seguir expomos duas páginas do referido livro (fotos 26 e 27, p. 140 e 141). Na primeira podemos perceber a ênfase dada às condições de moradia e mobiliários e no texto, uma série de referências depreciativas àqueles que vivem do trabalho da terra e residindo no campo - os camponeses. Ao passo que na segunda página apresenta a alternativa viável também com ênfase nas tomadas de foto e nas referências ao sucesso econômico deste modelo agrícola - o agronegócio.

Quanto ao procedimento de escolha do material (livro didático) a ser utilizado é de costume realizar-se uma votação envolvendo toda a rede municipal de ensino – os professores do campo e da sede do município. Os livros que obtiverem maior votação serão os adquiridos para a distribuição em ambos os meios. Entretanto, transparece nos relatos sobre este processo, a falta de parâmetros a subsidiar a escolha. Além disso, para a maioria dos profissionais não há o reconhecimento da necessidade de se pensar, de se investir numa educação diferenciada para a realidade do campo, tal como indica a fala abaixo:

⁴⁶ O fragmento em questão consta de citação pela autora de Álvaro ALMEIDA e Darcio OLIVEIRA. *Prazer e produção*. ISTOÉ, São Paulo, n^o 1399, 24.07.96, p.96.

“não. Eu acho que de certa forma que tem professor que não tem nem idéia assim do que precisaria assim pra... de material didático pra melhorar. Pelo menos na minha área, os professores não pensam em uma coisa, ah deveria ter isso, o material tal. O que foi afirmado no início do ano a gente fez uma reunião e eu deixei assim ó, listar o material que eles gostaria de trabalhar durante o ano com os alunos. E aí eles fizeram uma lista e... na medida do possível a gente cumpriu” (Marinêz, diretora de escolas do pólo São Gonçalo, julho de 2005).

No contexto em questão o contrário surpreenderia, pois a lista de livros à disposição para a escolha é composta dos concebidos para se trabalhar com a realidade adversa da que será aplicada. Ou seja, são os conhecidos do Plano Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação, elaborados nas capitais e voltados para a respectiva realidade, a urbana.

Quem viaja pelo sertão do estado da Bahia, principalmente pelas regiões onde chove pouco, pode observar, ao longo da estrada, áreas rurais com casebres, geralmente de taipa, cobertos com palha.

Nos fundos do casebre, quase sempre há uma rocinha de mandioca, milho ou feijão. Em geral, essa rocinha serve apenas para o sustento familiar, por isso é chamada lavouira de subsistência. Nela, homens, mulheres e crianças trabalham com instrumentos simples, como enxada, foice e machado.

Se o viajante parar, será bem acolhido e até chamado de “doutô”, “vosmicê” ou “ioiô”. Essa é uma demonstração da humildade de um povo que se julga inferior ao que vive nos centros urbanos.

No interior do casebre, o viajante observará uma situação de muita pobreza. O piso é de terra batida, e a casa não possui mais do que três cômodos. Por ausência de instalação sanitária, as fezes são jogadas no quintal, misturando-se com a alimentação dos poucos animais (porcos e galinhas). Em consequência, muitas doenças se propagam facilmente, como a verminose, por exemplo.

Na cozinha, encontra-se um fumacento fogão a lenha com uma ou outra panela de barro, onde, quando muito, se prepara feijão com carne-seca para comer com farinha e pimenta.

Taipa: Parede construída com varas trançadas, preenchidas com barro.

Ricardo Katschy/Kino

Casebres de taipa são comuns nas áreas rurais da Bahia.

No interior do casebre: chão de terra batida, fogão a lenha e poucos utensílios.

Ricardo Katschy/Kino

A mobília é a mais simples possível. A cama, em geral, é uma esteira ou um lastro de madeira, quase sempre sem colchão. Em vez de cadeiras há tamboretes para se sentar.

Raríssimas comunidades rurais baianas são beneficiadas com água encanada. A água, geralmente, é apanhada nos rios ou fontes, quando não estão secos.

Dentre as lavouras temporárias, destacam-se a soja, o feijão, o milho, a mandioca, a cebola, a mamona, o tomate e o algodão. Dentre as permanentes, destacam-se o cacau, o dendê, o sisal e as frutas.

O estado da Bahia é o maior produtor nacional de cacau, sisal, fumo e piaçava, entre outros. Além dessa primeira posição, possui outros produtos agrícolas de destaque no país. Observe as fotos.

Ernesto da Souza

Cultivo de feijão.

Manoel Novais

Colheita de melão.

Marcos Guida

Cultivo de arroz.

Ernesto da Souza

Cultivo de abacaxi.

Todos os produtos agrícolas são importantes do ponto de vista econômico, mas alguns merecem ser destacados, como o cacau, por sua tradição, e a soja, por ser uma das mais novas lavouras da terra baiana, assuntos dos próximos dois capítulos.

O quadro apresentado demonstra as condições enfrentadas pelos professores das comunidades rurais. Em função das adversidades no exercício das suas atividades muitos afirmam preferir atuar na cidade, se houvesse oportunidade.

Porém, os mesmos não ocultam algumas importantes vantagens do trabalho nas comunidades brejeiras; dentre elas, o grande acolhimento da comunidade àquele mestre que, na sua visão, proporcionará às crianças e jovens uma educação de qualidade muito superior em relação àquela dos tempos dos ditos professores leigos; um comportamento, dedicação, afeto e respeito ao mestre pelos alunos dos brejos, incomparável àqueles do meio urbano e a grande possibilidade do cumprimento de dupla jornada de trabalho resultando em maior vencimento, oportunidade pouco comum na sede do município:

“agora uma coisa que eu fico assim que eu fico satisfeita, assim nessa missão, desde que eu entrei... professor, é o carinho assim, pra mim isso é gratificante. Não há salário que pague, né? É assim o carinho que o aluno tem com o professor, no caso essas três comunidades, aquele carinho, aquele amor, aquele respeito, assim que o aluno tem pelo professor, o aluno chegar a escrever assim uma mensagem, um incentivo para o professor como eu já recebi muitas, né? (Valdete, Professora na comunidade de São Gonçalo, julho de 2005).

No entanto, mesmo no quadro de modo geral desfavorável que apresentamos anteriormente, há que se fazer justiça àqueles professores que se revelam bastantes entusiasmados e gratificados pelo trabalho que realizam nas comunidades. Estes colocam na dianteira dos motivos dessa satisfação a ambiência comunitária, caracterizada pela solidariedade, simplicidade e acolhimento do seu povo. Muitos desses profissionais até se esforçam para uma maior aproximação da comunidade e de seus problemas, com o intuito de levá-los em conta no direcionamento das suas atividades docentes. No entanto reclamam de vários impedimentos, tal como o despreparo para desenvolverem atividades nas aulas que levem os alunos a refletirem sobre a realidade imediata:

“trabalhar de acordo com a realidade do aluno. Da sua comunidade, do meio que ele vive, sabe? Mais e acho que nós... eu mesmo se eu falar que nós não... eu mesmo se eu falar pra você que eu estou preparada, eu estou mentindo. Eu não estou. Eu acho que falta preparação... falta conversa, falta mais diálogo, falta mais comunicação, reuniões, sabe? Tem bem pouco. Não é não?” (Professora Solange, comunidade do Brejo de São Gonçalo, julho de 2005).

Neste sentido lembramos o exemplo de uma professora de Geografia da Escola Eutália de Oliveira Santos, comunidade do Brejo do Saco, que estava aflita por querer desenvolver algum trabalho com os alunos sobre a questão da secagem dos riachos, das lagoas e redução da área úmida onde se pratica a agricultura. Esta professora, apesar de muito entusiasmada, pouco tinha em mãos que a auxiliasse em sua atividade docente. Isto se torna ainda mais relevante por ser o Brejo do Saco um centro polarizador de alunos das comunidades distantes, e, se bons exemplos acontecessem ali, seriam carregados pelos estudantes para as mais diferentes comunidades. Só no Brejo do Saco, até o ano de 2004, era oferecido o ensino fundamental II e, apesar das instalações sofisticadas da referida escola (construída para sediar a escola do *Projeto Amanhã*) a qualificação dos professores e das professoras e condições para o exercício de suas atividades, conforme visto, deixa a desejar e não consta nos projetos da administração local como elemento importante de política pública:

“aqui na nossa cidade, assim, se a secretaria tivesse a iniciativa, até a própria associação de professores, de tentar construir pelo menos seu próprio material didático, né? Seria melhor pra gente, por que acho que a aprendizagem seria melhor. Porque os livros que vem, vem falando de São Paulo... vem falando... se eles não conhecem nem a região deles como é que eles vão conhecer um lugar, não é que exista outras cidades, outros lugares, mas eles primeiro precisam conhecer a região deles. A partir dali eles vão conhecer outros lugares” (Virgínia, Professora, cidade da Barra, julho de 2005).

As raras manifestações de um trabalho que se coloca numa perspectiva contextualizada com o modo de vida da comunidade, traduzem-se como adaptações, sendo iniciativas e esforços pessoais e pontuais, pois reivindicações no âmbito do coletivo, da categoria dos professores à Secretaria de Educação do Município da Barra, para que oficialize medidas no sentido de efetivar uma escola mais contextualizada, nunca teve resposta e, em função da quase inexistência de organização da categoria dos profissionais em educação, o poder de pressão é baixo, incapaz de produzir ressonância entre as partes. Oportuno, neste sentido, a lembrança abaixo:

“a educação do campo exige fidelidade aos povos do campo. O educador e a educadora não podem se descolar da realidade nem perder a utopia. A escola deve ser lugar da ressonância das demandas e dos sonhos, contribuindo para a formação de sujeitos coerentes e comprometidos com o novo projeto” (KOLLING, 1999, p. 94).

Infelizmente nem sempre os detentores do poder de decisão – em maioria sempre trancafiados nos gabinetes – se sensibilizam com a realidade escolar a ponto de permitir que se faça, com todos os envolvidos com a questão educacional, a escola da comunidade, a escola de todos que sonham, que se educam.

As comunidades brejeiras e o sistema educacional oficial

Dentre as reclamações mais correntes entre os profissionais envolvidos com a educação nas comunidades brejeiras (professores), destaca-se a falta de apoio da administração do sistema educacional que “só faz cobranças” burocráticas, bem como a intensa jornada de trabalho e calendário escolar avesso às temporalidades e demandas próprias das comunidades, conforme trechos das falas abaixo:

“geralmente as comunidades assim, elas respeitam muito os dias santos. Os dias santos, os dias santificados, pra elas são importantes e às vezes, às vezes não, já como o calendário escolar da secretaria do município já bota para as pessoas trabalhar nesses dias santos. As vezes acho assim que não deveria. Que vai... você tem que trabalhar de acordo com a realidade da comunidade. Que eles respeitam aquele dia santo, num interessa se você seja ou evangélico ou católico, ou outro tipo de religião, mais você tem que ir de acordo com, não é não? já trabalhei numa comunidade lá pertinho de Igarité (beira rio), no dia santo não havia meio de aluno ir pra escola. Não ia de jeito nenhum. Os pais mesmo dizia que não ia, não ia e não ia não. Não ia ninguém. E as vezes você já chega e já impõe isso. Tem que ir e vai. Vai lá, dia de sábado mesmo, eu tava com Marinez antes de você chegar aqui... dia de sábado, nós estamos trabalhando todos os sábados. Eu acho isso um porcaria, uma (...), sabe? Odeio trabalhar todos os sábados, que eu gosto muito de conversar, gosto muito de sair nas... eu ainda não fui em casa de quase ninguém... pra ficar mesmo que eu gosto de sentar, ainda mais aqui nessa areia, conversar... bater papo, dar risada... não to nem podendo fazer isso, dia de sábado. Porque eu trabalho todo sábado, todo sábado, sábado à tarde... praticamente só tem o domingo. Que o domingo é dia de lavar uma roupa, é dia de lavar o cabelo e botar uns bobs, limpar as unhas, não é não? o que é?” (Professora Solange, comunidade do Brejo de São Gonçalo, julho de 2005).

E sobre a interação do professor com a comunidade onde trabalha, complementa a professora Valdete:

“o povo geralmente reclama muito. Eles desde a outra comunidade onde eu trabalhei, eles sempre reclama assim que o professor não sai, não vai na casa, não é? porque dificilmente a gente sai assim somente, porque a gente não tem tempo. Só que muitos não entendem. Acham que o professor está querendo ser melhor que eles... muitos passam pela cabeça... já chegaram a comentar, ah... professor não anda na casa de gente pobre, eles tem o professor assim como rico.... Aí eu digo: não gente não é isso, é o tempo. Geralmente é complicado pra gente. A gente trabalha até o sábado e quando chega o domingo, eu mesmo tiro a manhã toda... (...) planejar as aulas da semana. Organizar tudo pra começar a semana já com o pé direito.” (Professora Valdete, comunidade do Brejo de São Gonçalo, julho de 2005).

A afirmação das professoras destaca-se como uma pré-condição para a realização de um trabalho minimamente contextualizado na atividade educacional. Sobretudo tratando-se do caso em que os professores geralmente desconhecem o ambiente da comunidade. E, sendo assim, somente a partir de uma maior interação professor-escola-comunidade pode-se pensar numa escola dos brejeiros, ou seja, que lhes pertença. Uma escola possível em que os envolvidos (educadores, educandos e comunidade em geral) concebam a ambiência da comunidade como laboratório, cujos meios propícios à prática educativa em grande parte estão fartamente à disposição: o universo que constitui a cultura brejeira.

Constatamos o contrário. Não caracteriza a intervenção oficial no âmbito da educação dos brejeiros a constituição de espaços que permitam a apropriação da escola pela comunidade. A fala acima apresenta um dentre outros elementos que caracteriza o sistema educacional do ponto de vista da identificação com a comunidade.

Soubemos de muitos casos de professores que não desenvolvem um bom relacionamento com a comunidade, resultando numa grande rotatividade de docentes nas escolas. E, não é coincidência que, justamente naquelas comunidades mais preservadas, o relacionamento do sistema educacional com o meio comunitário tem se revelado mais tenso, conforme nos indica a fala abaixo:

“é verdade, e eles dizem o seguinte, olhe: ta ali e causa problema direto! Aquela Caroeira, Cabeceira e Caroeira, são problemático com respeito ao educacional. São problemático! Eu conheço como a palma da mão. Problemático, porque? Porque as pessoas que já estiveram lá hoje, todo mundo, ninguém, ninguém conseguiram desenvolver, conseguiram se adaptar no local. Então pra você fazer pelo menos mais, mais ou menos um trabalho, você tem que pelo menos sentir o gosto do local da comunidade. Ninguém lá aceita isso. Todos os professores contam lá, é contando a hora no relógio a hora que dê o dia de vim embora pra Barra. Quando chega aqui, pegam, faltam um, dois dias, não vão. Pra você ver, hoje na Cabeceira, você não tem nenhum professor, tudo aqui na sede! Vei pegar o dia de ontem, o dia de hoje, já arruma um atestado com fulano, com beltrano, não sei, dá um jeito pra não ir pra lá. É complicado, é problema direto na secretaria de educação. E a secretaria tem os seus regimes, as suas normas, se não for, tome falta. E uma série de coisa aí... é forçado, ta lá forçado mesmo!” (Nelson, técnico agrícola, Presidente da APROCANA, julho de 2005).

Essa desarmonia não se limita ao aspecto dos relacionamentos humanos, mas também dos conteúdos e das orientações da escola, ela intervém no sentido da desaculturação do grupo e da mudança de seus costumes a partir de uma proposta educacional divorciada do jeito de ser da comunidade, como nos indica a seguinte fala:

“tem uma professora na zona rural aí, ela pegou uns dias de aula lá, e uns alunos, tudo mais, dando seqüência ao trabalho dela, aí tinha dois meninos, dois irmãos. Sendo os meninos dedicados, sempre estando presentes... e uns meninos muito curiosos! Muito é... esperto os meninos. Muito inteligente. E aí ela dano o ensinamento olha, falano tudo... além do processo educacional em si, mais falava dos cuidados do dia-a-dia, né? E principalmente dos cuidados higiênicos. Aí falava, olha, você tem que ir pro mato fazer cocô, você tem que usar o papel higiênico, e falou uma série de coisas modernas pra eles... e, não, meu pai faz assim! E... né, não, meu pai faz assim! Não cê tem que fazer agora é assim, minha mãe, tem que fazer agora é assim, e falando tudo isso! Tem que cortar as unhas, tem que usar o papel, tem que fazer um bocado de coisa. E os menino, quando chegava, na casa, falava: meu pai ce tem que usar isso que a professora mandou, tem que usar aquilo, tem... começaram a falar tudo... e um dia o pai, não. O pai não! o pai meio preservador, né? De seus costumes, não cabou, então vocês não vai mais pra escola. Já tão aprendendo de mais! Tiraro os meninos da escola, os dois. No outro dia não vinheram, uma semana não vinheram... aí a professora, eu vou atrás. Aí foi atrás, foi buscar a interrogação os pais e descobriram que foi por causa dos ensinamentos, os meninos tavam pegano, tavam trazeno pra dentro de casa. E o pai, preservado seus costumes, com a esposa, tal, resolveu não deixar mais os meninos irem pra escola. Aí com muita conversa, aquela coisa, ai eles retornaram à escola de novo. Mais o que eu quero chegar, que surgiu, entendeu? Alguma coisa, impacto, uma resistência.” (Nelson, presidente da APROCANA, julho de 2005).

O interlocutor demonstra em seus relatos um exemplo de resistência dos membros das comunidades ao modelo educacional carregado de valores urbanos, que impõem hábitos incompatíveis com o modo de vida brejeiros.

Convém ressaltarmos, entretanto, outro aspecto observado por nós nas comunidades: muitos elogios ao sistema educacional, atribuindo os bons resultados ao trabalho dos professores formados, lembrando sempre do responsável pela implantação do sistema, o chefe do poder executivo municipal; por outro lado, lembram também daqueles professores pouco assíduos no trabalho e da precariedade das instalações escolares em algumas comunidades.

Outro importante aspecto que demonstra o descolamento do referido sistema educacional em relação à comunidade é a pouca ou inexistente participação dos pais na “vida da escola”. Das unidades escolares e comunidades as quais visitamos, foram poucas em que tivemos notícia da ocorrência de reuniões em que os profissionais da educação e os membros da comunidade se encontrem para conversarem sobre a escola e a vida da comunidade.

“não vem sabe, que aqui por ser perto assim, tem muitas casas, não é tão longe, né? De vez em quando eu digo: ó gente, de vez em quando apareça lá na sala, não interessa se seja reunião ou não, pode entrar, sentar, assistir a aula se tiver um tempinho, pra ver como é que ta seu filho na escola, conversar com o professor sobre (...) dele, tem que ir. (professora Solange, comunidade de São Gonçalo, julho de 2005).

Tal comportamento da comunidade pode ser entendido como reflexo do enviezamento na condução do processo educacional não favorecendo a esta desenvolver o sentido de pertencimento em relação à instituição escolar; permanecem, assim, estranhos os objetivos da escola às demandas legítimas da comunidade.

No nosso entendimento, outro agravante do ponto de vista da sociedade camponesa é o fato do calendário escolar não levar em conta o calendário agrícola. Isto implica em descompassos e não raro compromete o desempenho escolar dos alunos e/ou provoca a desorganização da unidade produtiva camponesa fundada no trabalho do grupo familiar. Isto acontece porque nos períodos de trabalho mais intenso (principalmente na colheita), a unidade familiar de produção demanda uma quantidade maior de trabalho dos integrantes da família. Inevitavelmente a produção doméstica e/ou desempenho escolar ficam prejudicados com faltas dos alunos nas aulas e até mesmo evasão destes.

Lembramos que a comunidade brejeira obtém seu sustento por meio do trabalho realizado nas parcelas individuais nos brejos e nas lavouras de sequeiro cultivadas nos baixios da alta caatinga onde permanecem por semanas ou até meses no amanho das roças. A não consideração desse aspecto das comunidades brejeiras pelo sistema educacional em voga vem resultando em dificuldades para compatibilizar a necessidade vital de trabalhar para obtenção da subsistência, simultânea à outra que surge, educar os filhos obedecendo o engessado calendário do sistema educacional.

Um caso significativo que serve de exemplo nesta questão é o dos agricultores da comunidade da Umburana que trabalham parte significativa do ano no alto da Serra do Estreito de onde retiram importante parte do seu sustento. Para lá se desloca a família inteira a fim de colher e processar a mandioca bem como os outros gêneros alimentícios cultivados em consórcio, como feijão e milho: *“aí tão tudo perdeno aula. É porque tem que ajudar os pai... nem toda veiz eles falta por gosto deles, mas tem veiz que eles falta aula é por causa dos professor”* (Sr. Enoque, Brejo da Umburana, julho de 2005).

Martins discorre com profundidade sobre a questão do significado do trabalho para as sociedades camponesas enquanto elemento imanente à sua reprodução, enfocando na sua abordagem o impacto da escola na sua rotina. Para este autor isto representa quase sempre a interferência do modo de vida urbano em

suas vidas e que os sujeitos sociais, por falta de esclarecimento quanto à intenção da escola oficial (viabilizar a ampliação da produção de mercadoria), acabam a aceitando:

“sua atuação implica e se desdobra em outras atividades, como o percurso do trajeto frequentemente longo entre a residência do aluno e a sede escolar, as alterações nos horários de alimentação da criança em relação ao de sua família, a permanência do aluno sob custódia do professor em recinto fechado e, principalmente, o descompasso entre o ciclo da atividade escolar e o ciclo do trabalho agrícola. A escolarização representa um conjunto de sacrifícios por parte do aluno e seus familiares e eles o suportam sob coerção de normas derivadas de valorização do esforço pelo esforço. O tempo que se permanece na escola é um tempo de adestramento no trabalho pelo trabalho” (MARTINS, 1981, p.254).

Noutro momento do nosso trabalho já fizemos referência a exemplos do quanto intrusa se torna a escola na rotina da família brejeira. E a fala abaixo complementa:

“Então eles acompanham os mesmos critérios da cidade eles implantam lá. Mais lá você precisa ver que quando chega em outubro e novembro os alunos precisam abandonar a sala de aula para poder ajudar ao pai a preparar a terra para plantar, certo? Então começa a faltar à aula. Quando chega em março ou abril, os alunos precisam deixar a sala de aula para poder fazer a colheita. Então essas coisas todas precisavam ser adequadas. Adequar isso aí à realidade de cada comunidade. Então o calendário escolar tem que ser montado em cima dessas diferenças. Mas não eles montam o calendário escolar acompanhando o município que por sua vez acompanham o calendário do Estado. E o calendário do Estado normalmente eles montam em função da capital. Então eles não têm essa preocupação. E isso tem dificultado muito às vezes o aluno ter uma regularidade na frequência.” (Sr. Chiota, Folclorista da Barra, julho de 2004).

Estes desajustes entre o calendário escolar e o tempo da comunidade, muito bem exemplificado na questão dos dias de santo guardados nas comunidades e não contemplados no calendário escolar, implicam em altos prejuízos para a cultura tradicional. Principalmente no contexto das comunidades em estudo em que esse modo de vida se estabelece em consonância com a temporalidade do brejo - da subida e descida das águas; das estações do ano; quando a caatinga enverdece ou seca; quando determinados frutos serão colhidos ou, quando tóxicos, determinarão a recolhida dos animais da área de caatinga.

Tais temporalidades inerentes ao frágil ecossistema das Paleodunas foram assimiladas pelas comunidades tradicionais que até os dias atuais estão ali interagindo de modo que possíveis traumas foram, até o momento, suportados. Os dias de santo, vistos como numerosos pelos interesses imediatistas e ansiosos em exaurirem tudo que possa, assumem importante papel neste relativo equilíbrio possibilitado até o presente.

Se o calendário escolar não contempla o ritmo do lugar e do seu povo onde será aplicado, inevitavelmente implicará numa importante ruptura com sua cultura. As crianças e jovens, ao se submeterem a esta imposição, estarão impossibilitados de participar dos eventos e festejos comemorativos nas suas comunidades – que não são poucos, haja vista a importante densidade populacional dos brejos dividida em comunidades bastante próximas umas das outras, cada uma com o seu padroeiro a ser festejado, e muitos outros santos muito lembrados no meio comunitário, tal como o Divino, São Gonçalo, Santo Reis e outros. Os dias de santo são desrespeitados ao serem obrigados a comparecerem à escola, desobedecendo as orientações dos mais velhos. É possível que esta desobediência seja transmitida às próximas gerações numa proporção aumentada, e resulte em graves conseqüências à sua reprodução como já se apresenta em fortes indicadores deste fato, principalmente em comunidades onde as intervenções ocorreram há mais tempo e de forma mais intensa, tal como a comunidade do Brejo do Saco e região.

“Moço! Aqui quando fala num dia santo, aqui o povo guarda todo é eles. Aqui se inventar qualquer santo, São Tomé, qualquer santo aqui o povo guarda. Não é todos não. Eu num guardo. Eu antigamente eu guardava tombém, né? Mais hoje eu fui ver que não dá pa guardar não. Tanto dia santo não, né? Porque por sinal, por sinal, não, não é crente. Eu sou católico [em resposta à interferência da mulher/filha] é que nós pra entender mesmo, você acha que todo dia não tem um santo? Todo dia não é santo?... ...nós não fizemo dia santo rapaz! O dia tem que ser santo, agora tem aqueles, ó, aqui ó o pessoal ele guarda, vou começar os santos: Santo Antonio, São Pedro, São João, São José, Santa Luzia, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário, o padroeiro aqui da Igreja da Barra: São Francisco, ó moço, aqui é tudo quanto é santo – São Sebastião, Santana, porque cada este santo tem o mês, mês de junho é São Pedro, São João e Santo Antonio. Aí no mês de janeiro, Santo Reis, São Sebastião no mês de janeiro, São Gonçale, viche! Ta erado, não pode trabalhar dia de São Gonçalo não. Diz ah não trabalhe dia de Santa Luzia não que é dona das vista não sei o que, cega e tal, mais não faz mal nada, viu? 13 de dezembro. Não faz mal nada. O que a pessoa não pode fazer no mundo, é nada com orgulho, mais a pessoa trabalhar contento a Deus não tem dia que faz mal. Não tem dia não. Agora sabe qual é, eu tenho uns dias assim, uns dias mais... o dia da festa do Divino aqui, não trabalho pra ninguém, mais sabe porque? Mode a festa mesmo. Ninguém trabalha. Agora, aquele dia Corpo Cristo eu gosto sempre de guardar viu? Eu mesmo, guardo. Tem, e outros as vezes eu guardo, sabe porque? As veiz eu chego até aqui o pessoal ta chega aqui, ah hoje é dia de santo fulano, as veiz também eu não trabalho. Mais não é que faz mal trabalhar não. Mais que o povo aqui é chegado a um dia santo, é.⁴⁷ Não é que nem lá pra capital, que na capital ce lá tem dia santo, Zé?” (Sr. Geraldo, Presidente da Associação Comunitária do Brejo do Saco, julho de 2005).

Nesta comunidade, as áreas agricultáveis vêm se reduzindo concomitantemente ao aumento das agressões à natureza, sobretudo a ampliação dos desmatamentos para instalações de roças maiores acompanhadas de

⁴⁷ Quem guarda os dias santos é tido muitas vezes como indolente, até mesmo por membros da própria comunidade em transformação, tal como a do Brejo do Saco.

aplicações de técnicas mais avançadas – possivelmente guarde alguma relação com o aumento de trabalho provocado pelo aumento das expectativas dos sujeitos sociais locais, abolindo para tanto, a tradicional guarda dos dias santo.

Certamente a escola, na medida em que se intromete na rotina das comunidades interferindo nas suas temporalidades e impondo outras seja também uma importante causadora dessas mudanças que já se apresentam bastantes visíveis na realidade brejeira.

Concretamente a escola oficial reestruturada pela prefeitura parece mesmo inaugurar no interior da comunidade uma forte pressão para a mudança da cultura tradicional. Isto se revela no fato da inauguração dos prédios escolares naquelas comunidades mais afastadas, onde as festas se realizam tradicionalmente animadas pelos sujeitos da própria comunidade, com a realização do “forro” (de sanfona) e/ou batuques; nas inaugurações das novas unidades, a prefeitura patrocina a animação através de bandas eletrizantes, que geralmente são acompanhadas de vendedores de outras bebidas industrializadas que vêm ganhando a disputa do tradicional consumo da cachaça artesanal fabricada na própria comunidade.

Experimentada esta festa com esses outros caracteres, principalmente a juventude fica animada para que as próximas sigam o mesmo modelo. Ocorrem importantes alterações neste aspecto das manifestações culturais do grupo, na medida em que terão que arcar com os elevados custos da contratação da banda e das bebidas industrializadas de preços mais elevados. Para tanto, cerceiam o acesso à festa pela cobrança de ingressos, limitando a comunidade em geral à um patrimônio seu, a festa.

Na comunidade de Cabeceira de São Gonçalo, a primeira festa animada com “bandas de forro” foi patrocinada pela prefeitura quando da inauguração da escola (foto 28), a segunda, quando lá estivemos realizando o trabalho de campo, estava sendo organizada por um professor, o qual iria utilizar-se do espaço da escola para o evento, na contramão de uma ação cultural positiva no sentido de contribuir para a reprodução da comunidade camponesa, conforme a seguinte sugestão de Kolling: *“realizar eventos que expressem e promovam as culturas camponesas, indígenas e quilombolas, transformando as escolas em centros de cultura”* (KOLLING, 1999, p. 79). Complementa Caldart: *“a grande finalidade da ação educativa é ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua*

humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte” (CALDART, 2002, p.130).

Foto 28 - Escola municipal no Brejo da Cabeceira de São Gonçalo, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Mesmo sabendo que existe uma forte corrente contrária a isso, acreditamos na recriação como um resultado da luta do povo para si. E na comunidade de São Gonçalo vem ocorrendo um importante desdobramento neste sentido. Esta comunidade, por oferecer os serviços de educação até algumas séries do ensino fundamental II em 2005 (6ª série), também polariza a demanda do seu entorno - Brejos do Barbosa, da Caroeira, Cabeceira de São Gonçalo, Mato Escuro, Extrema e outros – e, por oferecer alguns serviços tal como telefonia, posto de saúde e contar em maior frequência com celebrações religiosas em sua capela, destaca-se no conjunto das comunidades da região.

Foto 29 – Antenas EMBRATEL: As “novas” técnicas de comunicação - Brejo de São Gonçalo, Barra-BA
 Autor: J.S.Sobrinho (out/2004)

Esta comunidade foi também escolhida pela CPT para investir com maior intensidade no desenvolvimento do seu projeto de regularização da propriedade de Fundo de Pasto, de maneira que sua experiência seja seguida por outras. Concomitante a esta investida da Igreja Católica, outras também vêm se desenvolvendo noutros sentidos, de maneira a intervir na cultura tradicional da comunidade: nas suas rezas, celebrações, festas etc, haja vista a maioria dos agentes da CPT também serem religiosos.

Em função dessa investida na cultura tradicional da comunidade vem-se travando conflitos entre aqueles (em grande maioria do grupo de jovens da Igreja Católica) que se propõem a pressionar por mudanças nas tradições e os mais velhos, em maioria, que resistem. A fala abaixo relata um episódio ocorrido na realização da festa de São Gonçalo em janeiro de 2005 e nos fornece uma noção dos desdobramentos quanto à dinâmica da comunidade no contexto atual de mudanças:

“só não correram com Antônio (o padre destacado para celebrar a missa), porque talvez ele nem sabia de que se tratava, porque se soubesse ele não ia lá com certeza... porque menino foi uma discussão, uns aceita outros não aceita, então essa idéia principal foi de

Marinez com Antônia Edmilson, e o grupo de jovens, que (...) só porque o padre deu opinião de reforçar a reza com a missa. Ah e outro grupo mais velho, que também não tem o poder de decisão, que falou que não concordaria...” “...Então teria que ser, no lugar da reza, dia 6, no lugar da reza seria a missa, pra ser o batismo do filho dele...” “...E os velhos queriam, bom, que pode ser a missa, mas a missa só vai ser depois da reza. Porque a missa, a reza, você sabe, começa 7 hora, às 9 da noite. E eles queriam começar a missa ali, junto com a reza. Ninguém sabe como ia ser isso! E aí o padre foi mais não deu certo, foi uma... uma exclusão terrível do padre. O padre tentou lá dar missa, e eles soltavam fogos, faziam barulho, foi uma confusão. E não sei em que resultou. E aí o rapaz nem cabou batizando o menino, nem o político foi, por causa da confusão...” “...No dia da festa, (...) no dia primeiro ao dia dez de janeiro essa reza. Pa, pa, pa, só batuque. No dia 10 é batuque o dia todinho, comida de graça, é boi e essa comida, é de todo mundo entendeu? Um dar um quilo de arroz, dá um quilo de açúcar, junta uns dez, compra um boi, e aí mata, a festa é essa. E a noite a festa é de graça. Sempre foi de graça. Não perdão. Sempre eles pagavam uma cotazinha pra o tocador que era a sanfona, (...) pagando a banda, e a última segunda, ele tinha a obrigação de tocar a festa de graça pra todo mundo. No dia 11 a festa de graça. O sanfoneiro. Aí (...) tudo bem. A banda toca a primeira festa pago, homens, mulher nem pensar. E a segunda banda toca a festa de graça. O prefeito paga, como vem pagando de alguns tempos pra cá. 4, 5 anos vem pagando. Aí ele vem pagando. E nesse dia, rapaz, queriam colocar três festas, no dia 10. Queria fazer a festa lá no prédio, lá no salão, não tem o salão? Fazer a festa no salão, uma mais embaixo, e outra mais em cima. Três festas no mesmo dia. Fazer show. (palavra inaudível) no dia dez, uma festa sozinha, é do santo, São Gonçalo e cabou a conversa. Só que o ano passado, esse ano, né? O rapaz foi lá, acertou uma banda famosa de fora, acertou com outro rapaz que tem um barzinho, irmão de Valdésio, fez um salão de cá, tudo mais e ia colocar a festa lá. Aí foi que meu pai teve uma intervenção, que eu quero conversar com eles, que a festa não sairia, olha nem é conveniente festa (palavra inaudível) faz amanhã, outro dia não é conveniente que uma festa tradicional, de santo, é São Gonçalo, a festa não é minha, não é sua, é de todo mundo, que todo mundo, que todo mundo contribui pra festa. Então todo mundo... e essa festa não é bom nesse dia. Mais rapaz, que ele sabe que nesse dia lá, não é mentira não José, mais chega em torno de cinco a 8 mil pessoas ali. Você acredita? Na beira da estrada ali, naquele pé de manga ali. Lá pro salão em cima, é igual, é como é que diz? o centro de São Paulo” (Nelson, Presidente da APROCANA, julho de 2005).

Dentre os elementos que a fala acima nos apresenta atribuímos maior relevância ao fato destes desdobramentos envolverem ou até serem provocados pela intensificação da intervenção de agentes de fora da comunidade – a saber, políticos e a Igreja Católica interferindo nas manifestações culturais do grupo. Estas influências ganham relevante peso, pode-se dizer, a partir das expectativas geradas em suas visitas pela notabilidade que representa, mesmo que seja apenas para uma parte da comunidade:

“é triste, é triste... é triste. E outra coisa, e se você ver a cultura brejeira, ela vem perdendo ó. Antigamente, as festas, era de harmonca. E outra coisa, José, o pessoal vem perdendo a sua cultura com relação a festinhas, é... as animações tradicionais era de harmonca. De sanfona, zabumba, pandeiro, não tem nenhuma coisa assim. Tudo mesmo deles. Da viola... violão é uma coisa, é guitarra... é viola, violinha mesmo que eles faziam lá, tambor... as cordas era de fio de cavalo, de rabo de cavalo. Tecia ali, eles faziam o espetáculo. Já viu falar na rebecca? A rebecca tá lá tinha um cara que dava um show, tudo no mundo era um espetáculo! Hoje ninguém tem mais isso. Tá dum jeito ninguém puxa mais harmonca num casamento, ninguém puxa mais violão, nada deles... tudo é banda, tudo é festa, tudo agora é artificial” (Nelson, Presidente da APROCANA, julho de 2005).

Outra questão importante diz respeito à mercadorização das festas, na medida em que, um grande aparato (bandas, geradores de energia, congeladores) é deslocado da Barra ou Xique-Xique para a comercialização de bebidas industrializadas em detrimento da tradicional cachaça fabricada na própria comunidade; e em muitos casos, as festas ocorrem em espaços de acesso restrito, permitido somente com o pagamento de ingresso; problemas relacionados ao consumo e tráfico de drogas já atingem as comunidades quando da realização dessas festas, carregados pelos visitantes dos mais diferentes lugares, concomitante à ocorrência de muitos casos de gravidezes indesejadas envolvendo estranhos e as jovens da comunidade.

A mercadorização das condições de existência

Quando da nossa última visita às comunidades para a realização da pesquisa de campo em julho de 2005, encontrava-se em construção a rede de instalação de energia elétrica nas comunidades que margeiam o Riacho São Gonçalo até a Cabeceira de São Gonçalo, um serviço que ali está chegando como parte do programa *Luz para Todos* do Governo Federal, cuja rede foi alimentada no início de janeiro de 2006.

Nas comunidades onde este serviço já existe há mais tempo, a do Brejo do Saco e região, observamos importantes alterações no seu modo de vida, principalmente quanto ao consumo de produtos industrializados e aquisição de mobiliários para as casas: televisão, antenas parabólicas e móveis industrializados modernos – em substituição àqueles tradicionalmente fabricados pelos próprios membros das comunidades.

Merece destacar a importância atribuída pelos brejeiros aos refrigeradores. Isto, segundo eles, em função da alta incidência de hipertensão causada pelo consumo demasiado de sal através das carnes salgadas. Entretanto, não poderíamos deixar de considerar o significado da televisão para a reorientação e intensificação dos anseios de consumo na comunidade, bem como o seu poder de intervenção na dinâmica tradicional do grupo. É de costume, por exemplo, os brejeiros reunirem-se em torno de uma fogueira no terreiro da *casa tronco* para se

protegerem da friagem das noites e manhãs sertanejas; a família constituída do principal chefe e demais que moram ao redor de sua casa (filhos e filhas, genros e noras, netos, sobrinhos e até mesmo compadres), nas longas conversas (os mais velhos) discorrem sobre as questões relacionadas à produção, orientam, educam e transmitem seus saberes para os mais jovens.

Naquelas comunidades que se servem da energia elétrica, a televisão, também chamada por eles “nova santa”, possivelmente em alusão ao antigo costume de outros tempos da realização de rezas frente ao oratório, atrai para o interior dos lares nas primeiras horas da noite, os membros das famílias. Impactos envolvendo principalmente os valores (tais como a obediência e respeito aos mais velhos) e alterações nos anseios de consumo são evidenciados pelo vigário da paróquia local, servindo como temas de trabalhos em suas atividades junto às comunidades.

São evidências, portanto, de alguns resultados das investidas no sentido de proporcionar a melhoria da qualidade de vida apregoada pelos órgãos encarregados da capacitação dos membros da comunidade, como o SEBRAE. Eles propõem a adesão à outra racionalidade, a econômica de mercado, a qual se baseia na idéia de que a dita vida melhor será atingida por via do aumento da produtividade e intensidade do trabalho, a fim de satisfazerem-se necessidades de consumo sempre crescentes, insufladas a partir de modelos de sociedades alheias à realidade local. Neste sentido, lideranças e membros das comunidades são treinados através de cursos de associativismo e cooperativismo oferecidos pelo SEBRAE, visando, assim, uma exploração mais eficiente dos potenciais do meio natural e da força de trabalho dos membros das comunidades para a produção sob outra organização de modo a satisfazer os requisitos necessários à inclusão na racionalidade econômica de mercado.

Aliado a isso, verificamos nos brejos uma quantidade sempre maior de caminhões entregando eletrodomésticos e vendendo mobílias, além de vendedores de roupas e de outros produtos, apesar das condições precária das estradas e do baixo poder de compra da população.

Indicam o início do cumprimento de uma cartilha elaborada para os outros pelos desenvolvimentistas, especialmente na região do Brejo do Saco. Como desfecho, justamente nestas comunidades é maior a cobiça dos de fora por suas terras e são mais freqüentes os casos de venda e mudanças para a cidade.

Na cidade da Barra ocorre uma vertiginosa ampliação das áreas de periferia em condições precárias de vida enfrentadas pela população. Nas suas áreas centrais, observa-se o aumento de lojas de eletro-doméstico, significando mudanças no tipo dos estabelecimentos comerciais – os antigos armazéns vêm sendo substituídos pelos supermercados, a praça do mercado onde tradicionalmente se realizava a feira foi invadida por quiosques onde se realizam o agito das noites. Uma quantidade crescente de automóveis e motocicletas invadem as ruas; uma grande quantidade de caixas eletrônica de banco é instalada em vários pontos da cidade; ruas centrais são transformadas em calçadas, parecendo anunciar o impulso de um salto para a indefinição, mostrando uma obsessão pela modernidade.

CAPÍTULO 3

O camponês brejeiro e as mudanças

Apresentamos em seguida uma breve discussão sobre a compreensão do campesinato que adotamos para a análise das comunidades camponesas dos Brejos da Barra. Para tanto, consideramos relevante ressaltar, como ponto central, a questão das transformações ou diferenciações passadas pelas comunidades camponesas a partir da intensificação do seu contato com a sociedade ampla no modo capitalista de produção. Importantes proposições, nesse sentido, encontramos na obra de Klaas Woortmann, Pierre Bourdieu, Teodor Shanin.

Lênin em sua obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* previa a extinção dos camponeses ao submeterem-se às mudanças na agricultura em função da chegada do modo capitalista de produção no campo (LENIN, 1968, p.120-127 apud SHANIN, 1980, p. 54,55). Shanin afirma que Lênin na sua maturidade intelectual reviu suas colocações (SHANIN, 1980, p.55). Na referida obra, segundo Shanin (1980, p.55), Lênin afirma que os camponeses seriam empobrecidos e forçados a assalariarem-se no campo ou mudar-se-iam para a cidade para tornarem-

se proletariado ou comporem o exército industrial de reserva. O próprio Lênin pôde presenciar a persistência do campesinato frente às mudanças na agricultura provocadas pelo capitalismo, o que levou-o a reconsiderar suas afirmações.

O que se observa, segundo Shanin, é um processo de *“pauperização, periferização e favelização”*, em consequência da não absorção da mão-de-obra daqueles camponeses que se deslocam para o meio urbano. Para aqueles que persistem no campo (números absolutos consideráveis), principalmente em países como México e Brasil, informam que se “transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas”. E o “mesmo pode estar acontecendo com a posição dos camponeses dentro da ‘nação’. Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de ‘acumulação primitiva’ permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros” (SHANIN, 1980, p.58).

Parece-nos que a proposição de Shanin é mais apropriada para o olhar às comunidades camponesas dos Brejos da Barra, dado o seu próprio contexto histórico específico.

É característica dessas comunidades, a alta incidência de migração para centros urbanos do país. Dentre vários casos constatados, vale destacar o de um entrevistado que, dos onze filhos, sete moram em São Paulo, sendo que dos quatro restantes, alguns também já estiveram na referida metrópole. Foram bastante atrativas também para os brejeiros, as cidades de Brasília-DF e Salvador-BA. Atualmente para estas cidades, segundo afirmações de entrevistados, migra uma quantidade menor, em função da crise de empregos:

“moço já saiu muito. Já saiu muito, mais agora não ta mais saindo não.” (Sr. Gregório, Brejo Umburana, julho de 2004).

Continua crescente, no entanto, a migração para cidades como Barreiras e para a própria Barra - a ponto de haver na última cidade um bairro constituído em grande maioria de moradores egressos dos Brejos, o Bairro da Sub-estação, conforme o presidente da sua associação comunitária Sr. Mateus. E, segundo D. Ana,

“muitos Brejeiros estão vendendo suas terras e vindo para a cidade da Barra morar nas periferias (principalmente o Bairro da Sub-estação, constantemente atingido por enchentes, e ficam flagelados nas escolas) estes brejeiros empregam-se, quando conseguem, como

serventes de Obras”(D. Ana, Funcionária do Palácio Diocesano da Diocese da Barra, julho de 2004).

Complementa Mateus acerca das suas ocupações:

“O pessoal pesca, outros que vêm de lá, pega lenha para vender... esse é o trabalho deles.”

Da condição de proprietários da terra que lhe garante o sustento e reprodução da sua família, muitos brejeiros passam a se tornar desprovidos das mínimas condições de vida e sem assistência do poder público.

“ficam sofrendo, não tem casa, pagam aluguel, o dono despeja hoje, noutro mês vai para outro, torna sendo despejado e aí vai sofrendo. A gente da associação aqui a gente sabe a situação desse povo é sofrida. Não acha apoio do governo. O apoio é só na política, passa a política vira as costas de novo” (Mateus, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro da Sub-estação, julho de 2004).

A chegada dos projetos governamentais exige o emprego de novos saberes na produção com utilização de técnicas modernas, quando acessíveis, somente à juventude, para aqueles que tenham acesso aos cursos profissionalizantes. Isto provoca o desprezo dos saberes seculares contidos na figura dos chefes de famílias, através dos quais a hierarquia é conferida à unidade familiar. Quando migram para a cidade também seus saberes de nada valem para as atividades típicas do meio urbano, conforme o dito abaixo:

“emprego na cidade... dificilmente eles têm uma oportunidade. Se eles não tiver alguém para indicar... alguém de... para enfrentar um concurso... enfrentar um concurso ele não tem oportunidade porque o grau de escolaridade dele não permite. Tem que ter o conhecimento de informática, ele não tem. Ele nem vai fazer a inscrição...” “... É o pessoal da zona rural vem procurar melhora na cidade. Quando chega aqui a situação é pior do que... lá. A realidade deles é outra. O pessoal da cidade... só tem oportunidade só quem tem algum estudo. E lá não. Não precisa de estudo, ele tendo algum apoio para produzir ele vai se dar muito melhor do que se vier para a cidade” (Mateus, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Subestação, julho de 2004).

No campo, a partir das mudanças, são necessários outros saberes para inserção na racionalidade econômica. Estes são oferecidos por meio de cursos aos produtores e dos centros de treinamento ou Escolas profissionalizantes à juventude, o que pode lhes conferir maior destaque na unidade familiar. Isto não raro abala a hierarquia do chefe familiar que sempre foi, por meio do trabalho, o mantenedor de

comida, detentor e transmissor dos saberes tradicionais na lida com a terra, plantas e animais às gerações seguintes.

Alterações desta natureza podem afetar profundamente a estrutura da sociedade camponesa tradicional, pois como diz Woortmann (1990, p.23) e Shanin (1980, p.51) os fatores componentes da moral social camponesa estão entrelaçados, de forma que a alteração num dos elementos provoca o desarranjo da estrutura como um todo; neste caso, a começar pela família relacionada às categorias terra e trabalho. Continua a partir da introdução de técnicas de trabalho não acessíveis a todos e dos pacotes tecnológicos oferecidos pelas agências de financiamento da produção, acompanhados dos empréstimos - que podem não ser pagos, dentre outros fatores, pela dificuldade do cálculo e da lida monetária, podendo inclusive implicar na expropriação do camponês do meio de produção que sempre lhe deu autonomia no processo de trabalho - a terra.

Já se evidencia nas comunidades brejeiras casos de venda das parcelas a pessoas estranhas à comunidade que, pagando preços irrisórios, vão anexando as pequenas propriedades visando o estabelecimento de fazendas agrícolas irrigadas produtoras de frutas (fotos 30 e 31). Além disso, os brejeiros pequenos proprietários e principalmente seus filhos oferecem-se como mão-de-obra assalariada para estes empreendimentos.

Foto 30 - Fazenda irrigada na área de sequeiro - Brejo Pequis, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (out/2004)

Foto 31 - Bombeamento de água para a fazenda irrigada - Brejo Pequis, Barra-BA
 Autor: J.S.Sobrinho (out/2004)

Esta nova relação de trabalho implica em mudanças na costumeira relação do homem com a terra. Quando a fecundava, esta se tornava moradia da vida, ocorrendo, deste modo, uma relação de troca recíproca. A perda desta relação na “propriedade mercantil” e da autonomia do homem sobre processo de trabalho a torna “lugar do cativo dos homens” (WOORTMANN, 1990, p.18).

O elemento novo, a racionalidade econômica, nas relações entre os sujeitos sociais e seu meio, não raro implica na expropriação da terra e do modo de vida comunitário tradicional. Neste modo de vida, a terra é tida como suporte mantenedor da moral e deve-se evitar que seja vendida. Nela, deve-se reproduzir a família enquanto valor, a honra e a hierarquia. Portanto, evita-se que seja vendida a estranhos:

“certa vez um vizinho aqui quis vender a terra. Ninguém podia comprar. Eu também não podia e nem precisava, mas fiz um tremendo esforço e comprei sem poder, pra não deixar vender pra gente de fora” (Sr. Antonio Milão, Brejo da Cabeceira de São Gonçalo, outubro de 2004).

É vista ainda como patrimônio a perpetuar-se em posse da família para que nela se realize o trabalho que, para o camponês, é fadiga cobrada pela terra para lhe ceder seus favores, seus frutos.

“essas terra, nós não temos. Algumas pessoas têm. Agora outros não têm. Outras é umas terra que vem vindo assim: de pai pra filho, de avô pra neto, e aí vai, vai, morre um fica os outros, e vai levano a vida.” “...a vida é difícil mais eu gosto da luta. A terra com os esforços da gente dá vida pra gente, com a ajuda de Deus, porque ele é quem manda, ele é quem manda chuva, ele é quem manda saúde, ele é quem manda tudo, né? Hoje eu tô uma pessoa... Sofro do problema da coluna e não posso fazer certas coisas porque é sofrido, né? Mais eu tenho aquela influência, né? Os meus filhos de lá de São Paulo, não pai não precisa mais o senhor trabalhar, por isso e por aquilo. E eu digo: meus filhos, quem é que agüenta o cara que nasce e se cria nessa luta aqui, não! Não, nós vamos trabalhar, rapaz. Eu não vou fazer aquilo que eu já fiz: hoje eu tô com 57 anos, mais Deus me dano saúde eu tenho coragem para trabalhar, tenho coragem pra lutar, e uma lutinha do dia a dia eu tenho” (Sr. Geraldo, Brejo do Saco, julho de 2004).

Vemos na fala acima uma relação intrínseca entre o viver e o trabalho na terra. O sentido do trabalho na moral camponesa é também o de cumprir a função enquanto componente do grupo; ou seja, fecundar a terra para que ela ofereça os meios necessários à reprodução da família e da comunidade por meio das relações de troca como linguagem:

“a troca entre os homens é a continuidade da troca com a natureza, pois é a troca de alimentos (que resultam da troca com a terra) e de trabalho (que constrói a terra e produz os alimentos). O espaço camponês é, portanto, um espaço moral” (WOORTMANN, 1990, p.38)

“Vê-se então que o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família.” (Idem, p.43).

Não trabalhar é não cumprir seu papel enquanto parte do grupo. Isto implica na desonra do indivíduo, comum àqueles que vivem do negócio (BOURDIEU, 1979, p.43).

Na comunidade, o trabalho é garantido a todos; aqueles que se entregam ao ócio são vistos como não cumpridores do seu dever, ou seja, a moral que constitui o grupo como tal é produto do trabalho enquanto valor (BOURDIEU, 1979, pp.43-44).

“o homem que se respeita deve estar sempre ocupado com alguma coisa. Se ele não encontrar nada para fazer, ‘que entalhe pelo menos a sua própria colher’... permanecer ocioso, especialmente para quem pertence a uma grande família, significa atraiçoar próprios empenhos com relação ao grupo, significa esquivar-se dos deveres, às tarefas e aos encargos que são inseparáveis ao fato de pertencer ao grupo” (BOURDIEU, 1979, p.43).

O trabalho se concebe como dever social de cada integrante do grupo. Não trabalhar, independente da atividade, produtiva ou não, significa cair em desprestígio.

“estabelece-se uma oposição fundamental entre o ocioso (ou preguiçoso) que falta para com o seu dever social e o trabalhador que preenche sua função social, qualquer que seja o produto do seu esforço” (BOURDIEU, 1979, p.44).

Nas sociedades *tradicionalistas*, segundo Marx Weber (Apud BOURDIEU, 1979, p.45.) não se trabalha pelo desejo do lucro máximo, mas para cumprir os deveres tradicionais, para cumprir sua função social independente do rendimento. Ao passo que “na sociedade urbana, ao contrário, a atividade que não garante uma renda em dinheiro aparece como mutilada do que é, segundo a nova lógica, o resultado natural” (BOURDIEU, 1979, p.65).

No interior da comunidade camponesa o assalariamento é evitado. Nesta, ocorre relações de reciprocidade e predomina as relações de parentescos seja de sangue ou de compadrio – sendo que as relações de compadrio não raro acontecem entre parentes sanguíneos. As relações de trocas e de trabalho ocorrem, desta forma, entre parentes ou compadres dotadas do espírito de reciprocidade.

Assim o assalariamento e o negócio não se dão entre estes, conforme a frase que intitula o texto de Woortmann (1990, p.11) “*Com Parente Não se Negueia*”. Os afilhados tornam-se herdeiros dos padrinhos e estes são considerados como pai dos afilhados. Desta forma, os troncos familiares, pelo parentesco ou compadrio se ajudam.

“Tudo aqui é... Daqui inté o Icatu, tudo é parente, tudo é vizim... de fora aqui quase não tem ninguém.” (Sr. Gregório, Brejo Umurana, julho de 2004).

O trabalho assalariado para o proprietário de terra – o outro, é visto como cativo. Entendido assim, porque é uma relação entre desiguais, de exploração e desprovida da reciprocidade; e o trabalhador não se governa. Trabalha obedecendo a ordens e não utiliza de forma autônoma os seus saberes.

A utilização da moeda na mediação da troca pressupõe a racionalidade do cálculo e a hierarquização de finalidades. Isto implica em habilidades as quais os membros das comunidades tradicionais geralmente não dispõem, já que seu modo de relacionar-se com a terra e com os membros da comunidade lhe assegura a

provisão e reprodução da sua família (BOURDIEU, 1979, p.27). No processo de inserção na sociedade ampla moderna, a falta de habilidade na lida com o cálculo e com a moeda, não raro implica em grandes desvantagens para o camponês, como a perda da terra àquele que a vende. O pouco que recebe por ela em geral é gasto imediatamente, sendo forçado muitas vezes a permanecer nas cidades, assalariar-se ou voltar ao campo nessa condição.

As terras apropriadas pelas comunidades brejeiras são devolutas, embora apossadas secularmente por elas que as exploram na agricultura ou na extração das riquezas naturais. Para defender-se dos grileiros, que passam a visar estas terras para exploração conforme os anseios da sociedade capitalista na atualidade, os camponeses estão reivindicando, com o apoio da CPT, a titulação destas terras. Isto certamente é uma reação e prevenção à racionalidade que concebe a terra como produtora de mercadorias em grande escala para comércio, representando a readequação do *habitus* que determinava o uso e a transferência da terra conforme as tradições sucessórias, à conjuntura vivida nos dias de hoje.

O *habitus*⁴⁸, em se tratando de comunidades tradicionais, é produto da moral que se constitui, em grande parte, pela especificidade do modo de relação com a terra, obedecendo ao ritmo do cosmo. Este ritmo orchestra-se e concerta-se com o calendário agrícola, unidade principal de tempo do camponês. Esta relação cosmológica rege a sua rotina composta de períodos mais ou menos intensos de atividades (CÂNDIDO, 2001, pp.156-157).

“trabalhano, trabalhano muito. Com moagem de cana, a gente quando começa assim, não para, porque se parar já fica ruim. Agora é tempo de moer e de plantar. A planta nossa aqui é até o final de agosto e setembro e aí nós temos que... E ainda a roça da caatinga, tá lá, tem uma mamona pra quebrar, ta instalano na roça, pra colher, né? Pra nós sobreviver”. (Sr. Geraldo, Brejo do Saco, julho de 2004).

É notória na fala acima a vinculação da rotina do camponês com a demanda dos plantios que, por sua vez, principalmente em função do ritmo climático, estabelece as suas incansáveis obrigações com a lida do dia a dia.

⁴⁸ “entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações* – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados” (BOURDIEU, 1994, p.65).

O saber lidar com os cultivos é passado para as gerações seguintes em grande parte pelo chefe de família. Cada produto tem seu calendário de cultivo que está associado ao seu ciclo e ao ritmo climático correspondente, de forma que, a policultura, característica do campesinato, preenche de forma “intensa” o tempo do agricultor no ano agrícola.

O processo de expropriação aniquila este vínculo “simbiótico”, do ritmo natural com o das atividades desempenhadas pelo homem; sua inserção nos processos de trabalho, típico do modo capitalista de produção⁴⁹, modifica as suas unidades de tempo, impondo-lhe o ritmo do relógio em detrimento do ciclo de vida agrícola conectado com o cosmo. Seu tempo de descanso, lazer, culto, festas, pesca, caça, coleta etc., mesmo quando ainda mantém a posse da terra, é explorado pela via da mercadoria nos moldes verificados nas comunidades brejeiras, a produzir quantidade sempre maior pelo seu trabalho - para gerar lucros insaciáveis aos agentes do mercado, mesmo que custe a exaustão do meio natural.

No caso dos Brejos da Barra, nota-se a imposição de outro ritmo de produção, exemplificado pela orientação do instrutor do SEBRAE para que estendam a moagem da cana por todo o ano (após incorporação das outras técnicas de cultivo com a utilização de fertilizante, por exemplo, o que possivelmente aumentará a produtividade dos plantios), ao contrário da prática costumeira de realização desta atividade durante apenas seis meses do ano. Assim tradicionalmente o fazem, segundo os brejeiros, devido as características dos abrigos das oficinas, os quais não as protegem totalmente das chuvas - possivelmente mantenha também relação com o ritmo do brejo, o qual na estação chuvosa geralmente é inundado, além de outros motivos.

O ritmo do modo de vida tradicional do camponês é regido ainda pelo temor às manifestações da natureza que o faz cultuar os santos na guarda e celebração do seu dia. Desta forma exercita o culto e a vida em comunidade diminuindo o estresse no ambiente e ao mesmo tempo estabelece uma relação cosmológica e, portanto, respeitosa para com o mesmo. A orientação imposta pelas agências de desenvolvimento visa implementar nos espaços a racionalidade do mercado, que, pelo que tudo indica, converge para o que diz Unger, ao referir-se a danos

⁴⁹ Modo de produção: forma particular de organização do processo de produção destinada a agir sobre a natureza e obter os elementos necessários à satisfação das necessidades da sociedade. (RUBIN, 1987, p.27, apud MARX, C., III. p.758).

ambientais e sociais já vistos no vale do São Francisco, consequência da implantação do modelo de desenvolvimento em voga.

“esta destruição segue a mesma lógica da sociedade de mercado em toda parte, que marginaliza os seres, transformando-os em instrumento e reduzindo a natureza a um grande depósito de serviços. O mercado hipostasiado, ontologizado, impôs-se como processo de apropriação dos espaços, dos seres, na natureza, do próprio pensamento, como mercado, quando algo não pode ser controlado pela instrumentalização e pelo cálculo, é controlado pela ideologia. A vida da cultura popular enquanto princípio de unidade do múltiplo está desprotegida, exposta ao poder instrumentalizador do capital. A desagregação ética e social na região tem muitas faces, das quais uma das mais sombrias se mostra nas plantações de maconha da região pernambucana do vale são-franciscano” (UNGER, 2001, p. 143).

A expropriação da terra do camponês se dá concomitantemente à expropriação do seu modo de vida em comunidade. Desliga-se das amarras da comunidade – modelo relacional, em que a sua sobrevivência está garantida, e prende-se às algemas do capital passando a ser visto como um objeto, como uma alavanca útil somente enquanto engrenagem do sistema que o desumaniza, que o destrói.

Em conversa com Frei Moisés, vigário da paróquia de Barra destacado para trabalhar nas comunidades brejeiras, este nos falou da importância do tema do meu trabalho, porque, segundo ele, as mudanças que vêm ocorrendo nos Brejos estão atingindo de forma muito negativa as comunidades. Referiu-se ao aumento da urbanização e do consumo de álcool: “de dez mortes na Barra, oito são causadas pelo consumo excessivo de álcool. Isto vem causando desarranjos nas famílias”. A diretora da escola Eutália de Oliveira Santos complementa relatando o alarmante aumento dos casos de gravidez precoce e aborto entre as adolescentes nos últimos tempos. No que diz respeito ao uso e tráfico de drogas tem-se informações de que é muito grande e, principalmente no Bairro da Sub-estação:

“Já tem esse tipo de coisa. Nossa! Principalmente aqui nesse bairro, tem caso aqui. Falta oportunidade de trabalho...” “... É... vejo comentários que a região de Barra e Xique-Xique é onde que circula mais droga aqui no Estado da Bahia. Essa região aqui é onde que passa mais droga no tráfico de Barra e Xique-Xique. Não posso provar porque...”. (Mateus, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro da Sub-Estação, cidade de Barra-BA, julho de 2004).

Frei Moisés disse ainda que tais mudanças “vêm pegando o povo despreparado” e mudando de forma rápida os hábitos e os costumes alimentares. Segundo ele, o povo vem deixando de consumir frutos como acerola, tamarindo,

manga, mangaba etc., alimentos saudáveis e abundantes nos brejos, substituindo-os por sucos e refrigerantes artificiais. Disse que está tentando orientar, principalmente a juventude para as conseqüências da assimilação deste novo modo de vida. Segundo ele, a vida em comunidade está sendo abalada, principalmente pela influência da TV. Nos horários de encontros, as famílias ficam em suas casas vendo novelas. A solidariedade também está diminuindo – estão passando por um processo de individualização.

Brejos da Barra: caracterização geográfica

Faremos na parte que segue uma apresentação da área que dedicamos maior atenção na nossa pesquisa, os Brejos da Barra. Mesmo que seja de forma breve, há que discorrermos sobre os elementos formadores do conjunto nos quais se inserem os brejos, porque a partir deles podemos adquirir a noção das especificidades que constituem o campesinato brejeiro. Pois, no contexto do qual estamos tratando os brejos da Barra com suas particularidades veremos que são estas importantes para a constituição do que denominamos de camponês brejeiro.

Neste sentido consideramos como um dos fatores mais decisivos para a constituição deste campesinato o expressivo grau de preservação da sua organização social resultante em grande parte, da dificuldade de contato com a sociedade ampla constituída de outras formas de vida em sociedade. E neste contexto os aspectos físicos do ambiente brejeiro e do qual estão inseridas as Paleodunas, são fatores relevantes para a determinação da identidade brejeira. São a partir deles que os brejeiros desenvolveram o seu modo de relação social e com a natureza por meio do trabalho para obter os meios de vida e sua reprodução.

Em grande parte isto contribuiu para o desenvolvimento de uma forma particular de propriedade, de socialização na comunidade do produto do trabalho dos seus integrantes, as dificuldades de acesso à sede do município e a outros lugares, certamente influencia no elevado grau de auto-suficiência ainda muito presente nas comunidades brejeiras e em particular naquelas que se encontram em lugares mais afastados, muitas delas há mais de 100 quilômetros da sede do município cujas vias de acesso são difíceis de serem transpostas em função do areal

solto e fortemente aquecida pelo farto sol do semi-árido nordestino. No nosso entendimento os fatores acima descritos são fundamentais para a definição do que chamamos de camponês brejeiro. E conseqüentemente é o que nos instiga ao estudo desta organização comunitária que em boa parte mantém preservada a sua identidade, o que não é comum a muitos casos no vale do São Francisco que estão sendo submetidos ao ditames da expansão do modo capitalista de produção.

O referido ecossistema, as Paleodunas, nas quais estão encravadas os Brejos está localizado ao norte do Município de Barra, Oeste do Estado da Bahia, na extensa área encoberta por Paleodunas situadas entre o Rio São Francisco a Leste, a Serra do Estreito a Oeste, o município de Pilão Arcado ao Norte e ao Sul com uma gleba de terra firme encoberta de caatinga que o separa da margem esquerda do Rio Grande.

Os referidos brejos são constituídos em maioria da drenagem da Serra do Estreito que escoar por longas áreas rebaixadas dos campos dunares. O principal curso d'água desta área é o Rio Icatu (perene) com 89 km de extensão. Este Rio nasce na Serra do Estreito e deságua no São Francisco. Durante este percurso recebe seus afluentes - os brejos do Saquinho, Umburana e São Gonçalo. Outros brejos são constituídos de lagoas ou extensas áreas embrejadas formadas pelo afloramento do lençol freático nas áreas rebaixadas do campo de dunas. Nas estreitas planícies de vazantes que margeiam os cursos d'água (córregos) e lagoas estão instaladas as comunidades brejeiras que praticam nessas áreas culturas de subsistência, e criatórios soltos nas extensas áreas de caatinga. Ab'Saber faz uma breve referência aos riachos constitutivos dos brejos no contexto do ecossistema dunar do baixo médio São Francisco.

“um fato que nos pareceu digno de nota foi a presença de três ou quatro estreito vales atuais, recortando espaçadamente o extenso campo de dunas. Nas condições hidroclimáticas atualmente vigorantes no baixo-médio vale do São Francisco, esses pequenos cursos d'água que cruzam as dunas, na categoria de afluentes da margem esquerda do rio perene, condicionados ao ritmo dos climas semi-áridos nordestinos, são dotados de drenagens intermitentes sazonarias. Foram certamente weds do passado, transformados por mudanças climáticas em riachos do sertão, dotados de estreitas vazantes laterais, bem aproveitadas por limitadas atividades agrárias familiares.” (AB'SABER, 2006, p. 302).

Do que nos diz acima o conceituado geógrafo, cabe assinalar que junto às comunidades pesquisadas e material bibliográfico consultado não tivemos a informação de intermitência dos principais cursos d'água que cortam os campos de

dunas. As alterações que se revelam atualmente nos cursos d'água parecem guardar relações com os usos que vem se fazendo atualmente tanto no local quanto na escala regional do vale de modo que, aquele ambiente dunar fragilizado tende a responder com maior destaque às intervenções desordenadas. Colocamos, portanto esta questão a título de um instigante convite a estudos.

Oferecendo as melhores condições para ocupação em comparação às áreas de caatingas, os Brejos da Barra, formações semelhantes às conhecidas veredas encontram-se densamente ocupadas e cuja exploração agrícola por muito tempo teve papel importante no abastecimento das próprias comunidades e até mesmo da sede do município.⁵⁰

Ab'Saber (1999) define genericamente as várias formações constituídas de maior índice de umidade presente nos amplos espaços do semi-árido do Nordeste do Brasil como brejo.

“... qualquer porção de terreno dotado de maior umidade, solos de matas e filetes d'água perenes ou subperenes, onde é possível produzir quase todos alimentos e frutas peculiares aos trópicos úmidos” (AB'SABER, 1999, p.17).

No nosso entendimento esta definição é muito satisfatória para o caso dos brejos que estudamos tanto nos aspectos físicos quanto sociais. Pois, a presença de maior umidade nos fundos de vale (áreas embrejadas) que emergem na extensa área de caatinga que fixam as dunas e a presença de solos férteis onde *dá de tudo que plantar* é o fator precípua que culmina na fixação daqueles aglomerados populacionais ali instalados por séculos com elevado grau de auto-suficiência.⁵¹

⁵⁰ “Mas, logo que os colonizadores descobriram as potencialidades das serras úmidas – posteriormente designadas “brejos” – houve uma rápida investida para a conquista desses pequenos espaços distribuídos pelos imensos sertões. As “ilhas” de umidade aí existentes, com suas manchas de florestas tropicais formando grandes contrastes com as caatingas circundantes, foram interpretadas pelos colonizadores como áreas suscetíveis de receber a principal plantação tropical da época – a cana-de-açúcar – que já fizera a riqueza da Zona da Mata e despertara a cobiça dos holandeses. Foi assim que os pioneiros da colonização branca das caatingas começaram a se apossar das melhores reservas de terras indígenas, constituídas pelos diferentes tipos de brejos.” (AB'SABER, 2003, p.97)

⁵¹ Nota-se que, além de produzir alimentos os mais diversos, os brejos de cimeira dão origem a pequenos engenhos “rapadureiros”, de grande interesse para a diversificação da dieta dos homens do sertão. Longe da costa, criam-se celeiros bem distribuídos, que passam a abastecer as primeiras feiras estabelecidas em cidades e cidadezinhas dos sertões. Trata-se de um inusitado ponto de trocas, envolvendo produtos de diferentes espaços do Nordeste Seco: feiras de gado, de uma lado, feiras de alimentos, acessórios e montaria e artesanatos úteis, de outro. Uma espécie de troca indireta. Vendia-se um pouco de gado. Compravam-se farinha de mandioca, café, legumes, selas, baixeiros, cabrestos, lamparinas, querosene, potes e potões de barro, jacás, cestas e “aliozes”. Além de rapaduras, aguardentes, fubás, e, eventualmente, pedaços de rústicos queijos do sertão. E logo

De modo mais detalhado outra referência aos Brejos da Barra é feita por Arlindo Batista e Joana Camandaroba no Livro “Barra um retrato do Brasil”, realçando o contexto da situação da sede municipal, assim diz:

“a cidade da Barra está rodeada de uma imensa planura de areia. Ao pé da serra (do Estreito) brotam olhos d’água que se transformam em riachos, correm oito, quinze, vinte quilômetros e depois desaparecem na areia. O córrego deixa a terra sempre úmida por capilaridade numa distância de dez, vinte, cem metros de cada lado do leito. Ali vicejam buritis, que são nativos, e tudo o que queira plantar se desenvolve bem. Durante os meses da seca, a água do riacho não baixa nem aumenta; mantém sempre o mesmo volume. A essas tiras de terreno úmido irrigado pelo riacho chama-se Brejo. E as pessoas que ali moram são designadas de brejeiros.” (BATISTA & CAMANDAROBA, 1999, p.13).

Sobre o que diz esses autores a respeito do nível da água dos riachos convém destacar que constatamos em trabalho de campo uma grande oscilação na umidade de boa parte dos brejos. Nas estações secas tanto o volume de água dos córregos e lagoas diminuem quanto as extremidades dos brejos (a montante e a jusante) recuam deixando muitas comunidades em dificuldades por falta de água. Fenômenos estes que carecem de estudos para serem explicados, mas não descartamos sua relação com a intensificação dos usos da terra que vem se processando nos brejos e em muitas comunidades acelerado de forma ainda mais intensa a partir da intervenção das agências fomentadoras ao desenvolvimento remodelando a produção e as expectativas dos agricultores brejeiros.

E mais adiante continua a descrição realçando as características do seu povo e o difícil acesso aos referidos brejos:

“Na verdade são pequenos oásis que se encontram no meio do semi-árido do sertão. As pessoas vivem praticamente isoladas devido as difíceis vias de acesso. Chega-se lá somente com auxílio de jegues, burros ou carros de tração de 4 rodas e que estejam em bom estado. A estrada é uma picada aberta no meio do cerrado cujo leito é um areal imenso, pesado e quente. O motorista tem que ser perito para vencer o caminho. O carro dança de um lado pra outro, sobe e desce monturos de areia. Após andar 40, 50, 80 km chega-se aos brejos, verdadeiros oásis no meio do sertão. As pessoas são acolhedoras, alegres, extremamente simples e simpáticas” (BATISTA & CAMANDAROBA, 1999, p.91).

Considerações sobre a ocupação dos brejos

Não tivemos acesso à bibliografia que nos informasse com precisão sobre o advento da ocupação dos espaços brejeiros. No entanto, registros históricos sobre a ocupação da região do vale como um todo e do município da Barra nos fornecem noções sobre a ocupação dos brejos. Sem querermos enveredar pela história longa, nos limitamos aqui apenas às investidas populacionais a partir da margem do São Francisco rumo às caatingas dos campos dunares.

Relatos de moradores antigos nos informam que a ocupação dos brejos se fez a partir das atividades pecuárias comum ao vale do São Francisco. Nasquelas fazendas de gado agregavam os moradores que cuidavam do gado do fazendeiro e praticavam a agricultura de subsistência nas áreas úmidas de beira rio ou nas ilhas após o término da vazante, aproveitando-se da maior fertilidade do solo em função do húmus deixado pelas águas após o término das enchentes.

“é porque o rio quando vem cobre as terras de água, né? E aí quando chega a vazante, aqueles terreno ta molhado você planta, ce planta ali, ta aquele molhado que o rio molhou, ali dá pra você tirar a planta, feijão, com três mês, feijão de arranca, um milho com quato mês, o feijão de corda muitas veiz também dá com quato mês, produzindo, né? Batata, o milho, a melancia, a mandioca, a mandioca tirava, antigamente ela dava, o que tirava da roça era mandioca. Só tirava ela quando o rio vinha. Tirava a mandioca e fazia a farinha pra sobreviver. E hoje não ta teno a enchente. O inverno também é poquim”. (Sr. Antonio, Comunidade Wanderlei – beira-rio, julho de 2001).

Nesta atividade adquiriam o suficiente para a complementação do sustento familiar. Nas áreas de beira-rio constantes do município da Barra ainda resistem importantes aglomerações populacionais que, embora não mais pratiquem na mesma proporção essas atividades, ali ainda se encontram vivendo dos criatórios que pastam nas áreas de maior umidade das proximidades do rio e soltos na caatinga. Cultivam ainda em quantidade bem menor alimentos nas reduzidas áreas úmidas de beira rio e pescam, porém com resultados bem menos expressivos que no passado.

“na beira do rio não tão mais teno plantio nenhum. O peixe não ta mais dano, a lavoura de jeito nenhum, ta passando privação de necessidade...” “...antigamente dava mais hoje não dá. Porque não ta pescano. Ta comendo da ajuda da aposentadoria dos velho, né. Do pai, dua mãe, do avô...” (Sr. Antonio, Comunidade Wanderlei – beira-rio, julho de 2001).

Estes beiradeiros são remanescentes das antigas fazendas de gado que, após a decadência da atividade pecuária, muitos fazendeiros as abandonaram e deixaram ali os trabalhadores que, em função do rápido crescimento das famílias camponesas, não precisou muito tempo para expandirem a ocupação para áreas mais afastadas da beira do rio, beneficiando das condições propícias das estreitas áreas férteis dos brejos para a prática da agricultura e criatórios soltos nas caatingas.

“...não daí eu acho que é mais por causa da molhação das áreas, tem mais água. Agora esses primeiros que chegaram aqui é que a gente não sabe, né? A gente supõe, né? Eu acredito que mais foi por causa da busca do molhado, né? A terra, é o solo bom para produzir, para a plantação, a água mais fácil...” (Professor Leôncio, comunidade da Umburana, julho de 2005)

Os traços físicos dos brejeiros ou dos habitantes das beiras do São Francisco testemunham sobre o tipo do colonizador daqueles sertões, os portugueses e holandeses bem como os negros que foram levados para os serviços nas fazendas bem como a miscigenação que se fez com os nativos do lugar, tal como confirma Lins:

“...nas caatingas e brejos interiores, o próprio camponês anônimo e sem linhagem guarda os traços fisionômicos da gente antiga que povoou o vale. Nas cidades ribeirinhas ainda podem ser encontrados alguns negros. Nas aldeias do interior dos municípios, porém o elemento negro é praticamente nulo. O camponês das caatingas distantes e dos brejos remotos é quase sempre branco, ou puxado a branco, cabelos avermelhados, nariz e lábios de construção maciça. Quando não é assim, é caboclado, olhos oblíquos, lábios grossos, cabelos lisos exibindo em tudo a predominância do sangue indígena.” (LINS, 1983, p. 24)

Na nossa pesquisa de campo não encontramos pessoas que guardasse com precisão a memória dos tempos da chegada dos primeiros moradores no lugar. Muito comum, no entanto, é a afirmação da parte daqueles mais idosos de que, seu “avô morreu velho e já era filho daquele lugar ou veio da comunidade vizinha”. Isto ocorre mesmo quando se trata de comunidade das cabeceiras dos riachos tal como Umburana, cujos relatos abaixo nos mostram até a existência no passado de certo *apartheid* envolvendo os grupos conforme as suas características raciais.

“...rapaz isso aí é... isso aí é de longos anos, né? Eu uma vez eu fiz um... quis saber assim, né? A pessoa mais velha daqui, né? É que tinha aquela finada Arlinda ali que morreu com 99 anos e já foi nascida aqui e os pais já daqui, né?...” “...o que eu consegui, foi que aqui tinha, são três famílias: os brancos, os macacos e os crueiras, né?...” “... é acho que deve... mais pra português, né? Os macacos é entre índio e caboclos. Índio e negro, né? Eu num to

lembrado aqui, já tiveram me contando uma história aqui, foi daqui, que teve, a velha aqui que foi pegada a cachorro. E é dos macacos. Que casou, eu não sei se foi a avó de seu Anjo. É aqui é aqui na Umburana...” “... nesse trabalho eu descobri que teve o racismo aqui. Por exemplo, que essas três famílias, né? Então tinha dois cemitérios. Preto tinha um cemitério, os brancos era outro. (Professor Leôncio, comunidade da Umburana, julho de 2005).

Também na comunidade de Cabeceira de São Gonçalo, tivemos informações do primeiro a chegar à localidade, através do Senhor Antônio Milão (68 anos), neto mais velho do pioneiro Chico Rodrigues, o qual constituiu família ali, e hoje a grande maioria dos membros da comunidade são parentes e seus descendentes.

Estas revelações nos fornecem importantes indicadores da forma como se realizou a ocupação dos brejos. Ou seja, na medida em que a população aumentava, as terras tornavam-se insuficientes e outras seriam ocupadas no sentido jusante-montante dos riachos ou brejos.

A espacialidade dos brejeiros: a busca dos meios de vida

“Nessas amplas áreas dos cerrados, duas grandes unidades da paisagem foram conformadas pelas populações que ali vivem tradicionalmente: as chapadas e os vales – o grande sertão e as veredas na linguagem de Guimarães Rosa, o escritor que melhor soube captar os mistérios da região e dos seus camponeses. Assim, os povos que vivem pelos cerrados desenvolvem sistemas de uso da terra que combinam a agricultura, geralmente nos fundos dos vales, nos brejos, nos brejões, nos “pantamos”, nos varjões; nas encostas e nas chapadas, áreas onde a água é mais difícil de ser captada sem tecnologias de captação em profundidade, deixam o gado à solta, fazem a coleta do pequi, da fava-d’anta, do baru e outros frutos e resinas, recolhem madeiras e lenha, geralmente fazendo uso compartilhado, sobretudo dessas terras das chapadas” (GONÇALVES, 2004, p.221).

A parte que segue reserva-se à continuidade do tratamento de uma das importantes questões concernente ao modo de vida do brejeiro, a sua espacialidade para a obtenção dos meios de vida necessários à sua reprodução. E ao referir-se a esta questão, necessário se faz lembrar o contexto espacial em que está incluso os habitantes dos brejos e, destarte não poderia deixar de considerar o fato dos brejos estarem situados no ecossistema das Paleodunas, constante de uma imensa formação arenosa encoberta em maior parte pela vegetação de caatinga e alguma manchas de cerrados denominadas pelos brejeiros de chapada encontrada com maior freqüência nos interflúvios.

Esta cobertura vegetal pouco diferenciada só é interrompida pelos raros e estreitos cursos d’água que escoam em grande maioria no sentido do principal Rio, o Icatu. Nas margens desses estreitos riachos encontra-se solo fértil com alto teor de matéria orgânica onde se desenvolve uma vegetação de maior porte formada principalmente de palmeiras de buritis e frondosas árvores frutíferas cultivadas pelos brejeiros tal como a manga, a goiaba, o caju e o coco.

É nesta exígua faixa de terra fértil, cuja largura varia de forma crescente no sentido montante-jusante que se instalam os ditos brejeiros cultivando ali, principalmente a cana-de-açúcar, o principal cultivo destinado a comércio, do qual se fabrica a cachaça artesanal, a rapadura e outros produtos alimentícios tal como mandioca, feijão-de-corda e milho.

Esta faixa de terra não raro é insuficiente para os brejeiros trabalharem e conseguirem o sustento de suas famílias. Tem-se, portanto, que recorrer a outros espaços de onde possa complementar os meios de vida.

É neste contexto que outros ambientes do ecossistema das Paleodunas surgem com grande importância para os brejeiros. Assumem, portanto, estes ambientes importâncias variadas conforme a comunidade em seu sítio; e, desnecessário se faz lembrar o quão complexa é a realidade dos brejos ao tratar-se de mais de quarenta comunidades espalhadas no imenso “mar” de caatinga e cujas formas de recorrer a outros espaços não raro variam conforme a comunidade.

Como elementos fundamentais na constituição do que definimos como camponês brejeiro, consideramos:

- a) relação espacial a partir do ambiente do brejo e da caatinga recorrente no ambiente brejeiro;
- b) o costume de recorrer às variadas formas espaciais das Paleodunas de Xique-Xique para a obtenção dos meios de vida;
- c) os diferentes usos que fazem das feições naturais do ecossistema das Paleodunas;
- d) a interação imediata desses camponeses com os espaços que lhes fornecem os meios de vida em localidades com distâncias variadas, com características naturais diferentes nas particularidades dos compartimentos caatinga-brejo e outros espaços por eles explorados (tal como a Serra do Estreito) e em alguns casos as áreas das beiras do Rio São Francisco;
- e) as longas distâncias que percorrem nos espaços para a cidade da Barra, Xique-Xique ou Buritirama e outras, e as respectivas condições de transporte interagindo diretamente com as particularidade das condições naturais do ecossistema em questão;
- f) sua organização social constituída na vida em comunidade entrelaçada por fortes laços de parentesco e de compadrio por meio dos quais moldam suas formas de trocas pautadas pela reciprocidade e solidariedade por meio das quais socializam os frutos do trabalho familiar na terra;
- g) manifestações culturais próprias dos grupos comunitários.

Identificamos áreas genéricas tais como o compartimento brejo, no interior do qual se encontra o riacho cuja largura na maioria dos trechos já aterrados varia de um a dois metros. A faixa úmida que forma o brejo, à margem do riacho,

apresenta largura de 20 a aproximadamente 100 metros variando de forma crescente no sentido montante a jusante contribuindo também para aumento da extensão transversal os trechos de planícies maiores, e diminuição, nos de vertentes com inclinações mais acentuadas ou vales mais estreitos.

Quanto ao brejo, na parte mais imediata ao riacho encontramos com maior freqüência o cultivo da cana-de-açúcar e demais cultivos alimentares como feijão, milho em consórcio. Naquelas áreas onde o aterramento não foi completamente realizado e que permanece encharcada, uma pastagem natural ali se desenvolve formando um espaço designado pelos brejeiros como “manga” (pequenos cercados onde permanecem presos os animais, bovinos, eqüinos e outros - foto 32) o qual não raro é cercado e em muitos casos se estende até os limites da faixa úmida.

Foto 32 - A “manga” - Brejo da Cabeceira de São Gonçalo, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Cultiva-se ainda no brejo a mandioca cujo ciclo produtivo não raro é interrompido em função do ritmo natural do riacho. Ou seja, sua colheita é antecipada tão logo sejam notados os indícios de enchentes nos brejos. Lembramos que esta adversidade para o cultivo do produto não representa um prejuízo significativo tendo em vista a alta fertilidade do solo brejeiro e a abundância de água, fatores compensadores, pois, proporcionam importante produtividade e qualidade à farinha se comparada à produzida nas roças afastadas do brejo com produtividade

menor e escassez de água (transportam apenas a essencial) que resultam na produção da farinha com alto teor de polvilho (pouco lavada) não muito apreciada, e quando destinada a comércio é vendida a preços menores.

Ainda nessa parcela do espaço dos brejeiros encontram-se as providenciais palmeiras, os buritizeiros cuja existência dos brejos, muito se deve a ela, um fator precípuo da existência daquelas glebas verdes que riscam a imensidão cinzenta. Dos buritizeiros extraem a madeira e as folhagens para as construções das casas de morada, galpões das oficinas industriais, equipamentos e instrumentos de trabalho e frutos para a alimentação. Ao riacho cabe fornecer a água para consumo doméstico, processamento dos alimentos e dessedentação animal.

No interior da referida área o uso da cerca restringe geralmente ao aprisionamento dos animais, tanto no cercamento das mangas quanto na formação de corredores chamados pelos brejeiros de “beco”, o qual conduz o gado da área de criatório solto até o bebedouro no riacho (fotos 33 e 34).

Foto 33 - O “beco” que conduz o gado ao bebedouro no riacho – Cabeceira de São Gonçalo, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Foto 34 - O bebedouro do gado – Cabeceira do São Gonçalo, Barra-BA
 Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Mesmo as divisas parcelares são representadas por marcos imaginários dos respectivos donos, e a extensão mais significativa da propriedade é a medida na frente do brejo à beira do riacho. O Brejo do Saco, por ser formado de uma lagoa, apresenta neste aspecto uma particularidade, pois, as propriedades convergem para o seu centro de forma que a parte mais larga encontra-se no entorno e as parcelas estreitam-se conforme se aproxima da área central da lagoa. Nas partes mais úmidas, próximas da lagoa, as divisas interparcelares são formadas por valas as quais contribuem também para a drenagem do solo a torná-lo mais propício à exploração.

Outra área não menos importante para a comunidade brejeira é a caatinga. Assim como o brejo, esta apresenta diferenciações na sua feição natural a qual representa utilidades diferentes para a vida brejeira. Queremos fazer menção à área situada no interior da caatinga, geralmente nas partes mais elevadas dos interflúvios cuja cobertura vegetal é mais rarefeita, constituídas de árvores de maior porte e espaçadas, e de extrato inferior formado por gramíneas, é a vegetação de cerrado denominado pelos brejeiros de “chapada”. É neste espaço que o gado solto encontra alimento mais farto; o brejeiro extrai a madeira mais apropriada para as construções, muitos dos frutos silvestres tão apreciados pelos brejeiros tais como o caju, o tucum,

a mangaba, o pequi, o puçá de importância fundamental para a dieta do brejeiro e muitas plantas medicinais também são coletados ali. Da caatinga, vegetação encontrada com maior frequência nas encostas de inclinação suave, extraem a madeira fina para as construções de cercas e moradias, a lenha para as fornalhas dos alambiques e tachos de rapadura, os referidos frutos em menor quantidade, e a caça em quantidades sempre menores conforme passam os dias, em consequência, segundo afirmam os brejeiros, do aumento da demanda em função do aumento populacional e da exploração desordenada, desrespeitando os ciclos produtivos dos animais silvestres.

É, no entanto, numa faixa de transição entre o brejo e a caatinga separada desta por uma cerca geralmente construída de madeiras trançadas e nalgumas comunidades com estacas e arame farpado, que situam as moradias, instalações industriais (engenho e casa de farinha), os currais, chiqueiros onde são aprisionados os porcos e galinhas, e no suposto centro comunitário, a escola, a igreja, posto de saúde, serviço telefônico (quando há), geralmente nos arredores da casa do morador mais antigo da comunidade, aquele que tradicionalmente acolhe o padre, o político e visitantes de forma geral.

Foto 35 - Vertente imediata ao brejo: à esquerda, oficinas de fabrico da farinha, ao centro casa de morada e capela, e à direita caatinga – Cabeceira de São Gonçalo, Barra-BA
 Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

É nesta área que, quando conseguem aprisionar os animais de pequeno porte (galinhas, porcos, cabritos e outros) praticam alguns cultivos de chuvas (feijão, milho, abóbora *Curcubita pepo* Lour. (Curcubitaceae), principalmente), e na parte mais próxima à faixa úmida do brejo, onde passa a estrada que liga os núcleos populacionais formadores das comunidades, encontram-se os tradicionais e seculares cajueiros, coqueiros, as frondosas mangueiras e outras árvores de sombra sob as quais instalam-se os engenhos, as prensas da massa de mandioca, e permanecem amarrados os animais de tração e transporte nos períodos de necessidade da sua força. É para este espaço que convergem os produtos provenientes do brejo e da caatinga para transformação, processamento dos alimentos, cada um com sua contribuição para a vida brejeira. Podemos dizer até que é neste espaço onde a continuidade dos espaços da vida formados pelas diferentes feições naturais (brejo, caatinga e chapada) se realiza. Os meios de vida provenientes da parcela de apropriação individual-familiar são processados por intermédio da contribuição dos elementos originados da outra espacialidade, a caatinga e a “chapada” de propriedade comum. É neste espaço que a propriedade individual e coletiva dos meios de vida se relativizam. O que se entende por propriedade individual - a parcela brejeira e tudo que ali é produzido se processam com a energia proveniente da terra de uso comum: a lenha e a força animal proveniente da caatinga, são aplicadas na industrialização dos produtos que serão divididos entre os indivíduos, selando uma solidariedade fundada pelos laços comunitários, cujas relações interindivíduos se realizam a partir do que representa para cada um ser parente, compadre, brejeiro, ser “vizim” (nos dizeres dos brejeiros), ser da comunidade. É conforme nos lembra Woortmann (1990), um modelo relacional numa cápsula protetora, a comunidade.

Esta área brejeira vem sendo ampliada. São muito comuns os casos de proprietários que avançam suas cercas para o interior da área de uso comum e a desmatam, apropriam-se privadamente do que era de todos até então. Sérios problemas ambientais já são visíveis e provavelmente estão relacionados com estas práticas. Nos períodos chuvosos, grande carga de areia é carregada da encosta pela água para o fundo de vale, o brejo, causando transtornos às unidades produtivas tal como a diminuição da área agricultável, o aterramento de moradias, oficinas, etc. Mas, para este assunto reservamos outra oportunidade na qual trataremos de forma mais detalhada.

Vemos, portanto, que, conforme as feições naturais de cada espaço, funções específicas vem sendo atribuídas pelos brejeiros para garantir a sua reprodução.

Aqui pretendemos nos atermos às espacialidades dos brejeiros na faina para a obtenção dos meios de vida necessários à sua reprodução e, como já explicitado, há variações conforme a comunidade, podendo ser exemplificado o caso da comunidade de Brejo do Saco em que grande parte do tempo de trabalho do brejeiro é aplicada numa outra localidade denominada Sítio Novo há uma légua ou cerca de 6km de distância, onde cultivam produtos alimentícios como feijão e milho destinado ao sustento familiar, consorciado ao produto comercial, a mamona cultivada em quantidade crescente nos últimos anos e atualmente com grande expansão em decorrência de incentivos do governo federal para consolidar a sua política energética empregando o biodiesel.

Uma outra comunidade que apresenta especificidade quanto à sua espacialidade é a comunidade de Cabeceira de São Gonçalo em que, em tempos remotos, quando a área do brejo era em grande parte alagada, restando poucas áreas para o cultivo das roças, os produtores plantavam numa ainda menor faixa à margem do riacho e cultivos de chuva na borda do brejo (parte mais alta). E, nos anos de estiagem deslocavam-se em maioria para a “caatinga” (assim chamada por eles a região de Irecê-BA) onde se empregavam como diaristas ou assalariados nas lavouras de feijão a fim de complementarem o seu sustento. Nos dias atuais a parte alagada do brejo já foi aterrada para a ampliação da área agricultável. Isto garantiu ao brejeiro daquela comunidade uma maior produção na sua parcela individual/familiar e são raros os casos daqueles que complementam seus cultivos nos distantes “baixios” da caatinga. Mas a expansão da área agricultável vem ocorrendo no sentido da cabeceira do riacho ocupando uma estreita faixa úmida destinada ao cultivo, principalmente da mandioca.

Na comunidade de São Gonçalo, três léguas ou 18km a jusante, os brejeiros dispõem de uma área mais extensa para a produção do seu produto principal, a cana-de-açúcar em consócio com produtos alimentícios, da qual fabricam a cachaça. Nesta comunidade não se produz a rapadura devido ao elevado grau de salinidade do solo que torna a cana-de-açúcar imprópria para o fabrico de tal produto.

Dada a área mais extensa que dispõe a referida comunidade para a agricultura, em geral não recorrem a outros espaços para a atividade agrícola. Sua

espacialidade varia em função da pecuária. Pois, nos períodos de estiagem, aqueles que dispõem de um rebanho bovino maior, deslocam-no para a beira do Rio São Francisco onde alugam pastos para salvar seu gado. Esta é uma prática bastante comum àqueles que dispõem de um maior rebanho também no tempo da floração da castanheira (os meses setembro e outubro), planta da caatinga cuja flor quando consumida pelo gado o envenena. E, no caso dos criadores de menor quantidade de cabeças de gado, apenas os recolhem e aprisionam em pequenas “mangas”, assim chamados pelos criadores os pequenos cercados na faixa úmida, na parcela individual do brejo complementando sua alimentação com a palha e bagaço da cana-de-açúcar conservados e armazenados do tempo da colheita, para tal finalidade.

Dentre as comunidades estudadas a que merece maior atenção (ou destaque) quanto a espacialidade, por suas especificidades em relação às outras é a comunidade da Umburana. Situada na cabeceira do riacho de mesmo nome, seus integrantes dispõem, assim como a comunidade da Cabeceira de São Gonçalo, de exígua faixa úmida propícia ao cultivo. Possivelmente este seja um fator importante para explicar o fato dos membros dessa comunidade recorrerem a uma diversidade maior de espaços para a obtenção dos seus meios de vida. Um outro fator importante neste aspecto é o grande povoamento da área cuja ocupação se realiza nas duas margens do riacho ao contrário da comunidade de Cabeceira de São Gonçalo e São Gonçalo. Como a grande maioria das comunidades explora os baixios presentes na caatinga, onde encontram solo firme (de barro). E plantam também em trechos do sopé da Serra do Estreito e no seu topo há 3 léguas e meia ou cerca de 21km. Nestes espaços cultivam produtos alimentícios destinados principalmente ao sustento da família – milho e feijão. E o produto comercial mais importante dessa comunidade é a farinha. Pois, o produto comercial mais comum nos brejos, os derivados da cana-de-açúcar, esta comunidade produz em quantidade pouco expressiva, em função do seu sítio, - cabeceira do riacho com áreas agricultáveis exíguas e no interior do próprio brejo uma relevante presença de solos com alto grau de salinidade, tal como o da comunidade de São Gonçalo, impróprios para a produção de rapadura.

Na comunidade da Umburana a produção principal de alimentos dá-se no topo da Serra do Estreito quando famílias inteiras deslocam-se para ali a fim de cultivar mandioca consorciada com milho e feijão. A água para abastecimento

familiar, consumo dos animais e para a produção da farinha é transportada em lombo de animais para o sopé da Serra e dali transportam aos poucos para a parte alta conforme a necessidade num verdadeiro trabalho de titãs escalando a escarpa da Serra do Estreito numa distância de meia légua ou cerca de 3 km.

Tal como as comunidades que descrevemos de forma breve a sua espacialidade, as especificidades de cada uma, como podemos ver, nos credencia a imaginar a complexidade do conjunto, cerca de meia centena e que, nesta modesta pesquisa que realizamos e apresentamos, apesar dos exaustivos esforços, estamos cientes do quanto significa o que está sendo apresentado no complexo universo do total das comunidades.

O trabalho dos “vivos” e a produção nos brejos

São fatores fundamentais no delineamento do modo de vida brejeiro as características das bases naturais onde se encontram e as respectivas possibilidades de usos que oferecem as várias feições do ambiente. Nesta perspectiva, faz-se relevante discorrermos sobre os tipos de interação dos integrantes das comunidades com essas formas naturais para reprodução da existência. Neste sentido, assume papel indispensável os espaços dos brejos, da vertente imediata onde situa a casa de morada e oficinas, a caatinga, chapada, baixios, alto da Serra do Estreito e, conforme a comunidade, espacialidades outras não são menos importantes. Mas para tratarmos deste assunto destinamos outra parte do nosso trabalho.

Aqui nos interessa discorrer sobre alguns aspectos relacionados à produção das condições de reprodução do brejeiro. Nesse sentido, o seu trabalho na terra é complementar ao dos “vivos” - assim chamados pelos brejeiros os animais de transporte e tração: jumento *Equus asinus* (Equidae), burro *Equus asinus* (Equidae), cavalo *Equus caballus* L. (Equidae) e bovinos *Bos taurus* (L.) Bojanus (Bovidae) - que permanecem em boa parte do tempo soltos na caatinga. Selam, portanto, a interdependência dos espaços dos quais dispõem para obtenção dos seus meios de vida, a caatinga, nas suas diferentes formações, e o brejo.

Trataremos, pois, do envolvimento e importância desses animais na produção e na “lida” dos brejeiros com estes durante o ano, especialmente no período de processamento dos produtos colhidos, sobretudo o da cana-de-açúcar.

De antemão, podemos afirmar que o loco de criação destes animais é a caatinga onde permanecem soltos. No entanto, aqueles utilizados na produção são recolhidos sempre que seu trabalho é requisitado pela família brejeira. A demanda maior da sua força de trabalho inegavelmente se faz durante o processamento do principal produto destinado ao comércio – a cana-de-açúcar.

Durante o período da moagem os animais (bois de engenho, burros, jumentos, cavalos) são recolhidos da caatinga e ficam na parcela individual/familiar (na “manga”⁵²), ou amarrados nas proximidades do engenho e da casa de morada sob as frondosas árvores aproveitando-se das suas sombras. Permanecem sob constantes cuidados dos seus donos, os quais lhes dão de comer, de beber e, ao longo do dia, os removem para outras sombras que se apresentem mais aconchegantes.

Após o término da moagem, esses animais são soltos na caatinga, porém os bovinos serão aprisionados quando do afloramento da castanheira *Terminalia catappa* L. (Combretaceae) (planta da caatinga, cuja flor, se consumidas pelos animais, intoxica-os), nos meses de setembro e outubro; são recolhidos ainda quando das necessidades esporádicas, durante o ano, ou quando dos períodos de longas estiagens permanecem nos brejos, quando se alimentam do bagaço da cana-de-açúcar (conservado para esta finalidade) ou outros gêneros produzidos no brejo (palha de milho, arroz etc.)

Os proprietários de maior rebanho, de modo geral, removem-os para as áreas de beira-rio (São Francisco), onde permanecem nas pastagens alugadas, contando, ainda, com os serviços dos vaqueiros que cuidam do gado sob regime de “quarteação” (de cada quatro bezerros que nascem um destina-se ao vaqueiro como pagamento dos seus serviços).

Os bois-de-carro ou “de-engenho” geralmente são empregados no trabalho da moagem da cana puxando as almanjarras do engenho; no arraste de couro carregado de areia para o aterramento do brejo⁵³ ou de “estrumo” para a adubagem

⁵² Pequeno cercado na área do brejo onde cultivam o pasto para alimento dos animais.

⁵³ Uma técnica de transporte da areia ou adubo da vertente imediata para o brejo. Estendem um couro no chão e fazem sobre uma carga de areia a qual é puxada por uma junta (dupla) de boi.

das covas de cana quando do plantio; e eventualmente no transporte de madeira para a construção das casas, dos equipamentos de trabalho (peças do engenho) e utensílios das casas industriais da farinha, rapadura e cachaça.

Cabe aos “videntes” (burros e jumentos) realizarem o transporte, sendo que, os burros geralmente são empregados no deslocamento de cargas por maiores distâncias - lenha da caatinga e produtos para o comércio na cidade, por exemplo; os jumentos, são empregados, de modo geral, em transportes na parcela ou inter-parcelas de produtos como a mandioca ou cana-de-açúcar da roça para a unidade industrial. Vale ressaltar que tanto o jumento quanto o burro não estão isentos de realizarem ambos os trabalhos, isto a depender do caso, pois nem todos os agricultores têm à sua disposição a tropa em quantidade suficiente para as referidas tarefas (fotos 36 e 37).

Foto 36 - O trabalho dos videntes: bois-de-engenho na moagem da cana - Cabeceira do São Gonçalo, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Os animais de montaria (transporte de pessoal) permanecem por maior tempo amarrados nos arredores da casa ou aprisionados na “manga”.

Nos Brejos em que os camponeses praticam atividades agrícolas em parcelas distintas, tal como nos baixios (caso mais comum nas comunidades da Cabeceira de São Gonçalo e Brejo do Saco) ou sopé, alto da Serra do Estreito e

baixios (caso da comunidade da Umburana), o uso da força animal se faz de forma mais constante, não se restringindo apenas à época da moagem. Nestes casos, os animais são empregados para o transporte de pessoas, equipamentos de trabalho, suprimentos à produção e dos produtos colhidos.

Foto 37 - O trabalho do “vidente”: jumento no transporte da lenha – Brejo Umburana, Barra-BA

Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Cabe diferenciarmos duas categorias de animais criados pelos brejeiros, conforme sua contribuição para a reprodução do seu modo de vida. Distinguem-se assim, os animais cuja força de trabalho é empregada na produção (os bois de engenho, burros e jumentos) e aqueles que o brejeiro os mantém como “poupança” a ser utilizada quando da necessidade da aquisição de outra parcela, geralmente em função do casamento de filhos e de necessidades imprevistas, tal como casos de doença, anos de colheita reduzida e ainda como evidenciada na comunidade de Cabeceira de São Gonçalo, na compra de outra parcela para evitar que pessoas de fora da comunidade a comprasse. Justificando assim, tal esforço, para garantia da preservação da comunidade. Esta iniciativa costuma ser tomada por aqueles integrantes da comunidade, geralmente os mais antigos e/ou possuidores de maior rebanho, representando ainda uma estratégia de defesa da comunidade para

manter-se preservada impedindo assim que estranhos dotados de outros valores comprometam sua reprodução⁵⁴.

Tradicionalmente, os criatórios cumprem importantes funções quando das festas comunitárias. Nestes eventos é de costume abater animais, geralmente galinhas, porcos, cabritos e gado bovino para o consumo da comunidade reunida. E mesmo como iniciativa individual a carne do gado abatido era (e em menor proporção ainda é) compartilhada com os vizinhos.

Como parte das mudanças que vem ocorrendo nas comunidades, se observa, no entanto, que estas práticas vêm se tornando raras, de forma que, freqüentemente, o abatimento se realiza para comércio, tornando-se assim, negócio para alguns membros da comunidade que criam e/ou compram animais visando a venda da carne à granel, beneficiando-se da maior monetarização na comunidade. Mesmo nas festas, agora ocorre do gado ser comprado por alguém de fora da comunidade, geralmente políticos, e doados para ser consumido durante os festejos; prática esta que favorece a abertura de um canal de relações verticais com sujeitos não integrantes da comunidade, podendo implicar no aumento da subordinação da comunidade camponesa à sociedade ampla.

Vale ressaltar também que a atividade pecuária, mesmo em pequena escala, vem ganhando importância na economia brejeira, apresentando, portanto, a tendência em tornar-se única ramo para alguns. Dentre outras causas, apontamos o alto índice de migração dos braços integrantes da família para os centros urbanos. Na insuficiência de braços para a atividade agrícola tradicional, aqueles que permanecem na parcela (geralmente o chefe de família e um ou dois filhos) beneficiados pelas aposentadorias dos idosos e programas sociais passam a aplicar uma quantidade menor de trabalho na parcela, substituindo parte da atividade agrícola pela pecuária. Nestes casos, muitas vezes soltam o rebanho também na área individual-familiar e a lavoura da cana destinar-se-á para a alimentação do

⁵⁴ Esta constatação em muito coaduna com o expresso em um relatório da U.F. de Viçosa, citado por WOORTMANN (1981, p.169-170) onde se lê: "mesmo junto aos produtores de baixa renda (inclusive vários arrendatários e proprietários com área inferior a 5ha) (...) observa-se que o maior acréscimo de renda deve-se à existência de alguma (s) rês (es) nas unidade de produção. Se a palma forrageira pode ser considerada o seguro da pecuária, pode-se afirmar que a cabeça de gado é o cheque-ouro do pequeno e médio produtor. O ganho é garantido, num curto espaço de tempo, sem muito risco de desvalorização. Caso ocorra uma severa frustração da safra, sempre se pode vender uma rês, mesmo se, em anos de seca, a transação comercial se apresente menos compensatória. Por outro lado, vários pequenos produtores entrevistados confirmaram que o fato de terem criado umas poucas cabeças de gado permitiu-lhes a compra de novas áreas de terra" (CF. U.F. de Viçosa, 1981:11)."

gado. Surge, desse modo, uma tendência à especialização das atividades dos brejeiros nas suas parcelas, tanto da parte daqueles que optam pela pecuária, quanto dos que mantêm a atividade agrícola – mandioca para a produção de farinha; cana-de-açúcar e derivados; ou manga e caju almejando outros recursos técnicos constantes das expectativas inculcados pelos órgãos desenvolvimentistas.

Quanto à quantidade de bovinos apossados pela unidade familiar de produção brejeira o número varia, mas de modo geral não constitui uma grande diferenciação entre os mais e os menos apossados. São poucos aqueles que não dispõem de alguma cabeça de gado bovino. Nestes casos, geralmente possuem outras criações, tal como suínos, aves (geralmente galinhas), jumentos, cabritos (pouco comum em função das dificuldades de impedir o acesso aos cultivos) geralmente amarrados nos brejos.

Entre os proprietários de bovinos o número varia em torno de uma cabeça até 40 por proprietários, não excluindo, entretanto, os casos raros daqueles considerados fazendeiros que dispõem de posses até bem maiores. No último caso, geralmente estabelecem relações de subordinação (entre desiguais - verticais) com os demais membros das comunidades, assunto este que escapa ao recorte que estabelecemos na nossa pesquisa.

O brejeiro e sua ambiência: seu modo de vida

A ocupação do vale do São Francisco pelos colonizadores deu-se a partir da pecuária que até meados do século XX foi a principal atividade desenvolvida na região. Após sua decadência, muitas daquelas terras foram abandonadas pelos fazendeiros e ali continuaram os trabalhadores das antigas fazendas beneficiando-se da pesca no Rio São Francisco e desenvolvendo a agricultura de vazante para subsistência. Na medida em que a população foi crescendo, outros espaços afastados da beira do rio foram ocupados e, particularmente no caso em estudo, estas populações ao longo do tempo foram apropriando-se das condições favoráveis à ocupação naqueles “oásis” também chamados de brejos.

No que diz respeito às características espaciais das localidades onde habitam os brejeiros, destacamos como principal diferencial a formação Paleodunas, constituída de imensos bancos de areia recortados por cursos d'água originários da drenagem da Serra do Estreito, os quais oferecem nas suas margens uma estreita faixa de solo úmido e fértil. Destaca-se nessa área como principal curso d'água, o Rio Icatu, cujas margens, suas e de seus afluentes, propiciaram o avanço para o oeste das margens do grande rio, das gentes trabalhadoras das antigas fazendas de gado que ali se instalaram desde os primórdios da ocupação do território brasileiro.

A partir das características dos espaços e da organização social engendrada por aquelas populações em suas localidades com vistas à obtenção dos meios de vida, pela via do trabalho nas condições objetivas de reprodução, consideramos relevante para o estudo das comunidades brejeiras, adotarmos *propriedade* e *trabalho* como as categorias de análise, na concepção de Marx apresentada na obra: “Formações Econômicas Pré-capitalistas”⁵⁵.

A aplicabilidade desses conceitos ao estudo das centenárias comunidades brejeiras se faz relevante a partir da maneira que engendram seu modo próprio de interação imediata com o ambiente do ecossistema das Paleodunas em inexpressivo contanto com a sociedade ampla, constituindo o que podemos chamar de *modo de vida brejeiro*.

Este ambiente é constituído pelas formações vegetais das caatingas, em grande maioria, e dos estreitos e importantes brejos, muito semelhante às veredas

⁵⁵ MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

comuns no bioma dos cerrados. Para se chegar nessas “ilhas úmidas” que mancham de verde a paisagem monótona das caatingas há que transpor as trilhas de areia pesada e quente (foto 38) por sucessivas léguas.

Só depois nos deparamos com exuberantes buritizais que se exibem e nos convidam a uma parada para beber água fresca, descansar nas sombras das imensas mangueiras e prosear com o brejeiro acolhedor.

A partir do quadro natural e das formas de interação com o ambiente, engendradas pelas comunidades, adotamos a noção de *modo de vida*⁵⁶, que confere às bases naturais grande relevância, indicando um ponto fundamental para desenvolvermos o estudo das comunidades tradicionais em questão. Vemos que, na relação imediata com as condições naturais encontradas os ocupantes se valeram de técnicas, muitas delas elaboradas por eles próprios para o avanço e sobrevivência naquelas localidades. Isto influiu de forma relevante no modo de reprodução da sua existência. Não menos relevante, nesse sentido, são as condições das vias de acesso e a longa distância que se encontram em relação à sede do município. Este fator certamente influi de forma significativa no grau de contato e de auto-suficiência dos agrupamentos comunitários de modo a contribuir para engendrarem o seu próprio modo de vida.

⁵⁶ “O modo pelo qual os homens produzem seus meios de subsistência depende, antes de tudo, da natureza dos meios que eles encontram e têm de reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado, simplesmente, como a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definida de atividade destes indivíduos, uma forma definida de expressarem suas vidas, um definido modo de vida deles. Assim como os indivíduos expressam suas vidas, assim eles são. E o que eles são, portanto, coincide com sua produção, tanto como que produzem quanto como o como produzem. A natureza dos indivíduos, portanto, depende das condições materiais determinantes de sua produção.” Grifo nosso. (MARX, 1991, p.113).

Foto 38 - A caminho dos brejos, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Ressaltamos, portanto, a interação direta dos membros das comunidades com o brejo e os espaços suplementares, por exemplo: a vertente imediata ao brejo onde moram e instalam-se as oficinas de processamento da cana-de-açúcar e mandioca; a “caatinga” em suas diferentes feições tais como a “chapada” e os “baixios”; no caso da comunidade de Umburana e do entorno, acrescenta-se o “pé da serra” (sopé) e a “serra” (alto da Serra do Estreito) onde cultivam produtos alimentícios para o sustento familiar e comércio, principalmente a farinha de mandioca; e, com importância menor (se restringindo àqueles mais apossados, proprietários de maior rebanho), as pastagens de beira-rio para onde deslocam seu gado nos períodos de estiagens, evitando perdas, pois, nesse caso, o alimento de origem brejeira (palha de cana) é insuficiente.

A partir destas premissas, entendemos que as condições naturais encontradas naquelas localidades proporcionam não apenas um modo de produção, um jeito de se reproduzir, mas também um jeito próprio de ser no mundo. Culminando com o que podemos chamar de identidade brejeira, fundada numa cultura deles e a partir do seu modo de vida de *ser* camponês brejeiro, conforme sua cultura, suas relações de existência enquanto grupo social constituído ao longo da

sua história de relações inter-indivíduos na comunidade com as condições objetivas de reprodução desta – a natureza – e com a sociedade ampla.

Vemos, portanto, que as condições naturais locais propiciaram uma forma específica de ocupação a qual funda o que noutro momento do trabalho, denominamos de espacialidade do brejeiro nos referindo assim, aos espaços daquelas localidades que os sujeitos sociais recorrem a fim de adquirirem junto à natureza, os seus meios de subsistência. Entendemos, assim, que a sobrevivência dos brejeiros, naquelas condições dadas, está condicionada às práticas por eles engendradas de recorrer às riquezas naturais presentes nas diferentes formações que constituem o conjunto formador do ecossistema das Paleodunas.

Há indícios, porém, de que mudanças na forma de interação numa dessas formações naturais culminam na rearticulação ou mesmo desarticulação do seu modo de vida, resultando assim, em mudanças na sua forma de propriedade, no seu trabalho ou sentidos destes culminando numa recriação da forma tradicional de propriedade, e que podem comprometer a reprodução daquelas comunidades em seus lugares.

No âmbito das forças produtivas muitas alterações já se apresentam nas comunidades. Lembramos as ocorridas em função da intervenção dos órgãos governamentais de desenvolvimento, marcadamente na produção, nos tempos e espaços em função dos serviços de transporte e comunicação oferecidos. Em função disto, outras espacialidades vêm sendo criadas pelos brejeiros, ou por motivo do aumento populacional ou pelo aumento das expectativas de consumo.

Acabam por ampliar a sua área de intervenção na natureza, modificando esta através dos usos sempre maiores, concomitantemente à adoção de outras técnicas na produção, como é o caso do uso de máquinas no cultivo ou mesmo no transporte de produtos e matéria-prima para a produção; alterações nos instrumentos de trabalho: engenhos, alambiques e casas de farinha; e ainda aumento das áreas agricultáveis tal como o avanço das cercas caatinga a dentro, aterramento dos brejos e apropriação individual de áreas tradicionalmente de uso comum (foto 39).

Altera-se também a organização da comunidade com a mudança de sentido das relações de troca, nas manifestações culturais (rezas e festas) e aumento da produção destinada ao comércio.

Foto 39 - O “cercamento”: apropriação individual da área comum. Ao fundo, o Brejo de São Gonçalo, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Trabalho e propriedade: a intervenção e as reorientações de sentidos

No exposto apresentamos nossas motivações para a escolha do vale do São Francisco e mais precisamente das comunidades brejeiras do município de Barra-BA para a realização de nossa pesquisa. Pois nos intriga as concepções hegemônicas de planejamento territorial fundadas numa visão de que a diferença (um jeito de ser que não coaduna com os anseios de viabilidade da reprodução das forças hegemônicas, baseadas na furiosa busca de satisfação da ganância) deva ser suprimida ou inserida de forma subordinada na sua lógica, culminando, deste modo, com o domínio sumário, até a exaustão, das riquezas naturais.

As condições originais de existência, nesta concepção, representam o atraso e devem ser eliminadas ou, quando muito, incluídas de forma subordinada num modelo que chamam de desenvolvido, moderno, urbano, avançado; e numerosos outros adjetivos não são poupados para embelezar aquilo que a ideologia dominante propaga como o único jeito de ser feliz, sem, contudo, explicitar os interesses ocultos.

Esta parte do nosso trabalho destina-se, portanto, à busca do desvendamento do que advém desse contato, das reorientações de sentidos de estar no mundo em decorrência da intervenção, do que se denomina como desenvolvimento, pois corroboramos com Marx na sua afirmativa:

“o que exige explicação não é a *unidade* natural de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto, sua apropriação da natureza; nem isto é o resultado de um processo histórico. O que tem de ser explicado é a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma *separação* somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho-assalariado e o capital” (MARX, 1991, p.82).

O autor sugere que se estude o processo de degradação do homem e das suas condições de vida na metamorfose que culmina com o tornar-se trabalhador-assalariado, aspecto trabalhado por ele n’*O Capital* e desenvolvido por Gaudemar no livro *A mobilidade do trabalho* (1976).

Da mesma forma, partimos do pressuposto que a intervenção que outrora se encontra em estágio inicial visa ao que Marx nos propõe como o que deve ser desvendado. E, no contexto da realidade atual brejeira, mesmo que se mantenha o controle ou a propriedade individual/familiar dos meios de trabalho (a terra e os demais meios de produção, como podemos ver nos projetos direcionados às comunidades brejeiras), entendemos que o resultante do contato do modo de vida tradicional com impulsos modernizantes nas suas diversas versões, visa incluí-los no sistema produtor de mercadorias de forma subordinada; condição esta que não se realizará, senão provocando significativas alterações no seu modo de vida. E disto já temos alguns indícios.

Partindo do princípio de que o modo de vida brejeiro foi delineado a partir das condições naturais ali encontradas e da forma de apropriação por eles historicamente engendradas por meio de seu trabalho, consideramos fundamental para o desenvolvimento do nosso estudo, almejando o desvendamento do processo decorrente da intervenção, adotarmos como esteios da nossa análise o conceito de *trabalho* que, para Marx:

“é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo

tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo das suas forças a seu próprio domínio” (MARX, 1988, p.142-143).

Desse modo, a natureza alterada pelo homem, por meio do seu trabalho, altera-o na medida em que possibilita usos diferentes a partir das alterações já realizadas. E nesses novos usos há outras expectativas que só são possíveis imaginar, ou realizar, a partir da situação que está dada no presente que, por sua vez já possibilita a projeção de outras expectativas e práticas que culminarão noutras alterações. Estamos tratando, portanto, da evolução social dita por (HOBBSAWM, 1991, p.16).

No caso que tratamos em nossa pesquisa, ao enfatizarmos o impulso nesta evolução a partir da intervenção dos órgãos desenvolvimentistas, não desconsideramos a dinâmica evolutiva própria da comunidade fundamentada nos fatores constitutivos do modo de vida tradicional. A ênfase dada justifica-se pelo impulso das transformações e seus respectivos sentidos que, a nosso ver, convergem para a reprodução ampliada do capital – estamos certos de que, para a comunidade, isto representa a diminuição ou perda da sua autonomia resultante da expropriação das condições objetivas de sua reprodução e da sua mutilação no processo de trabalho, na medida em que se insere num processo alienado no qual a propriedade das condições objetivas de realização não lhes pertence, e desta forma os destinos e sentidos do produto do seu trabalho fogem do seu controle.

Não menos relevante para a análise que fazemos do objeto em estudo é a questão da propriedade. E adotamos como direcionamento para nossa pesquisa a noção marxista, a qual parte das condições originais de organização social (a tribal) e a considera um atributo imanente à existência do ser humano, uma condição para realização do trabalho:

“uma relação do sujeito atuante (produtor) (ou um sujeito que reproduz a si mesmo) com as condições de sua produção ou reprodução como suas, próprias. Portanto, conforme as condições de produção, a propriedade terá formas diferentes. O objeto da produção, em si, é reproduzir o produtor em e simultaneamente com aquelas condições objetivas de sua existência. Seu comportamento como proprietário – que não é o resultado mas a condição prévia do trabalho, ou seja, da produção – toma a existência específica do indivíduo como parte de uma entidade tribal ou comunal (da qual ele próprio é, até certo ponto, propriedade)” (MARX, 1991, p. 90).

Assim, cabe àquele que trabalha a decisão sobre os elementos da natureza nos quais lançou a sua capacidade de trabalho. Estamos falando, portanto, na

autonomia de quem trabalha sobre o processo de trabalho. Nestas condições, aquele que trabalha poderá se apropriar e determinar a forma que lhe convier ao produto do trabalho; a forma que achar necessária, o destino e o sentido para si e para os seus.

A referida conceituação marxista de propriedade assume fundamental importância, pois só a partir da propriedade das suas condições objetivas de existência poderá o trabalhador determinar o formato, o destino da sua obra e poderá ter a livre decisão de aplicar seus conhecimentos, patrimônio do grupo social na transformação dos elementos da natureza para a reprodução de si e dos seus, podendo conferir a este, o sentido que considerar importante na elaboração da obra no processo de trabalho. (HOBBSAWM, 1991, p. 16).

No contexto da abordagem que realizamos sobre as transformações que vêm ocorrendo nas comunidades brejeiras, bem como em outras do vale do São Francisco, os conceitos de trabalho e propriedade se inserem metamorfoseando-se do estado apresentado acima à perda de sentido para o trabalhador tal como nos sugere Chauí:

“o capital não pode se acumular nem se reproduzir sem a exploração do trabalho, que é sua fonte, é preciso distinguir duas faces do trabalho, embora tidas como igualmente dignas: de uma lado, o trabalho como expressão de uma vontade livre e dotada de fins próprios, e, de outro lado, o trabalho como relação da máquina corporal com as máquinas sem vida, isto é, com as coisas naturais e fabricadas (isto é, o trabalho *realizado* pelo trabalhador). Ora, essas duas faces do trabalho também estarão divididas em duas figuras diferentes: o lado livre e espiritual do trabalho é o burguês, que determina os fins, enquanto o lado mecânico e corpóreo do trabalho é o trabalhador, simples meio para fins que lhes são estranhos. De um lado a liberdade. De outro, a “necessidade”, isto é, o autômato.” (CHAUÍ, 2003, pp. 18-19).

Percebemos nesses dois conceitos (trabalho e propriedade) uma interdependência, de modo que modificações na forma do primeiro inevitavelmente implicará em alterações no segundo; isso porque são as condições originais dessa forma de interação dos brejeiros com as suas condições naturais de reprodução (baseada na propriedade individual/familiar de parcelas do seu território conjugada a outra área suplementar em que os membros do grupo comunitário se apropriam de forma coletiva) que se constituem como vitais para a reprodução do brejeiro – não apenas a reprodução física, mas também sua reprodução enquanto sujeitos autônomos, dotados de um jeito próprio de ser.

No âmbito dessas comunidades procuramos justamente desvendar os processos recorrentes na atualidade em função da investida desenvolvimentista capitalista: mudanças na propriedade e no processo e sentidos do trabalho. Mudanças essas que resultam em modificações na comunidade quanto à produção, relações de trocas, à sua cultura e nas relações sociais de modo geral.

É justamente este componente do modo como os brejeiros se organizaram para se reproduzirem que vem sendo atacado pelas forças desenvolvimentistas; e como não podia ser diferente é nessa frente que se desponta a resistência da parte das comunidades às imposições das forças modernizantes na recente intensificação do contato com seu modo de vida tradicional.

Essa questão carrega-se de muito significado nesta pesquisa, pois se a investida desenvolvimentista visa intensificar a expropriação e a subordinação na relação dessas comunidades com a sociedade ampla, qual é a resistência apresentada pelos sujeitos sociais envolvidos? Esta foi uma instigante questão que nos perseguiu durante a trajetória percorrida na realização da pesquisa. Outra questão, não menos importante, refere-se ao meio natural de grande fragilidade e como reagiria à investida que vem se mostrando devastadora? Devastação esta que, conforme destacaremos com maior ênfase noutro momento, propõe-se também a eliminar as fontes tradicionais do saber trabalhar, de se organizar em grupos para socializar os frutos do trabalho individual/familiar/comunitário - propondo-se a alterar as técnicas de trabalho. Visam, desta forma, modificações na apropriação, nos sentidos do trabalho e na propriedade das condições objetivas de reprodução rumo à privatização destas. Temos evidências de mudanças nestes sentidos que indicam a reorientação do modo tradicional de vida dos brejeiros em seu chão.

Em função do equipamento do espaço da região dos brejos (como estradas, energia elétrica, serviço de telefonia, apoio técnico dos órgãos do governo como EMBRAPA, EBDA, bancos oficiais) já realizados ou em função das promessas de ampliação, as terras vêm se valorizando e se tornando alvo de interesse de sujeitos “de fora” – da cidade da Barra, dos municípios vizinhos e até mesmo industriais do ramo da siderurgia já vêm comprando terras nas proximidades dos brejos com intuito de explorar a vegetação natural transformando-a em carvão.

Por conseguinte, há que considerarmos o fato dos brejeiros disporem de imensas áreas de terras devolutas livres das quais puderam se apropriar de diferentes formas: propriedade individual/familiar no brejo; propriedade

individual/familiar nas partes rebaixadas ou “baxio” da caatinga; propriedade coletiva na caatinga; no caso das comunidades próximas à Serra do Estreito, a apropriação individual/familiar de áreas no topo da referida serra; e, a organização social comunitária, cuja solidariedade entre seus membros propicia em grande medida a socialização dos frutos do trabalho dos indivíduos.

O que se coloca como questão fundamental para se refletir, é o que advém da pressão intervencionista nas comunidades. Esta visa incluí-las na lógica da produção capitalista, cuja privatização dos meios de produção - da propriedade da terra é uma das características principais, conforme nos adverte Campos:

“enfim, o capitalismo expande-se pelo país, fomentando uma nova feição econômica, social, política, jurídica e cultural. A urbanização é um entre tantos processos da dinâmica social. A terra, tanto no campo quanto na cidade, passa a ter outra noção de valor. O valor comercial se sobrepõe ao seu valor de uso” (CAMPOS, 2000, p. 212).

Acrescenta Kautsky,

“se examinarmos a agricultura moderna, nela observamos dois fatos fundamentais: a *propriedade individual da terra* e o *caráter de mercadoria* que apresentam todos os produtos da lavoura” (KAUTSKY, 1980, p. 76).

Lembramos que, mesmo quando os intervencionistas preconizam nos seus planos a permanência da propriedade da terra aos trabalhadores camponeses, perseguem sua autonomia no processo produtivo, no qual deverão utilizar-se de outras técnicas e saberes. Além disso, o produto do trabalho dever-se-á destinar ao mercado, cuja lógica, geralmente não condiz com o universo de representação do pequeno produtor e, deste modo, não raro são penalizados pelos desajustes entre as *despesas de produção*⁵⁷ (as quais se submetem na nova realidade produtiva), e os preços impostos pela dita lógica a qual geralmente foge à sua compreensão e domínio⁵⁸.

⁵⁷ “é a soma das despesas em dinheiro necessárias à elaboração de uma mercadoria” (KAUTSKY, 1980, p. 81).

⁵⁸ “um camponês agora permanentemente endividado no banco, pressionado pelos encargos fiscais do Estado, esse mesmo Estado que de certa forma intervém no setor no sentido de buscar a sua singularidade; um camponês altamente produtivo, cujo trabalho agrícola torna-se cada vez mais intenso, que inclusive necessita, dependendo do setor, entregar temporariamente parte do processo de trabalho para trabalhadores de empreitada, ou então entregar para os monopólios industriais a última etapa do processo produtivo: a colheita” (OLIVEIRA, 1987, p.54).

As prometidas inovações técnicas para a modernização da agricultura, que nem sempre são de fato colocadas à disposição dos trabalhadores, viabilizariam a produção de um excedente maior que, no caso da produção camponesa transformasse em mercadorias, a qual geralmente o produtor não tem o mínimo controle sobre seu preço na etapa da circulação.

De outro modo, quando as ditas inovações são utilizadas pelo trabalhador que recebe salário visaria ampliar a mais-valia para o empregador. Isto é muito comum quando o camponês migra para outros lugares a fim de assalariar-se, tal como a região de Irecê-BA, onde trabalham nas lavouras de feijão ou mamona, para Barreiras nas lavouras de soja, algodão, milho ou café, ou para os diversos centros urbanos do país. No último caso o capital apropria-se da capacidade de trabalho do trabalhador subsumindo-a, ou seja, transformando-a em mercadoria, e desta forma, o controle sobre o como produzir e do destino do produto do trabalho foge ao trabalhador. Isto não raro, e os casos acima são exemplos cabais, resulta numa degradação das condições de vida dos trabalhadores, cujo destino se encerra nas periferias dos centros urbanos regionais ou nacionais, habitando em suas infundáveis periferias, cuja fragilidade do tecido social é a principal marca.

Todo esse processo coaduna com o conceito marxista de *mobilidade do trabalho*⁵⁹, desenvolvido com muita propriedade por Gaudemar (1976). Para ele a capacidade de trabalho se metamorfoseia em mercadoria e culmina na mudança de seu sentido. Daquela situação em que o indivíduo empregava sua capacidade de trabalho nas condições objetivas de sua realização para reproduzir a comunidade, passa a destinar-se à reprodução do capital. Mudança esta que se realiza concomitante ao aumento de liberdade que adquire o trabalhador e sua capacidade de trabalho ao se distanciar da comunidade, resultando na transformação do significado e sentido do trabalho - do lançamento das capacidades físicas e mentais nas condições objetivas de sua realização para a reprodução do indivíduo e dos seus, da comunidade, adquire o sentido de mercadoria, de coisa a ser trocada por outra, o dinheiro, e reproduzir algo que é estranho ao modo de vida tradicional, o capital.

⁵⁹ “a condição de exercício da sua “liberdade” de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital” (GAUDEMAR, 1976, p. 190).

A mudança, no âmbito da *força de trabalho*⁶⁰, consiste, portanto, nesse processo que a envolve e isto não raro culmina no esfacelamento da comunidade a qual sofre modificações de modo a distanciar-se das suas características originais.

“A troca das mercadorias começa onde terminam as comunidades, mas nos seus pontos de contato com as comunidades estranhas ou com os membros destas últimas comunidades. Uma vez que as coisas se tornam mercadorias na vida comum com o exterior, tornam-se igualmente, por repercussão, mercadorias na vida comum interna” (GAUDEMAR, 1976, pp. 201-202)

A interferência de um elemento nas relações de troca, até então munidas do sentido de *ajuda* e que muitas vezes tem a *reciprocidade* como linguagem (WOORTMAN, 1990, p. 29), é de fundamental importância no processo de mudança a que se submete a comunidade camponesa ao ser incluída na lógica da produção de mercadorias voltadas aos mercados internos e externos a seu meio. Este elemento é o dinheiro⁶¹.

Só a posse da mercadoria dinheiro nas mãos de algum sujeito envolvido com a comunidade poderá proporcionar a expectativa deste em se apropriar de uma outra mercadoria (*força de trabalho* assim transformada⁶²), a qual, sendo aplicada nessas condições no processo de trabalho, produzirá capital⁶³. O emprego deste mediador nas relações de troca, tanto de objetos quanto de trabalho (substituindo, portanto, os sentidos costumeiros), implica numa resignificação das relações sociais de forma a alterar os laços de ligação entre os membros da comunidade tradicionalmente entendidos como *ajuda*.

A introdução do dinheiro nas relações de troca inaugura novos significados para os elementos que costumeiramente alicerçam a vida social em comunidade, tal

⁶⁰ “a mercadoria que um homem ‘possui’ ou ainda ‘o conjunto de faculdades psíquicas, físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem, na sua personalidade viva, e que ele tem de por em movimento para produzir coisas úteis” (GAUDEMAR, 1976, pp.188,189).

⁶¹ “o dinheiro, quando passa a permear as relações entre as pessoas, subverte a existência, altera a existência, tira das mãos das pessoas o controle da sua vida, tira o controle das suas opções, tira o direito de optar, tira a liberdade, fundamentalmente” (MARTINS, 1995, p.133).

⁶² “A transformação do dinheiro – o qual é apenas forma modificada da mercadoria – em capital só se faz quando a força de trabalho se transformou em mercadoria para o próprio trabalhador; ou seja, quando a categoria de comércio de mercadoria já se apoderou de uma esfera que antes estava excluída dela, ou só excluída esporadicamente.” (MARX, 1978)

⁶³ Nas comunidades em estudos isto é exemplificado de forma mais primorosa nos casos de privatização da propriedade da terra por sujeitos de fora da comunidade. Estes as destinam à produção comercial por meio da exploração da força de trabalho dos integrantes das comunidades vizinhas, geralmente com pagamento de diárias em dinheiro (8 a 10 reais, valores de julho de 2005). Importante ressaltar que, nos casos que tivemos conhecimento, estes empreendimentos são administrados por terceiros e os proprietários moram em outros municípios.

como o trabalho, a propriedade, a terra e a família (nas suas amplitudes variadas), pois a mercadorização da força de trabalho coincide com a liberdade daquele que a detém, desobrigando-se da função que tradicionalmente teve o seu trabalho – garantir a reprodução do grupo familiar e, por extensão, da comunidade.

Na nova situação, dotado da liberdade em relação ao grupo, este se transforma em proprietário de uma mercadoria apenas (sua força de trabalho) a ser lançada para a troca no mercado de trabalho e aplicada na propriedade privada pertencente a outrem, o detentor do capital ou meio de produção. Da mobilidade da primeira situação à segunda, na qual o trabalhador se torna livre para vender no mercado a sua mercadoria (força de trabalho) Gaudemar atribui um sentido positivo, na medida em que:

“a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade; o trabalhador é então considerado actor da sua própria liberdade.” (GAUDEMAR, 1976, pp. 189-190)

Nesta situação, entretanto, o trabalhador é conduzido à condição de expropriado dos meios de produção de sua existência (terra e/ou instrumentos de trabalho) obrigando-se, portanto, a submeter-se a uma situação de insegurança, pois só pode garantir a sua subsistência na medida em que se depara com aquele detentor dos meios de trabalho disposto a comprar a sua mercadoria (força de trabalho) para empregá-la na produção. Deste modo, acha-se o trabalhador livre (desenraizado das condições originais da comunidade tradicional) para se deslocar portando a sua mercadoria (força de trabalho) até onde haja capital que a compre. A estas condições de total dependência do trabalhador àquele que detém a propriedade dos meios de produção Gaudemar chama de liberdade negativa:

“o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre. A ‘liberdade de trabalho’ encontra-se totalmente definida nesta dupla determinação: o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender” (GAUDEMAR, 1976, p. 190).

No vale do São Francisco, nas várias localidades conhecidas por nós em que a intervenção desenvolvimentista estatal vem se realizando, vemos que são estes os propósitos, a saber, criar as condições para os capitalistas se apropriarem do produto do trabalho das comunidades ou transformar a própria força de trabalho

dos seus membros em mercadoria. Para tanto prometem às comunidades o acesso às técnicas e aos conhecimentos “mais avançados” os quais serão aplicados no processo de trabalho em suas propriedades (quando não expropriados).

Nesta situação o trabalho tornar-se-á mais produtivo e proporcionará a geração de maior excedente a ser lançado no mercado cujo funcionamento foge à compreensão dos camponeses. E deste modo se processa a perda das suas tradições, dos seus saberes desenvolvidos ao longo dos tempos em que ali estiveram à revelia dos ditos benefícios que o Estado, através dos seus órgãos e agentes, se diz no dever de oferecer-lhes para lhes tirar da “pobreza”⁶⁴, do “atraso”, do “isolamento” e “resgatar a sua cidadania”. Trata-se, portanto, de um falso problema criado para justificar a intervenção que, conforme vimos, visa ceifar a autonomia das comunidades na sua relação com as condições de reprodução de forma a viabilizar a usurpação do trabalho ou das condições de realização deste para os detentores do capital.

Uma questão que vale destacar diz respeito à forma que essas atenções do Estado chegam às comunidades camponesas, geralmente de maneira incompleta em relação ao que prometem, alimentando grandes expectativas nos sujeitos os quais, a partir de então, reorientam seus anseios e passam a reivindicar as ditas assistências - técnica, financeira, comercial (constantes do pacote técnico). Mas, quando estas reivindicações são minimamente atendidas, dada a subordinação na qual se inserem no mercado, não conseguem arcar com os custos implicados, e não raro endividam-se, restando apenas a venda da terra, o patrimônio secular da família para saldar os débitos.

É neste sentido que fazemos nossa crítica à técnica, em grande parte motivada pelo que constatamos - relação dos seus avanços com as demandas do sistema capitalista que, no nosso ver, visam intensificar a exploração e, conforme queremos demonstrar no caso em estudo, a expropriação do acesso de quem trabalha aos seus meios de vida.

Os benefícios econômicos (considerados de grande importância pelo modelo de sociedade vigente) são absorvidos pelo grande capital na sua fúria pela reprodução ampliada. Isto tem ocorrido em função da exploração sempre maior do

⁶⁴ “Pobreza para o posseiro, em geral, é não ter o que comer, não é o dinheiro. O dinheiro não é o definidor de pobreza ou riqueza. O que define a boa ou má vida, a boa ou má existência, é a fartura, se tem ou não se tem fartura, se tem ou não se tem o que comer, na medida em que as pessoas são capazes de dar conta de uma grande parte das suas necessidades” (MARTINS, 1995, p.131).

trabalhador, inclusive intensificada a partir da intromissão da técnica no processo de trabalho. Àquele que historicamente vive do trabalho, resta a relação de trabalho na qual se insere de forma subordinada, obrigado a se submeter por não restar outra alternativa para garantir a sua reprodução:

“não deve, (o trabalhador) ter qualquer outra mercadoria para vender; deve ser, por assim dizer, livre de tudo, completamente desprovido das coisas necessárias à realização da sua força de trabalho” (GAUDEMAR, 1976, p. 189).

Portanto, pode-se dizer que tal processo resulta da separação que se realiza entre aquele que trabalha e a propriedade dos meios de trabalho e das condições objetivas de reprodução (a natureza). Isto ocorre com grande frequência concomitante ao desenvolvimento do processo de expropriação, ou seja, com o rompimento da relação trabalho-propriedade e ao que se costuma chamar de emancipação em relação à natureza, a partir da utilização de técnicas sempre mais avançadas no processo de trabalho, propondo-se, pelo menos no discurso, a “libertação” do trabalhador da fadiga da relação direta com a natureza, do “sofrimento”.

As comunidades brejeiras e as formas de socialização dos meios de vida

Designamos a parte que segue para tratarmos dos atributos da organização comunitária dos camponeses brejeiros. Ressaltamos, todavia, o alto grau de preservação da sua organização social comunitária à qual atribuímos grande relevância à situação na formação das Paleodunas. Estas são constituídas das várias feições naturais (caatinga, brejo, baixio, Serra do Estreito) apropriadas pelos agrupamentos comunitários de forma diversa para obtenção dos seus meios de vida; e, dado os laços que os unem (parentesco, compadrio, vizinhança), as relações de trocas ou socializações do que extraem da natureza ou produzem, em graus diferentes conforme a comunidade são providas pelo princípio do bem comum.

Disto resulta que, na comunidade, não apenas os meios de produção, terra e instrumentos de trabalho em grande parte são de propriedade comum, mas também a força de trabalho dos indivíduos não lhe pertence isoladamente; por meio da

solidariedade comunitária “seu propósito é a manutenção do proprietário individual e sua família, bem como da comunidade como um todo” (MARX, 1991, p. 66).

Deste modo o que é transmitido aos descendentes: os saberes, o espaço da comunidade e seus equipamentos é trabalho herdado dos antepassados. Este trabalho, materializado nos meios de trabalho e benfeitorias em geral, assim como o conhecimento que fundamenta seu exercício, é de forma muito sábia reconhecida pelos presentes como propriedades dos antigos. Um jovem da comunidade da Cabeceira de São Gonçalo, questionado sobre os pertencentes às terras onde assenta a comunidade, foi repentino na resposta afirmando: “*é dos avós... é dos velhos*”. Estes transmitiram às gerações presentes o pedaço de chão, seu trabalho materializado no que ali foi construído. Os alimentos ali produzidos foram e são compartilhados, assim como os conhecimentos utilizados nas práticas produtivas e culturais são transmitidos de geração em geração, socializados para o grupo.

Na comunidade seus membros assim se reconhecem, na medida em que são proprietários das condições objetivas de reprodução, porém, não separada do ato do trabalho. Ou seja, o indivíduo só é dono das condições objetivas de trabalho por intermédio do ato do trabalho⁶⁵; dito de outra forma: a pré-condição para ser reconhecido como proprietário no meio comunitário é a concomitante disposição ao trabalho.

Nas comunidades que estudamos, são notadamente duas as formas de propriedade. A parte de solo úmido e fértil que margeia o riacho e a vertente imediata a esta, onde se instalam as casas de moradas e as oficinas é reconhecida como propriedade individual/familiar. A outra parte, após a cerca que separa a referida área da *caatinga* é apropriada de forma coletiva, é de uso comum, “*é de todos*”. Assim reconhecido pelos brejeiros, cuja forma de propriedade parece coadunar-se com as denominado terras de uso comum assim caracterizada por Campos:

⁶⁵ “A terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos de trabalho como a localização, a *base* da comunidade. As relações do homem com a terra são ingênuas: eles se consideram como seus *proprietários comunais*, ou sejam membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo. Somente na medida em que o indivíduo for membro de uma comunidade como esta – literal e figuradamente – é que se considerará um proprietário ou *possessor* (possuidor). Na realidade, a *apropriação* pelo processo de trabalho dá-se sob estas *pré-condições* que não são *produto* do trabalho, mas parecem ser seus pressupostos naturais ou *divinos*.” (MARX, 1991, p.67).

“Em termos gerais, a *terra de uso comum* tem características associadas a uma *terra do povo* – uma terra que *é de todos*. No entanto não se constitui numa terra que *pertence ao povo*, no sentido de haver a propriedade coletiva de um grupo, uma comunidade, ou várias comunidades em conjunto. Trata-se de uso comum de determinados espaços por inúmeros proprietários individuais independentes, servindo-lhes como um “*suplemento*”; sendo, do mesmo modo, utilizado por pessoas ou grupos de não proprietários. Neste último caso contudo, a noção de *suplemento* desaparece, pois aquela terra passa a ser a única que encontram com condições de usufruir” (CAMPOS, 2000, p. 7).

Nas comunidades em estudo é sobretudo nesta área que costumeiramente realizam os criatórios soltos, a caça, a coleta de frutos e madeira – lenha para os fornos dos alambiques ou do fabrico de rapadura, assim como para construção de moradias, cercas e instrumentos de trabalho de modo geral. Ainda na *caatinga*, nas partes rebaixadas denominadas localmente de *baixios* (onde o lençol freático se aproxima da superfície e a maior umidade propiciou a formação de solos encoberto por uma vegetação mais farta), praticam a agricultura que se complementa à do brejo. Nestas áreas a apropriação também é individual/familiar⁶⁶ e são cercadas para proteger os plantios dos animais e delas se tornaram donos aqueles que “chegaram primeiro” e a desmataram, podendo ser transferidas a outrem pela venda.

É nesse sentido que cabe a relativização do que se classifica como individual/familiar ou coletivo, pois, nas áreas de uso comum, quando apropriada pela atividade agrícola, partes dessa podem ser apropriadas de forma individual/familiar. Ao passo que na parcela onde é reconhecida a propriedade individual/familiar, no brejo, não é rara a socialização dos meios de trabalho tal como engenhos, casas de farinhas e animais de carga e tração (cavalos, burros e bois de engenho) àqueles membros da comunidade “vizim” providos de menor posse; e mesmo os gêneros alimentícios não raro são socializados entre membros do grupo familiar (filho(a), genro/nora, neto) ou para aquele “vizim”, podendo ser ou não parente, e que esteja passando por “fraqueza”, esteja “necessitado”, conforme nos indica as falas dos moradores da comunidade de Umburana:

⁶⁶ No contexto das comunidades brejeiras há que relativizarmos a dimensão do que reconhece como família. Pois a depender do caso, trata-se da família de “procriação” constituída daquele grupo formado pelos residentes na casa principal (ou *casa tronco*) e demais do entorno imediato, onde moram geralmente os filhos casados com suas respectivas esposas e filhos. Quando nos referimos à propriedade adotamos a nomenclatura *individual/familiar* em função dos fortes laços de solidariedades, os quais contribuem para as trocas de *ajudas* recíprocas entre uma dimensão maior da família (netos, sobrinhos, primos de vários graus, etc), que em comunidade como a da Cabeceira de São Gonçalo abarca a quase totalidade dos membros da comunidade. E, em função disto, julgamos crucial relativizar o que num primeiro momento se denomina de propriedade individual. Pois os produtos do trabalho realizados em qualquer dos espaços brejeiros, a depender das circunstâncias, são socializados entre seus membros.

Enoque: vai oferecer a farinha, a rapadura o feijão, só que não é direto, por que, passar mal...

Gregório: todo mundo passa mesmo.

Gregório: aqui, acolá, agente dá uma escorinha, porque não pode dar escora grande, que ninguém tem condições né? Mas quem pode mais ajuda. É os poquim. Poquim pra um, poquim pra outro, porque...

As propriedades individuais/familiares nos brejos

Observamos na propriedade individual/familiar da terra uma importante correlação com o dito sobre os rebanhos. São raros os casos daqueles que não a tem. A estes, de modo geral, é garantido o acesso à casa de morada cedida por algum proprietário de terra; conseguem os meios de subsistência geralmente por meio do trabalho em parcerias e naquelas comunidades onde a monetarização já se faz mais presente (como São Gonçalo, Brejos do Saco e região), também na realização de trabalho como diaristas ou mesmo assalariados mensais (poucos casos). No último caso, geralmente os jovens se dispõem a esta relação de trabalho.

Quanto às propriedades individuais/familiares, estas abrangem a área compreendida pelo brejo e uma faixa paralela na vertente próxima (onde situam a casa de morada e as oficinas, centro comunitário, postos de saúde e escola).

As dimensões são estabelecidas a partir da medição por braças⁶⁷ em linha reta seguindo o riacho. Esta dimensão é projetada em paralelo até a cerca que separa o conjunto brejo/vertente da área de criatórios soltos (caatinga). De modo geral, as propriedades variam de 6 a 40 braças. Temos, assim, a variação de área também em função das dimensões da área úmida (geralmente de 50 a 250 metros) e do quanto a comunidade usa a área de vertente ou, por iniciativa própria alguns adentraram a caatinga (variando assim, de cerca de 70 a 500 metros). Estes fatores são relevantes, pois aquelas comunidades situadas nas cabeceiras dos riachos ou em trechos que o vale é mais entalhado, as parcelas individuais familiares tendem a serem menores. Ao passo que, as situadas onde a planície de inundação é mais extensa, geralmente as parcelas agricultáveis do brejo, são maiores. Nestes casos os membros das comunidades recorrem com menor frequência a outros espaços (baixios) para a prática da agricultura (o caso da comunidade de São Gonçalo).

⁶⁷ Medida de comprimento equivalente a 10 palmos, ou seja, 2,2m.

Outro fator a considerar é a densidade populacional dos ocupantes do brejo. Das comunidades que estudamos com maior profundidade, a Cabeceira de São Gonçalo, apesar de situar-se nas proximidades da nascente do riacho, apenas uma margem, por um longo trecho, se encontra ocupada por moradias. Sendo assim, as propriedades abarcam toda a planície.

Ao passo que, a comunidade da Umburana e as vizinhas São José e Camaçari, mesmo encontrando-se na cabeceira do riacho, tem suas duas margens ocupadas por moradias e apropriadas separadamente. Isto influi na exigüidade das parcelas e, conseqüentemente, na procura de outros espaços pelos agricultores para exploração (baixios, sopé e alto da Serra do Estreito).

Não desconsiderando, entretanto, o recente aumento das expectativas de consumo, contribuindo para a ampliação de suas espacialidades. No caso da Cabeceira de São Gonçalo, esta investida se realiza na exploração das áreas rebaixadas acima da nascente. E na comunidade de São Gonçalo, no intenso avanço das propriedades individuais/familiares nas áreas de uso comum.

O Brejo do Saco apresenta uma particularidade importante. Este brejo constitui-se de uma lagoa, sendo ocupado pela população as áreas úmidas no seu entorno. Em função desta conformação, a medida da propriedade realiza-se no limite externo da área úmida e estreita-se na media que avança rumo ao centro da lagoa. Em função da recente diminuição do volume de água da lagoa, as áreas externas vão se tornando impróprias para a prática agrícola (em função da diminuição da umidade e do aterramento por material erodido das áreas desmatadas de caatinga em ampliação) e outras são ocupadas em direção ao centro da lagoa conforme a água recua.

Temos, portanto, exposta uma breve noção da apropriação dos espaços brejeiros conforme suas peculiaridades naturais e em consonância com as mudanças dos aspectos sociais que envolvem as comunidades.

As parcerias: terra e instrumentos de trabalho

Há ainda que nos referirmos às formas de parcerias, que em grande parte implica numa forma de socialização do meio de produção (a terra) e dos instrumentos e produtos do trabalho. Pois, apesar de grande maioria dos membros das comunidades terem seu pedaço de terra para trabalhar, há casos daqueles cujo tamanho da propriedade é insuficiente para seu trabalho ou do grupo familiar, ou ainda, mesmo sendo raro, daqueles que não têm terra. O mesmo ocorre quanto aos instrumentos de trabalho que, apesar de tratar-se de comunidades camponesas cuja diferenciação entre seus membros até o presente é pouco expressiva, constata-se no meio social aqueles mais apossados, cabendo ressaltar, contudo, que de modo geral não caracteriza, por esta situação, relações de exploração entre as partes envolvidas nas parcerias, ou seja, não são movidas exclusivamente pela obtenção do lucro.

Observamos que, a partir destas relações, os meios de trabalho se tornam acessíveis a todos e a comunidade se reproduz em considerável nível de eqüidade; muito embora atualmente constatamos também algumas mudanças, sobretudo nos casos de privatização das terras e daqueles comerciantes mais abastados, principalmente nas comunidades que apresentam maior grau de alteração nas formas tradicionais de reprodução (Brejo do Saco, Olhos D'Água e região).

Há que acentuarmos, no entanto, a pouca expressividade destes casos na totalidade das comunidades, pois, na maioria dos casos, as relações de parcerias no trabalho não têm como principal objetivo a exploração da força trabalho do outro, tal como na forma de mercadoria que esta assume no modo capitalista de produção.

Apresentamos abaixo o trecho de uma entrevista abordando este assunto, o qual nos auxiliará na elucidação desta questão.

José: Sr. Joaquim deixa fazer uma pergunta para o senhor: todo mundo aqui tem terra? Todos os moradores daqui, cada um tem o seu pedacinho de terra?

Sr. Joaquim: *tem. Cada qual tem seu pedacinho de terra.*

José: e as terras são suficientes para as pessoas plantarem ou não, tem uns que a terra não dá...

Sr. Joaquim: *tem uns que a terra não dá, é pouca, é pequena. Tem gente que o palminho de terra é pouco, é. Uns têm mais um pouquinho, mas tem gente que não tem.*

José: e esses que tem pouca terra como é que... a terra é suficiente para colher, para alimentar a família, ou às vezes não?

Sr. Joaquim: *não. Tem deles que fraquim, coitados que não dá pra alimentar, a propriedade é pequena.*

José: e como é que eles fazem para...

Sr. Joaquim: *e tem vez que, quem tem mais eles vai lá pedir na meia, né? Ou pranta, né? Mais os outros, né não?*

José: e como é que funciona a partilha, o serviço do plantio, como é que é? Como é que é, desde o plantio, o dono da terra entra com o que e o trabalhador...

Sr. Joaquim: *aqui as pessoas que tem muita, as pessoas dá na meia, né? Que se der 50 rapadura, eles têm... funciona na meia. Se for na terça, se der 50 ele só tem 25.*

José: aí aquele que vai plantar... o trabalhador, ele prepara a terra e planta... fica zelando e depois ele que mói também, não...

Sr. Joaquim: *eles ajuda. Todos os dois ajuda. Os dois faz junto, né não?*

José: e o serviço do plantio tudo aí é só ele, ou o dono da terra ajuda?

Sr. Joaquim: *é só ele. Tem vez que é só ele. E tem vez que o companheiro ajuda também.*

Joel: *se a pessoa que for plantar, tipo eu... meu pai tem a terra, e se eu for plantar ele não me ajudar aí eu vou ganhar mais, fica na terça.*

José: quando é na terça o trabalhador faz tudo sozinho?

Joel: *faz tudo sozinho. Até a semente, a moagem. É ele que entra com tudo.*

José: seu pai só entra com os bois?

Sr. Joaquim: *só com a oficina.*

José: até os bois tem que ser de quem vai plantar...

Sr. Joaquim: *é tem é na terça.*

(Sr. Joaquim Rodrigues: Brejo da Cabeceira de São Gonçalo e Joel: filho do Sr. Joaquim, mora em São José dos Campos-SP, visitando os pais. Julho de 2005).

Temos, portanto, a contribuição das falas acima a respeito da relação que se estabelece, tendo como principal fator a terra. Aquele que não tem terra ou a que possui é insuficiente, recorre a outro mais apossado e estabelece a parceria entre ambos na forma de “meia” e “terça”. De modo geral, a primeira forma se dá quando o cedente da terra contribui ou “ajuda” em alguma parte referente ao cultivo, tal como o fornecimento da semente, a ajuda no plantio ou na “limpa”. Constata-se ainda a inexistência de uma regra padrão para essa relação de parceria, o que sugere a existência de outros sentidos - a solidariedades entre as partes de forma que nenhum modelo poderá valer para as várias situações que ocorrem nos diversos casos.

Quanto à terça, consiste na partilha da produção em cerca de 30% (trinta por cento) ou no cálculo que costumam realizar, de cada três partes, uma destina-se ao proprietário ou cedente da terra ou instrumentos de trabalho. Nestas condições, o trabalhador, em tese, encarrega-se de executar todos os serviços no processo de produção. Observamos ainda na fala do Sr. Joaquim uma inexatidão no cálculo, podendo assim representar o que de fato ocorre nas situações: a falta de rigor na partilha, tanto do trabalho no processo de produção, quanto do produto entre as partes envolvidas na relação.

Vemos que a partilha do produto do trabalho sobre a terra tem como principal base a propriedade. Pois é a partir desta que o sujeito que trabalha cede a

outro (o proprietário) o produto da sua interação com a terra. Em segundo lugar temos o fator trabalho como variável significativa, influenciando, pelo menos em tese, na proporção do quanto se destinará para cada uma das partes envolvidas na relação de trabalho em questão.

Outra questão importante a considerar, expressada nas falas anteriores, é o sentido maior que move as relações entre as partes que se revela no que chamam de “ajuda”, a qual “não pode significar a relação com o *outro*, mas apenas com o *vizinho*, um igual” (WOORTMANN, 1990, p. 29), pois se realiza no meio comunitário, familiar, entre parentes, compadres ou “vizim”. Esta, da forma que aparece nas relações sociais de produção na comunidade, pode ser entendida como um fator de ligação entre os integrantes e todos os componentes que forma o conjunto relacional da comunidade. Relações estas cujo sentido que expressam, extrapolam o significado da produção material, pura e simples, fundamentando os laços comunitários que formam o modelo relacional de organização social, o todo comunitário entrelaçado, constituídos dos elementos fundamentais: terra, família, trabalho e propriedade (WOORTMANN, 1990, p. 23).

Vale ressaltar ainda que, na relação de trabalho entre parceiros, o produto resultante é dividido entre ambos. Mas isto não invalida que seja considerado como uma forma de socialização e até mesmo de solidariedade entre as partes, na medida em que essas transações não costumam ser motivadas pelo interesse das partes ao lucro; ao contrário, muitas vezes essas transações se realizam até fundamentadas, como vimos, pelo sentido de “ajuda” daquele que “pode” ao que “precisa”, “está precisando”. Contribuindo, portanto, para a reprodução familiar do cedente da terra e daquele que trabalha, ou seja, de ambas as partes. No todo comunitário, são estas relações entre os sujeitos que garantem a reprodução das comunidades nos longínquos cantões do interior das Paleodunas, nos brejos. Há que admitirmos a importância destas relações sociais de troca no resultante modo de vida brejeiro.

Quanto a outros meios de produção através dos quais se realizam as relações de parcerias cabe destaque as “oficinas”. Atualmente observa-se nas comunidades uma grande quantidade delas, de forma que praticamente todos os núcleos familiares dispõem desse instrumento de trabalho (os engenhos e casas de farinha). Destacamos, no entanto, que noutros tempos, esses meios de trabalho eram menos presentes na paisagem brejeira e, em grande parte, isto se deve à

menor população de ocupantes daquelas terras no passado, mas, tal como nos indica a seguinte fala, a presença maior em relação à população atual é clara:

“então hoje José nós temos facilidade aqui. O engenho, o engenhozim de madeira, pa moer o pezim de cana, como ta o boi. Nem todo hoje quase todo mundo tinha uma oficina aqui, naquele tempo não era. As veiz tinha num brejo desse aqui duas, três pro pessoal todim ali ir moer naquela oficina. Hoje quase todo mundo no seu quintal tem sua oficinazinha (...) mais tombém em compensação naquele tempo era menos pessoas. Mais era assim: aqui tem uma, duas, três, quatro, vamo supor, cinco casas. Nas cinco casas tinha uma oficina, ou seis casas, conforme for, até dez proprietário. Dentro daqueles dez proprietário tinha uma oficina. Um tinha oficina. Aqueles dez eles moía a cana naquela oficina. O dono cedia: fulano que dia dá pro cê moer, me dá aqui uma semana de moage? Diz ó fulano essa semana ta moeno. Vamo deixar pra ota semana. Aí aquele moía essa semana, oto moia otas veiz eu pegava a cana, minha, e dava pa quele dono da oficina moer de a meia, eu dava pra ele, eu só cortava a cana, eu dava... hoje ainda existe, viu? Dá na roça lá, a cana cortada, e ele pega e mói, e me dá metade. Se ele fazer dez carga de rapadura... deixa que eu lutei, sofri, ta, né” (Geraldo, Presidente da Associação da Comunidade do Brejo do Saco, julho de 2005).

É possível que a maior disponibilidade destes instrumentos de trabalho nos dias atuais resulte no aumento da independência dos sujeitos em relação aos demais; e deste modo, as relações interindivíduos, internúcleos familiares, a solidariedade comunitária, tendem a se realizar com menor expressão. O que se revela na fala acima quando o interlocutor explicita a disparidade existente nesta relação com desvantagem para o parceiro que participa com o trabalho: *deixa que eu lutei, sofri, ta, né*. É possível que esta manifestação quanto ao conteúdo das tradicionais relações sociais de produção estejam relacionadas com a maior intervenção nesta comunidade das agências fomentadoras do dito desenvolvimento, inculcando uma outra racionalidade no âmbito da sua reprodução.

Quanto àqueles agricultores que não têm a propriedade desses instrumentos de trabalho (oficina de processamento da cana: engenho, junta de bois, alambique e demais utensílios ou casa de farinha com todos seus instrumentos), a solução são as parcerias. Estes, por sua vez, cultivam a cana ou mandioca no seu pedaço de terra e podem utilizar o instrumento de trabalho do vizinho em parceria, à qual, no caso da cana, nos explica a fala abaixo:

“o dono da... eu que sou dono da cana só corto e dou ele na roça. E ele transporta.⁶⁸ E já me dá a rapadura pronta. Pra quem não tem muita gente, é vantage porque eu num vou... só corto a cana, entrego pra ele... então é que nem uma coisa que a gente tem aquela porcentagem.” (Geraldo, Presidente da Associação da Comunidade do Brejo do Saco, julho de 2005).

⁶⁸ Isto é relevante porque, mesmo o engenho sendo do produtor, nem sempre a cana é plantada perto da oficina. Por motivos vários, a cana pode ser plantada distante, numa parcela afastada.

A referida porcentagem é à meia ou 50% do produto para cada parte envolvida na relação.

Vemos, portanto, que se trata de uma relação de trabalho na qual resulta a divisão do produto final (rapadura, cachaça ou melaço). Temos que considerar ainda a importância para aquele não detentor da oficina, o acesso ao instrumento de trabalho do vizinho para o processamento do seu produto; o qual, ao ser comercializado, assume indispensável papel para a reprodução do núcleo familiar de ambas as partes ao ser trocado por outros gêneros não produzidos na sua parcela.

Além disso, dado o elevado grau de migração, principalmente dos jovens para outras regiões do país, aqueles agricultores chefes de família valem-se dessas formas de parcerias para o processamento dos produtos colhidos - haja vista tratar-se de uma atividade que demanda grande quantidade de braços (tanto o processamento da cana-de-açúcar, quanto o da mandioca), e só recorrendo a esse recurso, poderão usufruir do produto do trabalho acumulado durante o ano, garantindo o sustento da família durante a próxima entressafra (fotos 40 a 43).

Noutros contextos ainda, estas formas de parcerias assumem papel relevante; principalmente naquelas comunidades mais preservadas, nas quais é freqüente o tratamento especial dos donos de oficinas dirigido àquelas famílias menos apossadas, ou que estejam passando por “fraqueza”, seja por motivo de doença na família, falecimento do seu chefe ou motivos outros. Nestes casos, é muito comum o livre acesso ao instrumento de trabalho (engenho e junta de bois, casas de farinha e respectivos utensílios) sem nenhum tipo de ônus para o usuário e, muitas vezes, o dono do equipamento, ou outros membros da comunidade, ajudam com seu trabalho no processamento da produção, conforme as seguintes falas:

Joel: *quem não tem, todo mundo é vizim, é legal.*

Sr. Joaquim: *Aí esses aí tão trabaiaando aí, a oficina é minha.*

Joel: *é que eles não têm. O meu tio ali ele não tem oficina. Mais meu pai é que (...) não tem nada, não cobra nada. Então mói aí, usa os bois também, o engenho, as pessoas também ajuda... meus irmãos, eles não têm pessoas suficiente pra moer, tanger os bois eles ajuda eles, ninguém cobra nada não.*

José: *que é parente.*

Sr. Joaquim: *Que é parente, é famia, é primo, né não. Mesmo que não seja primo nem tio a gente ajuda também.*

José: *sendo da comunidade...*

Sr. Joaquim: *Sendo da comunidade. Aqui nós mora tudo aqui. Se nós num fizer com a comunidade...*

Joel: aqui, graças a Deus por essa parte aí, aqui é legal demais. Você ver lá em São Paulo... Lá em São Paulo é doído, cara. Chega lá, se a gente não tiver, a gente morre de fome.

(Sr. Joaquim Rodrigues: Brejo da Cabeceira de São Gonçalo e Joel: filho do Sr. Joaquim, mora em São José dos Campos-SP, visitando os pais. Julho de 2005).

Fotos 40 a 43 – O trabalho no fabrico da farinha - Alto da Serra do Estreito, comunidade Umburana, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Temos, portanto, que o ponto central nessas formas de parcerias ou solidariedades é a reprodução da família e da comunidade. Pois sempre que alguém está “necessitado”, conforme dito acima, não falta na comunidade quem lhe ajude, para que sua produção não se perca e não comprometa a sua reprodução.

Nestes termos, cabe relativizarmos o que no primeiro momento é tido como propriedade individual. Conforme vimos, por meio das relações de parcerias ou de solidariedades entre os membros da comunidade, que visam a reprodução do grupo de forma a preservar uma significativa equidade entre seus integrantes, os bens de propriedade individual/familiar são, em grande medida, socializados entre os membros da comunidade, podendo-se até afirmar a existência de uma apropriação comunitária das condições objetivas de reprodução da comunidade.

Na medida em que os animais (os quais são utilizados no trabalho ou abatidos para a alimentação) dependem de ambos os espaços para se reproduzirem conforme a época do ano, sendo indispensáveis no trabalho (tanto na extração de riquezas da caatinga, como veremos abaixo, ou no trabalho realizado nos brejos assim como no transporte em geral) é difícil até imaginar a possibilidade do brejeiro se reproduzir como tal, excluindo um desses espaços do seu jeito de reproduzir-se nos brejos. Como exemplos nos referimos ao fato de ser na caatinga que se coleta a lenha para a preparação dos alimentos, para os fornos de rapadura e alambiques, a madeira para a construção de moradias, cercas e instrumentos de trabalho, empregando no transporte os animais ali criados; e, são esses animais que movimentam o engenho e fazem o transporte de produtos nas parcelas e entre as parcelas, assim como para a cidade são levados os produtos para comércio e daqueles que são comprados na cidade para o abastecimento da comunidade.

O Sr. Antônio Milão nos auxilia na compreensão da referida questão ao relatar um caso de extração de madeira da “caatinga”:

“onde vai tirar madeira, onde fui tirar esta madeira? De longe esses caibo, ó. Vei de longe. Nós passamo o dia todim pra cassar esta madeira na caatinga. Eu mais Joaquim (irmão do Sr. Antonio Milão) e Brinco (filho do Sr. Antonio Milão). E o Lindomar e o Gilmar (filhos do Sr. Antonio Milão) carregano no camim. Aqui tem um bom, outro diz: aqui tem outo... quando nós foi chegar aqui foi de tarde, tirano esta madeira e dexemo lá. Deixa ela secá... levemo treis... quatro burro. Levei esta burra minha, Joaquim levou um, Lindomar levou ota, Brinco levou ota e Gilmar... aí truxemo no camim. De longe... na baixa que tem aqui. Essa madeira vei de longe... e é cassado na caatinga, aqui, acolá. Né só dizer assim eu vou entrá e vô cortar não” (Sr. Antonio Milão, Brejo da Cabeceira de São Gonçalo, julho de 2005).

Campos complementa, referindo-se a importância da terra de uso comum para a comunidade em função das suas características físico-ambientais:

“apesar de toda essa situação físico-ambiental desfavorável, as terras de uso comum acabaram por ser de fundamental importância para muitos pequenos produtores, fossem eles proprietários ou não. Foi justamente o fato de serem em geral inviáveis à cultura ou outra atividade econômica de caráter comercial (pelo menos a princípio) que tais áreas se tornaram basicamente utilizadas comunalmente” (CAMPOS, 2000, p. 76)

Os dois fragmentos acima realçam a utilidade da área de apropriação comum para a comunidade. O primeiro demonstra o quanto já se tornou escasso os elementos da natureza constante na formação caatinga, indispensáveis à reprodução dos brejeiros. E, conforme relato abaixo, isto resulta de longos anos de exploração desprovida dos devidos cuidados com os bens que este espaço oferece resultando em dificuldades sempre maiores na extração, complementada na fala abaixo.

“lá ó, teve gente lá que judiou muito com a caatinga. Aqueles pau que eles via que num dava, tirava, dexava lá. Cortava num dava pra madeira, né? Dexava o pau lá. Fizero istrupição. Nós abrimo isso aí, levamo não sei quantos dia pra abrir esse carreiro. Pra tirar esta madeira de dento dessa baxa. Tem que abri! Um aberto na caatinga... pá puder passá cum a madeira. É... e de boi. Esses boi aí sofrero com a madeira da casa de Brinco. Rapaz e esses boi é bom. Nós botemo um fexe de pau nesses boi... saí daqui três hora eu mais Brinco... chegemo lá de manhã, já fizemo o fexe do pau e botemo juntano. Já chegemo aqui mei dia. Mais esses boi vinha sofreno com esses pau. Aquela madeira da casa de Brinco também é boa, é. Vei de lá. Primeiramente ele pois a burra, deu dois camim na burra dele... eu disse não, aí ta muito serviço, vamo levar os boi. Meu pai os boi passa, eu digo passa. Levemo. Inгатemo eles lá” (Sr. Antonio Milão, Brejo da Cabeceira de São Gonçalo, julho de 2005).

Historicamente, retira-se também da caatinga uma significativa quantidade de produtos alimentícios que compõem ou compunham a dieta do brejeiro, tal como o pequi o qual se extrai o óleo ou come-se *in natura* (prática ainda corrente), resinas para comércio, tucum *Bactris* spp. (Arecaceae - Palmae), puçá *Rauvolfia bahiensis* A.DC. (Apocynaceae), mangaba, jatobá *Hymenaea* spp. (Leguminosae - Caesalpinoideae) etc.; além da caça de muitos animais como o tatu *Tolypeutes* spp. *Zaedyus* spp. (Dasypodidae), peba *Euphractus sexcinctus* (Dasypodidae), cotia *Dasyprocta aguti* (Dasiproctidae), veado *Mazama* spp. Rafinesque (Cervidae), gambá *Didelphis* spp. L. (Didelphidae) e outros.

Concomitante ao escasseamento dos produtos da caatinga tal como o que se refere a fala acima, vem-se aumentando a adesão aos produtos industrializados

em detrimento daqueles. Isto em função da mudança de hábitos alimentares, principalmente por parte das gerações mais jovens:

“se fazia muito garrafão... botava dento de casa. É. Teve um ano memo, eu mais essa muié fizemo dois garrafão de olo de piqui (...) (...) ó mais... que compará?... fritava a carne... é no feijão... comia com o feijão... hoje não. Já vem tudo apurado, já (...) (...)Cansei de fazer... meu pai lavantava nós de madrugada pá ir pa chapada buscar o piqui... aí de nego se nego não fosse. Caia na palmatora. Lavanta menino, vamo imbora panhá o piqui... pa ter o ólo dento de casa pa cume (...) (...) é daí, da região nossa, donde nós manda (...) (...) ali tem um gosto. Dentro dum feijão verde... eta diacho... é gostoso. Comemo muito (...) hoje não faz mais (...) (...) tem deles que nem come... mas a gordura do pequi, vende (...) é vai comprar lata de óleo pra comer (...) (...) é, não come. Não come a gordura do pequi. Esse povo novo... vancê sabe que esses meninos não come gordura de pequi mais. Eles sabe do gosto dela” (Sr. Antonio Milão, Brejo da Cabeceira de São Gonçalo, julho de 2005)

Vê-se, a partir da fala acima, a mudança de hábitos alimentares. Fato este, em grande parte, influenciado pelo aumento da monetarização das relações de troca que se realiza entre a comunidade e o comércio da cidade. Aberta essa possibilidade de consumo de novidades, vem-se aumentando a preferência por produtos de fora, e os tradicionalmente consumidos na comunidade geralmente tem seus usos ressignificados, tal como o óleo do pequi que são usados como mezinhas ou destinados a comércio conforme o Sr. Milão.

“eu faço. Quando é tempo do pequi eu faço meus lito pa botar dento de casa, que ela é muito boa quando eles tão com gripe pode beber ele. No mel da mandassaia ou da oropa, né? Pronto! Eles vão beber. Olo de pequi... diz que logo que fede, não sei mais o que (...) tem. Na Barra, Xique-Xique tem é muito. Pra vender. Porque que agora nós feito home nós somos forte, cumeno gordura de pau! Gordura daqui do mato! Meu pai chegava com a cotia... jogava gordura de pequi dentro da cotia, né? Passava a cotia na gordura. E era gostoso, né? O viado... hoje os minino não quer cumer” (Sr. Antônio Milão, Brejo da Cabeceira de São Gonçalo, julho de 2005)

Expomos, portanto, alguns usos diretos que tradicionalmente se fez e muitos deles ainda se fazem da caatinga, oferecendo uma noção da importância desse espaço da comunidade brejeira para a sua reprodução. Cabe lembrar que, tanto em função do visível escasseamento de muitos desses elementos, quanto pelo surgimento de outras possibilidades, mudanças importantes de relação do brejeiro com a área de apropriação comum, a caatinga, vem ocorrendo e, em função disto, as comunidades vêm adotando outras estratégias de sobrevivência nos seus espaços, tal como a utilização de outros materiais nas construções de suas moradias, aquisição de instrumentos de trabalho e mobiliários das residências industrializados.

Uma explicação dos acontecimentos recentes envolvendo a relação do brejeiro com esses diferentes espaços que compõem as suas condições objetivas de reprodução deve ter em consideração tanto as questões concernentes à situação de escassez dos elementos naturais, quanto às outras possibilidades que surgem, as quais, contraditoriamente, acenam como tendência para uma degradação maior das condições originais de sobrevivência nos espaços. Assim entendido, a partir do pressuposto de que, para adquirir produtos industrializados, os habitantes dos brejos terão que, de forma ascendente, aplicar uma maior quantidade de trabalho nas suas propriedades e, dadas as características do ecossistema em questão (considerável fragilidade), poder-se-á comprometer a sua reprodução nas suas localidades.

A produção na parcela do brejo

Na unidade de produção brejeira, o conhecimento e as tecnologias tradicionais são empregados visando o máximo aproveitamento do que é produzido. Os animais, quando abatidos, têm aproveitadas todas as suas partes comestíveis ou que apresentem alguma utilidade: as carnes, peles, miúdos e outras partes.

Quanto aos produtos agrícolas e demais componentes da biomassa, os esforços também convergem para o máximo aproveitamento. Como exemplo disso, fazemos referência ao aproveitamento da biomassa proveniente da lavoura do brejo – particularmente o caso da cana-de-açúcar. Após a colheita, a palha verde é destinada para a alimentação dos animais durante seu emprego no processo de transformação da cana; quanto à palha seca que fica espalhada na terra, a utilizam de diferentes formas conforme a comunidade. Algumas a aproveitam como adubo após o processo natural de decomposição, outras a queima para o aproveitamento do *burraio* na nova semente plantada logo em seguida. Estas formas diferentes de aplicações pareceu-nos relacionadas às características diferentes do solo, conforme o brejo.

Da colheita e processamento da mandioca também os refugos, como as ramas e folhas, são aproveitados como adubo, além da casca e da “cruera”⁶⁹, que

⁶⁹ Refugos constituídos de pequenos pedaços de mandioca, geralmente provenientes das extremidades que são eliminadas.

são expostas ao sol para a secagem e armazenadas para alimentação animal no futuro.

Também o bagaço da cana-de-açúcar assume nesse sistema várias funções as quais descrevemos a seguir. Saídos das moendas do engenho, grande parte do bagaço é imediatamente depositada no caminho circular percorrido pelos bois ao puxarem a almanjarra do engenho.

Foto 44 - O Engenho, no entorno, o bagaço da cana no processo de transformação em "burraio" - Cabeceira do São Gonçalo, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Serve assim, para forrar a areia solta e facilitar a caminhada dos animais que, ao pisotear, o tritura. Após esse trabalho, amontoam onde os animais permanecerão amarrados. Estes defecam sobre o bagaço e o torna enriquecido para a aplicação na adubagem da terra após as chuvas do "inverno", as quais aceleram sua decomposição - integra também este aglomerado as folhagens secas das mangueiras, cajueiros e de outras árvores, bem como todo tipo de resíduos orgânicos que são mantidos amontoados no "monturo" durante o ano. Este composto será depositado sobre a "semente" da cana, encobrindo-a na cova.

O bagaço da cana-de-açúcar é também destinado à alimentação dos animais enquanto utilizados nos serviços do engenho e nos períodos em que estes

são recolhidos da caatinga em função da floração da castanheira ou das estiagens prolongadas. Utiliza-se ainda o mesmo como invólucro à rapadura protegendo-a da umidade durante a estação chuvosa.

Foto 45 - O invólucro feito com o bagaço da cana para a proteção da rapadura - Cabeceira de São Gonçalo, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

Também as palhas secas da cana que são retiradas na colheita são aproveitadas de diferentes formas conforme a comunidade ou agricultor. Uns preferem queimá-las e aproveitar o chamado *burraio*⁷⁰ (cinzas), outros a aproveitam *in natura* de forma bem particular. Para a explicação deste último uso da palha, necessário se faz discorrer sobre outras questões concernentes à utilização do brejo como área agricultável.

No passado, segundo os brejeiros, a maior parte da área do brejo onde atualmente praticam a agricultura era alagada. Para a ampliação da área agricultável fizeram o aterramento das lagoas ou brejo, aproveitando para a formação da primeira camada do aterro as talas, folhas e madeiras de buritis e outras árvores.

⁷⁰ Recebe esta denominação também o adubo constituído do bagaço da cana-de-açúcar decomposto, assim como dos demais resíduos orgânicos aproveitados.

Uma segunda camada fez-se com areia transportada da vertente, utilizando como veículo um couro de gado bovino estendido e puxado por uma junta de boi.

Nesse contexto, cabe enfatizar o fato dos brejeiros aproveitarem de forma intensiva sua pequena área agricultável resultante da prática do aterramento das áreas úmidas ou alagadas. Isto se faz por meio do consórcio de vários cultivos com a cana-de-açúcar. Nos mesmos quadrantes cultivam-se “misturados”: o milho, o feijão-de-corda, a abóbora *Curcubita pepo* Lour. (Curcubitaceae), a melancia e a cana. Deste conjunto de cultivos, alguns necessitam de maior umidade no solo e outros de menor para sua produção. Para tanto, os brejeiros formam duas camadas de solo sobrepostas com diferentes graus de umidade - uma mais e outra menos úmida, perfurando uma cova com cerca de 30 cm de profundidade, ficando a terra retirada desta amontoadas ao lado da mesma e encobrendo uma porção de palha seca de cana recém colhida. No fundo da cova depositam a “semente” da cana-de-açúcar e do milho que brotam e se desenvolvem na camada mais úmida. Na outra camada, na parte alta do amontoado de terra, plantam os cultivos que se desenvolvem sob condições menos úmidas, como o feijão de corda, abóbora e outros. Quando o milho e os cultivos da camada superior são colhidos, espalham a terra amontoadas juntamente com a palha já decomposta e transformada em adubo para cana, cujo ciclo produtivo é mais longo.

Foto 46 – Covas preparadas com “sementes” de cana-de-açúcar - Cabeceira do São Gonçalo, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (jul/2005)

A cultura do arroz geralmente é praticada naquelas partes úmidas da vereda que ainda não foram aterradas.

Procuramos, assim, demonstrar alguns aspectos concernentes às técnicas agropecuárias praticadas pelos brejeiros a fim de retirar da parcela de suas propriedades (o brejo e, indiretamente, da caatinga) os seus meios de vida.

A resistência das comunidades camponesas brejeiras às forças privatizantes

Estando as comunidades em estudo submetidas ao processo descrito anteriormente, não seria estranha uma resistência das suas partes, a essa investida contra o modo de vida tradicional brejeiro, pois estão sendo forçadas, para preservar a ordem moral na sua organização social, recorrer à ordem jurídica, visando assim, preservar a sua autonomia sobre o que podemos considerar como um dos principais elementos inerentes ao seu modo de vida, a forma de propriedade das condições objetivas de existência, no caso, a terra.

Com a atual iniciativa governamental de realizar o cadastramento das terras devolutas (pertencentes ao Estado) e sob as pressões dos interesses privatizantes⁷¹ que afligem as comunidades camponesas dos brejos e de muitas outras localidades do vale do São Francisco, os movimentos sociais de luta pela terra, no caso a CPT (Comissão Pastoral da Terra), consideram urgente a organização dos camponeses brejeiros para reivindicar do Estado a propriedade que lhe é de direito.⁷²

No caso específico das comunidades brejeiras surgem em função disso, duas situações devido a dupla forma de propriedade que costumeiramente engendraram como estratégia para se reproduzirem no seu espaço.

⁷¹ Assim designamos os interesses em apropriação privada das terras nos brejos, geralmente oriundos de fora das comunidades, a partir das viabilidades de exploração econômica favorecidas pelas políticas estatais de desenvolvimento.

⁷² “O Estado, em prazo determinado, promoverá a regularização fundiária e concederá o direito real de uso, em áreas devolutas de até cem hectares, aos produtores que as tenham tornado produtivas, residam e cultivem sob regime familiar”. (Constituição do Estado da Bahia, Cap. III, Art. 184).

Na faixa úmida que margeia os cursos d'água, se apropriaram individualmente onde praticam a agricultura de produtos alimentícios para o sustento da família e para comércio; na área de sequeiro, encoberta da vegetação de caatinga, apropriaram-se de forma coletiva onde realizam criatórios, caça e coleta de frutos e madeiras.

Convém lembrarmos que se trata de terras pretendidas atualmente pelas forças desenvolvimentistas que visam a reprodução ampliada do capital, já existindo grandes projetos a serem implantados nas áreas próximas dos brejos, apesar de pertencerem à APA (Área de Proteção Ambiental) *Dunas e Veredas do Baixo-Médio São Francisco*. Os projetos de construção de barragem no Rio Grande (para alimentar projetos de irrigação nas redondezas) são também indícios fortes e suficientes para colocar sob alerta aquelas comunidades que têm nas terras de uso comum da caatinga, das quais retiram significativas partes do seu sustento, fator indispensável para a sua sobrevivência de forma autônoma. Sem estas, torna-se insustentável reproduzir-se ali, a depender apenas dos resultados do seu trabalho na exígua parcela constante do brejo, à frente da propriedade coletiva.

Urge, portanto, a reivindicação da regularização jurídica da sua propriedade. E é justamente neste ponto que constatamos uma importante resistência da parte das comunidades brejeiras à investida da privatização das terras muito comum na produção capitalista.

Porém, constatamos também, no caso em estudo, a pouca crença dos camponeses⁷³ na ameaça que lhes perseguem, alimentada pelo incômodo que representa para os capitalistas o acesso livre aos meios de reprodução da existência, aos instrumentos de trabalho, àquele que trabalha, aos camponeses⁷⁴.

Soma-se ao exposto acima a falta de habilidade dos camponeses brejeiros para enveredar nos tortuosos caminhos da burocracia jurídica, barreiras quase intransponíveis, as quais deverão ser suplantadas para conquistar a regularização jurídica da sua propriedade.

⁷³ “Mas porque falar em propriedade se para essa gente não é obrigatoriamente a preocupação. Interessa-lhes uma terra que possam utilizar, uma terra que lhes tenha um valor de uso, e não necessariamente uma propriedade. Desse modo, a usurpação e destruição de muitas comunidades camponesas no Brasil não resulta propriamente do não possuir, do não ter a propriedade, mas, principalmente, pelo exacerbado querer de outros em apropriá-la individualmente.” (CAMPOS, 2000, p. 204).

⁷⁴ Uma importante abordagem sobre este assunto em “Que são as Ligas Camponesas?” de JULIÃO (1962).

É neste contexto que se apresenta a CPT como mediadora entre as diferentes ordens (a moral, que fundamenta a forma tradicional de propriedade e a jurídica) a valer-se das possibilidades existente na legislação fundiária do Estado da Bahia para regularização dessas áreas denominadas *Fundos de Pastos*, fruto das pressões sociais na resistência à expropriação a qual citamos abaixo:

Art. 178 - Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a destinação da gleba, o prazo de concessão e outras condições.

Parágrafo único - No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este transferência do domínio.

Apresenta-se, às comunidades disposta a promover a mobilização dos camponeses brejeiros e, apesar das imensas limitações, organizá-los para reivindicar o encaminhamento da regularização das terras dos brejeiros aos órgãos oficiais, no caso, a CDA (Coordenação do Desenvolvimento Agrário), do Governo do Estado da Bahia.

Dentre os pontos relevantes que representa essa mediação da CPT, ressaltamos o concernente à forma de propriedade que esta instituição propõe às comunidades que seja reivindicada aos órgãos oficiais. No nosso entendimento, esta forma se enquadra no modelo tradicional de ocupação das terras no sertão baiano e em muitas outras localidades da região Nordeste. *Fundo de Pasto* é uma forma de manejo das riquezas naturais que em muito coaduna com as de uso comum, sendo assim definida:

“O *Fundo de Pasto* é, portanto, um espaço aberto acessível a todos os membros da comunidade para um uso coletivo de seus recursos naturais: pasto, corte de madeira, extrativismo de frutos e mel e caça. Mais que uma propriedade coletiva, ele corresponde a uma ausência de propriedade e a um direito de uso generalizado entre os membros de uma mesma comunidade sobre os solos e sobre seus recursos naturais” (SABOURIN & MARINOZZI, 2001, p.80 apud. WEBER).

Da definição deste autor fazemos ressalvas à sua concepção de propriedade a qual discordamos. Na concepção que adotamos, a propriedade consiste na unidade trabalho-propriedade, sendo a propriedade um pressuposto do trabalho. Sendo assim, reconhecemos sua existência na propriedade de uso comum. O que

não existe nesta modalidade é a propriedade privada da terra. Esta, todavia é produto da história, imposta pela ideologia dominante à classe trabalhadora, por meio da qual se efetiva a opressão e a usurpação daquele que trabalha de um atributo imanente à sua existência. Como nos diz MARX (1991) esta separação entre trabalho e propriedade precisa ser investigada e nesta pesquisa é uma das nossas tarefas.

A luta pela regularização da propriedade: uma resistência

A proposta de regularização das terras de uso comum já vem se efetivando em algumas localidades do vale do São Francisco e nos parece bastante satisfatória, pois coaduna de forma bastante significativa com as condições físico-geográficas da região onde se situam os brejos e contempla a forma consuetudinária de propriedade dos brejeiros.

Nas comunidades dos brejos a CPT adotou como metodologia para encaminhar a sua proposta a realização da 1ª Missão Ecológica nos Brejos da Barra, em outubro de 2004, quando apresentou às comunidades os seus objetivos assim explicitados em panfleto constante do material de trabalho na Missão.

“Animar as comunidades dos Brejos para a discussão e o enfrentamento de seus problemas econômicos, sociais, culturais e ambientais, oferecendo-lhes informações e trocas de experiências e valorizando suas potencialidades, para a busca organizada de melhores condições de vida.”

Quanto aos problemas relativos aos brejos discutidos na Missão, foram destacados os relativos a terra, direito e água. Sobre a terra foi dada ênfase à questão da regularização das propriedades dos brejeiros, para defender-se justamente da visível ameaça de privatização. Apresentou-se, então, neste sentido, a seguinte mensagem:

“A terra é nossa mãe; é dela que tiramos todo nosso sustento, como também todas as formas de vida. Sem ela não sobrevivemos. Por isso mesmo, a terra tem sido, ao longo da história, motivo de brigas, disputas e até mortes. Nos Brejos, isso não acontece muito, mas existem pessoas de olho nestas férteis e com relativa abundância de água. As terras dos Brejos, na maioria, não possuem documentos. Pertencem ao Estado. Isso abre possibilidades para grilagens, tentativas de tomá-las através de meios fraudulentos. É urgente garantir o domínio destas terras nas mãos de quem vive delas. Porém, isso não

basta, é preciso também cuidar bem delas, para garantir boa produção e alimentação de qualidade para toda família.”

Conforme nos referimos noutro momento, a CPT se propõe a mobilizar e fortalecer os sujeitos sociais brejeiros para a luta na defesa das suas propriedades frente à ameaça iminente das forças privatizantes que rondam no entorno da região, e mesmo no interior da comunidade.

Em outro momento, trataremos dos problemas ambientais que despertam a preocupação da CPT, além da questão dos direitos que só de modo disperso aparecerá no trabalho.

Como metodologia de realização dos trabalhos, a CPT formou doze equipes de missionários que permaneceram por cinco dias em doze comunidades. Uma outra equipe, da qual tivemos a oportunidade de integrar, permaneceu durante esses dias como apoio aos missionários.

Constava das atividades dos missionários encaminharem a discussão em torno da questão da terra sob as seguintes orientações:

“Precisamos nos organizar para conseguir a documentação das nossas propriedades e assim evitar a ação dos grileiros;
Preservar a caatinga, evitando a derrubada de árvores frutíferas e queimadas nas capoeiras;
Evitar queimar os restos de culturas;
Não deixar a terra descoberta;
Usar esterco de curral, bagaço de cana e outros restos de culturas para cobrir a terra;
Não desmatar desnecessariamente;
Evitar o uso continuado de trator para arar;
Não utilizar venenos nas lavouras;
Plantar sempre atravessando a correnteza.” (CPT, 2004, Panfleto).

Observamos, portanto, a abrangência das preocupações da instituição, as quais extrapolam a questão da regularização da propriedade, apontando também para os cuidados com a terra, fator importante para garantir a permanência das comunidades brejeiras no seu lugar.

Em maio de 2005, outra missão foi realizada, e também tivemos oportunidade de participar. Desta vez, foram incluídas apenas quatro comunidades das doze visitadas em 2004. O intuito deste retorno era avaliar os efeitos da missão anterior. Percebemos alguns avanços e limitações quanto ao encaminhamento das propostas da primeira missão.

A CPT Diocesana de Barra, em função das suas limitações quanto a estrutura que dispõe para o trabalho junto às comunidades (apenas dois agentes efetivos para atuar junto às comunidades tradicionais de toda a área da Diocese de Barra: Municípios de Barra, Buritirama, Brotas de Macaúbas, Ibotirama, Oliveira dos Brejinhos, Morpará, Ipujiara, Xique-Xique, Javi (Muquém do São Francisco), Gentio do Ouro e a pró-paróquia de Itaguaçu da Bahia), elegeu a comunidade de São Gonçalo para a implantação de um projeto piloto na qual age com maior intensidade, não excluindo, no entanto, a realização de atividades noutras comunidades principalmente naquelas que se detecta algum potencial de avanços nas suas orientações, tal como a comunidade do Brejo da Caroeira, Brejo da Umburana, Vereda Sacão e outras.

Visa, a partir desta medida, constituir a comunidade de São Gonçalo como exemplo a ser seguido pelas demais, de forma que estas dependam em menor intensidade do escasso aparelhamento da instituição.

Para a regularização da propriedade na modalidade de Fundo de Pasto, algumas exigências deverão ser cumpridas. Abaixo, as reproduzimos a partir das instruções da CPT destinadas aos agricultores brejeiros:

“1º – A comunidade precisa querer isso, isto é, todos ou pelo menos a maioria daqueles que ocupa uma área de terra precisam quererem titular suas terras e titular também o Fundo de Pasto.

2º – Os interessados precisam formar uma associação de Fundo de Pasto. Essa associação deve ter de 15 membros acima. Dela podem participar todas as pessoas, homens e mulheres, solteiros e casados que sejam maiores de idade. Existem diferenças entre associação de Fundo de Pasto e outras associações. O estatuto da associação de Fundo de pasto não é igual aos de outras associações.

3º – Cada família terá direito a uma área individual que pode ser o dobro da área que ela tem beneficiada, mais que não ultrapasse 100 hectares de terra. Pois 100 hectares é o máximo para o governo entregar o título como doação. Passando de 100 hectares, a família terá que pagar pela terra.

4º – Esta terra da família deverá ser variantada, isto é, cada um deverá fazer o variante da área que lhe cabe. É bom lembrar que esta área individual deverá ser contínua, isto é, só um pedaço de terra, e não pode ser dividido em vários pedaços, isto é, não toda emendada, ela vai receber uma área como doação e as demais vai pagar.

5º – O restante da terra, solta, sem benfeitorias onde ficam os animais, deverá ser também variantada e a Associação receberá o título desta área. A terra de Fundo de Pasto quando passar de 500 hectares, é preciso fazer um estudo de viabilidade econômica da mesma e encaminhar à CDA.

6º – A associação deverá ser registrada em cartório e ser solicitado o CNPJ da mesma.

7º – Formada e registrada a associação e os variantes estando prontos, é hora de fazer o requerimento para a CDA vir fazer a discriminação fundiária. Cada pessoa da associação que tiver terra vai fazer um requerimento e associação também fará o requerimento para a discriminação e regularização do Fundo de Pasto.

8º – documentos necessários;

a) Para fazer o requerimento da área individual:

- Xérox da identidade

- Xérox do CPF
- Xérox do INCRA (para quem tiver o incra)
- Obs.: Esse requerimento tem que ser carimbado com o CNPJ da Associação.
- b) para fazer o requerimento da área de fundo de pasto:
 - Xérox do Estatuto da Associação
 - Xérox da ata de fundação ou da última ata de eleição
 - Xérox do CNPJ da associação.

Este requerimento deve ir assinado pelo presidente, tesoureiro e secretário da Associação.

Preenchidos os requerimentos eles devem ser encaminhados a CDA em Salvador.

Normalmente para resolver estas questões com o Estado é bastante demorado. É necessário que a associação esteja bastante organizada e articulada com outras associações para pressionar a CDA a agir com presteza e resolver logo os problemas. Lembre-se: defender a terra, ter o documento definitivo da mesma, ter uma área suficiente para produzir com tranquilidade é um direito seu, é um direito de todo trabalhador e trabalhadora. Mas você só vai gozar desse direito se, junto com seus companheiros, organizarem-se articularem-se e pressionarem o estado para que este direito chegue até você.

Na nossa região já existem muitas associações de Fundo de Pasto. Algumas já estão com as terras demarcadas, outras estão na luta conjunta para conseguirem a demarcação.

E na sua comunidade, você já ouviu falar do Fundo de Pasto? Já conversaram alguma vez sobre isso? Existe vontade de conhecer mais esta forma de organização? Vocês estão querendo documentar as suas terras?

Vamos defender o que é nosso!" (CPT, 2004, Panfleto)

Até onde pudemos acompanhar a discussão e os encaminhamentos no âmbito do cumprimento dessas exigências, constatamos algumas dificuldades tanto da parte das comunidades, quanto da instituição que se propõe auxiliá-las, a CPT.

No âmbito das comunidades, destacamos a descrença dos camponeses em possíveis conquistas a partir de sua organização na forma de associações. Haja vista as coleções de frustrações das expectativas criadas por estas, cujos objetivos, em grande maioria, visam interesses individuais (principalmente no auge da intervenção da ONG Distrito Projeto Brejos da Barra), tal como financiamentos junto a órgãos públicos para apoio à produção; promessas de fornecimento de energia na forma de placa solar, por exemplo, e outros. Em função desse histórico da organização social na forma de associações, as lideranças comunitárias geralmente estão desgastadas, e enfrentam grandes dificuldades em ampliar a filiação e participação dos membros da comunidade à associação, inclusive para encaminhar os passos necessários à regularização da propriedade na forma de fundo de pasto.

Além disso, no âmbito dos membros das comunidades, estes encontram dificuldades nas providências da documentação, bem como para arcar com os custos do encaminhamento do processo de regularização, tal como os de abertura da associação de fundo de pasto ou adaptação do antigo estatuto para fazer frente à

nova demanda. Importante fator a considerar neste aspecto é a falta de habilidade da maioria dos diretores destas associações para as providências a serem tomadas junto à burocracia estatal.

Em função das mudanças pelas quais vem passando as comunidades nos últimos anos constata-se, no âmbito das lideranças comunitárias, uma importante inversão nos sentidos. As antigas lideranças comunitárias assim se tornavam em função das relações horizontais entre os próprios membros das comunidades, de forma que a hierarquia atribuída àquele sujeito social, o qual usufruía de grande prestígio e honra junto ao grupo (geralmente o idoso principal chefe de família, nesse caso, em sentido amplo) tinha suas práticas pautadas geralmente pela capacidade de organização e mobilização do grupo para as atividades concernentes à tradicional dinâmica da comunidade, por exemplo, a organização de festas, a recepção em sua casa de um religioso quando por ali passava ou de um líder político nas suas campanhas eleitorais etc.

Vê-se um outro sentido atribuído a grande parte das lideranças no contexto que as comunidades vivenciam atualmente, bem como o sentido que as ditas associações adquiriram. Tem, portanto, na nova ordem em que se inserem exercido o papel de mediadores entre os membros das comunidades, cuja ordem que os regem é a moral e agente externos ao seu meio – ligados tanto à intensificação das intervenções da igreja católica, quanto de agentes ligados aos órgãos oficiais (relações verticais) – propagadores da ordem econômica que, conforme demonstramos noutro momento, não tem lhes proporcionado os resultados que prometem, seja do ponto de vista individual e menos ainda do coletivo, do grupo comunitário.

Pudemos constatar que estas intervenções agem tanto no que diz respeito à produção, quanto nos aspectos culturais da comunidade, evidenciamos também os impactos em grau mais intenso naquelas comunidades onde a inserção na racionalidade econômica já assume maior importância.

Dificulta ainda a adequação da proposta à realidade brejeira, a exigência para a regularização da propriedade, da continuidade da área a ser titulada individualmente. Isto por que alguns integrantes das comunidades possuem mais de uma parcela separadas, principalmente naquelas comunidades nas quais a ocupação vem-se estendendo à cabeceira do riacho como a comunidade de Cabeceira de São Gonçalo.

No âmbito da instituição que vem atuando junto às comunidades no sentido de encaminhar a proposta de regularização das suas propriedades, constatamos dificuldades em tratar com o devido empenho que a questão demanda, pois, em função da ligação com a Igreja Católica, muitas vezes os objetivos se misturam. Há casos de agentes que canalizam maiores esforços ao tratamento da questão religiosa em detrimento da questão concernente à regularização da propriedade dos brejeiros. Em nosso entendimento, sem um posicionamento político definido da parte daqueles que atuam nas comunidades, dificilmente se concretizará essa regularização proposta.

Ainda no âmbito do quadro de pessoal, verificamos dificuldades em função do reduzido número, e em alguns casos, das contradições ideológicas, quanto ao que propõe a instituição e a atuação prática destes agentes que muitas vezes alimentam ao que se dizem combater, devido à sua dupla posição como suposto agente defensor dos interesses das comunidades e ao mesmo tempo, correia de transmissão dos órgãos desenvolvimentistas.

Entretanto, a CPT se apresenta, até o momento, como única instituição diretamente envolvida com a questão da regularização das propriedades das comunidades brejeiras. Sua infra-estrutura, no entanto, é limitada e a instituição mantenedora, a Igreja Católica, não vem dispondo as devidas condições para enfrentar o grande desafio – contribuir na organização das comunidades para resistirem à investida desenvolvimentista, cujo saldo, onde já se efetivou, é a degradação das condições de vida dos camponeses.

Limites e avanços: as possibilidades da transformação criadora

No que diz respeito ainda à forma de apropriação proposta pela CPT, cabe mencionarmos os limites e avanços após o trabalho realizado nessas propostas pelas comunidades. Temos exemplos na comunidade de São Gonçalo, em que alguns membros resistem à regularização da propriedade coletiva na área de caatinga; há quem proponha a regularização de parcelas individuais, proposta esta que soa com grande reprovação por muitos membros das comunidades e cuja diversidade de opiniões vem suscitando longas discussões; outros desconfiam da

CPT, questionam o porquê do seu interesse no tratamento da questão da propriedade de suas terras, insinuando a existência de interesses dessa instituição na usurpação de suas propriedades. Por outro lado, na comunidade do Brejo da Caroeira, há quem proponha a demarcação dos variantes apenas de forma imaginária, ou seja, apenas para fins de regularização da propriedade de cada associação. Estes sugerem, portanto, não cercarem a parcela da sua comunidade, servindo de exemplo as comunidades do entorno de modo a permanecer intocada a forma tradicional de propriedade, conforme a seguinte fala de um líder jovem numa reunião da qual participamos:

“tem que ser associado tem que ter uma associação e a união de todos pra fazer esse fundo de pasto. Porque tem que ter a escritura, né? Então eles pensam assim, vou fazer o meu, só o meu, vou fazer... porque tem que ter uma garantia que está escrito como de todos. Porque isso aí, não é... a gente faz parte dessa cerca que a gente tem... pra cá. Agora pra lá é de todos como vocês fala. É do governo. Agora tem que ter a associação, tem que ser sociado todos os moradores pra fazer esse fundo de pasto...” (Luciano, Líder do Grupo de Jovens, Brejo da Caroeira, julho de 2005).

“...e outra coisa que é certo, eu acho assim, também nas reuniões que as pessoas falam: o povo do Barbosa, o povo da Cabeceira, não vim pra qui pra Caroeira tirar mangaba, tirar o poste... o povo do Limoeiro passar pra cá, eles pensam assim: vamos tirar nosso variante, vamos tirar só do nosso variante pra cá e pra lá é deles... mas acho que isso, eles têm que entender... faz o variante só pra ter uma garantia. Passa pra lá, passa pra cá. Não tem nada disso. É só pra ter a garantia.” (idem)

...eu acho... por que eu vejo assim as conversas do povo, que eles pensam assim, vamos fazer os variantes, pra dividir. Cabeceira, Barbosa, São Gonçalo, (no público algumas manifestações contrárias) mas... tem que ficar alguma coisa... o povo do Limoeiro passa pra cá... do Barbosa passa pra cá...” (idem)

Grandes desafios, como podemos ver, precisam ser enfrentados pelos sujeitos sociais das comunidades brejeiras a fim de se preservarem na sua ambiência tradicional, no seu modo de vida. Um fator positivo que vem acenando para a superação das referidas barreiras é o processo histórico que estes sujeitos vêm se apropriando, tomando para si, e forjando a resistência na sua organização, mesmo que muitas vezes debilitada, mas, a seu modo, às forças desenvolvimentistas, hegemônicas e homogeneizantes que se confundem com os interesses ligados à acumulação do capital na sua fúria pela expansão e reprodução ampliada.

A propriedade em mutação e a questão ambiental

Cabe ainda, no que diz respeito à forma de apropriação tecer algumas considerações, pois apesar de considerarmos o Fundo de Pasto a mais adequada para o modo de vida brejeiro, vale um alerta quanto às alterações pelas quais vem passando essas comunidades, principalmente no tocante ao acirramento do processo de individualização. Advêm disto o aumento nas expectativas dos sujeitos sociais de conquistarem, por meio do seu trabalho nas condições objetivas de sua reprodução (os aspectos físicos-naturais brejeiro) resultados econômicos mais compensadores. Vemos, portanto, como tendência nesse processo, o surgimento de uma diferenciação maior entre os membros das comunidades, de modo que poderá possibilitar a apropriação desigual da terra. Não podemos descartar a possibilidade deste elemento novo, ou até então sem relevância, resultar em conflitos de modo a contribuir para impulsionar a desintegração da comunidade.

Constata-se ainda a incorporação de técnicas de trabalho mais avançadas no sentido de extrair maior produtividade nos resultados do trabalho, tal como a utilização de tratores na preparação dos terrenos naquelas partes do brejo onde isto é possível, e no transporte de lenha, uma riqueza que vem se escasseando - em função disto - já está dificultosa sua coleta nos moldes tradicionais, devido às longas distâncias a percorrer na procura, utilizando jumentos e burros no transporte.

Isto representa um importante fator, pois, tanto pode comprometer as condições de reprodução da comunidade, quanto poderá implicar em discórdias, em desagregação do grupo social comunitário que, conforme apresentamos noutro momento, sempre lançou suas forças físicas (representada imediatamente na pessoa de seus indivíduos) para retirar da natureza os meios de vida a serem usufruídos pelo conjunto da comunidade, a partir dos laços que os mantêm solidários.

Já evidenciamos indicadores nessa perspectiva. Em função do secamento das nascentes dos riachos em algumas comunidades, estas já enfrentam a dificuldade quanto à negociação com os ocupantes das áreas de cabeceiras, no sentido de racionalizar o uso da terra de modo a preservá-la. Já se evidenciam conflitos de difícil solução. A caça de modo geral já se tornou escassa e é muito comum os membros da própria comunidade denunciarem entre si aqueles que a

efetua utilizando técnicas predatórias como, por exemplo, no período da gestação dos animais. Caso se efetive a fiscalização da parte do órgão ambiental do Estado, a CRA, é de se esperar uma infinidade de normas de uso das riquezas que tradicionalmente se fez livre. Um indicador disto já se apresenta com a recente criação da secretaria na instância do município da Barra com vista a tratar da questão ambiental.

Outro hábito costumeiro dos brejeiros, e que nos últimos tempos os próprios membros das comunidades condenam, são as queimadas nas caatingas a fim de provocar a renovação das pastagens para o gado. Prática esta que resulta em importantes conseqüências à agricultura, pois a queima da vegetação da caatinga resulta na devora de tudo quanto é plantio no brejo pelas imensas nuvens de gafanhotos.

Ao longo dos tempos, apesar do aumento populacional, as comunidades têm procurado ampliar sua área de trabalho sem grandes avanços técnicos, de modo que a maioria desses avanços é engendrada pelos próprios brejeiros. Assim, merece destaque a quantitativa intensificação do trabalho a partir do aumento na quantidade de engenhos.

Sem contar com avanços técnicos originados de fora, algumas comunidades, tal como a da Umburana e as das imediações, atualmente vem ocupando outras áreas que noutros tempos se apresentavam inviáveis à exploração. Ocuparam inicialmente o sopé da Serra do Estreito, e recentemente já ousam a subida para o amanho de roças em seu topo. Justificam a recente investida pela maior rentabilidade dos cultivos em função da fertilidade do solo e não ser necessário cercar as roças para proteger os plantios do ataque dos animais, pois, os mesmos não ousam escalar a íngreme escarpa da serra. Reclamam, no entanto, das dificuldades enfrentadas no transporte de tudo que necessitam para o trabalho, bem como dos produtos deste, cuja fadiga é imensa.

Da mesma forma que esta comunidade vem ampliando nesse sentido a sua área de exploração, noutros tempos, tanto esta comunidade quanto outras, assim o fizeram aterrando as áreas embrejadas estendendo assim suas áreas de cultivos tanto no sentido transversal quanto longitudinal dos brejos, como também explorando outras áreas de cultivos de sequeiro na caatinga.

CAPÍTULO 4

As intervenções nos brejos: seus aspectos ambientais e reorientações das expectativas dos brejeiros

Discorrermos agora sobre uma preocupação que nos acompanha durante toda a trajetória de envolvimento com as questões relacionadas ao vale do São Francisco. Conforme nos referimos em outros momentos, o vale do São Francisco há cerca de três décadas, vem sendo objeto de intensa intervenção dos órgãos estatais de desenvolvimento. Estes fomentam a exploração das riquezas naturais desta região sob o modo de produção capitalista utilizando-se das técnicas modernas disponíveis na atualidade.

Lembramos que até a década de 1970 a referida região manteve-se bastante preservada nos seus aspectos sócio-ambientais em função dos meios técnicos tradicionais utilizados pela sua população na exploração das suas riquezas, bem como de suas organizações sociais comunitárias. Atualmente, grandes alterações vêm-se realizando no âmbito dos tempos e espaços. Há uma

intensificação na exploração das riquezas, sendo a espacialidade destas investidas estendidas às localidades mais distantes. Isto é possível graças ao aparato técnico aplicado resultante de políticas estatais que viabilizam direta e indiretamente a expansão da territorialidade do capital na região.

Atualmente, os Brejos da Barra (integrantes do frágil ecossistema das Paleodunas), participam de um contexto de avanços das investidas desenvolvimentistas às localidades do além sertão sãofranciscano. E é sobre este caso que direcionamos nossa abordagem nas linhas seguintes e manifestamos a preocupação acerca do modo como está se intensificando sua inserção na divisão sócio-territorial do trabalho que, pelo visto, não levam em conta as suas particularidades, as fragilidades do meio, a importância da identidade e diversidade das vidas e culturas que integram aquele ecossistema. Lançamos, portanto, a preocupação com o que está ocorrendo atualmente naqueles lugares em consequência da expansão desenfreada do modo capitalista de produção.

Para aquelas áreas sertanejas, os desenvolvimentistas regionais e locais utilizam-se do aparelhamento estatal de fomento ao desenvolvimento e impõem outras orientações e sentidos para as riquezas naturais e o trabalho do brejeiro.

Com esse intuito, introduzem outras expectativas nos sujeitos sociais locais e instalam alguns objetos que se destinam sobremaneira a apontar um outro vir a ser, um outro sentido para o futuro; instalam símbolos como se fossem monumentos que representam o que poderia estar por vir - amostragens (considerando o que se promete e o efetivado, e a justificativa na existência em si, quase sempre sem a funcionalidade propagada no discurso) de estradas, redes de energia elétrica, fábrica de processamento de frutos e entrepostos pesqueiros; prometem aparato técnico moderno para o cultivo de outros produtos voltados essencialmente para o mercado. Tudo isso certamente impacta o modo de vida tradicional daquelas comunidades, na medida em que seus membros passam a vislumbrar um futuro diferente daquele tradicionalmente almejado. Buscam, para tanto, remodelar a sua relação com a natureza e almejam ascendentemente, lançar mão de meios mais eficientes à sua dominação, de modo que o pretendido pelos desenvolvimentistas ganha importante espaço nas pautas reivindicatórias da população local. Lembramos, nesse sentido, a instalação da *Barra Frutos* (que nunca funcionou), a precariedade das estradas construídas, o não cumprimento dos objetivos anunciados da escola do *Projeto Amanhã*, a inadequação das casas de alvenaria às

necessidades habitacionais dos brejeiros, a inadequação às condições naturais locais de variedades selecionadas (tais como a mangaba e matrizes de caprinos) – e a lista de problemas poderia se alongar muito. Neste sentido Martins nos diz:

“a modernidade anuncia o possível, embora não o realize. A modernidade é uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar. Mistifica desmistificando porque põe diante da consciência de cada ser humano, e na vida cotidiana de cada um, todo o imenso catálogo de concepções e alternativas de vidas que estão disponíveis no mercado globalizado. Basta ter os recursos para consegui-lo. Mistifica desmistificando porque anuncia que são coisas possíveis de um mundo possível, mas não contém nenhum item no seu mercado imenso que diga como conseguir tais recursos, que faça o milagre simples de transformar o possível em real. Isso cada um tem de descobrir; isso a coletividade das vítimas, dos incluídos de modo excludente, tem de descobrir” (MARTINS, 2000, p. 20).

Não concebemos como estanque a realidade vivenciada pelos povos tradicionais, suas expectativas e temporalidades pretéritas. Não. Mesmo no modo de vida tradicional, a dinâmica que lhe é própria obviamente é dotada de movimento no que diz respeito à adoção de meios mais eficazes para a exploração das riquezas naturais. E, como fator importante que contribui para isso, destaca-se o crescimento populacional e influências dos contatos, mesmo que pouco expressivos, com outros modos de vida.

“é evidente que esse mundo sofre contaminações variáveis da economia de mercado, não só pela comercialização dos excedentes da subsistência, mas também pela compra de artigos suplementares da subsistência (tecido, querosene para iluminação, alguns alimentos, remédios, etc.), possível também, graças aos rendimentos monetários, ainda que reduzidos, dos produtos especificamente destinados ao comércio. Embora a produção direta dos meios de vida tenha tido e tenha ainda a função de reduzir o custo da força de trabalho embutido na mercadoria comercializada ou exportada, acabou definindo um modo de vida típico das zonas rurais. A mercadoria chega à casa do trabalhador como um luxo ou como algo que é estranho a esse modo de vida. Embora nessas peculiares condições históricas estejam algumas de suas determinações fundamentais. Não é casual que essas mercadorias acabam se tornando um quase fetiche.” (MARTINS, 2000, p. 38).

Coaduna com o que nos diz Martins a atitude dos brejeiros quando das nossas visitas às comunidades. Sabíamos da existência dos deliciosos e saudáveis alimentos e frutos naturais cultivados na sua parcela ou presentes na caatinga. Preferiam, no entanto, nos agraciar com a oferta dos industrializados tal como sucos (em pó - *ki-suco*), biscoitos, macarrão, pelo que nos parece, reservados para agradar os visitantes.

A crescente adesão aos produtos e valores “de fora” tendem a impulsionar a ampliação dos espaços de exploração e a intensificação dos tempos, inicialmente, por meio de técnicas quase sempre engendradas no local a partir das demandas aumentadas que surgem, na interação imediata com as condições objetivas de reprodução. Impulsionam, portanto, o aumento da quantidade de trabalho no meio. Tradicionalmente as populações brejeiras mantêm outras vias de contatos com a sociedade ampla por meio das migrações. E estes sujeitos que voltam às visitas, ou para ficar, não raro são importantes veículos que transportam para o ambiente brejeiro, valores, representações e visões de mundo inerentes a outras formas de organização social, a outros jeitos de ser e estar no mundo.

A nossa abordagem, entretanto, centra-se no que decorre de outro ritmo que vem sendo implementado, em função das velocidades mais intensas, possíveis e pretendidas pelos sujeitos em suas práticas, muitas delas em função da nova configuração que o espaço vem adquirindo e de outras expectativas que possivelmente forjarão as novas demandas dos próprios sujeitos.

Consta das intervenções recentes nos brejos a melhoria de parte das estradas. Foram instaladas redes de energia elétrica em alguns e houve algumas mudanças na tecnologia agrícola. Percebe-se, no entanto, que tais eventos que vem sendo alardeados como a chegada do progresso, se efetiva mais enquanto propaganda, tendo contribuído para a reorientação das expectativas dos sujeitos sociais de forma que as mudanças não são viabilizadas apenas pela utilização dos objetos (novidades) presentes. Os referidos eventos desempenham outro papel: propagam o discurso de outro tempo, de facilidades importantes comparadas às tradicionais e fatigantes relações imediatas com a natureza naqueles espaços sertanejos.

Prometem, tal como o discurso dos desenvolvimentistas, um futuro de vida mais fácil e moderna; o consumo de produtos que vêm de fora representa uma mudança, a promessa de uma vida mais feliz, menos árdua. Ao adotarem estas expectativas, muitos dos sujeitos reestruturam suas práticas, potencializando o uso tanto dos novos objetos, quanto dos antigos. Isto ocorre ainda a partir da contribuição de outros fatores, tal como o aumento da monetarização causada pelos programas de assistência social do governo federal, e da maior destinação do trabalho para a produção destinada ao comércio.

Isto confere uma outra linguagem para as trocas que passam a ser mediadas pelo dinheiro e não mais pela reciprocidade inter-indivíduos. Visam, portanto, a instalação dos objetos, a viabilização das trocas, do fluxo de mercadoria em maior quantidade e, para satisfazer a acumulação do capital, tem-se que acelerar os tempos. Estamos falando, portanto, de outras temporalidades que se tornam possíveis:

“dizer que estamos diante de diferentes temporalidades inscritas e escritas pelos diferentes povos e suas culturas é dizer que ao longo do tempo se estabeleceram diferentes relações com o espaço, com a natureza, com a água, com a terra, com o ar, com o fogo e com a vida nas suas diferentes espécies e com seus diferentes tempos. Há, assim, diferentes matrizes de racionalidades que produziram múltiplos conhecimentos acerca dos complexos naturais, que constituem patrimônio da humanidade como um todo” (GONÇALVES, 2004, p.241).

Já é muito freqüente, até naquelas comunidades não servidas por estradas encascalhadas, apesar das imensas dificuldades, a utilização de camionetas velhas (geralmente o modelo C-10) no transporte inter-comunidades e destas comunidades para a cidade nas viagens sempre mais freqüentes no transporte de pessoas e produtos. Lideranças comunitárias esforçam-se na organização de associações para reivindicar do poder público condições para a prática de uma agricultura mais tecnificada. Trata-se, então, de uma organização da comunidade para fins específicos – a produção.

“olha, no momento, na comunidade, no momento já tem tido assim, projetos de, de empreito, de agricultura, pra os pequenos agricultores que trabalha na roça, tem uns empreitozinhos que já tem, né? Então já tem ajudado, já tem ajudado sempre algumas coisa, viu? Não tem ajudado mais porque o pessoal é como eu vinha dizendo, não se reúne, porque quanto mais o pessoal assiste a reunião na cidade, assiste as reunião aqui, e todos juntos tem mais força. Uma pessoa só mais dois (...) (...) mais mesmo assim, já tem servido. Agora mesmo nós tamos com um projeto, tamo com projeto de, isso já foi levantado já há um ano atrás, e agora o pessoal lá do FUMAC estão dando munta força, munta cobertura pra as comunidades sobre os projetos (...) (...)com direito de pedir um benefício qualquer, aquele que a pessoa teje com mais necessidade. Vamos supor, aqui (...) (...)no momento, na necessidade mais é uma máquina. É nós temos a necessidade de uma máquina. É isso que nós tamos agora batalhando.” (Sr. Geraldo, Presidente da Associação da Comunidade do Brejo do Saco, julho de 2005).

Demonstra-se, portanto, o quanto transparece na comunidade outras expectativas insistentemente inculcadas por lideranças aos demais, visando à adesão a outra racionalidade, a econômica, a partir da busca de maior produtividade, de apoio dos órgãos oficiais fomentadores de desenvolvimento tal como os bancos estatais, agências como SEBRAE, EMBRAPA, EBDA, Prefeitura e

outros. Destes órgãos são cobrados assistência e condições para garantir uma produção com maior rentabilidade, além da concessão de máquinas (tratores) para uso nas atividades agrícolas e transporte.

“...esta máquina serve pra nós trabalhar, pra nos ajudar, aumentar nosso serviço. Que em vez de nós trabalhar, quer dizer: nós trabalha aqui de sequeiro, né? Nós trabalha no brejo, aqui no molhado e trabalha no sequeiro. Tem as roças, como você viu, né? Não andou no Sítio Novo, você não viu aqueles monte de roça? Aquele pessoal todo, ele têm o trabalho aqui no brejo. E tem aquela roça lá. Daqui até o Sítio Novo dá mais de 100 agricultor. Nós todo mundo planta. Então uma máquina seria bom pra trabalhar na roça. Um arado, uma grade, pra gradiar os terrenos quando vem a época do inverno, né? Ai nós, porque no braço, uma pessoa só no braço não dá pra fazer nada. Dinheiro não tem pra pagar. Então uma grade, uma máquina aqui nas roça ajuda muito.” (Sr. Geraldo, Presidente da Associação da Comunidade do Brejo do Saco, julho de 2005).

A utilização de outras técnicas no trabalho, no transporte e na comunicação visa, portanto, atingir maior produtividade no trabalho aplicado na terra brejeira. Concomitante, reivindicam também apoio estatal para a produção agrícola a ser lançada no mercado – na área do Sítio Novo o principal produto cultivado é a mamona que, recentemente, usufrui de incentivos do Governo Federal, como parte da política energética, o biodiesel.

A grande expectativa já está criada: investir na produção do que serve para alimentar o mercado e não mais diretamente para alimentar a família. A família será alimentada, em grande parte, por aqueles produtos que o mercado, e não mais a natureza, a terra, diretamente dispõe. Porém, para consegui-los, terão que os comprarem e isto não será possível se não trabalhar em quantidade maior na sua terra, para arcar com os custos do uso de outras técnicas, de outros instrumentos, inclusive a mercadoria *força de trabalho* quando contratada por salário e com os custos do próprio dinheiro quando obtido por empréstimos dos bancos.

Na região do Brejo do Saco onde a atuação do Distrito Projeto Brejos da Barra é pioneira e mais intensa, observa-se maior uso da terra e diversificação dos cultivos comerciais. Os moradores relatam que as áreas anteriormente desocupadas ou ocupadas com o cultivo de produtos alimentícios (mandioca, milho, feijão, arroz), estão se destinando aos cultivos de produtos comerciais (manga, caju, cana-de-açúcar e mamona), de tal modo que a faixa úmida do brejo encontra-se quase que integralmente ocupada e até mesmo as bordas encobertas por caatinga já estão sendo desmatadas e queimadas.

As mangueiras e cajueiros da paisagem anterior à intervenção são centenários e atualmente cultivam variedades anãs precoce destas plantas.

Quanto à mangaba, a variedade introduzida, “melhorada” e “selecionada” pela EMBRAPA, não se adaptou às condições ambientais da região, permanecendo na paisagem praticamente os exemplares nativos antigos.

Constatamos também importantes mudanças na exploração da área de sequeiro, o Sítio Novo. Os agricultores se esforçam para a efetivação das associações e adesão aos programas do Governo Federal de incentivos à produção da mamona a ser transformada em combustível, o biodiesel, conforme a seguinte fala:

“porque inclusive o governo federal este ano passado, ele fez um levantamento e ele lançou um projeto de empresto, viu? Geralmente ainda mais para o Nordeste, que é um lugar mais sofrido. Para mesmo pro plantio de mamona, você já ouviu falar no biodiesel, o biodiesel que isso vai é uma coisa que ta muito favorecido sobre o... pa o petróleo, né? E o governo ele fez, é o caso que a mamona aqui pra nós esse ano, o preço dela ta baixo. A mamona pra nós o ano passado aqui na região tava 45 reais uma saca de sessenta quilo. E agora ta 25 reais depois que o governo lançou o projeto. Foi que aumentou a produção⁷⁵. mais em compensação, ele lançou o projeto e o empresto. Quer dizer que tem... em compensação, ela baixou o preço, mais aumentou a produção. Foi vantagem, né? Quer dizer que quem produziu o ano passado as veiz trinta saca de mamona esse ano vai pra sessenta ou mais. Porque? Porque o pessoal, inclusive esta região de Irecê, você conhece Irecê, né? Lá o pessoal produz mais feijão. Lá já chama a terra do feijão. Mais este ano, o pessoal com o biodiesel, eles muita gente, eles diminuíram o plantio do feijão. E plantaro mamona. O que ocorre é que o feijão agora ta caro e a mamona ta barato. Você já pensou? Olha, o ano passado, Zé, o ano passado, no mês de agosto, a mamona lá no Irecê tava sessenta reais a saca de sessenta quilo. E o feijão tava 45. Aí você viu, que lá o pessoal tem lavoura mesmo. Lá não é lavourinha pouca não, lá tem agricultor que planta, planta é, é cem saco de feijão, viu? Então ele disse que ia diminuir de plantar o feijão e plantar a mamona. E muitos plantaram o feijão só para a despesa e o feijão agora ta caro e a mamona ta barata. Agora o que ocorre: já tem muitos que ta cortano a mamona. E vai plantar o feijão. E geralmente plantaro muita mamona na região. Foi no país inteiro, não foi só aqui no estado da Bahia não, em muitas região que plantaro a mamona. Porque no caso se a mamona fosse uma produção pequena que tivesse com o preço que tava, o biodiesel ele ia ficar um absurdo, nera não? Ele ia ficar muito historado!” (Sr. Geraldo, Presidente da Associação da Comunidade do Brejo do Saco, julho de 2005).

Temos acima exemplificado um caso de intervenção no ambiente das Paleodunas incentivado pelo Governo Federal por meio dos seus órgãos fomentadores do desenvolvimento. O dito acima nos mostra que o suposto incentivo

⁷⁵ Eis uma forma do Estado viabilizar a exploração da mão-de-obra camponesa. Empréstase dinheiro para que aumente a produção e o preço conseqüentemente cai no lugar e sobra margem de lucro para o capital financeiro e da prestação de serviço (atravessadores do transporte) assim como os bancos que ganham dinheiro ao vendê-lo para os produtores. E o produto do seu trabalho cai assim na malha da divisão social do trabalho mais ampla. Pois a diminuição de preço que ocorre após o incentivo do governo para a produção maior não reflete na baixa de preços para o consumidor. Isto significa que fica na trajetória do mercado financeiro e dos atravessadores. Que são aqueles tão ditos investidores no país. O produtor fica com o prejuízo assim como o consumidor.

do Governo Federal visa acima de tudo explorar a mão-de-obra do camponês brejeiro pela via do produto. Pois, no caso em questão, o camponês mantém a propriedade do seu meio de produção, a terra, e é induzido por meio de pacotes financeiros a cultivar um produto que no primeiro momento lhe parece monetariamente rentável, mas, logo em seguida, devido ao aumento da produção resultante dos incentivos governamentais, os preços caem, de modo que a maior produção incentivada pela política governamental não resulta numa rentabilidade maior para o trabalhador⁷⁶.

Ganham, portanto, com o aumento do volume produzido, os agentes não diretamente envolvidos no processo produtivo, ou seja, bancos, intermediários, fabricantes de máquinas, insumos e defensivos, constitutivos do que se denomina de *despesas de produção*, cuja importância não tinha tamanho significado no modo de produção tradicional camponês costumeiramente praticado nos brejos. Ocorre a exploração da força de trabalho camponesa, no âmbito do produto, e não do trabalho como no caso do trabalhador assalariado.

Vimos, portanto, a introdução de outra lógica no universo que diz respeito aos brejos e brejeiros. Uma lógica que não se concretiza de forma linear como aparenta. Há que mergulhar na realidade e desvendar o que as aparências não revelam, ou seja, as contradições que estão na essência dessa lógica, a pressão exercida pelos agentes da sociedade ampla fomentadores da expansão pelos espaços sertanejos, da mobilidade social e do trabalho para a produção no modo de produção capitalista. A racionalidade da vida, pilar da organização social tradicional em importante conformidade com a diversidade das vidas do ecossistema, deve submeter-se então à racionalidade econômica de mercado, cujo limite de exploração é indeterminado, na medida em que é motivada pela reprodução ampliada do capital inerente ao capitalismo.

O trabalho dos indivíduos – cujo sentido principal é reproduzir a vida da família e da comunidade, no modo de vida tradicional, se valendo dos saberes seculares transmitidos de geração para geração, sendo assim, patrimônio do grupo comunitário tal como a terra (mesmo a que é imediatamente entendida como propriedade individual) – está se resignificando a partir de outra orientação:

⁷⁶ “O campesinato é uma classe social que se insere na sociedade capitalista de forma subalterna. Ela é caracterizada por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista” (MARQUES, 2004, p. 152).

alimentar o mercado, no qual as pessoas são reconhecidas a partir da maior capacidade de consumo⁷⁷ na medida em que só consomem o que podem e por que podem pagar.

Concomitante às mudanças observadas no âmbito do local - cuja marca fundamental é o desligamento ou separação aparente dos sujeitos da terra, dos que lhes são comuns, iguais – ocorre a ligação, sob outra lógica, subordinada aos desiguais. Isto ocorre concomitante à privatização da terra e dos seus frutos que se concretiza nos espaços da localidade imediata e de outras alheias à realidade produtiva do local. É a lógica da mercadoria se implantando, é a existência das pessoas submetida às coisas a serem trocadas, é o valor de troca invadindo a essência das riquezas que a terra oferece ao homem (a possibilidade de uso do produto por aquele que o produziu).

Essa privatização se realiza na medida em que só poderão usá-los aqueles que tenham posses para trocar⁷⁸. A ligação com espaços alheios ao lugar se realiza provida de sentidos obedientes à lógica de mercado. E, assim, o lugar é subordinado ao regional ou global, pela via, principalmente, da movimentação das coisas e dos saberes, elementos estes que passam a ocupar, na produção, e nas relações sociais, o espaço do que ali estava consolidado, o modo de vida tradicional.

Na produção, no processo de trabalho, estes novos elementos aparecem como *despesas de produção*, um componente até então inexistente no processo produtivo. Tem-se, portanto, que produzir sempre mais para vencer no mercado a competição. Para tanto, há que absorver técnicas sempre mais avançadas no processo produtivo para arcar com os custos de produção e o consumo que serão sempre maiores no local e nos lugares alheios à localidade imediata da produção.

⁷⁷ “o termo “consumo” tem raízes tanto inglesas quanto francesas. Em sua forma original, consumir significa destruir, saquear, subjugar, exaurir. É uma palavra impregnada de violência e até o presente século tinha apenas conotações negativas. Até a década de 1920, a palavra ainda era usada para referir-se à mais fatal das doenças da época – a tuberculose. Hoje, o americano médio consome duas vezes mais do que consumia ao final da II Guerra Mundial. A metamorfose do consumo, de vício à virtude, é um dos fenômenos mais importantes e, no entanto, o menos analisado do século XX.” (RIFKIN, 1995, p. 19).

⁷⁸ “no capitalismo, só é pessoa quem troca, quem tem o que trocar e tem liberdade para fazê-lo. A condição humana, a condição de pessoa, específica dessa sociedade, surge da mediação das relações de troca: uma pessoa somente existe por intermédio de outra. Essa é uma contradição própria do capitalismo, para entrar em relação de troca, cada um tem que ser cada um, individualizado, livre e igual a todos os outros, ao mesmo tempo, cada um nunca é cada um, porque a existência da pessoa depende totalmente de todas as outras pessoas, das relações que cada um estabelece com os outros. Cada pessoa se cria na pessoa do outro” (MARTINS, 1981, p. 153).

Estamos, pois, falando da sua inclusão na divisão sócio-territorial do trabalho, na qual

“o camponês não produz mais para si mesmo, não apenas como industrial, mas mesmo como agricultor, tudo de que tem necessidade. Ele é obrigado a comprar não apenas os instrumentos, e instrumentos mais caros que os de outrora, mas ainda uma parte dos seus gêneros alimentícios, que a sua exploração especializada não proporciona, ou não proporciona em quantidade suficiente. Em particular, simultaneamente com a divisão do trabalho aumenta o número dos agricultores, principalmente dos pequenos, que relegam a segundo plano a cultura de cereais, e são por conseguinte obrigados a comprá-los, ou a comprar farinha. As vezes não mais colhem a semente na sua própria exploração, na qual em regra não mais criam os animais destinados à reprodução, ao menos no que concerne ao gado grosso.” (KAUTSKY, 1980, p. 58).

Apresentamos assim alguns fatores que contribuem para o aumento do contato com a sociedade ampla e dos anseios de consumo. O favorecimento do escoamento da produção em quantidades maiores vem contribuindo para a intensificação do uso da faixa úmida do brejo, e da ampliação da espacialidade produtiva na busca da obtenção de maior rendimento e, assim, adesão dos produtos industrializados agora também supostamente mais acessíveis.

A intensificação das investidas nas temporalidades

Em diferentes proporções, parte significativa das comunidades brejeiras já enfrenta problemas ambientais que, de alguma forma, estão relacionados com as mudanças nas práticas dos seus integrantes. Para aproveitar ao máximo a capacidade produtiva da sua parcela aterram com areia as áreas alagadas de forma a propiciá-las à prática agrícola; escavam valas na planície inundada para desvios ou definição do leito do riacho e aumento da drenagem do terreno.

Há casos inclusive, do entupimento das nascentes para diminuir o escoamento da água e assim possibilitar a maior extensão da área agricultável a jusante ou retirar toda vegetação do canal do riacho para facilitar o escoamento e evitar o excesso de umidade na planície de inundação das margens do riacho. Outra prática muito freqüente é a derrubada e queima dos buritizais e demais árvores das veredas para ampliar os cultivos e aproveitar a “decoada” ou “burraio”⁷⁹ nas covas dos cultivos. Nos casos em que já foi extinta a vegetação na faixa úmida (brejo),

⁷⁹ Assim chamada pelos moradores dos brejos a cinza da vegetação queimada.

retiram a madeira na caatinga para queima e aproveitamento do *burraio* nos plantios, principalmente do arroz, prática mais usual no Brejo de São Gonçalo, formando imensas clareiras na vertente mais próxima à vereda.

Em grande parte das comunidades e, principalmente naquelas mais próximas à sede do município ou submetidas à intervenção das agências desenvolvimentistas, observa-se a ocorrência da expansão da prática agrícola em direção às nascentes dos riachos e, naquelas instaladas às margens das lagoas, como a comunidade de Brejo do Saco, há a expansão da exploração nas bordas, desmatando para tanto a caatinga e, na medida em que o volume de água da lagoa diminui, os cultivos avançam nas áreas antes submersas.

Sabe-se que algumas dessas práticas são tradicionalmente desenvolvidas pelos brejeiros desde que se instalaram naqueles lugares. O destaque merecido aqui se deve à intensificação evidenciada a partir do aumento do contato com a sociedade ampla e, se continuado o ritmo atual de avanço dessas práticas naquele ambiente frágil, poderá comprometer a reprodução daquelas comunidades em seus lugares.

Já se apresentam fortes indícios desta tendência em algumas comunidades, como é o caso das instaladas no Brejo do Saco e imediações, bem como as de um longo trecho do baixo vale do Rio Icatu. Inclusive, no brejo mais próximo à sede do município, o Travessão (10km), já se utilizam de cisternas que armazenam a água captada do telhado das casas na estação chuvosa para o consumo doméstico:

“aqui no Brejo do Bangüê, Brejos do Bangüê era brejo; hoje ele ta quase seco, ele ta muito seco, não tem mais água no Brejo do Bangüê. A Lagoa ainda corria, quando enchia botava lá. Corria aqui, o rio quando enchia entrava água aqui (refere-se ao Rio São Francisco) , saía, hoje não enche mais, o rio não enche mais pra ir até lá na lagoa. (...) (...)o Brejo do Saco não. Sim, lá secou, pois é aí metade da água que vem de cima, água que vem de cima, da Serra. Não do rio. A água do rio... que a água do rio podia ajudar; sabe por que? que a água do rio junto com a do brejo, podia ajudar, a água do rio junto com a água do brejo podia durar mais tempo e tinha umidade... quando o rio saía ficava a água... (...) Agora o rio não enche mais... não entra mais(...) (...) Nós temos um brejo aqui, que já ta seco. É o brejo do Arrudeio. O Brejo do Arrudeio ta seco. Já não tem mais água. O Travessão que tinha bastante água e hoje não tem. Que ele entra ali na Lagoa Grande. Lagoa Grande o nome do lugar... lá não tem mais água. Que é onde Aninha mora. Lá foi construída sete ou foi oito cisterna de água da chuva pra poder viver... ta construindo cisterna lá, no Travessão, é no Travessão” (D. Zefa, Agente da CPT de Barra, julho 2005).

A fala acima faz referência à influência do Rio São Francisco no abastecimento de lagoas formadoras dos espaços úmidos também chamados de brejos pelos seus ocupantes. Isto sugere a existência de uma relação da dinâmica

do brejo com fatores relacionados a uma dinâmica que se realiza em escalas maiores, regional, portanto, no âmbito do vale do São Francisco.

É bem possível que, de alguma forma, contribuem na alteração no regime dos brejos tal como se evidencia no Rio São Francisco a intensificação dos usos da água no vale do grande rio, em consequência da regularização do regime fluvial, da implantação de projetos de irrigação, da perfuração de poços e da construção de barragens no leito dos afluentes bem como os desmatamentos desenfreados para a ampliação das áreas de pastagens e cultivos de soja e eucaliptos.

Na comunidade de Gamboa, por exemplo, constata-se no Rio Icatu um fenômeno denominado localmente de “encachoeiramento” no seu leito.

Foto 47 - A “cachoeira” rio Icatu – Brejo da Gamboa, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (out/2004)

Ou seja, o Rio está definindo ou aprofundando o seu leito, culminando com a formação de uma voçoroca no seu canal, deixando, assim, de existir a faixa úmida nas suas margens (brejo), ficando os brejeiros sem o solo úmido e fértil para os cultivos.

“Naquele lugar o brejo ficou triste, o povo não planta mais”.(Odenilson, Brejo da Caroeira, julho de 2005).

Esta cachoeira, segundo relatos dos moradores, desloca-se no sentido jusante a montante do Rio cerca de 50m por ano. Onde esta se encontra atualmente, (altura da comunidade de Gamboa) observamos a “coincidência” de haverem desmatado e queimado uma ampla área de buritizal para o cultivo de arroz, aproveitando o “burraio” da vegetação queimada. Segundo moradores das imediações, aquela área era embrejada. Com o aprofundamento do leito do riacho - trabalho realizado pela dita cachoeira, diminuiu a umidade da margem e o proprietário a desmatou para formar a roça de arroz. Noutros pontos, a montante, porém, as margens do riacho há muito já se encontra desprotegida, pois a prática da agricultura brejeira ocupa a faixa úmida que o margeia.

É muito freqüente na paisagem as extensas clareiras, onde a caatinga foi desmatada restando apenas o solo arenoso totalmente exposto nas vertentes próximas e de pouca inclinação:

“que aqui não compensa você ter um trator, com o maquinário dele todo, que o terreno aqui não garante, você pegar um areão desse aí, vira ela toda este ano, quando for no outro ano ela voltou tudo e não nasce mais nada (...) não tem adubo, não tem nada prá quilo ali”(Sr. Enoque e Sr. Gregório, respectivamente - Brejo Umburana, julho de 2004).

Estes senhores referem-se à aragem do solo brejeiro, pois na caatinga a fragilidade é maior em função da predominância da areia e quase inexistência de matéria orgânica no solo. Apesar da assertiva dos interlocutores, em comunidades em que a produção volta-se em maior quantidade para comércio, percebe-se nos períodos de preparo da terra para o plantio, a insistência na gradeação da terra. Prática evidenciada de forma crescente conforme percorre-se o longo trecho do Riacho São Gonçalo da nascente sentido jusante.

Carece de estudos direcionados, mas não descartamos a relação das referidas práticas com o que já se observa nas seguintes comunidades dentre outras: no Brejo do Saco (secamento da lagoa); Umburana (morte da nascente do riacho – foto 42); Riacho de São Gonçalo (recurso da extremidade principalmente a jusante) dificultando as condições de vida das comunidades de Boca do Saco, Extrema e Mato Escuro.

“Cavaro, de máquina. Máquina cavaro foi fundo e num deu numa gota de água... “Adiaro o riacho, cavou a máquina e não achou água. Dez, vinte, trinta metro e não achou água.” (Odenilson, Comunidade da Caroeira, julho de 2005).

Foto 48 - Lagoa de água barrenta no local da antiga nascente do riacho Umburana, comunidade Umburana, Barra-BA
Autor: J.S.Sobrinho (out/2004)

Na comunidade de Brejo do Saco e região, tal como nas demais, alguns problemas ambientais já são facilmente visíveis, como a secagem do riacho e da lagoa onde no passado pescava-se em abundância. Até mesmo o fornecimento de água para o consumo doméstico, em algumas localidades, já está comprometido. Para obtenção de água perfuram uma *cacimba*⁸⁰ no canal por onde passava o riacho ou extensão da lagoa; as pessoas formam fila na espera do acúmulo de água suficiente para a coleta.

Das áreas desmatadas nas proximidades dos brejos as chuvas torrenciais carregam imensa carga de material em direção ao fundo do vale, encobrendo de areia os solos férteis e tornando-os imprestáveis para a prática da agricultura. Isto está relacionado ao aumento da produção da cana-de-açúcar, forçando o desmatamento tanto nas proximidades do brejo para implantação de outros cultivos, quanto em localidades mais afastadas na coleta desordenada da lenha para os fornos do fabrico de rapadura e alambiques.

Nas áreas mais próximas da cidade da Barra, esta atividade é mais intensa, em função da alimentação de padarias, olarias, cerâmicas de artesanato e de telha.

⁸⁰ Escavação no leito do rio, no qual a água se acumula como em um poço.

Onde a vegetação é mais abundante, coletam indiscriminadamente madeiras de lei como aroeira *Myracrodruon urundeuva* Allemão (Anacardiaceae) e angico *Anadenanthera* spp. (Leguminosae - Mimosoideae) para comércio no Sudeste do país. Outro fator demais preocupante são as aquisições de grandes áreas de terras para transformação da vegetação natural em carvão a ser escoado para o pólo siderúrgico do quadrilátero ferrífero mineiro.

Considerações sobre as medidas de proteção dos brejos

A área compreendida pelas Paleodunas está submetida à legislação ambiental na condição de APA, com a denominação de “APA Dunas e Veredas do Baixo-Médio São Francisco”, sob administração do CRA (Centro de Recursos Ambientais), órgão do Estado da Bahia, pela Lei nº 9.985/00 que Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e Decreto Estadual nº 6.547 de 18 de julho de 97. Sua área é de 1.018.079ha e desse total, 517.416ha corresponde a 44,95% da área do município de Barra, 56.093ha corresponde a 10,10% do município de Xique-Xique e 444.570ha corresponde a 38,45% do município de Pilão Arcado.

Conforme o Diagnóstico Ambiental da sua criação, seus objetivos são os seguintes:

- preservar as singularidades das formações naturais de dunas e veredas do Baixo-Médio São Francisco, com ocorrência única no Nordeste Brasileiro;
- preservar as características naturais de excepcional cenário para o desenvolvimento do turismo ecológico desta região e
- preservar as singularidades dos seus atributos bióticos, com ocorrências de espécies diferenciadas de fauna e flora.

Não pretendemos nos aprofundarmos nas questões que envolvem os sentidos da criação da APA, mas necessário se faz tecermos algumas considerações sobre os objetivos que norteiam a sua criação. Primeiro ressaltamos a relevância da iniciativa governamental tendo em conta o que representa para a

manutenção da biodiversidade, o estabelecimento de políticas de proteção do ecossistema das Paleodunas. Pois, conforme reconhece o Diagnóstico Ambiental da APA, trata-se de um ambiente de elevada fragilidade e, sendo assim, as intervenções antrópicas no mesmo devem ser limitadas e monitoradas.

Cabe considerarmos que, embora o diagnóstico faça referência à necessidade de serem contidos os usos em expansão possibilitados pela implantação da infraestrutura na área da APA, necessário também se faz ressaltarmos que, muito do pretendido restringe-se apenas a registros no papel. Não acusamos intervenção concreta da parte do órgão ambiental que vise barrar o avanço das intervenções dos órgãos desenvolvimentistas na área da APA.

Ressaltamos ainda o fato de não constar nos objetivos da criação da área de proteção um direcionamento às questões que envolvem as comunidades ali instaladas há séculos, pois, tal como o ecossistema das Paleodunas, aquelas comunidades desenvolveram ao longo do tempo em pouco contato com outras sociedades (constituídas de modos de vida diferentes), seu jeito de ser, de viver em sociedade e de interagir com o meio (reconhecido pelos idealizadores da APA como particular). Carece, portanto, zelar pela identidade cultural do povo brejeiro; e tão prejudicial quanto a intervenção desordenada no referido ecossistema, é não reconhecer esta necessidade e não tomar medidas de proteção do patrimônio sócio-cultural e ambiental do conjunto.

Consideramos, no entanto, que os objetivos explicitados ou coadunam com a mesma lógica, ou não a questionam devidamente. Visam, pelo menos no discurso, a preservação dos atributos naturais da região para serem transformados em negócio do turismo e, quanto aos usos impactantes que já se apresentam e estão em intensificação a partir da intervenção desenvolvimentista do Distrito Projeto Brejos da Barra, o Diagnóstico Ambiental da APA não acena concretamente com impedimento ou limitação. Ao contrário, o louva como iniciativa importante para o desenvolvimento da região tal como alardeiam os agentes desenvolvimentistas.

A referência à necessidade de contenção da intervenção em desenvolvimento na APA se apresenta de forma bastante vaga tal como afirma o seguinte trecho:

“Ultimamente tem surgido alguns cultivos voltados exclusivamente para o mercado regional e com bom grau de racionalização dos recursos e de tecnologia, a exemplo da intensificação da cultura da manga em diversos locais da APA e a introdução da mangaba,

abacaxi e outras frutas nos brejos. Um fator limitante para o desenvolvimento da agricultura na APA é que toda a sua área é de preservação permanente, o que impediria a própria estrutura atual de produção.” (Diagnostico Ambiental da APA, 2002).

Cabe, portanto, levantarmos questões sobre o que está sendo entendido como desenvolvimento, já que a preservação daquele ambiente está relacionada com os tempos e as espacialidades inerentes ao modo de vida das populações que há muito permanecem ali estabelecendo relações de troca com a natureza. E, como podemos verificar noutra parte do nosso trabalho, o que chamam de desenvolvimento está aliado à aceleração dos tempos da produção, locomoção, comunicação e à inculcação nos sujeitos sociais locais de expectativas sempre maiores de retorno do seu trabalho. Ou seja, o que chamam de desenvolvimento é a capacidade de maior domínio da natureza com a utilização de técnicas sempre mais eficientes para dela tirar maior resultado material, econômico. É nisto que consiste a intervenção dos órgãos desenvolvimentistas como o Projeto Distrito Brejos da Barra, com a construção de estradas aterradas, instalações de redes de energia elétrica, telefonia, orientando mudanças na produção e, por meio dos cursos (tal como apresentamos noutro momento), reorientando as expectativas dos integrantes das comunidades brejeiras.

“Esta área também apresenta rede viária deficiente sobre leito arenoso, permitindo, apenas, acesso de carros tracionados, destacando-se apenas o trecho que liga o Brejo dos Olhos d’Água até a sede de Barra, por apresentar o leito em cascalho, sendo este o trecho beneficiado pela ONG “Distrito Brejos da Barra”. Foram encontrados alguns pontos de desmatamento e queimadas realizadas pelos moradores locais, talvez para o uso posterior em algum cultivo temporário. Foram identificados, também, diversos pontos de jazidas de empréstimo para a construção da estrada beneficiada pela ONG”.(Diagnóstico Ambiental da APA, 2002).

Demonstra, portanto, uma relação intrínseca entre o equipamento do espaço, sua reestruturação relacionada à expansão das práticas produtivas e a intervenção acentuada nas riquezas naturais promovida pela agência de fomento ao dito desenvolvimento.

O Diagnóstico Ambiental da APA não aponta encaminhamentos visando coibir os avanços destas práticas. Isto possivelmente guarda relação com a deficiência do aparelhamento do órgão ambiental referente à fiscalização das intervenções irregulares, tanto no que diz respeito à intervenção do Distrito, e outras tal como a caça e pesca predatória na região da APA, e nos rios São Francisco e

Grande, a ampliação dos desmatamentos para extensão das lavouras de fruticultura, extração de carvão e lenha, conforme relata a seguinte fala:

“inclusive nós estamos com uma preocupação, é outro fator de preocupação com o meio ambiente, é que estão chegando na região pessoas para comprar área do município da Barra. Comprar área. E, pelo que se sabe essa atividade deles vai ser voltada para a produção de carvão. Para se levar esse carvão para Minas Gerais. Porque lá ta havendo carência. É uma preocupação muito grande porque, tudo bem eles vêm com licença do CRA, com licença do IBAMA, de tudo. Mas é aquela coisa de se perguntar: e para o Município, isso é importante?(...) é o pescador de outras regiões, principalmente região de Irecê, região de Barreiras, pessoas que tem uma condição melhor e que vem equipados para fazer uma pesca como eles gostam de pescar. E muitas vezes é uma pesca predatória porque isso aí não é acompanhado, a pesca e a caça. Esse pessoal leva daqui tatu, numa quantidade enorme. E não há fiscalização porque? Porque como eu disse antes: escritório do CRA ta em Xique-Xique, escritório do Ibama ta em Barreiras, escritório de não sei de que ta em Ibotirama, escritório não seu mais qual ta não sei aonde...”(Sr. Sócrates, chefe do gabinete do prefeito da cidade de Barra, julho de 2004).

Quanto ao posicionamento dos sujeitos sociais locais a respeito dos referidos problemas ambientais, pudemos perceber manifestações diferenciadas, assim como por parte dos defensores do dito desenvolvimento, percebemos posicionamentos contraditórios.

Parte das lideranças políticas locais, enquanto criticam algumas intervenções (tais como a pesca e a caça predatória, o desmatamento para transformação em carvão), defendem outras intervenções não menos impactantes por acreditarem estarem levando o progresso, o desenvolvimento para o município. Podemos exemplificar com a defesa da implantação de projetos de irrigação, a construção de barragem no Rio Grande, o aproveitamento maior do que chamam de recursos naturais presentes nos brejos. Construção de estradas e demais equipamentos que, embora reconheçamos a importância para melhoria das condições de vida das populações rurais, não podemos deixar de reconhecer seu impacto direto e indireto no ambiente e no modo de vida tradicional. Tal posicionamento das lideranças políticas locais, em nosso entendimento, explica-se a partir da concepção dos sentidos da preservação do sistema Paleodunas, ou seja, transformar em mercadoria seu cenário natural para a atividade turística, coadunando, portanto, com a mesma lógica da expansão ampliada do capital pelo vale do São Francisco.

Outras forças políticas ligadas aos movimentos sociais, no entanto, apresentam orientações um tanto diferentes. Essas orientações são manifestadas em suas campanhas de mobilizações junto às comunidades. Participamos de uma

dessas campanhas promovida pela CPT-Barra, denominada 1ª Missão Ecológica nos Brejos da Barra. Cujas atividades apresentamos de forma mais detalhada noutra parte do trabalho.

No âmbito dos sujeitos sociais integrantes das comunidades, pudemos observar, de forma geral, uma dificuldade de associação das atividades impactantes, tanto tradicionais quanto as que surgem após as intervenções dos órgãos desenvolvimentistas, com a degradação das condições ambientais que, em alguns casos, já comprometem a reprodução da vida em comunidade no lugar. Boa parte daqueles sujeitos sociais mais idosos ou portadores do passado defendem o maior acesso às vantagens relativas ao dito progresso e, quanto aos impactos resultantes disso, alegam fatores como: aumento populacional, falta de chuva e vontade de Deus. Naquelas comunidades mais preservadas em seus aspectos sócio-ambientais, tais como a da Cabeceira de São Gonçalo, percebe-se maior valorização das riquezas naturais por parte dos seus membros e um envolvimento maior da juventude nas discussões sobre essas questões. Ao contrário, na comunidade de Brejo do Saco uma professora de Geografia relata que, ao discutir essas questões com seus alunos, muitos deles não demonstravam disposição a refletir sobre as práticas indevidas que vem contribuindo para a morte do brejo. Afirmavam, segundo ela, que, caso o brejo se tornasse impróprio para suas permanências ali, procurariam outro lugar para morar. Demonstrando, portanto, fortes indícios de desapego ao seu lugar ou desenraizamento por parte da juventude.

Conforme demonstramos noutro momento, é muito comum nos brejos a ocorrência de problemas ambientais que, em boa parte, estão associados com intervenções em escala local. Essas intervenções ou são resultantes da evolução da própria comunidade, ou estão associadas diretamente à intervenção das agências desenvolvimentistas ou indiretamente, pois, mesmo as comunidades não contempladas com os equipamentos e não submetidas diretamente às orientações modernizantes, ao tomarem conhecimento desses “benefícios” a partir das outras, já reivindicam para si, já reorientam as suas expectativas, já canalizam seus esforços para as mudanças em detrimento da tradicional assimilação dos saberes dos ancestrais.

No contexto da questão ambiental relativa aos brejos, consideramos ainda, os conflitos concernentes à questão da água em várias comunidades, envolvendo

aqueles brejeiros que estão situados nas cabeceiras ou nascentes dos riachos demandando ampliação das áreas de cultivos, inclusive sobre as áreas que vão se tornando propícias à ocupação em função da diminuição do volume d'água. Recentemente vêm surgindo demandas entre estes e as populações que ocupam as áreas à jusante. Estes últimos reivindicam a preservação das cabeceiras e apontam até mesmo para a necessidade de reflorestamento das áreas já devastadas, ao passo que há casos daqueles instalados nessas áreas que até louvam o recuo das águas, pois, assim, poderão ampliar seus cultivos.

Um exemplo notável desses casos é o da comunidade da Umburana em que o morador da cabeceira já não dispõe de área úmida o suficiente para a prática agrícola, e para o abastecimento animal, tem que perfurar profundas *cacimbas* cuja água de péssima qualidade consiste num caldo barrento já imprestável para tal finalidade.

Os moradores instalados a jusante, ao preverem o que está por vir, estão reivindicando do proprietário, sem sucesso, essa área para reflorestamento; a demanda vem se alongando e a coesão da comunidade não deixa de abalar-se em função disso.

“pra nós que mora no lugar, pode... é temos que ir de vagar. Porque se você for de vez vai prejudicar... vai ter mal querência, né? (...) sobre... pra cercar, né? Mas uns ficava meio mal, não sei o que... e no final... e aí passou. Aí quando passou uns quatro dias, aí um me chamou. Moço... mulher mandou dizer... que o pessoal mora lá no Buriti, né? Mandou dizer que... de cercar ali aquela lagoa... é você mais Eiró aí, você é um caba bom... é uma pessoa aqui da terra vivendo mais a gente, é melhor cair fora disso aí... não quer que cerque. Não cerca porque? ela tem documento?... tem, tem um Incra. Eu digo Incra não é documento. Incra é... de terra (...) (...) não tem, não sei o que... mais é melhor você sair? Eu digo: de qualquer maneira fica meio ruim pra gente. Dizer: nós vamos cercar, e tudo... tem que ter primeiro uma conscientização, né? Que vai ser a benefício deles... pra depois não criar aquele atrito, até briga, até mal querência né?” (Professor Leôncio, comunidade da Umburana, julho de 2005)

Concomitante à escassez de água que já preocupa as comunidades que ocupam aqueles brejos, onde *de tudo que se planta dá*, enfrentam também a drástica diminuição da caça tão abundante em tempos passados nas caatingas. Atribuem a esse fato a vários fatores a citar: aumento da população e conseqüentemente da demanda pela carne das caças; desrespeito ao período de reprodução das várias espécies procuradas e desenvolvimento de técnicas predatórias nas caçadas, bem como freqüentes queimadas da caatinga visando a renovação do pasto para o gado, conforme falas citadas abaixo:

“É... Pegava o peba. Mais o que? Inventou muita coisa, chegou gente... de premero, o cachorro dava com o peba, ele entrava dento do buraco, a gente não pegava ele. Que aqui é areia, né? Quem ranjava um peba aqui na hora que entrava no buraco? Entrava no buraco oh home: sai cachorro! Sai cachorro! E ia imbora. E hoje não, inventou, depois que inventaro o ferrão, vai buscar imbaixo! Pronde ele vai? Ferrãozão de ferro! Funda ele e prega ele lá na frente... e depois cava. (...) de tirar peba aqui ó... imbaixo. Que de premero não tinha isto... viu? Os istudo do povo?” (Sr. Antonio Milão, Brejo da Cabeceira de São Gonçalo, julho de 2005).

“José: os estudos servem pra isso é?”

“é os estudo é pra isso! (frase inaudível) e quem fazia um ferrão de premero, quem sabia um ferrão? Nessa idade que meu pai foi criado aqui mais nós... era!... Que era!... Era um facãozinho, ó. Quinem esse meu ó... pega peba com um facão deste!... se tivesse na boca do buraco... e hoje não ele vai buscar debaixo, desce o ferrão, ele ta quebrano raiz, tuco, tuco, tuco, o cara vai ó... escuta lá onde ele ta, o ferrão pa riba. O povo diz que não, que foi Deus que... acabou com o resto! Vocês acabaro, moço! Esse monte de gente aí (...) (...) porque? Foi ajuntano muita gente... donde tira que não bota?... heim... só tirano, só tirano. Matou a cotia ela ta parida com os fio aí na caatinga... e ela vai cabano.” (Sr. Antonio Milão, Brejo da Cabeceira de São Gonçalo, julho de 2005).

José: “haja tatu pra alimentar esse povo...”

“é... cadê? (risos) pra alimentá este povo! Carne num tinha... aí foi cresceno a famia... foi produzino é gente. Aqui, quando ce visse uma pessoa, armaria!... aí vem fulano... quem é aquele, menino? Queria era correr do povo... não tinha gente!... tudo iscundido...” (Sr. Antonio Milão, Brejo da Cabeceira de São Gonçalo, julho de 2005).

Em função do aumento dos usos, outras dificuldades são enfrentadas pelos brejeiros para conseguir da natureza os seus meios de vida. O material para a construção das suas casas já está escasso, tais como a madeira e a folha dos buritis tradicionalmente utilizados nas paredes e cobertura. Por isso justificam a substituição desses materiais por tijolos crus (adobe) adquiridos, nem sempre em localidades próximas e telhas na cidade da Barra com alto custo monetário tanto do produto quanto do transporte.

Mesmo naquelas comunidades com grau de preservação mais elevado a dificuldade para obtenção da madeira já é um fato.

“onde vai tirar madeira, onde fui tirar esta madeira? De longe esses caibo, ó. Vei de longe. Nós passamo o dia todim pra cassar esta madeira na caatinga. Eu mais Joaquim e Brinco. E o Lindomar e o Gilmar carregano no camim. Aqui tem um bom, outro diz: aqui tem outo... quando nós foi chegar aqui foi de tarde, tirano esta madeira e dexemo lá. Deixa ela secá... levemo treis... quatro burro. Levei esta burra minha, Joaquim levou um, Lindomar levou ota, Brinco levou ota e Gilmar... aí truxemo no camim. De longe... na baixa que tem aqui. Essa madeira vei de longe... e é cassado na caatinga, aqui, acolá. Né só dizer assim eu vou

entrá e vô cortar não.” (Sr. Antonio Milão, Brejo da Cabeceira de São Gonçalo, julho de 2005).

As dificuldades se repetem para a coleta da lenha. Para tanto, avançam sempre mais caatinga à dentro e, em muitos casos, já não encontram madeira seca e cortam a madeira verde deixando para trás o estrago, a caatinga rarefeita. Tradicionalmente, o transporte da madeira é feito em lombo de jumento ou burro, mas recentemente já usam tratores quando a associação da comunidade já o conseguiram junto às agências de fomento ao desenvolvimento. E, no caso daquelas comunidades mais próximas da sede do município, a prefeitura também cede tratores para o transporte de madeira e gradeamento das terras. Vê-se, portanto, o emprego da técnica sanando as dificuldades advindas do processo de exaustão das riquezas naturais e intensificando-as.

Até quando as referidas riquezas resistirão ao ataque crescente por meio do uso de técnicas sempre mais eficazes?

Viu? Os istudo do povo?

Considerações finais

Na presente investigação, procuramos demonstrar alguns aspectos relacionados às intervenções que vêm se realizando nos espaços sãofranciscanos no decorrer das últimas décadas. Representa, portanto, uma manifestação da nossa inquietação frente a um modelo de intervenção nos espaços e modo de vida das populações denominado por seus defensores de “desenvolvimento”. Ansiosos pelo desvendamento da lógica deste modelo, nos esforçamos em “mergulhos” nas particularidades, sem, no entanto, perdermos a conexão destas com amplitudes e questionamentos mais abrangentes.

Uma das principais marcas que ressaltamos nestas intervenções refere-se à postura do Estado, ampliando o raio de ação e incentivando de várias formas a modernização das práticas produtivas. No caso pesquisado, esta investida se dá por meio do fomento à implantação de projetos agropecuários, sob auspícios diretos e indiretos das agências estatais criadas para tal finalidade. Estas, por sua vez, têm suas ações pautadas pela expropriação dos agricultores camponeses e pelo favorecimento às elites locais e regionais, contribuindo para a reprodução dos últimos enquanto detentores do poder econômico e político.

Procuramos destacar a fúria da expansão modernizante sobre as riquezas naturais por meio dos desmatamentos generalizados, exploração e poluição exacerbada dos solos e cursos d'água, indicando a inexistência de preocupação com o dessecamento, a desertificação ou erradicação da vida naqueles lugares; estabelecem como valor preponderante o das coisas, das mercadorias a serem trocadas e alimentam assim, a reprodução e expansão da outra racionalidade, a econômica de mercado para a reprodução ampliada do capital.

Estão incluindo nesta perspectiva os Brejos da Barra e suas comunidades, as quais elegemos para análise com maior profundidade na nossa pesquisa.

Neste caso, o desenvolvimentismo ali está chegando por meio da associação entre o grupo detentor do poder local e os integrantes das oligarquias

ligadas a outras esferas do poder. Nessa associação, a população é incluída como “moeda de troca”, na medida em que predomina o voto de “cabresto”⁸¹; pois, enquanto eleitores, são visados por aqueles que realizam a mediação entre as agências desenvolvimentistas em atuação no vale e os interesses do grupo majoritário local.

É nesta barganha que a população municipal (e mais precisamente as residentes nos brejos em função do que estes *têm para oferecer*) torna-se protagonista da propaganda de falsos problemas: o “isolamento”, a “pobreza”, o “atraso” e outros mais.

Para resgatá-los desta situação de “sofrimento” e “esquecimento”, os desenvolvimentistas oriundos do meio urbano, fomentam a sua inserção no modo de vida que lhes é peculiar para tornarem-se desenvolvidos, diga-se: produtores e consumidores de mercadorias.

Esta investida exerce fortes pressões sobre o modo de vida tradicional, suas espacialidades e temporalidades. Por meio de um modelo educacional alheio à ambiência e aos tradicionais saberes e interesses, inculcam outra mentalidade e expectativas nos sujeitos sociais comunitários. Investem na preparação das inteligências para possibilitar ou assimilar a outra racionalidade. Redefinem os valores tradicionalmente conferidos à terra, ao trabalho, à família, às relações de trocas – faz-se relevante lembrarmos as pressões sobre a privatização da propriedade da terra.

Na medida em que instalam alguns equipamentos no espaço e/ou se faz viável a aplicação de outras técnicas de trabalho na produção, aumenta-se a cobiça para a privatização das terras, tanto da parte dos membros das comunidades, quanto de sujeitos “de fora”. Transformam a sua função e sentido: da *morada da vida* e garantia do sustento da família pelo trabalho (o sentido tradicional), para “objeto” de negócio (na racionalidade econômica de mercado).

Lembramos, neste aspecto, o movimento que se inicia reivindicando do Estado a regularização das propriedades, haja vista tratarem-se de *terras devolutas*,

⁸¹ Afirmação muito freqüente nas falas de alguns interlocutores. Denunciam a existência do coronelismo com todas as suas características: clientelismo, paternalismo, autoritarismo etc. Muito freqüente também nas falas a referência ao medo disseminado pelos chefes. Por meio desta tática perseguem aqueles que não se curvam a seus caprichos e cedem pequenos favores (geralmente com recursos públicos) aos seus aliados. Segundo alguns dos nossos entrevistados, a tímida organização de uma resistência a estas táticas deve-se à sua truculência. Muitos, por medo de perseguição não se manifestam.

as quais ocupam na condição de posseiros, combinando a propriedade individual/familiar com a coletiva (fundo de pasto). Visando assim, pelo que nos parece, recorrer à ordem jurídica para possibilitar a reprodução da ordem moral tradicional na comunidade. Entretanto, há que ressaltar os grandes impedimentos que enfrentam para o encaminhamento dos processos junto ao poder público. Dentre eles, destacamos a concepção de propriedade da terra imanente às comunidades tradicionais, a qual diverge da ordem jurídica vigente no tocante à propriedade privada. Além disso, esbarram nos “dificultados” caminhos da burocracia oficial, os quais somados à falta ou pouca habilidade dos camponeses nestas lidas, se tornam praticamente intransponíveis.

Esperamos ter alcançado os objetivos pretendidos acerca da análise sobre o modelo de desenvolvimento no vale do São Francisco e da sua versão em implantação nos Brejos da Barra. Nos propomos apresentar e estamos oferecendo (a partir do que presenciamos em nossos trabalhos de campo e das contribuições teóricas as quais tivemos acesso) a nossa contribuição para o debate sobre os problemas no vale e, mais especificamente, nos Brejos da Barra, escolhidos para focalizarmos com maior ênfase na nossa pesquisa.

No entanto, concebemos esta pesquisa como uma etapa de um processo contínuo, iniciado a cerca de dez anos com a criação do grupo de estudos do vale do São Francisco “Chico Velho”. Expressamos assim a nossa disposição em continuar a “caminhada” e esperamos que seja ampliado o debate sobre as questões que discutimos. Pois, estão claros para nós os alcances e limites desta etapa da pesquisa, tanto no que diz respeito ao “universo” do vale do São Francisco, quanto das comunidades brejeiras. Destacamos, neste sentido, os recortes temporais, espaciais e analíticos que, por mais coerentes que sejam com a natureza do “objeto”, a diversidade constante (da realidade) de cada parcela do espaço na sua dinâmica própria, nos convida à continuidade da busca e desvendamento das situações e fatos do passado, do presente e das tendências para o futuro.

Sabemos que a realidade está em movimento. No vale do São Francisco, apesar da perversidade do modelo de desenvolvimento, seus projetos continuam em expansão. A fúria e a gana sobre as riquezas naturais são tanta que não permite uma trégua para que se perceba o tamanho do estrago que está em andamento. Nesta racionalidade estão inserindo os Brejos que, tal como em outras localidades do vale, as temporalidades do ecossistema e as engendradas pelas comunidades

tradicionais ali instaladas não são respeitadas. O tempo do relógio, ou seja, o tempo abstrato está se “instalando” por vezes em detrimento dos demais.

Já são visíveis importantes seqüelas resultantes das arbitrariedades do modelo de interagir com as condições objetivas de reprodução social das comunidades orientadas pelos desenvolvimentistas. Muitos dos brejos já apresentam sinais de morte, as riquezas das caatingas estão se escasseando. Do conjunto de investida desenvolvimentista constam grandes pressões à “desaculturação” das comunidades.

Nesta conjuntura faz-se urgente aos brejeiros organizarem-se, se fortalecerem e tomarem as rédeas da sua história. Se de alguma forma nossos esforços à realização desta pesquisa contribuir para esta conquista àqueles que tanto nos ajudaram e nos ensinaram, também nos sentiremos fortalecidos e motivados para continuar a caminhada.

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida – *Estudos Avançados*, São Paulo v. 13, nº 36. pp.7-59 1999.

_____, *Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____, O paleodeserto de Xique-Xique - *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, nº 56, pp. 301-308, jan/abr – 2006.

AGUIAR, Deolindo Machado de. *Estudo de viabilidade econômico-financeira de investimentos na aquisição de lotes parcelar em projetos de irrigação pública: caso Bebedouro, Petrolina-PE*. Dissertação de Mestrado - FCE-UFRS, Porto Alegre, 1985.

ALAVI, Hanza. *Las Clases Campesinas e Las Lealtades Primordiales*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1973.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

_____, *Tradição e Mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco*. Rio de Janeiro: Zaar, 1983.

_____, Construção de Grandes Represas e os Impactos Ecológicos e Sociais Provocados. *Geonordeste*, ano I, nº 1, pp.1-11, 1984.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do trabalho. Ensaio sobre as afirmações e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ARROYO, M. G. (Prefácio) In: *Por uma Educação do Campo*, KOLLING, E.J., NERY, I.J., MOLINA, M.C., (orgs.), Brasília, Edunb, 3ª Edição, 1999, pp. 6-12.

AXELOS, Kostas. *Marx pensador de La Técnica*. Barcelona: Editorial Fontanella, 1969.

AZEVEDO, Maria Madalena Lacerda de. *Itaparica: O Futuro de um Povo. A expropriação do espaço de trabalho pelo Estado para o capital*. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

BARBOSA, Ycarim Mesgaço. *Estado, expansão do capital e espaço no Médio-Araguaia: o Projeto Rio Formoso*. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BATISTA, A. & CAMANDAROBÁ, Joana. *Barra um retrato do Brasil*, Editora EST. 1999.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. (tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti). São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDES, Nilo. As caatingas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, nº 36. pp.7-59, 1999.

BLOCH, Didier. *As frutas amargas do velho Chico: irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco*. São Paulo: Livros da Terra. 1996.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O Desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

_____, *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa, Difel, 1989.

_____, *Esboço de uma teoria da prática* in ORTIZ, R. (org.). São Paulo: Ática, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____, *Sobre a Tradicionalidade Rural que Há em Nós*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.) *O Campo no Século XXI*:

território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

CALAZANS, Maria Julieta C., CASTRO, Luis Felipe Meira de e SILVA, Hélio R. S. da. *Questões e Contribuições da Educação Rural no Brasil*. In: WERTHEIN, Jorge e BORDENAVE, Juan Diaz (orgs.). *Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. Tradução de Paulo Roberto Kramer e Lúcia Tereza Lessa Carregal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CALDART, Roseli Salete. *Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção*. In: KOLLING, E.J., NERY, I.J., CALDART, R.S., (orgs.). *Por Uma Educação do Campo*, Brasília: Edunb, 2002, pp. 25-36.

CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de Uso Comum no Brasil: Um Estudo de Suas Diferentes Formas*. Tese Doutorado – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CAPPIO, Luiz Flávio, MARTINS, Adriano & KIRCHNER, Renato. (orgs.). *Rio São Francisco: uma caminhada entre vida e morte*. Petrópolis: vozes, 1995.

CASTRO, Iná Elias de. *O Mito da Necessidade: Discurso e Prática do Regionalismo Nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

CAVALCANTI, Enoque Gomes. *Geo-economia do semi-árido irrigado: a experiência de Petrolina sob o enfoque da sustentabilidade do desenvolvimento*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CHILCOTE, Ronald H. *Transição Capitalista e a Classe Dominante no Nordeste*. São Paulo: EDUSP, 1990.

CODEVASF. *Relatório 1985-1998*. Brasília, 1989.

_____, *Inventário dos Projetos de Irrigação*. Brasília, 1991.

_____, *Irrigar para Superar a Recessão*, Petrolina, agosto de 1992.

_____, *A Codevasf na transformação do Semi-Árido São Franciscano 1993-2000*. Brasília, 1993.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. *Territórios em confrontos: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão*. São Paulo: Hucitec, 2002.

COSTA, Rogério Haesbaert. *"Gaúcho" no Nordeste: Modernidade, des-territorialização e identidade*. Tese Doutorado - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1995.

DEMO, Pedro. *Subeducação*. In: WERTHEIN, Jorge e BORDENAVE, Juan Diaz (orgs.). *Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. Tradução de Paulo Roberto Kramer e Lúcia Tereza Lessa Carregal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, NUPAUB, USP, 2001.

DIEZ, Albani Galo. *Segredos da Bahia: Geografia*. São Paulo: FTD, 2001.

DINIZ, José Alexandre Felizola (coord.). *Área Centro Ocidental do Nordeste*. Recife: SUDENE – Coordenação de Planejamento Regional, 1982.

DREW, David. *Processos interativos homem-meio ambiente*. Tradução de João Alves dos Santos, Revisão de Suely Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DUMONT, Louis. *Ensaio sobre o individualismo: uma retrospectiva antropológica sobre a ideologia moderna*, Lisboa: Publicações Don Quixote, 1992.

ESTADO DA BAHIA. Capítulo 03, art. 184, janeiro de 1999. Dispõe sobre a política agrícola, fundiária e da reforma agrária.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUREZ, Gerard. *A Construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

GAJARDO, Marcela. *Educação Popular e Conscientização no Meio Rural Latino Americano*. In. WERTHEIN, Jorge e BORDENAVE, Juan Diaz (orgs.). *Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. Tradução de Paulo Roberto Kramer e Lúcia Tereza Lessa Carregal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARCIA Jr., Afrânio Raul. *Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GIDDENS, Anthony, *As conseqüências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. *O processo de modernização / conservação do discurso regionalista, a transformação espacial e a destruição do patrimônio histórico espacial na cidade de Barra, Bahia*. Relatório de Iniciação Científica – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GONÇALVES, Marcelo. *O sertão da caatinga e o semi-árido irrigado do vale do São Francisco. Paisagens da modernização do Projeto de Irrigação de Bebedouro em Petrolina – Pernambuco*. Trabalho de Graduação Individual, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (Des)Caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Editora Contexto, 1990.

_____, *Geografia da Riqueza, Fome e Meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais*. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). *O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

_____, *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORZ, André. *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Moradia da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBSBAWM, Eric. *Los campesinos y la política*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

_____, (prefácio) *Formações econômicas Pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

JULIÃO, Francisco. *Que São Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1962.

KOLLING, Edgar Jorge, NERY, I.J., MOLINA, M.C.(orgs.) *Por uma educação básica do campo*. Brasília, Edunb, 1999.

KOLLING, E.J., CERIOLI, P.R. e CALDART, R.S.,(orgs.). *Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas*, Brasília, 2002.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

KRISIS (Grupo). *Manifesto Contra o Trabalho*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003. Trad. Heinz Dieter Heidemann e Cláudio Roberto Duarte.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____, *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. In. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa Ômega. 1980. Tomo 2, pp: 219 – 305.

_____, *Sobre o Estado. Conferência na Universidade de Sverdlov. (11.07.1919)*, In. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1980, Tomo 3, pp. 176 – 189.

_____, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril cultural, 1982.

LINS, Wilson. *O Médio São Francisco. uma sociedade de pastores e guerreiros*. São Paulo: Edotara Nacional; [Brasília], 1983.

LOPES, Luiz Otávio do Canto. *Várzea e Varzeiros: a vida de um lugar no Baixo Amazonas*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MACEDO, Jozé Noberto. Fazendas de Gado no Vale do São Francisco. *Documento da vida rural* nº 3. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952.

MARQUES, Marta Inez de Medeiros. Geografia, movimentos sociais e teoria: o conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, São Paulo, nº 19, jul./dez. 2002, pp.95-112.

_____, *Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). *O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____, *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

_____, *A Valorização da Escola e do Trabalho no Meio Rural*. In: *Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. WERTHEIN, Jorge e BORDENAVE, Juan Diaz (orgs.). Tradução de Paulo Roberto Kramer e Lúcia Tereza Lessa Carregal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____, *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____, *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____, *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____, *A sociabilidade do Homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____, *A sociedade do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

_____, *Processo de trabalho e processo de produzir mais valia*. In: O capital, Livro I, Vol. I, Terceira Parte, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.

_____, *Crítica da Economia Política*. In: O Capital, Livro Primeiro, Vol I, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, s/d.

_____, *O Capital*, Livro I, Capítulo VI, inédito. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____, *Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Ed. Abril. 1974.

_____, *Formações econômicas Pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARX, K e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. *Estudos Avançados*. São Paulo, V.12, nº 34, set/dez, 1998.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial. 2002.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, *Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*, Relatório de Impacto Ambiental, Brasília, julho de 2006.

MOURA, Margarida M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática 1986.

_____, *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

_____, *Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.

_____, *A geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*. In *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PALHETA, Iraci Gomes Vasconcelos & OUTROS. As Políticas de Irrigação No Nordeste: Uma Análise Crítica. *Revista do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*, nº 5, pp. 39-46, 1991.

PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. Tradução, Prefácio e Tomo I Maria Aparecida Madeira Kerberg. Rio de Janeiro, 1972.

PIETRAFESA DE GODÓI, Emília. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

PROENÇA, Manoel Cavalcanti. *Ribeira do São Francisco*, 1944.

RAMOS, Soraia de Fátima. *Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE) / Juazeiro (BA)*. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

REBOUÇAS, Aldo da C. Água na Região Nordeste: desperdício e escassez. *Estudos Avançados*, 11 (29), 1997.

REGO, Luiz Flores de Moraes. *O Vale do São Francisco*, 1935.

RIFKIN, J. *O fim dos empregos. O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, CODEVASF, 1983.

RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.

SABOURIN, Eric & MARINOZZI, Gabrio. Recomposição da agricultura familiar e coordenação dos produtores para a gestão de bens comuns no Nordeste brasileiro. *Política e trabalho*, nº 17, pp. 80-90, set. 2001.

SAMPAIO, Theodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica, Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 18, ano 7, fev. 1992.

SHANIN, Teodor. *La clase incómoda*. Madrid: Alianza Editorial, 1979.

_____, A definição de camponês: conceituação e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos Cebrap*, nº 26, São Paulo, 1980.

_____, *Naturaleza y lógica de la economía campesina*. Barcelona: Editorial Anagrama, s/d.

THOMAZ, Júnior. *Por uma Geografia do Trabalho*. Revista Pegada, Número Especial, Presidente Prudente, Ceget, 2002.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

UNGER, Nancy Mangabeira. *Da foz à Nascente: o recado do rio*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2001.

WOORTMANN, Ellen F. *Sitiantes e Roceiros: a produção camponesa num contexto de pecuarização*. Dissertação de Mestrado - UnB, Brasília, 1981.

_____, A Arvore da Memória. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

_____, *Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo: Hucitec, Brasília: Edunb, 1995.

_____, *O Saber Tradicional Camponês e Invenções*. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). *O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

WOORTMANN, Klaas. Com Parente Não se Neguceia. O Campesinato como Ordem Moral, *Anuário Antropológico/87*, Brasília, Ed. da UnB, pp. 11-73, 1990.

ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco (Uma Análise Regional)*. Rio Janeiro: IBGE, 1947.

SÍTIOS DA INTERNET CONSULTADOS:

<http://www.codevasf.gov.br>, acessado em março de 2004.

<http://www.barra.ba.gov.br>, acessado em maio de 2004.

http://www.agecom.ba.gov.br/exibe_noticia.asp?cod_noticia=9329, acessado em maio de 2006.

<http://www.juazeiro.ba.gov.br/salitre.html> acessado em setembro de 2004.

<http://www2.ba.sebrae.com.br/comunicacao/noticias.asp?Id=8725>, acessado em julho de 2006.

<http://www.geocities.com/ptreview/17-sabourin-marinozzi.html>

PANFLETOS:

Informativo do Distrito Projeto Brejos da Barra, junho/2002, n.6.

Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco, 2001.

CPT- Comissão Pastoral da Terra - I Missão Ecológica nos Brejos da Barra, 2004.